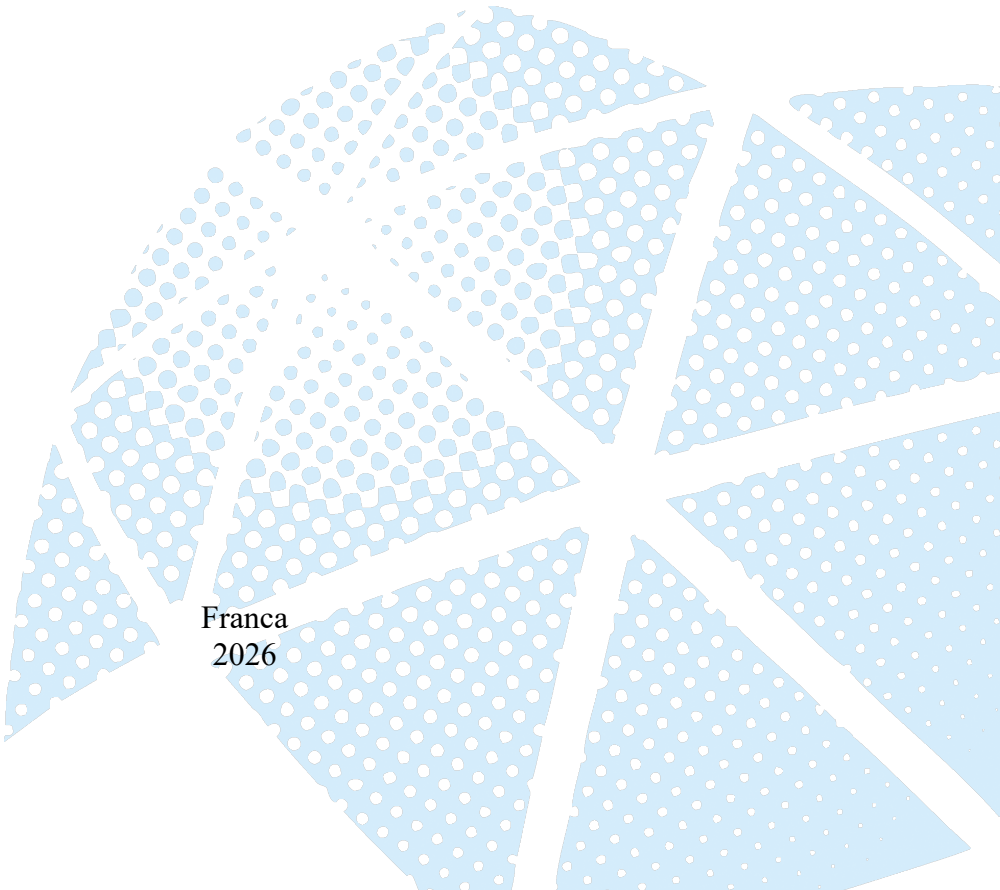
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca

GUILHERME GONZAGA BENTO

ENTRE A PENA E A GRAVATA:
a trajetória política de Mário Palmério (1950-1962)



Franca
2026

GUILHERME GONZAGA BENTO

ENTRE A PENA E A GRAVATA:
a trajetória política de Mário Palmério (1950-1962)

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História e Cultura

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Biason

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Franca
2026

B478e

Bento, Guilherme Gonzaga

ENTRE A PENA E A GRAVATA: : a trajetória política de Mário Palmério (1950-1962) / Guilherme Gonzaga Bento. -- Franca, 2026

260 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Rita de Cássia Biason

1. Mário Palmério. 2. Trajetória Política. 3. Getulismo. 4. PTB. 5. História Política. I. Título.

GUILHERME GONZAGA BENTO

ENTRE A PENA E A GRAVATA:
a trajetória política de Mário Palmério (1950-1962)

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História e Cultura

Data da defesa: 03/03/2026

Banca Examinadora:

_____
Profa. Dra. Rita de Cássia Biason
UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca

_____
Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Assis

_____
Prof. Dr. Pedro Parga Rodrigues
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Assis

_____
Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

_____
Prof. Dr. Flávio Henrique Dias Saldanha
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Dedico este trabalho a meu saudoso pai, Luís Carlos Bento (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por toda a força e amparo dado ao longo do árduo caminho trilhado durante todo o processo de pesquisa. Força sem a qual, teria sido impossível chegar até esse momento. Agradeço imensamente a minha mãe (Marluce) por todo o apoio, as minhas irmãs (Mariana e Luana), minhas sobrinhas (Mirella e Manuella), tios (João e Gabriel), tias (Sueli e Gabriela), ao meu cunhado (Tiago), ao meu afilhado (João Caetano) e a minha avó (Gladys), por sempre estarem ao meu lado, incentivando e dando o afago necessário nos momentos de dificuldade. Obrigado também a tia Ana Maria, por sempre torcer e me receber para os congressos em BH, em nome de quem agradeço a todos os meus outros familiares.

Faço um agradecimento especial ao meu saudoso pai, Luís, que durante o processo teve sua vida ceifada pela pandemia de COVID-19 e retornou ao nosso pai celestial. Em meio a tristeza de sua perda e sob a dor de sua partida, encontrei na saudade e na força de sua lembrança um motivo ainda maior para continuar, pois o maior ensinamento que nos deixou foi: nunca desistir e sempre perseverar. Onde quer que esteja, essa conquista é sua.

Preciso agradecer também, de modo muito especial, a minha orientadora, Rita, que sempre se colocou nesse processo como orientadora, mestra e amiga, portando-se com muita dedicação, paciência, zelo e amor em seu trabalho. Muito obrigado por estar comigo nesse percurso e não soltar minha mão.

Em nome dela gostaria de agradecer também a outros mestres que marcaram minha trajetória acadêmica até aqui: ao André Del Negri, que me despertou para o mundo da ciência e da docência; a Andréa Fabri, que me apresentou Mário Palmério e o mundo da Política Externa; ao Rodrigo Freitas Costa, que ajudou a moldar-me como pesquisador e professor; a Regma, que de forma tão dedicada me orientou no mestrado e a tantos outros que foram tão importantes até aqui.

Gostaria de agradecer também aos meus amigos, citando nominalmente alguns muito importantes para que esse projeto se concretizasse. Ao meu grande e melhor amigo, Régis, obrigado por todo apoio, por todas as conversas e todo o incentivo. Agradeço também ao Tikas, à Tamires, ao Bruno Vaz, ao professor Gugu, ao Thiago Ricciopo, ao Júlio Zandonaide, ao Franco, a Luciana Spocito, aos amigos do tênis do Jockey Uberaba pelas

partidas que aliviaram o estresse e tantos outros companheiros que se fizeram presentes de alguma maneira durante esse momento, mesmo que indiretamente.

Um agradecimento especial ao Clube de Regatas do Flamengo, que em meio aos desafios e desânimos, dos infinitos dias de pesquisa e escrita, me alegrou com suas vitorias e títulos.

Preciso agradecer também a algumas pessoas que contribuíram para a realização dessa pesquisa. Em primeiro, a família de Mário Palmério, que me tão bem me recebeu para que eu realizasse entrevistas, acreditando nesse trabalho. Faço isso em nome de sua filha, Dona Marília e de seus netos, Eduardo e Mário Renato. Aproveito também, para agradecer ao professor e memorialista Guido Bilharinho, que também nos recebeu para uma conversa sobre Palmério.

Muito obrigado ao Arquivo Público Municipal de Uberaba – APU, em nome de seu presidente, José Resende, agradeço a todos os funcionários que se desdobram para guardar a história e memória de nossa cidade. Agradeço também ao Memorial Mário Palmério, por ter disponibilizado todo o acervo e sempre me recebido para que eu pudesse realizar essa pesquisa.

Aproveito este espaço para agradecer a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, nossa gloriosa UNESP, por nos proporcionar uma oportunidade de aprendizado de excelência com seu programa de Pós-graduação em História (nota 6 na CAPES) e por oportunizar minha primeira experiencia na docência superior. Não posso deixar de agradecer ainda, as universidades que participaram da minha formação até aqui (UNIUBE, UFTM e UFU). Viva a Universidade Pública brasileira e de qualidade!

Obrigado aos membros da banca por se disporem a ler e generosamente avaliar o meu trabalho, suas contribuições são inestimáveis. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Esta longa e turbulenta viagem chamada doutorado chega ao fim. Por um lado, o coração se enche de alívio, orgulho e gratidão. Por outro, de muito senso de responsabilidade, para em continuar trilhando os caminhos da educação e da pesquisa científica, ajudando a construir um país mais justo, democrático e próspero.

“O individuo é a mais real das realidades, e estava perdido em meio a classes e estruturas”. (Borges, 2005, p. 211).

RESUMO

Este trabalho busca analisar a trajetória política de Mário Palmério (1916–1996), homem público mineiro cuja atuação se desenvolveu de forma multifacetada nos campos educacional, literário, político e diplomático ao longo da segunda metade do século XX. Inserida no campo da História Política, a pesquisa adota como referencial teórico a teoria dos campos e dos capitais de Pierre Bourdieu, mobilizada para compreender os processos de acumulação, conversão e legitimação de capital cultural, simbólico e político que possibilitaram a ascensão de Palmério no cenário político nacional. Palmério se destacou inicialmente como empreendedor do ramo educacional, de onde se lançou para a política. Foi escritor de obras consagradas como *Vila dos Confins* e *Chapadão dos Bugres*, membro da Academia Brasileira de Letras e parlamentar do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), construindo uma trajetória marcada pela circulação entre diferentes espaços sociais, nos quais articulou prestígio intelectual, visibilidade pública e poder político. O objetivo central da tese é examinar o percurso político de Palmério desde sua primeira eleição como deputado federal, em 1950, passando pelas reeleições de 1954 e 1958, até sua nomeação como embaixador do Brasil no Paraguai, em 1962, cargo que ocupou até 1964, buscando compreender as estratégias que viabilizaram sua projeção no interior do campo político brasileiro. Getulista e representante do Triângulo Mineiro, sua atuação parlamentar é analisada em diálogo com o contexto do trabalhismo getulista e das disputas políticas do período democrático pós-1945. A pesquisa fundamenta-se na análise crítica de fontes diversificadas, incluindo jornais, com destaque para o *Lavoura e Comércio*, documentos do Memorial Mário Palmério como correspondências e fotografias, discursos parlamentares, entrevistas e dados eleitorais, sendo as fontes articuladas à bibliografia especializada. Ao investigar a trajetória de Mário Palmério, a tese busca demonstrar como sua atuação expressa as dinâmicas de funcionamento do campo político brasileiro, partindo das relações locais e regionais (micro) para as relações nacionais, evidenciando os mecanismos de distinção, reprodução e legitimação das elites políticas e intelectuais, bem como as relações entre poder, cultura e política no Brasil do século XX.

Palavras-chave: Mário Palmério; Trajetória Política; Getulismo; PTB; Capital Simbólico.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the political trajectory of Mário Palmério (1916–1996), a public figure from Minas Gerais whose work unfolded in a multifaceted way across the educational, literary, political, and diplomatic fields throughout the second half of the 20th century. Situated within the field of Political History, the research adopts Pierre Bourdieu's theory of fields and capitals as its theoretical framework, mobilized to understand the processes of accumulation, conversion, and legitimation of cultural, symbolic, and political capital that enabled Palmério's rise in the national political scene. Palmério initially distinguished himself as an entrepreneur in the educational field, from where he launched himself into politics. He was the author of acclaimed works such as “Vila dos Confins” and “Chapadão dos Bugres”, a member of the Brazilian Academy of Letters, and a member of parliament for the Brazilian Labour Party (PTB), building a trajectory marked by circulation between different social spaces, in which he articulated intellectual prestige, public visibility, and political power. The central objective of this thesis is to examine Palmério's political trajectory from his first election as a federal deputy in 1950, through his re-elections in 1954 and 1958, to his appointment as Brazilian ambassador to Paraguay in 1962, a position he held until 1964, seeking to understand the strategies that enabled his prominence within the Brazilian political field. A supporter of Getúlio Vargas and a representative of the Triângulo Mineiro region, his parliamentary activity is analyzed in dialogue with the context of Getúlio Vargas's labor movement and the political disputes of the post-1945 democratic period. The research is based on the critical analysis of diverse sources, including newspapers, notably Lavoura e Comércio, documents from the Mário Palmério Memorial such as correspondence and photographs, parliamentary speeches, interviews, and electoral data, with the sources articulated with specialized bibliography. By investigating the trajectory of Mário Palmério, this thesis seeks to demonstrate how his actions express the dynamics of the Brazilian political field, starting from local and regional (micro) relations to national relations, highlighting the mechanisms of distinction, reproduction, and legitimation of political and intellectual elites, as well as the relationships between power, culture, and politics in 20th-century Brazil.

Keywords: Mário Palmério; Political Trajectory; Getulism; PTB; Symbolic Capital.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la trayectoria política de Mário Palmério (1916–1996), hombre público oriundo de Minas Gerais cuya actuación se desarrolló de manera multifacética en los campos educativo, literario, político y diplomático a lo largo de la segunda mitad del siglo XX. Inscrita en el campo de la Historia Política, la investigación adopta como marco teórico la teoría de los campos y de los capitales de Pierre Bourdieu, movilizada para comprender los procesos de acumulación, conversión y legitimación del capital cultural, simbólico y político que hicieron posible el ascenso de Palmério en el escenario político nacional. Palmério se destacó inicialmente como empresario del sector educativo, desde donde se proyectó hacia la política. Fue autor de obras consagradas como *Vila dos Confins* y *Chapadão dos Bugres*, miembro de la Academia Brasileña de Letras y parlamentario del Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), construyendo una trayectoria marcada por la circulación entre distintos espacios sociales, en los cuales articuló prestigio intelectual, visibilidad pública y poder político. El objetivo central de la tesis es examinar el recorrido político de Palmério desde su primera elección como diputado federal, en 1950, pasando por sus reelecciones en 1954 y 1958, hasta su nombramiento como embajador de Brasil en Paraguay, en 1962, cargo que ocupó hasta 1964, buscando comprender las estrategias que viabilizaron su proyección en el interior del campo político brasileño. Getulista y representante del Triángulo Mineiro, su actuación parlamentaria es analizada en diálogo con el contexto del trabalhismo getulista y de las disputas políticas del período democrático posterior a 1945. La investigación se fundamenta en el análisis crítico de fuentes diversificadas, que incluyen periódicos, con especial destaque para *Lavoura e Comércio*, documentos del Memorial Mário Palmério, como correspondencia y fotografías, discursos parlamentarios, entrevistas y datos electorales, articulados con la bibliografía especializada. Al investigar la trayectoria de Mário Palmério, la tesis busca demostrar cómo su actuación expresa las dinámicas de funcionamiento del campo político brasileño, partiendo de las relaciones locales y regionales (micro) hacia las relaciones nacionales, evidenciando los mecanismos de distinción, reproducción y legitimación de las élites políticas e intelectuales, así como las relaciones entre poder, cultura y política en el Brasil del siglo XX.

Palabras-claves: Mário Palmério; Trayectoria Política; Getulismo; PTB; Capital simbólico.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Mário Palmério quando criança, com cerca de 4 anos de idade..... 32
Figura 02 O jovem professor Mário Palmério..... 34
Figura 03 "Carta aos Triangulinos", veiculada na edição de 14 de março de 1950 do Jornal Lavoura e Comércio..... 45
Figura 04 Trecho da prestação de contas de João Henrique, veiculada na edição de 21 de junho de 1950 do Jornal Lavoura e Comércio..... 57
Figura 05 Reportagem sobre a candidatura de Fidélis Reis, veiculada no Jornal Lavoura e comércio na edição de 05 de agosto de 1950..... 58
Figura 06 Matéria sobre a candidatura de Boulanger Pucci, veiculada na edição de 23 de maio de 1950 do Jornal Lavoura e Comércio..... 62
Figura 07 Getúlio e Mário Palmério em São Borja, em abril de 1950..... 64
Figura 08 Manifesto publicado em 17 de junho de 1950 no jornal Lavoura e Comércio..... 66
Figura 09 Santinho de Mário Palmério frente e verso..... 69
Figura 10 Primeira propaganda veiculada em um jornal no dia 04 de agosto de 1950..... 72
Figura 11 Propaganda de campanha veiculada no jornal Lavoura e Comércio em agosto de 1950..... 73
Figura 12 Peça de propaganda publicada no jornal Correio Católico no início de setembro de 1950..... 74
Figura 13 Peça de propaganda veiculada no Jornal Lavoura e Comércio no dia 09 de setembro de 1950 75
Figura 14 Peça de propaganda publicada em "O Triângulo" em 02 de outubro de 1950..... 76
Figura 15 Manifesto de apoio a Mário Palmério publicado no Lavoura e Comércio em 09 de setembro de 1950..... 80
Figura 16 Jantar de apoio a Palmério na cidade de Araguari em meados das eleições de 1950..... 81
Figura 17 Comício realizado nas eleições de 1950 em local desconhecido..... 82
Figura 18 Comunicado do PTB de Uberaba sobre a vinda de Vargas a cidade..... 86
Figura 19 Comunicado do Comitê Nacional pró-candidatura de Vargas sobre a vinda de Getúlio a cidade..... 87
Figura 20 Notícia do atentado contra Boulanger Pucci veiculada no Lavoura e Comércio..... 89
Figura 21 Nota de Tancredo Pucci publicada nos jornais locais..... 91
Figura 22 Notícia sobre o desaforamento do processo contra Florêncio Alves Filho..... 94
Figura 23 Notícia sobre a absolvição de Florêncio Alves Filho..... 94
Figura 24 Divulgação dos resultados das eleições no jornal "O Triângulo" 96

Figura 25 Divulgação dos resultados das eleições para vereador. 97
Figura 26 Mário Palmério realizando discurso na Câmara dos Deputados em 1951..... 101
Figura 27 Fotografia da formatura de Mário Palmério na ESG em novembro de 1955..... 110
Figura 28 Almoço realizado na Fazenda Experimental Getúlio Vargas, durante a Exposição da SRTM de 1951..... 116
Figura 29 Mário Palmério monta um exemplar da sua propriedade da raça zebuína Gir, na sua fazenda no Mato Grosso..... 117
Figura 30 Matéria de capa do Jornal Lavoura e Comércio, do dia 03 de novembro de 1953, destacando a defesa realizada por Mário Palmério na Tribuna da Câmara, contra as acusações do Almirante Pena Boto..... 123
Figura 31 Reportagem do Lavoura e Comércio do dia 10 de novembro de 1952 sobre a vitória do PTB nas eleições municipais extraordinárias daquele ano na região do Triângulo..... 126
Figura 32 Reunião partidária realizada em uma cidade da região, com a presença do deputado Mário Palmério..... 127
Figura 33 Rondon Pacheco e Magalhães Pinto, ambos da UDN com Mário Palmério do PTB..... 128
Figura 34 Jantar realizado pelo PTB de Araguari em 1953 para receber o deputado Mário Palmério..... 129
Figura 35 Matéria do jornal carioca Correio da Manhã, repercutindo os discursos acerca das manifestações contra a arrecadação fiscal abusiva do governo de MG em Uberaba..... 131
Figura 36 Matéria de capa do Jornal Lavoura e Comércio, anunciando a criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro em Uberaba, dando destaque para ação do governador Juscelino do PSD..... 135
Figura 37 Deputado Mário Palmério, ao centro, assinando o ato de constituição da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro..... 136
Figura 38 Foto tirada no Palácio Rio Negro em Petrópolis, na qual o deputado Mário Palmério observa o momento em que o Presidente Getúlio Vargas assina o decreto de funcionamento da Faculdade de Medicina, em 23 de março de 1954..... 138
Figura 39 Sentado ao lado esquerdo, aparece o presidente Juscelino Kubistchek, ao meio, em pé, o deputado Mário Palmério e sentado ao lado direito, o prefeito de Uberaba pelo PTB, Dr. Jorge Furtado, em meados de 1959..... 142
Figura 40 Reportagem do jornal Tribuna da Imprensa de 19 de dezembro de 1951, sobre a crise do PTB em Minas Gerais..... 149

Figura 41	Recorte da carta publicada no Lavoura e Comércio em 09 de janeiro de 1954, expondo os argumentos de Mário Palmério sobre a candidatura única em Uberaba.....	151
Figura 42	Manchete da entrevista de Antônio Prospero ao Jornal Lavoura e Comércio, publicada na edição de 12 de janeiro de 1954.....	154
Figura 43	Trecho da entrevista de Palmério do Lavoura e Comércio no dia 01 de abril de 1954.....	156
Figura 44	Reportagem do Lavoura e Comércio, acerca da eleição do novo diretório do PTB de Uberaba, após os vários meses de crise no partido.....	159
Figura 45	Nota da primeira propaganda de Palmério, publicada na edição de 20 de fevereiro de 1954...	165
Figura 46	Getúlio Vargas prestigia a inauguração da Policlínica da Faculdade de Odontologia em maio de 1952, juntamente com Mário Palmério, que daria o nome do presidente Vargas ao centro de prática odontológica.....	167
Figura 47	Propaganda veiculada em 02 de abril de 1954 no Jornal Lavoura e Comércio.....	168
Figura 48	Notícia publicada no Lavoura e Comércio no dia 15 de julho de 1954 sobre a realização do Comício da Frente Trabalhista em Uberaba.....	170
Figura 49	Comício da Frente Trabalhista, realizado em 14 de julho de 1954.....	170
Figura 50	Nota publicada no Lavoura e Comércio sobre o programa de governo da Frente Trabalhista..	171
Figura 51	Entrevista veiculada no Lavoura e Comércio em maio de 1954, com o candidato à prefeito de Ituiutaba, na companhia do deputado Mário Palmério.....	173
Figura 52	Propaganda veiculada na edição de 26 de dezembro de 1955 do jornal Lavoura e Comércio	178
Figura 53	O então deputado federal, Tancredo Neves, ministra a aula inaugural da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro em 1953.....	181
Figura 54	Reunião entre o deputado Mário Palmério, o engenheiro e diretor da escola de engenharia João Guido, o ministro da Educação Abgard Renault e o presidente da República Nereu Ramos.....	182
Figura 55	Cabeçalho da coluna “Repercussão Nacional de Vila dos Confins”, publicada diariamente entre janeiro e agosto de 1957, na página 2 do jornal Lavoura e Comércio, reunindo vários recortes e comentário do livro de Palmério.....	186
Figura 56	À esquerda, capa da primeira edição de Vila dos Confins, desenhada pelo artista Poty; à direita, Palmério mostra os originais da obra para o editor José Olympio, que seria o responsável pela publicação do livro por décadas.....	188
Figura 57	Nota do jornal “A Hora” de 14 de fevereiro de 1957.....	194
Figura 58	Artigo de Roberto Simões, reproduzido no Lavoura e Comércio em 25 de maio de 1957.....	197

Figura 59 Ilustração de Percy Lau mostrando um dos mecanismos de fraude eleitoral retratado em Vila dos confins..... 200
Figura 60 Ilustração de Percy Lau mostrando como era realizada a votação..... 203
Figura 61 Modelo da cédula única de votação conforme estabelecido pela Lei n. 2.582/55 para os cargos de presidente e vice-presidente da República..... 207
Figura 62 Reportagem sobre a visita da cúpula petebista de Uberaba ao vice-presidente da República, João Goulart no Rio de Janeiro, veiculada na edição de 17 de janeiro de 1958 do Lavoura e Comércio..... 213
Figura 63 Propaganda eleitoral de Mário Palmério, veiculada na edição de 01 de abril de 1958 do Lavoura e Comércio..... 214
Figura 64 Mário Palmério realiza reunião de campanha em 1958..... 215
Figura 65 Comício dos candidatos do PTB nas eleições de 1958, realizado na Praça Jorge Frange em Uberaba..... 217
Figura 66 Fotografia do médico José Humberto Rodrigues da Cunha, que se tornou o principal adversário de Mário Palmério, a partir de 1958..... 218
Figura 67 Imagem publicada na edição de 04 de outubro d 1958, que mostra o momento em que o deputado e candidato a reeleição pelo PTB, Mário Palmério, vota em Uberaba..... 219
Figura 68 Trecho de publicação da edição de 09 de outubro de 1958 do Lavoura e Comércio, que traz o resultado das eleições para vereador em Uberaba..... 221
Figura 69 Mário Palmério participa da recepção do cosmonauta russo Iuri Gagarim em julho de 1961 em Brasília, um dos poucos eventos oficiais que participou no seu terceiro mandato..... 229
Figura 70 O deputado Mário Palmério conversa com o então presidente da República João Goulart, que o indicou para ser Embaixador do Brasil no Paraguai..... 239
Figura 71 O presidente do Paraguai Alfredo Stroessner, recebe Mário Palmério já como Embaixador do Brasil naquele país..... 245
Figura 72 Capa do *long-play* "Noche de Asunción", lançado por Mário Palmério, que trazia *polcas e guarânias*, compostas por ele e interpretadas por artistas paraguaios..... 246
Figura 73 Na imagem da esquerda, Mário Palmério e o presidente do Paraguai Alfredo Stroessner em umas das várias festas em que o Embaixador brasileiro participava, integrando-se a vida cultural paraguaia. Já na foto da direita, o Embaixador também participa de uma recepção ao som de guarânias..... 247

Figura 74 Ponte Internacional da Amizade, ligando o Brasil e o Paraguai pelo Rio Paraná, teve grande parte de sua construção realizada na gestão de Mário Palmério como Embaixador brasileiro no Paraguai..... 248

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01	Relação de candidatos por cargo e partido nas eleições de 1950.....	60
Mapa 01	Mapa do Triângulo Mineiro em 1949.....	104
Gráfico 01	Votação de Palmério nas Eleições de 1950/1954/1958.....	224
Gráfico 02	Aumento Percentual da votação de Palmério entre eleições.....	224
Mapa 02	Mapa que mostra o local do Rio Paraná onde está construída a Usina Binacional de Itaipú, administrada por um consórcio entre Brasil e Paraguai.....	242

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Votação dos candidatos por partido em Uberaba em 1951.....	98
Tabela 02	Votação dos candidatos por partido em Uberaba em 1954.....	174
Tabela 03	Votação dos candidatos por partido em Uberaba em 1958.....	220
Tabela 04	Votação final oficial em 83 cidades de Minas (05/11/1958).....	222

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCZ	Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
ACIU	Associação Comercial e Industrial de Uberaba
APU	Arquivo Público de Uberaba
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
FMTM	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
FDTM	Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro
JK	Juscelino Kubistchek
LEC	Liga Eleitoral Católica
PL	Projeto de Lei
PR	Partido Republicano
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SRTM	Sociedade Rural do Triângulo Mineiro
UDN	União Democrática Nacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UNIUBE	Universidade de Uberaba
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	19
1	**CAPÍTULO - O "PIONEIRO DA INSTRUÇÃO" VIRA DEPUTADO.....**	30
1.1	OS ANOS QUE ANTECEDEM A POLÍTICA.....	31
1.2	O QUE É ISTO, TRABALHISMO, GETULISMO E PTB?.....	35
1.3	A POLÍTICA BATE À PORTA: AS ELEIÇÕES DE 1950.....	43
1.3.1	A "Carta aos Triangulinos".....	43
1.3.2	As eleições e o PTB de Uberaba.....	50
1.3.3	Os concorrentes.....	54
1.4	PALMÉRIO E AS ELEIÇÕES DE 1950 EM UBERABA.....	64
1.4.1	A campanha: interesses e propagandas.....	64
1.4.2	A campanha: a busca de apoios e votos.....	77
1.4.3	A visita de Getúlio: PTB x PSP.....	83
1.2.4	Violência política: o atentado de 10 de setembro contra Pucci.....	88
1.4.5	As eleições e o resultado: a consagração de Mário Palmério e o êxito do PTB de Uberaba.....	95
2	**CAPÍTULO - O TEMPO DA ASCENSÃO POLÍTICA.....**	100
2.1	ATUAÇÃO LEGISLATIVA E PARLAMENTAR: O DEPUTADO TECO-TECO.....	100
2.1.1	A 'emancipação' do Triângulo e o desenvolvimento a partir do interior.....	103
2.1.2	Em busca do 'trabalhismo getulista': educação, assistência social e conciliação de classes.....	110
2.1.3	O anticomunismo de Palmério e o episódio do Almirante Pena Boto.....	119
2.2	A ATUAÇÃO REGIONAL E AS ELEIÇÕES DE 1952.....	124
2.3	O DEPUTADO E O GOVERNADOR: A RELAÇÃO DE PALMÉRIO E JK – CONFLITOS POLÍTICOS E A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO.....	130
2.3.1	O quebra-quebra de 1952: o prelúdio da criação a FMTM.....	130
2.3.2	A criação da Faculdade de Medicina e a disputa de representações políticas....	135
2.3.3	As eleições de 1955 e o acirramento do conflito Palmério-JK.....	140

2.4	A CRISE DO PTB MINEIRO: A ANTESSALA DA CISÃO PETEBISTA EM UBERABA.....	143
2.4.1	A crise do PTB mineiro.....	143
2.4.2	Os impactos no PTB de Uberaba.....	146
2.5	A MESA REDONDA, O CANDIDATO ÚNICO E A RUPTURA DO PTB EM UBERABA.....	149
2.5.1	A tentativa do acordo interpartidário e o desacordo petebista.....	150
2.5.2	A inevitável ruptura.....	153
2.5.3	As alas Prospero e Palmério e o desfecho da crise.....	157
2.6	AS ELEIÇÕES DE 1954: A CONSOLIDAÇÃO ELEITORAL.....	161
2.6.1	A candidatura e os candidatos.....	162
2.6.2	A campanha em meio a 'ressaca da tempestade'.....	165
2.6.3	O triunfo depois da crise.....	174
3	**CAPÍTULO - O TEMPO DA CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA: O POLÍTICO QUE VIROU ESCRITOR E ASCENDEU À EMBAIXADOR.....**	176
3.1	A CONSTRUÇÃO DO CAPITAL SIMBÓLICO CONTINUA: POLÍTICA, EDUCAÇÃO E LITERATURA.....	177
3.1.1	A educação como vetor do capital cultural.....	179
3.2	"UM ROMANCISTA DE GRAVATA BORBOLETA": A LITERATURA NA CONSOLIDAÇÃO DO CAPITAL POLÍTICO.....	185
3.2.1	*Vila dos Confins*: do relatório nasceu o romance.....	194
3.2.2	Mário Palmério: "o romancista da fraude eleitoral".....	198
3.2.3	*Vila dos Confins* e a defesa da reforma eleitoral.....	204
3.3	"VOCÊ QUE É LEITOR DE "VILA DOS CONFINS", SEJA ELEITOR DE MÁRIO PALMÉRIO": A REELEIÇÃO EM 1958.....	208
3.3.1	Negociações e acordos: a formação do tabuleiro eleitoral de 1958.....	209
3.3.2	A campanha do político escritor.....	212
3.3.3	A "era de ouro" do petebismo em Uberaba: e a consolidação político-partidária de Palmério "o PTB faz barba, cabelo e bigode".....	218
3.4	O TERCEIRO MANDATO: CONSOLIDAÇÃO, AFASTAMENTO E CONSAGRAÇÃO.....	225

3.4.1 O “deputado bissexto”..... 227
3.4.2 A reforma eleitoral: o ato final..... 230
3.4.3 Palmério, o líder: pragmático, reformista ou pragmático-reformista?..... 234
3.5 A CONSAGRAÇÃO: O POLÍTICO-ESCRITOR, TORNOU-SE EMBAIXADOR..... 238
3.5.1 As relações Brasil Paraguai: é necessário um novo embaixador..... 241
3.5.2 O reconhecimento: o homem certo, no lugar certo..... 244
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 249
REFERÊNCIAIS..... 255
Referências Bibliográficas..... 255
Fontes..... 259

INTRODUÇÃO

Quando falamos de Mário Palmério, nos colocamos diante de dois tipos de público: aqueles que são de Uberaba, cidade onde ele viveu grande parte de sua vida, e aqueles que apenas o conhecem por suas obras literárias. O primeiro público conhecerá Palmério por sua realização no campo educacional com a criação da Universidade de Uberaba, onde durante muito tempo grande parte da população da cidade e região formou-se nos cursos superiores ofertados pela instituição.

Já o segundo público, se lembrará do criador das célebres obras, Vila dos Confins (1956) e Chapadão dos Bugres (1965), ambos editados inicialmente pela editora José Olímpio, e que foram campeões de venda e aclamados pela crítica literária da época. Certamente as obras de Mário Palmério o fizeram conhecido em todo o Brasil, levando-o inclusive, a se tornar um imortal da Academia Brasileira de Letras, espaço que ocupou no lugar de Guimarães Rosa, de cujo estilo literário da descrição do ambiente interiorano, Palmério certamente se inspirou.

No entanto, dificilmente esses dois públicos se lembrarão do Mário Palmério deputado federal e Embaixador do Brasil no Paraguai. E é nessa perspectiva que se aventura o presente trabalho, buscando analisar sua trajetória 'política', uma dentre suas várias atividades desenvolvidas por ele, entre elas: a de professor, escritor, compositor de guarânias, empreendedor no ramo educacional, deputado federal e embaixador. Buscaremos, desse modo, analisar sua "trajetória política" entre os anos de 1950 e 1962, período em que este, foi deputado federal por Minas Gerais em três mandatos consecutivos até ser indicado ao cargo de Embaixador do Brasil no Paraguai.

As motivações que inspiraram a realização dessa pesquisa e escrita da presente tese se movem em duas direções. A primeira consiste no despertar de interesse do pesquisador sobre a figura política de Mário Palmério. Já a segunda, nos aponta para a escassez de produção historiográfica acerca da 'faceta política' de Mário Palmério e o próprio desconhecimento público sobre o desenvolvimento de suas atividades políticas.

Em relação ao primeiro fator motivador, é importante apontar de onde surgiu o interesse pela figura de Palmério. Ainda quando cursava Direito na Universidade de Uberaba (fundada por ele), participei de uma Liga Acadêmica que trabalhava a relação entre Direito e Política Externa. Ao longo de nossos encontros, descobri que o escritor, Mário Palmério, havia sido embaixador do Brasil no Paraguai e deputado federal por três mandatos.

Desde então, aquela descoberta não saiu mais da minha cabeça e ao longo dos anos algo sempre me intrigou: como um político do interior do Brasil Central[1], conseguiu alcançar uma posição tão privilegiada como a de Embaixador? Essa pergunta me acompanharia por longo período da minha vida acadêmica, passando pela graduação em Direito, História, especialização e mestrado, sempre formulando ideias e hipóteses, mas sem efetivamente respondê-las. Agora no doutorado era chegado o momento de enfrentar essas inquietações.

Ladeado a isso, estava o fato de perceber que tantas pessoas, assim como eu, desconheciam a trajetória política de Mário Palmério. Sempre que comentava em uma roda de conversa, que ele havia sido deputado e embaixador, grande parte das pessoas se colocavam surpresas diante da informação.

A par disso, chegamos ao segundo fator que nos motivou a desenvolver a presente pesquisa: a escassez de trabalhos acadêmicos sobre Mário Palmério, mas especialmente no que concerne ao recorte de sua atuação política, visto que quase sempre, as pesquisas realizadas, tendo ele como objeto de pesquisa, se atem a investigar algo relacionado as suas obras literárias.

Desse modo, temos a maioria dessas pesquisas concentradas nas áreas de literatura e linguística, sendo poucos os trabalhos realizados no campo da historiografia, que em parte, também trabalharam suas obras sob a perspectiva da relação entre História e Literatura.

Dentro da perspectiva da historiográfica destacamos os dois principais trabalhos que foram produzidos sobre Mário Palmério, quais sejam: o primeiro, trata-se da tese de doutorado do professor André Azevedo da Fonseca, intitulada "A construção do mito Mário Palmério – um estudo sobre a ascensão social e política do autor de Vila dos Confins", defendida em 2012 no Programa de Pós-graduação em História da UNESP de Franca; quanto ao segundo, temos a dissertação de mestrado da professora Maria Aura Marques Aidar, intitulada "Os Confins de Mário Palmério: História e Literatura Regional", então defendida no ano de 2008 no âmbito do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

Ambos os trabalhos são referências de estudo sobre Mário Palmério no campo da História. No entanto, não buscam esclarecer o ponto central da presente tese, que é: compreender como um professor e empresário do interior do Brasil, que não fazia parte, a princípio, da elite política local, conseguiu alcançar o posto de embaixador do Brasil no Paraguai, após seus três mandatos como deputado federal.

[1] É importante ressaltar aqui que a utilização da classificação "Interior do Brasil Central" faz referência a forma com que o próprio Mário Palmério se referia a região naquele período. Em termos de divisão regional, o IBGE, hoje, classifica Minas Gerais e, portanto, o Triângulo Mineiro como parte da região sudeste.

É importante pontuar, que os trabalhos de André Azevedo e Maria Aidar não tinham como escopo central, analisar a trajetória política de Palmério. O professor André Azevedo da Fonseca, procurou entender a escalada social e por consequência política de Palmério, realizando como recorte temporal restrito a década de 1940, período em que Palmério ascendeu profissionalmente e adquiriu grande prestígio social, o que o qualificou para disputar sua primeira eleição em 1950. Ou seja, André Azevedo vai até onde se inicia o recorte do nosso trabalho, não avançado na análise da atuação política de Palmério.

Por sua vez, a professora Maria Aura, a partir da relação entre história e literatura, busca compreender os meandros da obra mais célebre de Palmério, Vila dos Confins, de forma a desvendar a conexão que ela teve com o contexto em que foi produzida e publicada, bem como analisar a recepção e a crítica da obra perante o público leitor. Nesse sentido, a única preocupação da autora em apontar para a trajetória política de Mário Palmério, é quando apresenta o autor para o público, mas sem realizar qualquer tipo de análise sobre suas relações políticas.

É nesse contexto, portanto, que a presente tese se coloca, tendo como seu principal problema de pesquisa, a compreensão das relações políticas em Uberaba, em paralelo ao contexto das relações políticas nacionais, e a partir da análise da trajetória política de Mário Palmério entre 1950 e 1962, compreender como essas relações e sua atuação como deputado federal, influenciaram na sua indicação para o posto de embaixador do Brasil no Paraguai em 1962.

Para tanto, é preciso apontar o percurso teórico metodológico percorrido por nós, para se chegar as reflexões que serão apresentadas neste trabalho. Nesse sentido, o estudo realizado nos capítulos que se seguem utiliza-se como paradigma teórico o arcabouço metodológico e conceitual oferecido pela denominada história política, que tem como um de seus desdobramentos o retorno de projetos biográficos que analisam trajetórias de vida a partir de métodos ligados a micro história ou a história cultural, por exemplo.

Dessa maneira, compreender a ressignificação da história política perpassa por desvelar dois processos significativos para a historiografia: o primeiro é o de contestação da chamada "história política tradicional", que teve seu processo deflagrado pela "Escola dos *Annales*" a partir de 1930; e o segundo consiste no surgimento da chamada "história cultural", empreendido pela terceira geração dos *Annales*.

Teríamos a partir dessa lógica, três momentos no processo de definição da história política: o primeiro de "prestígio" que perdura durante todo o século XIX; o segundo de

"desgaste e declínio relativo" que vai de 1930 a 1970; e o terceiro do que podemos denominar de "resignificação", que vai de 1970 e perdura até os dias atuais.

Conforme nos coloca Marieta Moraes Ferreira sobre essa questão "Em nome de uma história total, uma geração de historiadores passou a questionar a hegemonia do político e a defender uma nova concepção de história onde o econômico e o social vieram a ocupar lugar fundamental." (Ferreira, 1992, p.265).

Grandes datas, acontecimentos memoráveis, figuras notáveis, levaram a história política a quase sucumbir durante quatro décadas como campo de domínio da pesquisa histórica. No entanto, a dinâmica social e política a partir de 1970 proporcionou uma virada na historiografia, o que possibilitou o que denominamos aqui de "ressignificação da história política".

O 'político' em toda sua dimensão (humana, institucional, estrutural, de relações etc.), objeto precípuo da história política, nunca deixou de ser significante e recuperou o entendimento de sua relevância perante as ciências humanas e sociais a partir desse movimento de ressignificação.

É nesse contexto que temos dentro da história política a partir da década de 1960/1970, o retorno da narrativa biográfica, que em nossa pesquisa se restringe ao recorte de uma trajetória política, sendo cada vez mais utilizada nos estudos e análises historiográficas para compreensão de determinado contexto político e social.

O contexto de crítica da história política tradicional, havia estabelecido uma certa resistência ao estudo do indivíduo ou de sua trajetória, escritos típicos do gênero biográfico[2], em detrimento de uma história totalizante e estruturalista.[3] Para os Annales, a análise das trajetórias individuais deveria servir exclusivamente para a compreensão da sociedade, o que acabou criando uma tensão na relação entre individual/coletivo/universal/particular.[4]

O retorno do político, colocou para a pesquisa histórica que a relação/interação entre o individual e o coletivo são fatores fundamentais para a construção do conhecimento histórico

---

[2] Nessa perspectiva, temos a negação da legitimidade da biografia como um produto literário e não científico, quase como um processo de excomunhão da biografia, como sendo um gênero de menor valor, com falta ou insuficiência de método de análise. (Levillan, 2003).

[3] Lira Neto nos aponta que além dos Annales, foram também responsáveis pela deslegitimação da biografia no contexto de crítica da história política tradicional: o marxismo e as ciências sociais, que reduziram a importância do indivíduo e deram ênfase aos fenômenos sociais, que para essas duas correntes condicionariam a existência individual. (Neto, 2023).

[4] É possível perceber essa perspectiva nas obras "Lutero" de Lucien Febrve e "O Mediterrâneo na época de Felipe II" de Fernand Braudel, onde ambos utilizam de trajetórias individuais, mas para analisar contextos mais amplos.

de uma época. Ou seja, os fatores que fizeram surgir a história problema e estrutural, e relegaram a história política e o gênero biográfico, ditos factuais e narrativos, foram os mesmos que quando entraram em crise fizeram com que houvesse o ressurgimento do político e do retorno da narrativa biográfica à história.

A partir disso, o novo paradigma instaurado na década de 1980 se interessa por particularidades e recortes mais específicos. O populismo, por exemplo, não é um fenômeno único e os populistas não estão em um mesmo saco. Há especificidades, conforme o período, ideologia, local entre outros fatores estudados.

A análise do indivíduo em uma perspectiva micro histórica a partir de sua trajetória, auxilia na compreensão de fenômenos sociais mais amplos ou conforme nos afirma Vavy Pacheco Borges "o individuo é a mais real das realidades, e estava perdido em meio a classes e estruturas" (Borges, 2005, p. 211).[5]

Nesse sentido, é importante pontuar que a complexidade e amplitude do conhecimento de uma época, necessário para a construção de uma biografia, é considerável, justamente porque na sua narrativa há uma mistura de elementos estruturais e micro históricos que nos auxiliam na compreensão da trajetória individual, mas também de certos padrões coletivos.

Seguindo essa perspectiva, Benito Schmidt ao escrever sobre as biografias escritas por historiadores, nos afirma que estas "não se acabam em si mesma, mas buscam revelar dimensões de certos problemas de pesquisa não perceptíveis através de enfoques macroscópicos". (Schmidt, 1997, p. 15).

É a partir disso que temos os dois polos da escrita de uma trajetória de vida: o do contexto/coletivo e o do individual/privado. E aí nos vem a velha pergunta: o sujeito determina a estrutura ou esta determina a ação do sujeito? Nesse ponto, deve haver uma tensão, e não uma oposição entre individuo e contexto, uma vez ser necessário como nos adverte Benito Schmidt "(...) pensar a articulação entre as trajetórias individuais examinadas e os contextos nos quais estas se realizaram como uma via de mão dupla, **sem cair nem no individualismo exacerbado, nem na determinação estrutural estrita**". (Schmidt, 1997, p. 15). (grifo nosso.).

A partir dessa perspectiva conseguimos compreender com o estudo da história de um indivíduo e de sua trajetória (olhar micro), fenômenos estruturais ou contextuais (olhar macro)

[5] A biografia pode revelar constantes, indicar diferenças, captar realidade dos problemas sociais através do concreto de uma vida. Tudo depende do nível significativo do personagem

em uma dimensão que apenas o estudo do fato histórico não nos proporcionava anteriormente a partir do modelo estruturalista e totalizante.[6]

A estrutura, portanto, não condiciona o indivíduo e este não está em oposição ao sistema social, mas ajuda a explicá-lo. Nesse sentido, a fórmula de Sabina Loriga (2011), onde A (indivíduo) = a (externo) + x (subjetivo), nos ajuda a entender que o contexto não pode sobrepor o indivíduo e vice e versa.

É por isso que devemos levar em conta o caráter plural e a multiplicidade do indivíduo e nos atentar para o que Pierre Bourdieu (2006) denominou de "Ilusão Biográfica", ou seja, a pressuposição de que uma vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado e uma trajetória linear em direção a uma finalidade.

A partir dessas orientações, temos que a trajetória política é um recorte biográfico que nos permite a partir dos conceitos e métodos da história política e da micro- história, utilizar uma multiplicidade de fontes na tentativa de reconstruir da forma mais verossímil possível uma trajetória de vida, ou como no nosso caso, um recorte dela, e a partir daí compreender fenômenos sociais presentes no macro/coletivo.

Dentro dessa perspectiva, adotaremos como base teórica do nosso percurso de pesquisa, a "teoria dos campos e dos capitais", formulada por Pierre Bourdieu, uma das mais influentes abordagens sociológicas para compreender as relações de poder e as formas de reprodução social. Bourdieu propõe que o espaço social é estruturado por diferentes formas de capital (econômico, cultural, social e simbólico) que se distribuem de maneira desigual entre os agentes e influenciam suas posições e trajetórias nos diversos campos sociais.

O campo político, em particular, é compreendido como um espaço de concorrência pela autoridade legítima de representar interesses coletivos e produzir discursos dotados de poder simbólico (Bourdieu, 2011). Nele, o capital político não é dado, mas construído por meio da mobilização e da conversão de outros tipos de capital. O êxito de um agente político depende, portanto, de sua capacidade de acumular capital simbólico, isto é, a partir do seu reconhecimento e legitimidade, conferidos pelos demais agentes e pelo público, e de convertê-lo em poder efetivo[7].

---

[6] Nessa perspectiva temos a micro-história como fator preponderante no ressurgimento da biografia, por dar destaque ao individuo, reduzindo a escala de observação dos fatos e estudando vasto material que nos revela o macro pelo olhar do indivíduo.

[7] Esse processo é fortemente condicionado pelas estruturas históricas e culturais que definem o campo e pelas estratégias que cada ator adota para consolidar sua posição.

No Brasil, no período que iremos analisar, o campo político se configurava a partir de intensas relações entre poder econômico, prestígio cultural e redes de sociabilidade regionais. Nesse contexto, a trajetória de Mário Palmério (1916–1996) exemplifica como os diferentes capitais podem ser articulados e transformados em instrumentos de ascensão política.

Educador e empresário da educação, Palmério construiu inicialmente um sólido capital cultural e simbólico ao fundar a escolas de nível básico, técnico e depois superior, projetando-se posteriormente, como autor de obras literárias de grande alcance, como *Vila dos Confins* (1956) e mais tarde *Chapadão do Bugre* (1965). Esse reconhecimento cultural lhe conferiu prestígio junto às elites intelectuais e educacionais, ampliando sua legitimidade social.

Ao mesmo tempo, sua atuação no campo educacional e sua inserção nas redes de poder locais permitiram-lhe acumular capital social, formado por alianças estratégicas com lideranças regionais, autoridades religiosas e empresariais. A conversão desse capital social em capital político foi um movimento decisivo para sua entrada e consolidação no campo político nacional, resultando em sua eleição como deputado federal por Minas Gerais em 1950, 1954 e 1958, e em sua posterior indicação como embaixador do Brasil no Paraguai em 1962.

Nessa perspectiva, a ascensão política de Mário Palmério pode ser interpretada como o resultado de um processo de acumulação e conversão de capitais, em que o prestígio simbólico oriundo da cultura e da educação foi transformado em autoridade política. O reconhecimento social construído no campo educacional funcionou como base de legitimidade para sua inserção em um campo distinto, mas articulado, o campo político, cujas regras demandavam visibilidade, alianças e capacidade de representação.

A análise bourdieusiana, portanto, nos permite compreender que a trajetória política de Palmério não se explica apenas por suas ações individuais, mas pela inter-relação entre estruturas sociais, posições ocupadas e estratégias de distinção e legitimação. Como destaca Bourdieu (1996), cada agente social atua segundo um habitus, que se constitui em um conjunto de disposições incorporadas que orienta percepções e práticas, o qual é formado pelas experiências acumuladas e pela posição ocupada nos diferentes campos[8].

Assim, o habitus de Mário Palmério, moldado por sua formação intelectual e pela experiência no campo educacional, orientou suas estratégias de atuação política, revelando a interdependência entre capital cultural e poder político. Com base nesse referencial teórico,

[8] A teoria bourdieusiana dos capitais e dos campos, portanto, oferece instrumentos conceituais robustos para analisar como determinadas trajetórias se consolidam e como o poder simbólico opera na construção e manutenção das lideranças políticas no Brasil.

torna-se possível compreender a trajetória de Mário Palmério não apenas como percurso individual, mas como fenômeno social que reflete as interdependências entre cultura, educação e política.

Desta forma, então, buscaremos analisar como Mário Palmério circulou nas correntes políticas petebistas, e, como, por meio de sua atuação como líder político regional, conseguiu se projetar nacionalmente para chegar à posição de embaixador, utilizando-se do acúmulo e conversão de capitais.

Nesse sentido, utilizamos no presente trabalho inúmeros tipos de fontes, entre elas: jornais, revistas, documentos oficiais e particulares, discursos, fotografias, propagandas, vídeos com entrevistas, documentário, entrevistas produzidas durante o curso da pesquisa com amparo nos métodos da história oral, entre outras.

No entanto, é importante destacar que a utilização da imprensa teve um uso destacado e privilegiado em nossa pesquisa, visto principalmente a amplitude de informações que os jornais e revistas nos apresentam sobre o cotidiano político e social da trajetória política de Mário Palmério, destacando eventos, fatos e acontecimentos que em outras fontes não conseguimos observar de forma latente.

O uso das fontes oriundas da mídia impressa nos permite compreender práticas e representações que extrapolam as fontes oficiais, tornando-se um registro privilegiado da história contemporânea. Os jornais nesse sentido, desempenham um papel informativo, mas também ideológico e cultural, pois fazem representar os fatos, usando da legitimidade e confiabilidade de repassar informações para representar o real sempre de acordo com seus interesses, fazendo com que se tornem "instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social". (Capelato; Prado, 1980, p. 19).

Nesse sentido, os jornais atuam como construtores de um imaginário social e político em determinada época e contexto, manipulando informações e edificando representações. Nas palavras de Bronislaw Baczko "Os meios de comunicação difundem ideias, opiniões e conceitos de um determinado segmento social e legitimam seu discurso de poder, de acordo com os seus interesses." (Baczko, 1984, p. 310).

A partir dessa perspectiva podemos analisar o discurso da imprensa, em especial dos jornais (enciclopédias do quotidiano), e ver além das aparências, enxergar nas linhas e entrelinhas, por meio dos editoriais e demais elementos que compõe o periódico, os conteúdos conscientes e inconscientes, investigando assim os "(...) sentidos implícitos, os imaginários e

as representações para a apreensão das condições de produção de seus discursos." (Paula, 2014, p. 2).

Partindo desses pressupostos, compreendemos que os jornais se tornam fonte primordial para a investigação histórica, pois a partir deles é possível explicitar o papel da imprensa na construção das representações sobre a trajetória política de Mário Palmério, além de contribuir para a compreensão dos conflitos, interesses e disputas naquele momento, pois nos permite uma visão diária dos fatos ocorridos.

No entanto, como dito, os jornais não são a única fonte utilizada, mas são a base primária de onde nossa parte e se irradia a análise de outras fontes, nos proporcionando nesse caleidoscópio de vestígios históricos, o cruzamento entre eles, a fim de buscar a narrativa mais verossímil possível a partir do nosso problema de pesquisa.

É importante apontar aqui quais os jornais e arquivos que utilizamos ao longo da pesquisa. Como dito anteriormente, tivemos o uso de centenas de edições do Jornal "Lavoura e Comércio" (1945 a 1964) de Uberaba; algumas edições dos jornais "Correio Católico" (1950 a 1951) e "O Triângulo" (1950 a 1951), também locais, que nos foram fornecidos pelo Arquivo Público Municipal de Uberaba. Ainda no campo da imprensa, recorremos a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, e utilizamos outros dois jornais da região do Triângulo Mineiro "Correio de Uberlândia" e "Folha de Ituiutaba", ambos com edições entre 1950 e 1958.

Ainda em relação a imprensa escrita, foi possível encontrar recortes na Hemeroteca Digital do período compreendido entre 1950 e 1952, dos principais jornais e revistas do país, entre eles: Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Última Hora, Tribuna da Impresa, Diário de Minas, Folha da Noite, Tribuna de São Paulo, O Globo, Revista Manchete e O Cruseiro, entre outros periódicos.

Em relação aos documentos não oficiais, utilizamos cartas, documentos pessoais, fotografias, anotações, entre outros disponíveis no arquivo privado de Palmério que se encontra no Memorial Mário Palmério em Uberaba, ou ainda nos arquivos do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Usamos também algumas entrevistas dadas por Palmério para programas de auditório nacionais, com destaque para: Jô Soares (1990) e Clodovil Hernandes (1992).

Ainda no que concerne as fontes, utilizamos entrevistas coletadas a partir dos métodos da história oral, tendo sido estas realizadas com os filhos de Palmério, Marcelo e Marília Palmério, seu neto Eduardo Palmério e o memorialista uberabense Guido Bilharinho. É importante pontuar, que nenhum dos entrevistados viveu em idade adulta, a grande maioria dos fatos ocorridos no período pesquisado, mas a partir da memória e do pouco que vivenciaram ou

ouviram falar, foi possível coletar informações importantes que nos ajudaram a compor o mosaico da trajetória política de Mário Palmério.

Partindo dessa perspectiva teórica que liga a história política ao estudo de uma trajetória política, que por sua vez, ao analisar o micro, nos auxilia na compreensão de fenômenos políticos macro, é que a presente tese buscou se inserir em todo o percurso de pesquisa, cumprindo os objetivos propostos e testando nossas hipóteses iniciais.

A partir dos percalços, das escolhas teóricas e metodológicas e das reflexões realizadas, dividimos os resultados de nossa pesquisa em três capítulos, organizados em uma lógica cronológica, mas que não segue necessariamente uma sequência linear de fatos, como se esses por si só pudessem explicar o nosso problema de pesquisa, pelo contrário. Os fatos analisados

No capítulo 1, denominado "O pioneiro da instrução vira deputado", analisaremos a inserção de Mário Palmério na política, marcadamente influenciada pelo getulismo, o que nos leva a definir conceitualmente o termo e sua relação com o trabalhismo e o PTB. Ainda neste capítulo buscaremos traçar de forma breve a trajetória de Palmério até sua entrada na política partidária por meio do PTB, destacando sua formação e ascensão profissional.

Analisaremos também, o desenrolar das eleições daquele ano, dando destaque para as estratégias de campanha, os apoios, os interesses e as propagandas veiculadas por Palmério, e que o ajudaram a alcançar o êxito naquelas eleições. Por fim, buscaremos compreender o significado do resultado daquelas eleições, que também deu grande vitória ao PTB local.

Já no capítulo 2, intitulado "O tempo da ascensão política", buscaremos compreender como transcorreu o primeiro mandato de Palmério, analisando sua atuação legislativa e parlamentar, as pautas e projetos defendidos por ele, sua atuação política em Uberaba e região em busca de construir uma base eleitoral sólida que o levará a sua reeleição em 1954, e que também será objeto de análise deste capítulo.

Ainda neste capítulo buscaremos analisar como ele buscou se projetar politicamente no PTB local e estadual, com destaque para os desdobramentos da crise do PTB mineiro, que tiveram repercussões significativas no PTB de Uberaba, aliado ao processo eleitoral de 1954 consolidaram o nome de Palmério como a principal liderança do partido na cidade e região.

No terceiro e último capítulo, denominado "O tempo da consolidação política: o político que virou escritor e ascendeu à Embaixador", analisaremos como a partir da acumulação de todo o capital cultural a partir dos empreendimentos educacionais e do lançamento de Vila dos Confins, bem como do capital político já acumulado, Palmério

conseguiu convertê-los em projeção nacional, reelegendo-se e se consolidando como uma das principais lideranças do PTB em Minas Gerais.

Por fim, analisaremos neste capítulo, como a conversão de todo esse capital simbólico, acumulado nos campos da política e da cultura, propiciaram a Mário Palmério, ascender ao cargo de Embaixador do Brasil no Paraguai, não de forma premeditada, mas, a partir de um desejo de se retirar da política partidária e parlamentar, aliado a um contexto de necessidade das relações Brasil-Paraguai, e com o preenchimento dos requisitos necessários, o deputado petebista foi alçado por João Goulart ao ápice de sua carreira política.

Dessa forma, a partir da análise da trajetória política de Mário Palmério e suas relações políticas dentro e fora do PTB, bem como a partir da acumulação e conversão de seu capital político, cultural e simbólico, pretendemos desvelar como ocorriam os jogos de poder no campo político e a inter-relação que este possui com o indivíduo e até que ponto um é influenciado pelo outro, moldando as ações e atuações no espaço político. É o que tentaremos demonstrar nas páginas que se seguem.

CAPÍTULO 1 - O "PIONEIRO DA INSTRUÇÃO" VIRA DEPUTADO

O presente capítulo busca compreender a ascensão política de Mário Palmério, tratado pelos jornais locais como "o pioneiro da instrução". Para tanto, analisaremos, brevemente, os antecedentes que levaram Palmério a ingressar na política e disputar a sua primeira eleição para deputado federal.

Nesse sentido, mesmo não sendo o ponto central da nossa pesquisa, faz-se necessário, ainda que de forma breve, conhecer um pouco melhor a vida de Mário Palmério antes de alcançar a política, ou seja, a sua infância, família, formação, experiência e, em especial, o projeto educacional empreendido por ele e que o projetou social e politicamente.

É importante pontuar aqui que o contexto histórico, político e social a qual se desdobra esse momento é o da chamada República liberal democrática, que tem o seu início em 1945, com a deposição do regime do Estado Novo e vai até 1964, quando ocorre o golpe civil-militar.

Mais especificamente, este capítulo lidará com o momento da volta de Getúlio Vargas ao poder em 1950, sendo tal acontecimento central no contexto político vivenciado por Palmério no momento que antecede a sua entrada na política, na eleição de 1950 e em seu primeiro mandato como deputado. Nesse sentido, é fundamental analisarmos também a relação entre trabalhismo, getulismo e petebismo, que sempre estarão, de um modo ou de outro, entremeadas no enredo da trajetória política de Mário Palmério e nas relações políticas local e nacional, as quais nos debruçamos no curso da presente tese.

Seguindo esse percurso, nos atentaremos sobre as nuances que antecedem o processo eleitoral de 1950, perpassando pelo surgimento da candidatura de Palmério, ou seja, de que maneira isso se inicia, como se constituía o PTB em Uberaba, partido escolhido por Palmério para disputar aquelas eleições e ainda analisar o perfil dos seus principais concorrentes no pleito eleitoral.

Ademais, averiguaremos como transcorreu o processo eleitoral de 1950 em Uberaba, procurando compreender especialmente a candidatura de Mário Palmério e os eventos que de alguma forma influenciaram ou contribuíram para, ao fim do pleito, eleger o candidato do PTB.

Para tanto, buscaremos entender os três pilares em que foram construídos a campanha de Palmério, quais sejam: os interesses levantados por ele durante o período eleitoral;

as propagandas políticas veiculadas por ele no decorrer do pleito e, por fim, as manifestações de apoio locais e regionais recebidas pelo candidato petebista naquelas eleições.

Desse modo, verificaremos como Mário Palmério, como candidato do PTB, se comportou no decorrer das eleições, bem como de que maneira buscou vender a sua imagem e conquistar os votos dos eleitores de Uberaba e região, elegendo-se deputado na sua primeira disputa eleitoral.

Dentro do contexto dessas eleições, trataremos ainda de um episódio marcante ocorrido naquelas eleições e que envolveram Mário Palmério e o seu principal adversário naquela disputa. Trata-se da tentativa de assassinato do prefeito e então candidato a deputado federal, Boulanger Pucci, que teve como um dos "suspeitos", Mário Palmério.

Por fim, buscaremos compreender o comportamento dos partidos e candidatos locais naquele período, especialmente no que concerne à sua relação com o getulismo e em certa medida com o trabalhismo, elementos determinantes nas disputas do pleito eleitoral de 1950 e que, em Uberaba, não se constituiu de forma diferente. Por fim, analisaremos os resultados do processo eleitoral em nível local, para entender qual partido e/ou grupo político que saiu vitorioso do processo eleitoral e fortalecido diante do resultado.

1.1 OS ANOS QUE ANTECEDEM A POLÍTICA[9]

Mário de Ascenção Palmério nasceu na cidade de Monte Carmelo, interior de Minas Gerais, em março de 1916. É filho do imigrante italiano Francisco Palmério e de Mária da Glória Palmério. Ainda muito jovem, Mário se mudou com a família para Uberaba, cidade do Triângulo e próxima à pequena Monte Carmelo. O seu pai, Francisco Palmério, era um homem muito reconhecido em toda a região. Ele chegou a ser engenheiro, jornalista, professor, advogado e já maduro, alçou o cargo de Juiz de Direito.

[9] O presente tópico foi redigido a partir de dois documentos importantes: a entrevista realizada por nós com a filha de Mário, Marília Palmério, e a tese de doutorado do Professor André Azevedo da Fonseca, defendida em 2012, no PPGH da Unesp e que trata da vida de Palmério entre o seu nascimento, em 1916, até o ano da sua primeira eleição, em 1950.

Figura 01: Mário Palmério quando criança, com cerca de 4 anos de idade



Fonte: Memorial Mário Palmério, UNIUBE, Uberaba (s/d)

É perceptível que Mário Palmério gozou de certo prestígio oferecido pelo status social do pai e conseguiu ter uma formação cultural privilegiada, ao desfrutar do rico ambiente cultural familiar que o cercava. Conforme nos aponta a sua filha mais nova, Marília Palmério "Essa maneira de ser, de que qualquer assunto tem que ser muito bem estudado. Quando você fazia uma pergunta: "papai, como é que é isso? Ele te mandava ir para os livros. E depois ele perguntava pra gente: 'qual era a resposta?" (Palmério, 2023).

Na época dos estudos secundários, Mário frequentou o colégio Marista Diocesano entre 1929 e 1931. Em 1932, mudou-se para Araguari, onde frequentou o internato do Ginásio Regina Pacis. No entanto, logo no ano seguinte retornou para Uberaba e foi novamente para o Marista Diocesano[10], quando concluiu os seus estudos secundários, Palmério, por influência do pai, se inscreveu na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, tendo ingressado na instituição em 1935, com 19 anos de idade. No entanto, ali teria uma curtíssima passagem, tendo permanecido pouco mais de três meses, em virtude de uma doença que o teria acometido e o levado a faltar nos exames regulares da escola.

Após a curta experiência no Rio de Janeiro, Mário Palmério se radicaria em São Paulo, onde iniciou, em 1936, o trabalho como escriturário na sede paulista do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. Em 1939, Palmério conseguiu a aprovação na

[10] É importante destacar que tanto o Colégio Marista Diocesano, em Uberaba, quanto o Ginásio Regina Pacis, em Araguari, adquiriram o status de formação dos filhos das elites locais desses municípios, em consequência dos futuros dirigentes políticos e empresários daquelas localidades.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP e se matriculou no curso de Matemática daquela instituição[11]. Fora do Banco Hipotecário, foi nomeado professor interino do Colégio Universitário da Escola Politécnica da USP, passando a ministrar diversas disciplinas e conhecendo, na prática, a atividade que o faria muito renomado: a de professor[12].

Uberaba, no final da década de 1930 e início de 1940, apresentava um grande potencial de crescimento econômico e de urbanização, fato que animou o jovem professor a retornar para a cidade no final de 1939, sem, no entanto, concluir os seus estudos no Ensino Superior[13], o que denota o perfil autodidata de Palmério para inúmeras atividades que realizará ao longo da sua vida. Ainda no ano de 1939, com 23 anos de idade, Mário Palmério se apaixona por Cecília Arantes, filha do rico fazendeiro uberabense, Cacildo Arantes, que foi frontalmente contra o relacionamento da sua filha com o jovem professor.

Naquele mesmo ano, os dois jovens fogem de casa e se casam na cidade de Santos. Sobre este evento, que marca a vida de Palmério, a sua filha Marília nos relata que

> Que aí então, um dia, quando ele viu que não ia ter jeito, que o vovô não ia consentir, ele mandou um recado para a mamãe – com certeza já deviam ter falado nisso – que ele ia passar e pegá-la e eles iam embora, iam fugir. E realmente assim foi. Ele tinha conseguido um carro emprestado com não sei com quem; e a mamãe estava de penhoar. Foi para a esquina, ele pegou a mamãe e (faz gesto de ir embora, fugir). E foi para a fazenda de uma irmã dele (Palmério, 2016).

De volta a Uberaba, Mário Palmério daria início à construção de um dos seus maiores legados, os estabelecimentos de ensino de formação básica, técnica e por fim superior, que podem ser sintetizados com: os cursos de madureza (1940), o curso primário, (1941), o Ginásio do Triângulo Mineiro (1942), a Escola de Comércio do Triângulo Mineiro (1943), o Liceu do Triângulo Mineiro (1943), a Faculdade de Odontologia (1947), a Faculdade de Direito

[11] Em sua fase inicial, a FFCL funcionou nas dependências da Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica, reunindo cursos de Química, Ciências (Biologia, Botânica, Mineralogia, Paleontologia e Zoologia), Geografia, História, Ciências Sociais, Letras, Física e Matemática, fato que explica a presença do curso de Matemática, a qual Palmério frequentou, em uma Faculdade cujo nome remete a cursos de humanidades.

[12] Ao traçar a trajetória de formação intelectual de Mário Palmério, o professor André Azevedo nos faz uma importante análise, ao afirmar que "Ao esboçar a trajetória da formação intelectual do jovem Mário Palmério, notamos que sua personalidade foi influenciada pelo contato precoce com livros e com o ambiente de diálogo familiar [...]. As disciplinas autoritárias da mãe, do ginásio e da escola militar foram experiências recorrentes em sua formação [...]. A meritocracia e a instrumentalização do ensino para fins de ascensão social também estiveram muito presentes em sua trajetória de estudos. [...] a formação intelectual se deu como aluno regular da escola, mas também nos pomares, nas pescarias, no trote da escola militar, nas experiências de trabalho e no próprio exercício empírico da docência, da política e da escrita" (Fonseca, 2014, p. 512-513).

[13] É importante apontar que não encontramos qualquer documento comprobatório de que Palmério chegou a concluir os seus estudos superiores em Matemática.

(1951), a Escola de Engenharia (1955), as Faculdades Integradas de Uberaba (1970) e, por fim, a Universidade de Uberaba – UNIUBE (1988).

O período da década de 1940 marca, na vida de Palmério, o momento da sua ascensão profissional, não apenas como professor, mas sobretudo como empresário do ramo educacional, o que condiciona a ele também uma rápida ascensão social nos círculos populares e elitistas de Uberaba, dando-o cada vez mais prestígio e distinção.

Figura 02: O jovem professor Mário Palmério



Fonte: Memorial Mário Palmério, UNIUBE, Uberaba (1935)

Entre 1940 e 1941, Palmério e a sua irmã Lourencina criaram o curso Primário e um curso preparatório para a carreira de escriturário. O sucesso das empreitadas obrigou a transferência da sede na qual eram realizadas as aulas, visto que na casa de Lourencina não era possível abrigar tantos alunos e os planos futuros também não comportariam tal expansão, considerando que o futuro Liceu de Palmério ofereceria os cursos pré-primário, primário, ginasial e o técnico comercial com a sua Escola de Comércio, tudo unificado em um único prédio.

Em 1945, foi inaugurado o novo prédio da instituição, que abrigaria o Liceu e onde a família Palmério residiria por muitos anos. Contando todos os cursos que eram oferecidos ali,

o empreendimento possuía mais de cinco centenas de estudantes[14], distribuídos nos três turnos, tendo como base de ensino a educação moral, intelectual e física.

Apesar de não ter cumprido, entre outras promessas, a construção de um ginásio e uma piscina para a prática dos esportes pelos alunos, em 1946, Palmério conseguiu o registro permanente da inspeção e a autorização para a Criação do Colégio do Triângulo Mineiro, o que possibilitaria à instituição oferecer os cursos clássico e científico, fechando o ciclo educacional básico e consolidando o estabelecimento como o terceiro maior da cidade.

Em 1947, Palmério se viu diante da oportunidade de instalação de um curso de educação superior em Uberaba e, atendendo às necessidades do mercado e da população local, criou a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. O inédito empreendimento de Palmério funcionaria nos prédios do Liceu e gozaria de uma grande desconfiança da sociedade, no que se refere à qualidade do ensino a ser ofertado, fato este demonstrado logo na formação da primeira turma da instituição, que contava com 59 alunos, sendo que nenhum era de Uberaba.

Ainda que de forma sintética, compreender um pouco da trajetória de ascensão social e profissional de Palmério, antes do seu ingresso na política partidária e institucional, é fundamental, pois, esse percurso, o levaria rapidamente a ser reconhecido pela sociedade uberabense, o que certamente contribuiu para que o professor conseguisse a sua inserção no mundo da política e passasse a trabalhar com a possibilidade de se eleger deputado federal, ampliando, assim, o alcance dos seus interesses.

Nesse sentido, nas páginas a seguir, buscaremos compreender como Mário Palmério, a partir da sua escalada social e profissional, se insere aos 33 anos de idade no universo político e, logo de início, concorre a uma vaga na Câmara Federal, desbancando importantes nomes da elite política local, a partir de uma candidatura construída no interior do Partido Trabalhista Brasileiro e gozando do prestígio e credibilidade dos signos do getulismo (Fonseca, 2012). Isso é o que veremos a seguir.

1.2 O QUE É ISTO, TRABALHISMO, GETULISMO E PTB?

A compreensão da trajetória política de Mário Palmério passa pelo entendimento do período em que ele estava inserido[15], qual seja: a República Democrática Liberal ou Popular

[14] Segundo André Azevedo, em apenas cinco anos de existência, a instituição havia alcançado o cinquentenário Colégio Marista Diocesano (Fonseca, 2012, p. 96-97).

[15] É preciso deixar claro que o fato de ser necessário apresentar o contexto em que está inserido Palmério, não significa que esse ambiente contextual molda ou influencia de forma definitiva o indivíduo em análise, pelo

Democrática[16], que vai de 1945 a 1964. Apesar do nosso recorte temporal se iniciar em 1950, é fundamental entender o período como um todo e como se formaram as características do que Braudel classificaria como um tempo de média duração.

É necessário esclarecer que, por muito tempo, interpretou-se o período da História do Brasil, que vai de 1945 a 1964, como o período do "populismo", no qual teriam atuado dentro da experiência democrática, líderes carismáticos que presenteavam com benesses o povo e, em troca, recebiam apoio político e eleitoral irrestrito, sem qualquer tipo de contestação das atitudes daquele líder[17],

Essa perspectiva colocou grande parte das lideranças desse período, especialmente os presidentes da República, em uma mesma categoria de análise: o populismo. Isso significa que líderes como Getúlio Vargas, JK, Jânio Quadros, Adhemar de Barros e João Goulart agiam de forma populista, não havendo, assim, qualquer singularidade ideológica ou troca na relação entre eles e o povo, bem como eram manipuladores das massas a partir das suas necessidades[18].

Para a nossa análise, o período de 1945 a 1964 leva em conta três perspectivas ideológicas[19] que nos auxilia, especialmente na compreensão da trajetória política de Palmério e das relações políticas local, regional e nacional. São elas: o trabalhismo, o getulismo e o petebismo.

Muitas vezes, é comum nos perguntarmos: qual desses ideários surgiu primeiro? Na verdade, perceberemos, em uma breve análise, que são complementares e que, muitas vezes, se confundem, mas não há entre eles uma sobreposição ou escala de importância. A intenção aqui é compreendê-los e, a partir da análise das fontes, identificar e responder alguns dos questionamentos desta pesquisa, quais sejam: em qual dessas perspectivas Mário Palmério se inseria ideológica e pragmaticamente? Ele apenas as utilizava conforme sua conveniência para

---

contrário, trabalhamos com a perspectiva de que mesmo que haja influência do contexto, o sujeito toma decisões, escolhe e também influencia o ambiente. Nesse sentido, não há uma tensão, mas uma complementariedade.

[16] A denominação se amolda conforme a perspectiva analítica na qual se encara esse período, como o tempo do populismo democrático ou da democracia liberal. Ademais, isso ocorre na visão de Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves na coleção o Brasil Republicano, em que classificam o período como, simplesmente, "o tempo da experiencia democrática".

[17] A gênese dessa interpretação está vinculada ao trabalho "O populismo na política brasileira" do cientista político Francisco Weffort.

[18] A lógica populista e a sua interpretação foi sendo quebrada ao longo de décadas de estudo e o uso de conceitos, como o de cultura política contribuiu para essa mudança analítica. As reflexões expostas aqui caminham no sentido daquilo que é apresentado por Jorge Ferreira no seu texto "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira", publicado em 2013.

[19] Empregamos aqui o conceito de ideologia como "um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos diversos" (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 2007).

satisfazer seus interesses políticos e econômicos? De que forma esse ideário influenciou ou contribuiu para que ele alcançasse o posto de Embaixador?

A Ditadura Militar brasileira, de 1964-1985, transformou o trabalhismo, getulismo e petebismo em sinônimo de populismo, dando a eles um sentido de desqualificação. O populismo, por sua vez, transformou-se em sinônimo de personificação carismática do poder e associação com a política de valorização dos direitos sociais e trabalhistas, que estavam muito ligados a figura de Vargas e, posteriormente, dos petebistas.

No entanto, é importante compreender que essas ideologias surgiram em momentos históricos específicos e se intercruzaram, tendo como um de seus principais pontos em comum a figura de Getúlio Dorneles Vargas, que durante a ditadura do Estado Novo trabalhou para o fortalecimento da sua imagem, utilizando-se especialmente dos direitos conquistados pelos trabalhadores na CLT.

Nesse ponto, discorrendo sobre a relação entre trabalhismo e getulismo, bem como o papel de Vargas no surgimento desses ideários, Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araújo nos apontam que:

> A pregação estado-novista fundará, como sua ideologia, o trabalhismo e criará um movimento de opinião pública favorável, até mítico, à figura de Getúlio Vargas: o getulismo. Trabalhismo e getulismo são termos que se complementam durante a ditadura, à medida que a defesa e as conquistas do trabalho são diretamente associadas à imagem do chefe de governo (Gomes; D'Araújo, 2021, p. 34).

No entanto, o que seria o trabalhismo? Segundo as autoras, a definição do termo é polêmica, tendo sido associada a outras denominações, como: sindicalismo, varguismo, nacionalismo, socialismo, democracia social, populismo e comunismo (Gomes; D'Araújo, 2021, p. 34).

Ao explanar sobre o trabalhismo no pós-1945, a historiadora Lucília de Almeida Neves nos aponta que:

> A especificidade do trabalhismo brasileiro do pós-45, que também era pluralista, pois havia trabalhistas de diferentes matizes [...] o trabalhismo, apesar de um viés paternalista getulista que era sua semente e que o marcou como tatuagem desde seus primeiros tempos, não só correspondeu a um programa de reformas sociais, nacionalistas e desenvolvimentistas, como também constituiu-se em uma doutrina caracterizada por apresentar um projeto de cidadania bastante específico, no qual se mesclam elementos da social-democracia e do assistencialismo estatal (Neves, 2013, p. 174).

O trabalhismo, em termos ideológicos no Brasil, nunca se constituiu por completo. Tivemos ao longo do tempo, tentativas de moldar um corpo doutrinário do trabalhismo a partir dos escritos de Alberto Pasqualini e San Tiago Dantas, por exemplo. No entanto, o que tínhamos nesse período de concepção acerca do que fosse o trabalhismo girava em torno da prática, fundada nas conquistas da legislação social e trabalhista implementada pelo regime varguista aos trabalhadores.

Dito de outro modo, temos aqui uma espécie de trabalhismo varguista, algo definido em termos das conquistas dos trabalhadores na época do Estado Novo, capitaneadas na figura de seu líder maior. Nesse sentido, procurando afirmar que a sociedade buscava o ideal trabalhista, Getúlio definiu sua concepção sobre o trabalhismo, afirmando que "[...] o que a sociedade moderna aspira é ao trabalhismo – ou seja, a harmonia entre todas as classes, a democracia com base no trabalho e no bem-estar do povo. [...] Nem a ditadura do proletariado, nem a ditadura das elites" (Gomes; D'Araújo, 2021, p. 90-91).

Temos, aqui, na concepção defendida por Vargas, um trabalhismo voltado à "política de conciliação de classes", na qual o ambiente social deve atender as aspirações de todas as classes, garantindo-se o lucro aos patrões e os direitos de proteção aos trabalhadores. Dessa maneira, o trabalhismo não existiria sem Getúlio e, por consequência, o PTB, meio partidário de efetivação do trabalhismo e do getulismo após o Estado Novo, que não se criaria sem Vargas.

O PTB nasce no interior burocrático do Ministério do Trabalho no fim do Estado Novo, período em que setores da sociedade reclamavam por democracia, liberdade, eleições e um sistema partidário. O PTB nasce com Vargas e para Vargas. Nesse sentido, Ângela de Castro e Maria Celina mencionam que "O PTB nascera de e para Vargas, ainda no Estado novo, e se afirmara nas eleições de 1945 com Vargas" (Gomes; D'Araújo, 2021, p. 65).

Nascia, portanto, como um partido com ideais trabalhistas e com uma forte vinculação com os trabalhadores, mas o seu pano de fundo era a defesa da obra social de Getúlio e da figura carismática da sua maior liderança. Nesse sentido, nos aponta em um importante estudo sobre o PTB, a historiadora Maria Celina D'Araújo:

> Na memória petebista, portanto, permanece a associação entre PTB, Vargas, trabalhadores – pelegos ou não –, anticomunismo, nacionalismo e desenvolvimento nacional. [...]. Os objetivos do PTB, eram em princípio, os mesmos do queremismo, isto é, promover a imagem de Vargas, fazer a defesa da legislação social criada durante o Estado Novo e garantir a continuidade de uma política governamental que preservasse os direitos sociais já conquistados (D'Araújo, 1996, p. 25-26).

Dessa forma, o PTB se constituirá em partido, que ideologicamente, abarcará os signos do getulismo e do trabalhismo ao mesmo tempo, conforme nos aponta Ângela de Castro e Maria Celina, ao afirmarem que "O PTB era Getúlio, ou seja, eleitoralmente, o trabalhismo espelhava sua face ideológica. Trabalhismo era getulismo, pois fora "inventado" nestes termos" (Gomes; D'Araújo, 2021, p. 66)[20]. O Trabalhismo não existiria sem Getúlio e o PTB não se criaria sem ele.

O partido tinha nas questões sociais e na organização tutelada e não conflitiva da participação política dos trabalhadores um dos eixos de suas preocupações. Era um misto de dirigismo estatal e conotação distributivista e participacionista da classe proletária.

O PTB, portanto, nasce tendo como um dos seus principais objetivos a veiculação e defesa do legado trabalhista de Vargas[21]. Ele surge como um partido de massas, que se aproxima de diferentes espectros políticos, o que reflete a formação dos seus quadros, tendo como base os trabalhadores e os sindicatos, mas abrigando, também, os patrões ou pessoas de classes mais abastadas.

Em princípio, o PTB busca se formar a partir da organização sindical constituída pelo Ministério do Trabalho nos anos de Estado Novo, daí o seu caráter burocrático e sindicalista[22]. A sua natureza ideológica estaria centrada no trabalhismo inglês, enquanto a sua natureza organizativa esteve ligada ao oficialismo do Ministério do Trabalho. Havia, ainda, uma forte vinculação entre a ação sindical e a militância partidária (Gomes; D'Araújo, 2021).

No entanto, buscando se fortalecer regionalmente como organização partidária, o partido absorverá os comitês queremistas e os seus integrantes, transformando-os em diretórios municipais. É importante pontuar que o petebismo, como organização partidária trabalhista, diferia-se do queremismo, movimento social de caráter varguista, que havia sido criado com o objetivo de defender a permanência de Getúlio no poder. No entanto, o PTB e o queremismo bebiam na mesma fonte de legitimidade e orbitavam em torno do mesmo foco de atuação: a figura de Getúlio Vargas (Gomes; D'Araújo, 2021).

---

[20] Nesse sentido também no aponta Lucília de Almeida Neves, afirmando que "Na verdade, o PTB, partido que pode ser identificado como expressão mais bem acabada do trabalhismo brasileiro [...]" (Neves, 2013, p. 175).

[21] É importante pontuar que, apesar do apartidarismo e personalismo de Vargas, o sistema partidário pós-1945, surge vinculado à figura do Presidente, uma vez que os três principais partidos criados após o fim do Estado Novo orbitaram em torno do getulismo. Enquanto o PSD e o PTB tinham um caráter fortemente getulista, apesar das suas divergências ideológicas e de composição social de classes, a UDN, por sua vez, apresentava-se com uma ação frontalmente antigetulista.

[22] Nesse sentido nos colocam Mária Celina e Ângela de Castro, afirmando que "O provável modelo inspirador do PTB foi o Partido Trabalhista Inglês, e suas bases foram efetivamente montadas a partir do Ministério do Trabalho, ou seja, com a utilização das lideranças sindicais e dos organismos previdenciários" (D'Araújo; Gomes, 2021, p. 45-46).

Apesar de Vargas ser avesso à institucionalidade partidária (D'Araújo, 1996), o PTB foi um importante instrumento para mantê-lo politicamente ativo e disseminar a sua obra trabalhista criada nos anos de Estado Novo. Para Vargas, o PTB tinha basicamente três finalidades: manter e aperfeiçoar as leis trabalhistas; representar os trabalhadores e defender projetos nacionalistas e reformistas perante o Congresso Nacional[23].

Como um partido de gênese personalista e carismática, que orbitou em torno da figura de Getúlio, o PTB seria um fracasso organizacional e os seus primeiros anos seriam marcados por fortes problemas de identidade e sucessivas disputas internas de lideranças pelo controle do partido, o que conforme veremos ao longo do trabalho, não ocorreu apenas em nível nacional, mas também local e regional.

Nesse sentido, nos aponta Lucília de Almeida Neves, ao afirmar que "Marcado pelo personalismo de Vargas, o PTB, no seu processo de estruturação, não conseguiu institucionalizar mecanismos internos que permitissem a participação de correntes oposicionistas, nem a consolidação de lideranças secundárias [...]" (Neves, 1996, p. 61).

O PTB, portanto, não era homogêneo, existindo no interior do partido diversas correntes de atuação. Havia tendências ideológicas, políticas e de facções que se confrontaram e se articularam em contextos distintos, como a getulista e a reformista. Nesse sentido, conforme a classificação atribuída por Lucília de Almeida Neves, três tendências principais do trabalhismo se integraram ao PTB, eram elas: os getulistas pragmáticos, os doutrinários trabalhistas[24] e os pragmáticos reformistas (Neves, 2013).

Há duas correntes que nos interessam pontuar em uma definição mais detida: a dos getulistas pragmáticos e dos pragmáticos reformistas, que para nós, são aquelas em que Mário Palmério orbitará e na qual estabelecerá as suas relações político-partidárias ao longo da sua trajetória política.

Em relação aos getulistas pragmáticos, Lucília Neves nos aponta que:

---

[23] Faz-se mister ressaltar que o nacionalismo defendido pelo PTB se confundia com o nacionalismo pregado por Vargas, especialmente no que concerne à implementação de alguns projetos no seu segundo governo (1951-1954), como a criação da Petrobrás e da Vale do Rio Doce e a monopolização da exploração de petróleo e minérios.

[24] Essa corrente reuniu nos seus quadros, intelectuais e profissionais liberais, de formação universitária, que tinham o objetivo de construir um projeto trabalhista embasado em algumas proposições centrais: o nacionalismo, a proximidade com a social-democracia, a contraposição ao comunismo, maior identidade com o socialismo reformista, independência em relação ao aparelho burocrático do Estado e a projetos personalistas de quaisquer líderes políticos. Em relação a esse último aspecto, os doutrinários trabalhistas lutavam para que o PTB não fosse tributário na sua existência a nenhuma liderança, especialmente Getúlio, pois vinham que, se o partido teve como marca de origem o getulismo, precisava dali em diante caminhar a partir da doutrina trabalhista. Alberto Pasqualini foi uma das suas maiores lideranças, bem como Fernando Ferraria, Sérgio Magalhães e Santiago Dantas.

> O primeiro grupo traduzia um projeto de trabalhismo que se confundia com o personalismo varguista. Suas principais propostas poderiam ser sintetizadas em dois lemas principais: **cultivar o carisma de Getúlio Vargas** como instrumento de mobilização política e social dos trabalhadores, através de uma ação pragmática, e **lutar para a manutenção da legislação trabalhista** implantada ao longo da década de 30 e início de 40 (Neves, 2013, p. 179, grifo nosso).

O primeiro grupo, desse modo, orbitava em torno da figura de Vargas, formando os seus princípios ideológicos e sua atuação pragmática a partir de um "trabalhismo varguista". Além da mobilização e representação dos trabalhadores, o getulismo pragmático se preocupava com o nacionalismo como projeto de desenvolvimento econômico nacional, o desenvolvimentismo que se colocava como um fator de modernização da economia e um projeto de distribuição de riquezas e benefícios sociais (Neves, 2013).

Os representantes dessa tendência foram hegemônicos nos anos iniciais de atuação do PTB, em que o trabalhismo se confundiu e se fundiu com o partido. O PTB, nessa perspectiva, correspondeu ao projeto trabalhista de Vargas, que visava fazer emergir a política eleitoral na política sindical, objetivando dar maior suporte e continuidade ao projeto trabalhista e social do varguismo, iniciado nas décadas de 1930 e 1940.

Conforme nos aponta Lucília de Almeida Neves sobre a atuação petebista pautada na corrente getulista, "Os primeiros anos do trabalhismo petebista foram substanciais para a arrancada de um projeto trabalhista que se confundia, àquela conjuntura, umbilicalmente, com o getulismo e com o paternalismo e pragmatismo que lhe eram peculiares" (Neves, 2013, p. 186).

A segunda corrente que nos interessa, a dos pragmáticos reformistas, ganhou maior projeção e poder após a passagem de João Goulart pelo Ministério do Trabalho. Discorrendo sobre o que representou essa corrente de atuação no interior do PTB, Lucília de Almeida Neves nos afirma que

> [...] traduziu o casamento entre as proposições discursivas do trabalhismo doutrinário e uma prática política que mesclava traços herdados do getulismo e do trabalhismo dos primeiros tempos, com uma renovação substantiva do próprio trabalhismo, que passou a se confundir/fundir com nacionalismo, reformismo e projeto de maior autonomia política para os trabalhadores (Neves, 2013, p. 195).

Esse foi um misto, portanto, da prática dos getulistas pragmáticos e do ideário dos doutrinários trabalhistas. A passagem de Jango[25] pelo Ministério do Trabalho marcou a entrada em cena da ala reformista pragmática do PTB, mostrando o forte paternalismo na participação dos sindicatos, a partir da influência varguista e do viés de justiça social e distributivismo do pensamento de Alberto Pasqualini. Goulart e os demais reformistas incorporaram ao partido, preocupações como justiça e solidariedade social, bem como a adoção de princípios nacionalistas.

O PTB, para essa corrente, seria uma representação institucional e organizativa do trabalhismo, mas um trabalhismo nacionalista, reformista e que almejava uma maior autonomia dos trabalhadores. Ela era uma espécie de trabalhismo social-democrata, que tinha nas reformas nacionalistas, no assistencialismo, no dirigismo estatal e no distributivismo a sua base de atuação, especialmente nas medidas adotadas por João Goulart no seu governo de 1961 a 1964. O trabalhismo era concebido como um projeto efetivo de desenvolvimento econômico e social para o país.

A análise dessas correntes nos auxilia na compreensão dos interesses ideológicos, eleitorais e de poder do PTB, partido que nasceu a partir do trabalhismo e do carisma de Vargas, que foi tentando se moldar como representante legítimo dos trabalhadores e defensor perpétuo do legado trabalhista de Getúlio. Desse modo é que o trabalhismo, getulismo e PTB se confundem e se tornam uma das bases da ideologia e da prática política popular no período de 1945 a 1964.

Não há, dessa forma, como analisar a trajetória política de Mário Palmério e as relações políticas que o permearam e que nos interessam analisar, sem levar em consideração que ele estava inserido no "caleidoscópio trabalhismo, getulismo e PTB", influenciando e sendo influenciado pelo contexto que marca o momento da sua atuação política, bem como pelo ideário, os interesses e os atores que ele estava a se relacionar.

Tendo isso em mente, analisaremos, a seguir, como ocorreu o ingresso de Mário Palmério na política e de que forma se sucedeu o pleito eleitoral de 1950, em que ele buscou um mandato na Câmara Federal pela primeira vez, de maneira a compreender como ele se comportou em termos ideológicos e partidários no campo político-eleitoral de Uberaba.

[25] É importante pontuar que Jango assumiu o Ministério do Trabalho concomitantemente à presidência do diretório nacional do PTB, o que desde então o tornou o herdeiro natural de Getúlio dentro do partido, trazendo uma relativa estabilidade ao partido, que desde sua fundação viveu sucessivos conflitos sucessórios de poder no seu interior.

1.3 A POLÍTICA BATE À PORTA: AS ELEIÇÕES DE 1950

As eleições de 1950 foram um marco em todo o Brasil, especialmente porque marcaria o retorno de Getúlio Vargas ao cenário político-eleitoral na disputa presidencial. Naquele ano, seriam eleitos, além do presidente e vice-presidente da República, governadores, deputados estaduais e federais, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em todo o Brasil.

Havia, nesse momento, uma divisão na política nacional. De um lado, tinham os aliados do governo Dutra e antigetulistas, que partidariamente estavam reunidos na UDN e no PSD, vindo posteriormente a compor, também, o PR. Do outro lado estavam os adeptos do getulismo e da defesa do retorno de Getúlio ao poder para romper com os projetos considerado "liberalizantes e antinacionalistas" do governo Dutra.

O principal objetivo dos antigetulistas era justamente evitar uma vitória e o retorno de Vargas ao poder, que tinha no PTB seu principal aliado na defesa do seu legado e do trabalhismo varguista. Há nesse contexto, uma tentativa de se lançar uma candidatura de união nacional encabeçada por PSD, UDN e PR, que buscasse derrotar Getúlio, o que, no entanto, não teria êxito.

O fracasso do acordo interpartidário levaria a UDN a lançar o Brigadeiro Eduardo Gomes, que já havia sido o candidato em 1945, e o PSD lançaria o mineiro Cristiano Machado. Do outro lado, o PTB de Vargas se alinharia com o PSP do governador paulista Adhemar de Barros e dessa maneira estava armado o palco para o teatro eleitoral de 1950.

Assim como Vargas foi um elemento conformador na constituição do sistema partidário pós-1945, o seu nome também seria a base pendular das eleições de 1950, fato que ressoou nas eleições regionais e locais em todo o Brasil. Getulismo e antigetulismo comporiam o enredo das disputas eleitorais país afora.

É nesse contexto que Mário Palmério, aos 33 anos de idade, em meio à sua ascensão social e profissional nos círculos da conservadora Uberaba, lançou-se no mundo da política e, para tanto, "escolheu" o Partido Trabalhista Brasileiro, apoderando-se dos signos do getulismo para disputar a sua primeira campanha para deputado federal.

1.3.1 A "Carta aos Triangulinos"

Um movimento separatista propunha, desde os finais do século XIX, que a região do Triângulo Mineiro se separasse de Minas Gerais e se tornasse uma unidade federativa

autônoma. Esse movimento variou conforme as condições históricas do contexto em que se encontrava, em maior ou menor evidência.

Entretanto, estiveram quase sempre, associados a dois argumentos base: o primeiro, se dava no campo dos tributos e afirmava que o estado de Minas não dava o devido retorno para a região, na proporção em que os triangulinos contribuíam para os cofres do erário mineiro; o segundo, de ordem territorial e cultural, afirmava que a região tinha uma maior ligação com São Paulo e Goiás, do que com Minas Gerais, visto já ter pertencido a região triangulina, a esses estados no período colonial.

O Triângulo sempre foi visto como uma região rica, próspera e de gente trabalhadora, de forma que Minas é interpretado como um estado que sugava as riquezas da região sem nada dar o que é devido em troca. Segundo André Azevedo da Fonseca"[...] as crises identitárias e a questão do emancipacionismo se configuram como elementos fundamentais da cultura política regional" (Fonseca, 2012, p. 208), o que teria, em certa medida, inspirado Palmério a levantar essa bandeira nas eleições de 1950 e dado continuidade na sua defesa, ao longo do seu primeiro mandato.

Os defensores do separatismo do Triângulo alegavam que os problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados pela região eram fruto do descaso do poder central de Minas, que não retribuía ao Triângulo, aquilo que o Triângulo dava ao estado. A única solução para a modernização da região, portanto, seria a separação. Buscava-se, assim, a criação de uma identidade triangulina, que ancorasse as aspirações dos separatistas.

Até 1949, Palmério não havia manifestado publicamente nenhum interesse em ingressar na vida político-partidária e muito menos disputar uma vaga na Câmara Federal. No entanto, ao longo da década de 1940, com a construção dos seus empreendimentos educacionais, participou ativamente no desenvolvimento e na prestação de serviços assistenciais para a região do Triângulo Mineiro, seja fornecendo atendimentos na policlínica da Faculdade de Odontologia, com as turmas volantes que percorriam toda a região prestando assistência odontológica ou, ainda, com a concessão de bolsas de estudo à alunos carentes[26]. Tudo isso fez com que Palmério conquistasse grande visibilidade entre a população e os poderes públicos e, com essas ações, o seu nome passou a se fazer conhecido.

[26] Aproveitando-se da Faculdade de Odontologia, firmou Convênio com a Secretaria Estadual de Saúde, propiciando atendimento odontológico às crianças de 6 a 14 anos em Uberaba, Nova Ponte, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Conquista, Sacramento e Veríssimo.

A princípio, Palmério era adepto das ideias que defendiam a separação do Triângulo Mineiro do estado de Minas. Almejando se apresentar como um possível nome para o pleito de 1950, em 13 e 14 de março daquele ano, publicou, respectivamente, nas edições dos Jornais "O Triângulo" e "Lavoura e Comércio", a denominada "Carta aos Triangulinos", manifesto assinado por ele, no qual apresentava a sua visão acerca da realidade regional e "lançava"[27], em certa medida, a sua candidatura a deputado federal.

Figura 03: "Carta aos Triangulinos", veiculada na edição de 14 de março de 1950 do Jornal Lavoura e Comércio



Coluna livre

Carta aos Triangulinos

PROFESSOR MÁRIO DE ASCENÇÃO PALMÉRIO

Aproximando-se a época da largo e intensa campanha eleitoral a ser levada a cabo pelos diversos partidos políticos nacionais e com o fim de obter a preferência popular para a eleição de seus candidatos aos órgãos legislativos e executivos municipais, estaduais e federais, é necessário e oportuno o início de um trabalho de esclarecimento do povo do Triângulo Mineiro, trabalho esse, que deve ser sistemático e persistente e visando a solução de alguns de nossos maiores e mais momentosos problemas. E' absolutamente necessário tal empreendimento e, sobretudo, oportuno, porque é facilmente previsível a demagogia que presidirá aquela campanha, dadas, não somente a descontentamento geral do povo em face da ausência de um ideário objetivo norteando as atitudes da maioria dos dirigentes políticos do país, como também a revivescimento de sentidas reivindicações regionais. Dentre estas, o separatismo do Triângulo Mineiro, por exemplo, será a bandeira que defraldarão alguns partidos e, melhor, alguns líderes políticos regionais que, sem terem realizado até agora, nenhum trabalho positivo nesse sentido ou, pelo menos, sabido reconhecer as características próprias e as mais necessitadas dos grandes e progressistas municípios que compõem esta região, irão, agora explorarem bem notícia própria um sentido movimento que tanta repercussão sempre teu encontrado em nosso meio. Não somos contrários ao separatismo do Triângulo Mineiro. Reconhecemos, apontamos, que a emancipação de nossa vasta e rica zona territorial integrada num grande nacional, sério e profundo, de redistribuição e recomposição das unidades federativas brasileiras, melhor adequada às nossas atuais realidades, é, sem dúvida, uma idéia cuja política merece a mais detida consideração. Devemos, portanto, estudar e tratar, mesmo de separatista, sob esse primeiro ângulo, de interesse nacional. Nascendo, como um problema local, isolado, particular, apenas "nosso".

E' uma questão que, pela sua magnitude e pelas suas relações de ordem social, econômica e política com as demais unidades da Federação, deve merecer um debate responsável um elevado nível por parte de parlamentares especiais, mesmo porque o pronunciamento das nossas câmaras e indiscutivelmente a assunto de magna importância. Tudo elevado, com a participação de representantes de todas as outras zonas territoriais brasileiras interessadas em uma nova e mais racional divisão político-administrativa do País e à luz dos vários estudos já realizados, entre os quais deve ser citado o atual e desaparecido trabalho empreendido pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Debater este problema, porém, como mera repressão ou espantosa ameaça contra o indiferentismo — real ou inexistente — dos governos estaduais com relação às nossas necessidades ou recusa a que negativa em corresponder às pretensões de grupos ou correntes partidárias, é praticar demagogia extremamente nociva aos nossos interêsses. Os governos mineiros, tanto o atual como os anteriores, tendam e já cansaram de demonstrar, mesmo, ultimamente, a nossos olhos e bem informados, que nada fizeram ou procuram ou procuraram fazer em benefício de todo o nosso Estado, despidos de elementares preconceitos regionalistas e que, portanto, mesmo, aceitariam a Reforma territorial desde que esta viesse promover o bem geral da Nação. Não há de ser a secular permanência, ao lado dêsses homens, de alguns políticos e administradores inúteis e facciosos, que justifique um movimento precipitado, cheio de complicações, isolado geral se não for devidamente orientado e conduzido, mais consequências de toda a sorte.

Triangulinos:

Examinadas as nossas possibilidades eleitorais, feita a necessidade a auto-crítica de nosso procedimento até hoje, verificamos que vimos desprezando a nossa própria força, enfraquecendo, lamentavelmente, a nossa própria posição e, consequentemente, não podemos culpar estranhos pelo nosso desprestígio. Somos, no Triângulo Mineiro, um contingente eleitoral poderoso. Foram de cerca de 150.000 pessoas que votaram nas últimas eleições. E quantos representantes destinados às câmaras estadual e federal, elegemos? Concentrando nossa força e prestígio num só candidato, até agora, eleger um trabalho de esclarecimento do povo do Triângulo Mineiro, trabalho esse, que deve ser sistemático e persistente e visando a solução de alguns de nossos maiores e mais momentosos problemas. E' absolutamente necessário tal empreendimento e, sobretudo, oportuno, porque é facilmente previsível a demagogia que presidirá aquela campanha, dadas, não somente a descontentamento geral do povo em face da ausência de um ideário objetivo norteando as atitudes da maioria dos dirigentes políticos do país, como também a revivescimento de sentidas reivindicações regionais. Dentre estas, o separatismo do Triângulo Mineiro, por exemplo, será a bandeira que defraldarão alguns partidos e, melhor, alguns líderes políticos regionais que, sem terem realizado até agora, nenhum trabalho positivo nesse sentido ou, pelo menos, sabido reconhecer as características próprias e as mais necessitadas dos grandes e progressistas municípios que compõem esta região, irão, agora explorarem bem notícia própria um sentido movimento que tanta repercussão sempre teu encontrado em nosso meio. Não somos contrários ao separatismo do Triângulo Mineiro. Reconhecemos, apontamos, que a emancipação de nossa vasta e rica zona territorial integrada num grande nacional, sério e profundo, de redistribuição e recomposição das unidades federativas brasileiras, melhor adequada às nossas atuais realidades, é, sem dúvida, uma idéia cuja política merece a mais detida consideração. Devemos, portanto, estudar e tratar, mesmo de separatista, sob esse primeiro ângulo, de interesse nacional. Nascendo, como um problema local, isolado, particular, apenas "nosso".

E' uma questão que, pela sua magnitude e pelas suas relações de ordem social, econômica e política com as demais unidades da Federação, deve merecer um debate responsável um elevado nível por parte de parlamentares especiais, mesmo porque o pronunciamento das nossas câmaras e indiscutivelmente a assunto de magna importância. Tudo elevado, com a participação de representantes de todas as outras zonas territoriais brasileiras interessadas em uma nova e mais racional divisão político-administrativa do País e à luz dos vários estudos já realizados, entre os quais deve ser citado o atual e desaparecido trabalho empreendido pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Debater este problema, porém, como mera repressão ou espantosa ameaça contra o indiferentismo — real ou inexistente — dos governos estaduais com relação às nossas necessidades ou recusa a que negativa em corresponder às pretensões de grupos ou correntes partidárias, é praticar demagogia extremamente nociva aos nossos interêsses. Os governos mineiros, tanto o atual como os anteriores, tendam e já cansaram de demonstrar, mesmo, ultimamente, a nossos olhos e bem informados, que nada fizeram ou procuram ou procuraram fazer em benefício de todo o nosso Estado, despidos de elementares preconceitos regionalistas e que, portanto, mesmo, aceitariam a Reforma territorial desde que esta viesse promover o bem geral da Nação. Não há de ser a secular permanência, ao lado dêsses homens, de alguns políticos e administradores inúteis e facciosos, que justifique um movimento precipitado, cheio de complicações, isolado geral se não for devidamente orientado e conduzido, mais consequências de toda a sorte.

Triangulinos:

Examinadas as nossas possibilidades eleitorais, feita a necessidade a auto-crítica de nosso procedimento até hoje, verificamos que vimos desprezando a nossa própria força, enfraquecendo, lamentavelmente, a nossa própria posição e, consequentemente, não podemos culpar estranhos pelo nosso desprestígio. Somos, no Triângulo Mineiro, um contingente eleitoral poderoso. Foram de cerca de 150.000 pessoas que votaram nas últimas eleições. E quantos representantes destinados às câmaras, estadual e federal, elegemos? Concentrando nossa força e prestígio num só candidato, até agora, eleger um trabalho de esclarecimento do povo do Triângulo Mineiro, trabalho esse, que deve ser sistemático e persistente e visando a solução de alguns de nossos maiores e mais momentosos problemas. E' absolutamente necessário tal empreendimento e, sobretudo, oportuno, porque é facilmente previsível a demagogia que presidirá aquela campanha, dadas, não somente a descontentamento geral do povo em face da ausência de um ideário objetivo norteando as atitudes da maioria dos dirigentes políticos do país, como também a revivescimento de sentidas reivindicações regionais. Dentre estas, o separatismo do Triângulo Mineiro, por exemplo, será a bandeira que defraldarão alguns partidos e, melhor, alguns líderes políticos regionais que, sem terem realizado até agora, nenhum trabalho positivo nesse sentido ou, pelo menos, sabido reconhecer as características próprias e as mais necessitadas dos grandes e progressistas municípios que compõem esta região, irão, agora explorarem bem notícia própria um sentido movimento que tanta repercussão sempre teu encontrado em nosso meio. Não somos contrários ao separatismo do Triângulo Mineiro. Reconhecemos, apontamos, que a emancipação de nossa vasta e rica zona territorial integrada num grande nacional, sério e profundo, de redistribuição e recomposição das unidades federativas brasileiras, melhor adequada às nossas atuais realidades, é, sem dúvida, uma idéia cuja política merece a mais detida consideração. Devemos, portanto, estudar e tratar, mesmo de separatista, sob esse primeiro ângulo, de interesse nacional. Nascendo, como um problema local, isolado, particular, apenas "nosso".

E' uma questão que, pela sua magnitude e pelas suas relações de ordem social, econômica e política com as demais unidades da Federação, deve merecer um debate responsável um elevado nível por parte de parlamentares especiais, mesmo porque o pronunciamento das nossas câmaras e indiscutivelmente a assunto de magna importância. Tudo elevado, com a participação de representantes de todas as outras zonas territoriais brasileiras interessadas em uma nova e mais racional divisão político-administrativa do País e à luz dos vários estudos já realizados, entre os quais deve ser citado o atual e desaparecido trabalho empreendido pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Debater este problema, porém, como mera repressão ou espantosa ameaça contra o indiferentismo — real ou inexistente — dos governos estaduais com relação às nossas necessidades ou recusa a que negativa em corresponder às pretensões de grupos ou correntes partidárias, é praticar demagogia extremamente nociva aos nossos interêsses. Os governos mineiros, tanto o atual como os anteriores, tendam e já cansaram de demonstrar, mesmo, ultimamente, a nossos olhos e bem informados, que nada fizeram ou procuram ou procuraram fazer em benefício de todo o nosso Estado, despidos de elementares preconceitos regionalistas e que, portanto, mesmo, aceitariam a Reforma territorial desde que esta viesse promover o bem geral da Nação. Não há de ser a secular permanência, ao lado dêsses homens, de alguns políticos e administradores inúteis e facciosos, que justifique um movimento precipitado, cheio de complicações, isolado geral se não for devidamente orientado e conduzido, mais consequências de toda a sorte.

Triangulinos:

Examinadas as nossas possibilidades eleitorais, feita a necessidade a auto-crítica de nosso procedimento até hoje, verificamos que vimos desprezando a nossa própria força, enfraquecendo, lamentavelmente, a nossa própria posição e, consequentemente, não podemos culpar estranhos pelo nosso desprestígio. Somos, no Triângulo Mineiro, um contingente eleitoral poderoso. Foram de cerca de 150.000 pessoas que votaram nas últimas eleições. E quantos representantes destinados às câmaras, estadual e federal, elegemos? Concentrando nossa força e prestígio num só candidato, até agora, eleger

1. — Alistamento eleitoral intensivo.

2) Que cada eleitor se transforme numa propagandista e multiplicador do alistamento e ensine aos que ainda não se qualificaram como proceder. Fazer novos eleitores sem a preocupação de serem, êstes, possíveis e futuros adversários políticos. Intensificar e alistamento numa verdadeira campanha cívica, sem preconceitos partidários, sem certeza de vistas. Mais eleitores, maior força, lembremo-nos disto!

2. — Véto sistemático, porem leal e honesto:

a) — a candidatos oriundos de outras zonas do Estado, que não o Triângulo Mineiro, abrindo-se exceção apenas para aquêles cuja norma de bons serviços ao povo e ao país seja publicamente reconhecida ou que, apesar de não terem tido oportunidade de fazer política, possam apresentar contribuições e realizações úteis ao progresso das comunidades em que vivem.

b) — a candidatos que, já tendo tido oportunidade de exercer o mandato popular, tanto em funções legislativas como executivas, fracassaram, deixando de pleitear, obter ou executar medidas que visem o progresso e o bem estar do povo.

c) — a candidatos que se apresentem descompromissados de ponto de vista bem definidos, programas e particularizações concretas e que se reconheçam como simples beneficiários de indicações partidárias penos justificáveis.

3. — Votar, somente, em candidatos que assumam, publicamente, o compromisso de trabalhar decididamente pela concretização dos programas de seus partidos, pugnando fazer que êstes, por seus eleitos, largamente difundidos em manifestos, comícios, etc. Em candidatos que tenham a franqueza e a lealdade de se manifestar favoravelmente, ou não, relativamente às teses e ideário da atualidade, principalmente às questões seguintes: Reforma Agrária e Trabalhista (leis protetoras do trabalhador, salário mínimo, férias remuneradas, participação nos lucros das empresas, higiene do trabalho, etc.)

4. — Exigir dos candidatos, pertencentes a quaisquer partidos políticos e que venham solicitar os votos da população do Triângulo Mineiro, que se comprometam, publicamente, a lutar pela obtenção de medidas de caráter regional, além das de caráter geral e definidas nos programas de seus partidos. Sugerimos algumas dessas medidas que, dentre muitas outras que podem estar aqui omitidas, poderão beneficiar grandemente nossa região, caso obtidas pelos nossos futuros parlamentares e dirigentes:

a) Participação no Governo Federal no Triângulo Mineiro, de homens capazes de integrar, com brilhantismo e quantos representativos do Estado. Sua convocação para a participação ativa no Governo Federal é reivindicação justíssima dada a importância política e econômica de nossa região. Ninguem melhor do que nós para conhecer de nossas necessidades e consequentemente, para procurar atendê-las.

b) Assistência Sanitária

Ampliação e melhor aparelhamento dos serviços de Saúde Pública; criação de serviços volantes de assistência médica e dentária às populações da zona rural; serviços fluviais e volantes especialmente destinados ao combate à Malária e ao Mal de Chagas, moléstias que infestam grandes e ricas zonas do Triângulo Mineiro; subvenções substanciais aos satisfatórios nos hospitais, asilos, casas de caridade e aos outros estabelecimentos de assistência social já em existência e promoção de auxílio financeiro eficaz às Prefeituras e às associações particulares já que se fundem para tal fim, beneficiando-se, principalmente, as cidades e povoações que não contam com êsses recursos.

c) Assistência Educacional.

Instalação e manutenção, nas nossas cidades, de Grupos Escolares, obedecida, no mínimo, a seguinte proporção: um estabelecimento, com capacidade para turmas diurnas, de 500 alunos, para cada povoação de 5.000 habitantes e dispondo de um serviço médico-dentário anexo; planejamento para a instalação e manutenção de Escolas Rurais, de modo a se atender às necessidades das famílias dos nossos trabalhadores rurais; instalação de um grande estabelecimento de ensino secundário, sob regime de inspeção federal, nas cidades de mais de 10.000 habitantes, ministrando-se ensino gratuito, auxílio financeiro aos particulares que desejarem instalar estabelecimentos secundários nas cidades de mais de 10.000 habitantes. Criação de cursos técnicos para atender às prementes necessidades de nossa agricultura, pecuária e indústria. Criação, pelos governos, ou por sociedades de ensino ou particulares subvencionados, de, pelo menos escolas técnicas e superiores de Medicina, Engenharia, Agricultura, Veterinária, Química Industrial e Ciências Econômicas, preparando-se, assim, a organização da Universidade do Triângulo Mineiro, integrando-se diversos estabelecimentos de ensino técnico ou superior que devem ser instalados em diversas cidades do Triângulo Mineiro, obedecidas as condições culturais e a necessidade do curso de cada uma dessas cidades. Aperfeiçoamento das instalações dos estabelecimentos de ensino primário, secundário, técnico e superior já existentes ou a serem criados, para o funcionamento de cursos noturnos de alfabetização de adultos e, mesmo, de classes isoladas, no próprio da noite, para o ensino primário, secundário e técnico, permitindo-se a freqüência dos filhos dos trabalhadores, impossibilitados, por suas ocupações diárias, de frequentar os cursos diurnos. Facilidades para a aquisição de maquinário agrícola. Assistência efetiva ao criador e ao lavrador, com o fornecimento fácil e abundante de sementes, mudas, adubos e fertilizantes. Assistência técnica, material e, principalmente, financeira real e eficaz aos lavradores; interferência dos governos no sentido de libertar o agricultor das mãos dos intermediários insaciáveis, garantindo-se preços justos compensadores por ocasião das colheitas. Proteção ao trabalhador do campo, estendendo-se-lhe os benefícios das leis trabalhistas (Consolação Trabalhista).

e) Elaboração de um plano rodoviário racional e atendendo às necessidades dos municípios triangulinos. Construção e conservação das estradas inter-municipais por parte dos governos estaduais e federal.

f) Prolongamento dos trilhos da Rêde Mineira de Viação, passando pelas cidades de Veríssimo, Frutal e Iturama. Penetração, no Triângulo Mineiro, da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, abrindo-se um ramal ligando Uberaba a Araguari, atualmente debatido pelos municípios interessados, devendo-se-lhe, definitivamente o tiveram conselho de que tal medida venha trazer prejuízos à economia mineira.

g) Aproveitamento do nosso potencial hidro-elétrico fornecido pela Cachoeira Dourada, Canal de São Simão, Corredeiras dos Patos, do Marimbondo, dos Índios, etc. etc. mediante amplo e definitivo estudo de suas possibilidades, com o fim de se produzir e de se distribuir energia elétrica abundante e barata aos nossos municípios e aos medios do que vem fazendo o Governo Federal em benefício das zonas adjacentes à Cachoeira de Paulo Afonso, no nordeste brasileiro.

Estas, Triangulinos, apenas algumas das medidas que já deviam ter merecido debates e estudos parlamentares nossos. E se tal ainda não aconteceu, responsabilizemos a nossa ausência nas câmara legislativas e a não participarmos, democraticamente, da vida política de nossa região.

SERIA VERDADE OU NÃO ?

e porque muitos têm crê em mim" ?...

"Lavoura e Comercio" em 1910

15 DE DEZEMBRO

A população de Sacramento distribuirá gratuitamente, a partir de Domingo, distando a recomendação do ato que se realizará, para a qual convida o revmo. Conego Pedro Lodo do Santos.

A eximia pianista conterrânea Maliha Marcelles realizou, com muita agrado, a sua festa artística no Cinema, Triangulo, merecendo verdadeira consagração popular.

Foi exonerado do cargo de escrivão da Coletoria Estadual desta cidade o sr. Luiz Gonzaga Guimarães, que ha muito vinha exercendo êste cargo.

Vai ser posto em concorrência publica o fornecimento de agua potavel à população desta cidade, assim da maneira mais satisfatoria e vantajosa para o povo.

Chegou, ontem, a esta cidade o sr. dr. Fernando Gomes de Carvalho, recentemente nomeado 2º delegado regional de policia para o de nesta cidade.

Foi exonerado do cargo de escrivão da Coletoria Estadual desta cidade o sr. Luiz Gonzaga Guimarães, que ha muito vinha exercendo êste cargo.

Vai ser posto em concorrência publica o fornecimento de agua potavel à população desta cidade, assim da maneira mais satisfatoria e vantajosa para o povo.

Chegou, ontem, a esta cidade o sr. dr. Fernando Gomes de Carvalho, recentemente nomeado 2º delegado regional de policia para o de nesta cidade.

Há poucos dias, o nosso prefeito municipal, sr. Dr. Leopoldino de Oliveira, assinou um decreto concedendo isenção de impostos municipais, pelo prazo de 5 anos, a todas as novas indústrias que se instalarem em nossa cidade.

Ainda ontem, o nosso prefeito municipal, sr. Dr. Leopoldino de Oliveira, assinou um decreto concedendo isenção de impostos municipais, pelo prazo de 5 anos, a todas as novas indústrias que se instalarem em nossa cidade.

"Apoio destituído à nossa Pecuária, trabalho em medidas exatas e que proporcionem crédito facil, a juros baixos, e a longo prazo aos criadores! financiamento da criação de gado, em bases realmente vantajosas e encorajadoras. Estudo ao pequeno pecuarista. Mas, sinho apoio para a instalação de, pelo menos, um grande Frigorifico

Há poucos dias, o nosso prefeito municipal, sr. Dr. Leopoldino de Oliveira, assinou um decreto concedendo isenção de impostos municipais, pelo prazo de 5 anos, a todas as novas indústrias que se instalarem em nossa cidade.

Ainda ontem, o nosso prefeito municipal, sr. Dr. Leopoldino de Oliveira, assinou um decreto concedendo isenção de impostos municipais, pelo prazo de 5 anos, a todas as novas indústrias que se instalarem em nossa cidade.

"Apoio destituído à nossa Pecuária, trabalho em medidas exatas e que proporcionem crédito facil, a juros baixos, e a longo prazo aos criadores! financiamento da criação de gado, em bases realmente vantajosas e encorajadoras. Estudo ao pequeno pecuarista. Mas, sinho apoio para a instalação de, pelo menos, um grande Frigorifico

Há poucos dias, o nosso prefeito municipal, sr. Dr. Leopoldino de Oliveira, assinou um decreto concedendo isenção de impostos municipais, pelo prazo de 5 anos, a todas as novas indústrias que se instalarem em nossa cidade.

Ainda ontem, o nosso prefeito municipal, sr. Dr. Leopoldino de Oliveira, assinou um decreto concedendo isenção de impostos municipais, pelo prazo de 5 anos, a todas as novas indústrias que se instalarem em nossa cidade.

"Apoio destituído à nossa Pecuária, trabalho em medidas exatas e que proporcionem crédito facil, a juros baixos, e a longo prazo aos criadores! financiamento da criação de gado, em bases realmente vantajosas e encorajadoras. Estudo ao pequeno pecuarista. Mas, sinho apoio para a instalação de, pelo menos, um grande Frigorifico

DR. J. GUANABARA NOGUE
CIRURGIÃO-DENTISTA
Especialista em dentaduras anatomicas
Todo e qualquer tratamento será concluido dentro de 15 dias no maximo.
Atende-se das 8 às 11 e das 13 às 17 e mais
CONSULTORIO :
Avenida Leopoldino de Oliveira — Edificio Co
Industria — 3.º andar — Sala, 7.

SANATORIO ESQUIR
MOLESTIAS NERVOSAS E MENTAIS
Convulsoterapia (Eletrochoque) — Insulinoterapia — Malariaterapia — Psicoterapia — de Repouso
Instalações modernas e confortaveis — Aparelhagem
AV. SAUDADE, 98—Fone, 360 — Ribeirão

Industrias Santos Guido & Filhos Limitada
PRAÇA RUI BARBOSA, 19 — FONE, 127
End. telegrafico — "GUIDO"
Tabuas para forro — Taboas de pinho para forro
— Caixilhos — Vigotas — Vigotas de madeira
dos — Banheiros — Lavatorios — Tintas — Ver
e todos os materiais para construções.

XVI Exposição Feira Agro-Pecuária Uberaba
AVISO AOS EXPOSITORES
Levamos ao conhecimento dos srs. Expositores que a XVI Exposição Feira Agro-Pecuária de Uberaba (prova final de julho) será efetuada até o dia 3 de abril vindouro, antes da inauguração do certame, conforme precedente vigente.
Outrossim, lembramos aos interessados sobre a necessidade de procurarem desde já a Secretaria da Sociedade Rural Uberabense, afim de receberem os atestados de vacinação contra o tétano e o carbunculo sintomático, a última dos quais deverá ser de data posterior a 1º de março do corrente ano.
Uberaba, 10 de março de 1950.
HILTON TELLES DE MENEZES — Chefe do D.

AGRADECIMENTO
A viuva dona Edmunda Candida Mundim, filha do
CEL. HILARIO RODRIGUES DA CU
falecido em 6 do corrente, agradecem a todos que, de uma ou de qualquer outra forma, lhes trouxeram acompanhamento o enterro, rendendo ao morto as homenagens a que fazia jus.
Agradecem especialmente aos ilustres e dilletos srs. Dr. Geraldo de Campos Valadares, dr. Rui Juarez Soares Mundim, pelo zelo, dedicação com que o falecido durante a molestia sempre cercou-o.
Monte Carmelo, 11 de março de 1950.

TRATORES FORD americanos
Implementos agricolas
Soc. DERENUNSSON Ltda.
Rúa Major Eustaquio, 11 a 15 UBERABA Fone, 1570

Fonte: APU (1950)

[27] Não podemos apontar esse fato de forma categórica como o lançamento da sua candidatura, visto que houve outros acontecimentos em que Palmério se coloca de forma mais clara como candidato. No entanto, a "carta aos triangulinos", representa um importante marco inicial na vida política de Mario Palmério.

Discorrendo sobre a importância desse documento para a constituição da candidatura de Palmério, André Azevedo nos aponta que:

> Este é o documento mais significativo para interpretarmos o novo papel almejado por esse personagem naquela sociedade. Consciente da necessidade de instituir um manifesto fundador de sua própria mitologia política, Palmério se empenharia de modo consciente para difundir a ideia de que esse seu texto era uma espécie de certidão de nascimento de um novo tempo para o Triângulo Mineiro (Fonseca, 2012, p. 235).

Sem dúvida nenhuma, a "Carta aos Triangulinos" é a marca de entrada de Mário Palmério na cena política de Uberaba e região, apresentando algumas das plataformas eleitorais que buscaria perseguir na sua campanha, sempre se colocando em suas propagandas como o candidato mais preparado para representar a região do Triângulo Mineiro.

Veiculada de forma integral na página seis do Lavoura, a Carta representou uma espécie de manifesto programático, assinado por Mário Palmério. No documento, ele alertava para o uso político do tema do separatismo do Triângulo nas eleições, afirmando que nada de concreto fora feito até então pelos líderes políticos que representavam a região.

No entanto, é importante pontuar que o próprio Palmério, neste momento, apesar de fazer a advertência, se utiliza do ideário separatista para se projetar e ganhar visibilidade. Fica claro que a sua defesa em relação ao tema buscava inseri-lo como uma nova liderança na cena política regional. Conforme veremos mais adiante, ele utilizará, enquanto lhe foi conveniente, a defesa dessa "bandeira", nos seus discursos na Câmara Federal, para continuar em evidência no cenário político.

Apesar do uso político do movimento separatista no contexto eleitoral em questão, a defesa posterior dessa bandeira coaduna com um ideário nacionalista de desenvolvimento, que teria no interior do Brasil Central a sua mola propulsora e, para isso, a emancipação do Triângulo seria de fundamental importância. Em termos políticos, a defesa do movimento também servirá como vetor de barganha política de Palmério como o governo de MG, especialmente no momento da criação da Faculdade de Medicina em Uberaba, no ano de 1954.

No documento publicado nos jornais, Palmério aponta para a necessidade de se olhar a separação do Triângulo, não como um problema local, mas como algo de interesse nacional, afirmando que é preciso ter cautela e realizar um debate profícuo e qualificado sobre o assunto, não podendo ser o movimento, fruto de revanchismo ao descaso do governo mineiro com a região.

O documento aponta, ainda, que o povo do Triângulo subestima seu potencial eleitoral, que com um contingente de eleitores de cerca de 150 mil pessoas, não elege um número de representantes compatível com essa força eleitoral[28]. Para Palmério, havia uma desqualificação das pessoas eleitas pela região, que não conseguiam empunhar a bandeira do separatismo e defender os interesses dos triangulinos, como deveria ser feito.

Além do teor de invocação ao movimento separatista, a carta busca trazer o eleitor à reflexão sobre a necessidade de se fazer a escolha certa nas eleições de outubro daquele ano, sugerindo nas entrelinhas, que o próprio Palmério deveria ser essa escolha. Segundo ele, o voto triangulino, até então, vinha sendo depositado sem consciência e sem critério e que estaria escravizando o povo da região, que ficava à mercê de representantes que não possuíam qualquer compromisso com as demandas regionais.

Há, aqui, a tentativa de estabelecer uma relação entre a falta de um voto de consciência por parte do eleitorado do Triângulo, em virtude das escolhas de representantes que não defendem efetivamente a região e a construção de uma alternativa que traria ao eleitor, a possibilidade do voto consciente nas eleições de outubro, que seria, obviamente, o nome de Palmério, o que nos aponta para o uso eleitoral da bandeira separatista por parte do pretenso candidato.

Caminhando nesse sentido, ele propõe que o voto seja uma ferramenta de transformação e apresenta uma série de ações para concretizar a melhor representação do Triângulo. Entre as medidas propostas na carta, temos: o alistamento eleitoral intenso realizado pelos próprios eleitores; o veto sistemático, leal e honesto a candidatos de outra região; o voto em candidatos comprometidos com os programas partidários; a defesa do Triângulo; a ampliação da assistência educacional; a melhoria da malha rodoviária e ferroviária e o melhor aproveitamento do potencial enérgico da região.

A partir daí, Mário Palmério defenderá algumas propostas que seriam indispensáveis para trazer o desenvolvimento à região do Triângulo e muitas delas estariam presentes posteriormente nas suas propagandas e compromissos de campanha, o que nos coloca a pensar a "Carta aos Triangulinos" como um documento-chave, uma espécie de manifesto programático, para a largada de Palmério na disputa eleitoral daquele ano.

No campo educacional, ele defenderá a criação de cursos técnicos de agricultura, pecuária e indústria, além da criação de escolas superiores de medicina, engenharia, agricultura,

[28] Até 1950, a região possuía apenas dois deputados federais (João Henrique – PSD e Venceslau Costa - PSP) e três estaduais (Carlos Prates - PSD; Whady Nassif – PSD e Rondon Pacheco - UDN).

veterinária, química industrial e ciências econômicas, para a formação de profissionais capacitados para trabalhar nos diversos setores da economia.

Ele propunha, ainda, a melhoria na prestação dos serviços de saúde que possibilitasse um melhor atendimento à população, pela criação de serviços volantes de assistência médica e dentária às populações da zona rural, o que Palmério já vinha fazendo dentro da sua instituição de ensino superior com o curso de odontologia, ou seja, era de seu total interesse, que houvesse essa ampliação. Havia, ainda, a proposta de criação de mais serviços para o combate à malária e ao mal de chagas, doenças muito comuns à época.

Podemos observar que o programa de iniciativas apresentados por Palmério na carta, buscava atender, entre outros aspectos: seus ideais e interesses no campo da educação; as propostas partidárias do PTB no campo da assistência e legislação social; bem como a busca de um nacionalismo, que via no desenvolvimento do interior do Brasil, um dos pontos fundamentais para o progresso econômico e social do país.

Outra ação defendida na carta era a destinação de subvenções (recursos orçamentários) para hospitais, asilos, casas de caridade e demais estabelecimentos de ensino secundário nas cidades que tivessem mais de 10 mil habitantes. Veremos que com a vitória de Palmério, essa ação será concretizada no seu primeiro mandato, especialmente para estabelecer uma política de clientela que interessava ao deputado para fortalecer as suas bases regionais.

Ainda no manifesto, Palmério aponta para a necessidade de empregar um maior apoio à pecuária, dentro do contexto da crise que atingiu o setor naqueles anos, que deveria oferecer como soluções: crédito fácil, à juros baixos e de longo prazo, além da abertura de financiamento em todas as etapas da criação de gado, com o estímulo ao pequeno pecuarista, o incremento as cooperativas rurais, apoio a realização de congressos de agricultura e pecuária, além da proteção dos trabalhadores do campo, com a extensão dos direitos trabalhistas a esses.

Nesse ponto da carta, o pretenso candidato sinaliza um interesse de aproximação ao principal grupo econômico da região que eram os proprietários de terra, em especial os criadores de gado, em sua maioria o Zebu, muito forte em Uberaba e região, que à época, tinha como base da sua economia a atividade no campo.

É interessante notar que, apesar de construir a sua candidatura em um partido alinhado com as bases e demandas populares e fora do eixo de uma elite política e econômica hegemônica, Palmério deixa um caminho aberto para uma possível aliança futura, ainda que essas elites já tivessem os seus partidos, planos e candidatos. Não obstante isso, Palmério se

vincula a um quadro petebista que denotava uma pretensa elite social em ascensão, seja no campo econômico, político, profissional ou intelectual.

Por fim, no plano da infraestrutura, o manifesto propunha a criação de um plano rodoviário que atendesse os municípios do Triângulo, com o prolongamento dos trilhos da Rede Mineira de Viação e o aproveitamento do potencial hidroelétrico das diversas cachoeiras da região, de forma a resolver o problema de abastecimento enérgico muito recorrente na região.

Ao propor essas medidas, Palmério afirmava "Estas, triangulinos, são apenas algumas medidas que deviam ter merecido debates e estudos parlamentares intensos" (Palmério, 1950, p. 6) e responsabilizava o comportamento eleitoral do povo triangulino pela falta da atuação dos representantes da região sob essas demandas. Aqui, novamente ele levanta a falta de representatividade, para ao fim da carta apresentar a solução, conclamando o eleitor triangulino ao voto consciente e que levasse em conta os anseios da região e a defesa do estado do Triângulo, da qual ele se colocaria como legitimo representante, se eleito fosse.

Como podemos observar, Palmério arrogou o direito de assumir uma posição professoral e paternalista para ministrar uma verdadeira lição aos homens e às mulheres do seu povo, propondo medidas para resolver os problemas que atingiam a região e ao mesmo tempo conclamando para que se juntassem a causa emancipacionista. A carta, portanto, nos auxilia a compreender, ainda que levado pela conveniência da busca de votos, o que pensava em termos programáticos, o futuro deputado federal.

A publicação desse manifesto não proporciona a imediata ascensão de Mário Palmério ao círculo das lideranças políticas regionais, mas ajuda a convencer os dirigentes locais, regionais e estaduais do PTB a chancelarem o seu nome para candidatura à Câmara Federal nas eleições de 1950.

Na visão de André Fonseca e da qual compartilhamos, há uma relação entre o manifesto publicado por Palmério e as orientações gerais do diretório petebista em Uberaba, quanto a um programa de desenvolvimento para o Triângulo, vejamos:

> Assim, as ideias políticas registradas em seu manifesto não deixavam de expressar todo um conjunto de expectativas históricas legitimamente compartilhada por seus contemporâneos. [...] Com tudo isso, notamos que o programa de desenvolvimento regional à emancipação do Triângulo Mineiro, parecia corresponder às aspirações populares da região, assim como às orientações gerais do diretório local (Fonseca, 2012, p. 244-245).

Nesse contexto, Mário Palmério busca se filiar ao PTB, a fim de concorrer a uma vaga na Câmara Federal. Veremos mais adiante que o manifesto programático delineado na

carta, se juntará à estratégia de se vincular a imagem de Vargas e trabalhar a favor de interesses no campo social que coadunavam com o programa petebista e os ideais trabalhistas.

A relação de Palmério com o movimento emancipacionista, e mais especificamente o projeto de desenvolvimento para o Triângulo, proposto por ele, é um dos fatores que nos ajuda a explicar a sua escolha pelo PTB, visto que os líderes trabalhistas históricos de Uberaba e região tornaram a emancipação do Triângulo um ponto central do programa partidário da legenda em diversos municípios da região. No entanto, buscaremos compreender melhor no próximo tópico, a configuração do partido em Uberaba e outros possíveis motivos que levaram Mário Palmério a escolher o partido de Getúlio para disputar as eleições de 1950.

1.3.2 As eleições e o PTB de Uberaba

Para analisar a atuação do PTB em Uberaba e a inserção de Palmério no contexto partidário e eleitoral de 1950, é preciso entender um pouco o histórico que antecede a formação e expansão do Partido Trabalhista Brasileiro na cidade. Mário Palmério não era um petebista histórico e nem fez parte da criação do partido em Uberaba, mas buscou se relacionar com lideranças históricas do partido no município e na região.

Na nossa pesquisa, não foi possível precisar uma data exata em que o PTB de Uberaba foi criado[29]. A primeira informação que conseguimos encontrar nas fontes pesquisadas, é uma nota no jornal Lavoura e Comércio do dia 14 de novembro de 1945, intitulada: "Diretório do Partido Trabalhista municipal de Uberaba, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro", que era assinada por Clarimundo Moreira Alves (presidente) e Mauro Braz (vice-presidente).

A nota nos apresenta um teor vinculado ao ideário trabalhista e conclama os trabalhadores a se unir para votar em candidatos trabalhistas, nas eleições de 2 de dezembro de 1945, que respeitassem as conquistas implementadas pela legislação social e trabalhista de Vargas. Nesse sentido, o documento afirma "Ainda não temos candidatos, mas a vitória será do Partido Trabalhista Brasileiro". Notamos que, naquele momento, o diretório local do PTB ainda possuía uma constituição precária e aparentemente não formalizada perante a justiça eleitoral.

[29] Não conseguimos encontrar nos arquivos do TRE-MG e do TSE, nenhum documento relativo à fundação do partido na cidade. No entanto, estima-se que a criação do diretório municipal de Uberaba, tenha ocorrido logo após a criação do partido em nível nacional no contexto da redemocratização pós-Estado Novo em 1945.

No entanto, um manifesto datado de 26 de novembro de 1945 nos aponta uma outra perspectiva sobre o apoio do PTB em Uberaba, nas eleições de 1945. O documento, também publicado no Lavoura, conclama os trabalhadores, simpatizantes de Getúlio e adeptos do PTB a votarem no General Dutra para Presidente, pois apesar do partido não ter candidato próprio, Dutra seria aquele comprometido com as bandeiras dos trabalhadores.

Ainda no manifesto, o partido conclama, especialmente os trabalhadores e operários filiados ao sindicato da construção civil em Uberaba, a depositar seu voto no candidato a deputado federal pelo partido, o médico Rui Soares Pinheiro. É importante observar que o PTB local se apresenta com uma das marcas de origem do partido em âmbito nacional, que era a ligação direta com os sindicatos, seus líderes e os trabalhadores a eles vinculados.

Isso pode ser constatado naqueles que assinam o manifesto de 26 de novembro e que naquele momento já compunham formalmente o diretório do PTB de Uberaba, dentre eles: Clarimundo Moreira Alves, como presidente, e Ovidio Nicolau De Vito, como secretário, sendo este último, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil em Uberaba.

No início de 1946 seria constituído um novo diretório do partido na cidade, composto pelos seguintes membros: Rui Soares Pinheiro (presidente); Antônio Prospero (1° vice); Odilon Fernandes (2° vice); Newton Prata da Costa (1° secretário) e Ovidio Nicolau De Vito (2° secretário).

Nas eleições de 1945, o PTB local, assim como ocorreu em nível nacional com o partido, não teria tanto êxito, tornando-se apenas a terceira força partidária do país. Entretanto, no pleito eleitoral municipal de 1947, a situação seria bem diferente daquela vista na eleição anterior, e o PTB em Uberaba sairia com uma vitória expressiva das urnas, elegendo: prefeito, o Dr. Boulanger Pucci, vice-prefeito, o Dr. Antônio Próspero e oito, das quinze cadeiras da Câmara Municipal[30].

Analisando o êxito eleitoral do PTB em Uberaba nas eleições de 1947, André Azevedo nos aponta que

> [...] o sucesso político dos trabalhistas e o crescimento eleitoral do PTB não foram somente o resultado de propaganda ideológica e controle estatal sobre os sindicatos, mas correspondeu "as tradições, crenças e valores" que circulavam na cultura política da sociedade brasileira (Fonseca, 2012, p. 204).

[30] Foram eleitos pelo partido: Antônio Alberto de Oliveira; Gastão Vieira de Souza; José Pedro Fernandes; Mario de Almeida Franco; Paulo Rosa; Ovidio Nicolau De Vito; Paulo Cavalcante Filho e Henrique von Krüger, sendo que este último se tornou presidente da Câmara.

Havia, neste momento, um apelo muito forte da população pela modernização do país, a partir de políticas nacionalistas de industrialização e distribuição de renda, baseadas na filosofia desenvolvimentista, que tinha como base: o nacionalismo e a defesa da soberania nacional, que se aplicaria pelas reformas socioeconômicas e pela ampliação dos direitos trabalhistas. Em Uberaba, o PTB local levantou e defendeu essas ideias perante a população, se tornando um partido bastante popular na cidade.

Esse êxito eleitoral, como poderemos observar mais a frente, se repetirá nas eleições de 1950, 1954 e 1958, consolidando o PTB como uma das forças políticas mais importantes de Uberaba. No entanto, é preciso observar um dado importante que as fontes nos revelam, qual seja: Mário Palmério, no momento das eleições de 1945 e 1947, ainda não circulava nos meandros da política e muito menos pelo círculo petebista local, o que reafirma o fato dele não ter participado nem da fundação do partido, nem ser considerado um petebista raiz.

Após as eleições de 1947, houve uma crise no PTB local, em virtude de uma disputa interna pela liderança do partido entre Boulanger Pucci e Antônio Próspero[31], algo que ocorria com frequência no diretório nacional e mineiro do partido, e que seria uma constante também no diretório de Uberaba[32]. Antônio Próspero, líder trabalhista histórico na cidade, buscou apoio da executiva estadual para se manter à frente do partido nas eleições de 1950 e teve autorização para organizar diretórios em diversas cidades da região. Por sua vez, Boulanger Pucci, incomodado com a situação, decidiu sair do partido e se filiou ao PSP de Ademar de Barros, levando consigo inúmeros correligionários[33].

Podemos observar, portanto, que o PTB de Uberaba foi gestado e cresceu em moldes bastante parecidos com o que ocorreu na constituição do partido em nível nacional. Houve a participação direta de sindicatos e trabalhadores, a candidatura de inúmeros profissionais liberais que não se encontravam no chão das fábricas, o empenho em defender as

---

[31] Respectivamente, prefeito e vice-prefeito eleitos em 1947.

[32] As disputas internas eram a regra dentro do PTB, pelo menos até ascensão de João Goulart à presidência nacional do partido. Sobre isso, Maria Celina D'Araújo nos esclarece muito bem, afirmando que "Com a entrada de Danton, repetia-se o ciclo: cada liderança que procurava se afirmar no PTB defrontava-se imediatamente com outra, instalando-se o conflito entre pessoas com ligações muito estreitas com Getúlio Vargas. Na opinião de Salgado Filho, o PTB se comportava como um 'partido em que os seus elementos, em lugar de combater os adversários políticos, visam só os companheiros, numa luta fratricida, que só não enfraquece pela mística getulista' [...] Marcado pelo personalismo de Vargas, o PTB, em seu processo de estruturação não conseguiu institucionalizar mecanismos internos que permitissem a participação de correntes oposicionistas, nem a consolidação de lideranças secundárias [...]. Essa dinâmica resultou no incentivo a uma tendência centralizadora e autoritária, uma das características de um partido de origem carismática e personalista" (D'Araújo, 1996, p. 55-61).

[33] Um fato interessante que precisamos apontar é que uma das formaturas do Colégio Triângulo, de propriedade de Mário Palmério, contou com a presença do vice-prefeito e presidente do PTB local, Antônio Próspero, mas registrou a ausência do Prefeito Boulanger Pucci, nos apontando para qual facção política dentro do PTB, Palmério estava disposto a seguir.

conquistas sociais e trabalhistas de Vargas e, por fim, as recorrentes disputas pelo poder de mando da agremiação. Esse era um partido ligado aos ideais do trabalhismo e totalmente vinculado à figura de Getúlio, que teve nas eleições de 1950 na cidade, um papel fundamental.

Uma vez consolidado como umas das principais forças políticas em Uberaba, o PTB disputará as eleições de 1950 com nomes concorrendo para todos os cargos em disputa: prefeito e vice, deputado federal e estadual e vereadores. Assim como em todo o Brasil, o apelo a figura de Getúlio marcou consideravelmente o processo eleitoral no município, com a vinculação dos candidatos do PTB à imagem do seu líder maior e da obra social e trabalhista implementada por ele.

O candidato a prefeito seria Antônio Prospero[34], fundador e um dos principais líderes do partido na cidade. Ovidio Nicolau De Vito[35] seria o candidato a vice-prefeito, enquanto Whady Nassif[36] seria o candidato a deputado estadual e, por fim, Mário Palmério comporia a chapa como candidato a uma cadeira na Câmara federal.

Dentre os candidatos, Mário Palmério era o único que não tinha uma ligação histórica com o PTB e o trabalhismo, visto também que naquele momento era um "empregador" nos seus estabelecimentos educacionais. No entanto, nas eleições de 1945, a sua esposa Cecília Palmério foi uma grande apoiadora da candidatura de Dutra, o que nos dá um indicativo de sua preferência pelo getulismo.

Nesse sentido, entendemos que existem três fatores que podem ter levado Mário Palmério a escolher o PTB para iniciar a sua carreira política, quais sejam: a sua simpatia por Getúlio e por acreditar que a imagem do líder trabalhista o ajudaria a ser eleito; o apoio que o partido, em nível local, dava à causa emancipacionista do Triângulo e, por fim, a sua afinidade com o programa partidário do PTB, que em certa medida já era praticados por ele, nos seus estabelecimentos educacionais, a partir das ações sociais que realizava nas áreas da educação e saúde.

---

[34] Antônio Prospero era médico, um petebista histórico, tendo sido presidente do diretório do PTB de Uberaba, secretário geral do PTB de Minas Gerais e muito próximo de Getúlio. Prospero foi vice-prefeito de 1947 a 1950; Prefeito de 1950 a 1954; Deputado estadual de 1955 a 1958 e candidato a prefeito derrotado em 1958, não tendo disputado pelo PTB apenas esta última eleição.

[35] Ovidio Nicolau De Vito foi um operário da construção civil, presidente do sindicato da sua categoria e um dos fundadores do PTB em Uberaba. Pelo partido, foi vereador entre 1947 e 1950 e candidato a vice-prefeito derrotado em 1950.

[36] Whady Nassif era médico e foi prefeito nomeado de Uberaba de 1937 a 1943, tendo sido também um dos fundadores do PTB na cidade. Em 1947, elegeu-se deputado estadual pelo PSD, apesar de ser um petebista histórico e em 1950 seria reeleito deputado, agora pelo PTB.

Vemos, portanto, que apesar de não ser um líder histórico do PTB local, Mário Palmério não caiu de paraquedas no partido. A partir do momento em que decide pleitear um mandato de deputado federal, o PTB, para ele, era o partido mais viável eleitoralmente e coerente com aquilo que ele pensava a partir da atuação na sua empresa. Por outro lado, para o PTB, Palmério era uma boa escolha, considerando que era um professor, realizador de um grande feito educacional na cidade, aparentemente getulista e que havia consolidado seu nome perante a comunidade local.

Não obstante os fatores apontados acima, precisamos levantar uma outra hipótese que será trabalhada ao longo deste estudo. Tal proposição consiste no fato de Palmério ter escolhido o PTB por "conveniência" e não propriamente uma convicção ideológica, visto que os outros partidos existentes na cidade, já possuíam definidos nos seus quadros, suas lideranças e candidaturas consolidadas. Naquele momento, portanto, não restaria muita opção para Palmério, a não ser se filiar ao PTB.

A par disso, a disputa nas eleições de 1950 não seria fácil para Palmério e para o PTB, uma vez que os outros partidos concorreriam com nomes tradicionais e de peso da política local, além claro, da forte polarização político-eleitoral entre getulistas (PTB e PSP) e antigetulistas (UDN e parcela do PSD). A seguir, veremos, de forma mais clara, como se formaram as chapas que se oporiam ao projeto petebista na cidade.

1.3.3 Os concorrentes

As eleições de 1950, sem dúvida nenhuma, foram muito concorridas em todo o país. Os principais partidos à época conseguiram montar chapas quase que completas e com nomes fortes e competitivos. Em Uberaba, o PSD, a UDN e o PSP foram os principais partidos que concorreram com o PTB aos cargos de deputado estadual e federal, prefeito e vice, no âmbito da Câmara Municipal.

A União Democrática Nacional e o Partido Social Democrático eram até então ao lado do Partido Trabalhista Brasileiro, as principais agremiações políticas locais, sendo o PSP até 1950, um partido sem muita expressão na cidade. A prática política em Uberaba quase sempre foi circunscrita a núcleos familiares bastante específicos, configurando, naquele momento, um verdadeiro sistema oligárquico na cidade, ou seja, apenas os membros dessas famílias ou aqueles autorizados por essas e apoiados pelos seus líderes, poderiam disputar as eleições com alguma chance de vitória.

Essas famílias disputavam e se sucediam no mando do poder local há várias décadas, sempre buscando concretizar seus interesses econômicos e políticos. Acerca da configuração dos partidos políticos em Uberaba nesse período, André Azevedo nos aponta que:

> [...] a UDN de Uberaba era quase que a institucionalização partidária da família Rodrigues da Cunha e de seus protegidos. Da mesma forma, o PSD "pertencia" aos Borges, chefiados por um grande fazendeiro, o coronel Ranulfo Borges do Nascimento. Distante de qualquer discussão programática, o controle de um partido significava acima de tudo um empenho para o retorno das famílias tradicionais ao governo local (FONSECA, 2012, p. 203).

Partindo da perspectiva da configuração partidária local, nos deteremos nas linhas a seguir, a apresentar a chapa do PSD, UDN e PSP, dando ênfase nos candidatos a deputado federal que disputaram com Mário Palmério o pleito eleitoral de 1950, de forma a tentar compreender quem eram os atores que se colocavam como adversários à sua candidatura.

O Partido Social Democrático lançou, nas eleições de 1950, uma chapa para concorrer a todos os cargos em disputa. Para prefeito, ele apresentou o nome do empresário João Laterza, para vice, o também empresário Paulo José Derenusson, já para deputado estadual, concorreu a reeleição Carlos Martins Prates, ex-prefeito de Uberaba entre 1943 e 1946 e então deputado estadual pela cidade. É importante lembrar que o PSD tinha no nome de Juscelino Kubistchek, o seu candidato ao governo de Minas, e de Cristiano Machado, na disputa para a Presidência da República.

Para concorrer à vaga na Câmara Federal, o PSD apresentou o nome de João Henrique Vieira da Silva, que cumpria o seu mandato como deputado federal, decorrente de sua vitória em 1947 pelo mesmo PSD. O então candidato à reeleição nasceu em Fortaleza no Ceará e era descendente do Visconde do Maranhão. Médico, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, João Henrique participava ativamente da vida política local desde que chegou à cidade, em 1918.

Eleito vereador em 1920, imediatamente foi escolhido pelos seus pares para presidir a Câmara Municipal, o que lhe alçou ao posto de agente executivo[37]. Discorrendo sobre a sua passagem pelo cargo e as medidas tomadas por ele, o professor Guido Bilharinho nos aponta que "[...] destacaram-se a construção do prédio do Mercado Municipal e a convocação do sanitarista Saturnino de Brito para projetar o serviço de água e esgoto de Uberaba e traçar as diretrizes da urbanização da cidade [...]" (Bilharinho, 2014, p. 322).

[37] O referido cargo à época equivalia à função de prefeito, visto que o chefe do poder legislativo, naquele período, era também chefe do poder executivo.

Em maio de 1922, João Henrique assassinou na porta do jornal Lavoura e Comércio, o jornalista Moisés Santana, que havia atacado a sua honra, em versos publicados no jornal "A separação". O agente executivo foi julgado e absolvido, sob o argumento de legitima defesa da honra.

Já em 1924, João Henrique se candidatou a deputado estadual, defendendo a bandeira do prolongamento da Rede Mineira de Viação e a recriação da Escola Normal no município. Findado o seu mandato como deputado na Assembleia mineira, voltou à câmara municipal, exercendo novamente o mandato de vereador, entre 1927 e 1930.

Antes das eleições de 1950, João Henrique havia se candidatado a deputado federal em duas oportunidades. A primeira na década de 1930, período em que foi eleito, e a segunda em 1947, sendo também eleito. Nesse segundo mandato, teve uma atuação importante, sendo eleito e reeleito presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara, cargo que o possibilitou representar o Brasil inúmeras vezes no exterior, inclusive representando na Conferência que criou a Organização dos Estados Americanos – OEA.

Outra marca importante na atuação do seu segundo mandato na Câmara e sobre o comando da referida comissão, foi a saudação feita por João Henrique, na sessão conjunta do Congresso Nacional, por ocasião da visita do Presidente norte-americano Harry Truman ao Brasil. Além disso, João Henrique teve vasta produção intelectual, escrevendo inúmeras obras sobre diferentes assuntos políticos e administrativos.

No curso das eleições de 1950, João Henrique publicou na edição do Lavoura e Comércio de 21 de junho daquele ano, uma prestação de contas sobre o seu mandato, com o título "Uma ação parlamentar que se projeta com profundo acento de benemerência em todo o Triângulo Mineiro", destacando, especialmente, as suas realizações parlamentares em Uberaba e região.

A prestação de contas anuncia a destinação de 21 emendas do então Deputado Federal, a Uberaba, atendendo às áreas de: assistência social, educação, defesa da pecuária, ampliação e melhoria do sistema rodoviário, entre outras[38]. O documento aponta o trabalho incansável do parlamentar pela região e destaca ainda uma emenda ao orçamento, abrindo crédito de 10 milhões de cruzeiros para a compra de reprodutores zebuínos pelos produtores

[38] Entre as emendas, destacam-se: abertura de uma estrada ligando Uberaba a Uberlândia e Araguari (crédito de 5 milhões de cruzeiros). Instalação da Escola Normal Rural (crédito de 3 milhões de cruzeiros); mais 3 milhões de cruzeiros para instalação de escolas rurais em cidades do Triângulo; mais 2 milhões de cruzeiros para perfuração de poços artesianos em Uberaba; mais 300 mil cruzeiros para a Faculdade São Tomas de Aquino e ainda auxílio para outras instituições de caráter social, educacional e cultural.

rurais. Ademais, evidencia-se a defesa feita pelo deputado do projeto do reajustamento pecuário.

Figura 04: trecho da prestação de contas de João Henrique, veiculada na edição de 21 de junho de 1950 do Jornal Lavoura e Comércio



Uma ação parlamentar que se projeta com profundo acento de benemerência em todo o Triângulo Mineiro

Vinte e uma emendas, envolvendo assuntos de capital interêsse para esta região, apresentadas na Câmara Federal pelo deputado João Henrique

Alguns aspectos do amplo e magnífico trabalho realizado no Congresso da Republica pelo representante desta região

Fonte: APU (1950)

Como podemos observar, João Henrique gozava de uma ampla lista de serviços prestados a Uberaba e região, além de naquele momento obter um enorme prestígio social e político na sociedade local. Outro fator que merece destaque é a sua condição na busca pela reeleição, o que, certamente, era uma vantagem frente aqueles que não possuíam mandato. João Henrique, portanto, compunha parte da elite política de Uberaba e era um forte concorrente na disputa com Palmério.

Por sua vez, a União Democrática Nacional, com o seu caráter fortemente antigetulista, elitista e conservador, lançaria: uma chapa completa para vereador, deputado estadual e federal. Já para prefeito e vice, se uniria ao PSD, e para o governo do Estado apoiaria seu candidato Gabriel Passos e a presidente, o Brigadeiro Eduardo Gomes.

É importante pontuar que, mesmo a UDN tendo um caráter fortemente antigetulista, essa condição, em Uberaba, era amenizada, visto que um de seus grandes líderes partidários, Adalberto Rodrigues da Cunha, assim como outros pecuaristas pertencentes ao diretório local do partido, possuíam grande simpatia por Vargas, em virtude do que ele havia realizada para o gado Zebu e para a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro – SRTM, durante o período da Era Vargas.

Tal situação pode ser constatada, por exemplo, na ocasião da visita de Getúlio à Uberaba, na qual ele participaria da abertura da Expozebu (Feira de gado Zebu realizada pela SRTM) de 1953, onde foi recebido e hospedado, pelo então presidente da entidade ruralista e líder da UDN, Adalberto Rodrigues da Cunha, na sua residência. No entanto, o que podemos constatar nas fontes é que, em 1950, o diretório da UDN, em Uberaba, apoiou formalmente o candidato do partido, o Brigadeiro Eduardo Gomes, para presidente.

O candidato a deputado estadual dos udenistas seria, Celso Rodrigues da Cunha, oriundo do clã familiar mandatário do partido, os Rodrigues da Cunha, que naquele ano também elegeria o vereador mais votado do pleito, o Dr. José Humberto Rodrigues da Cunha, que conforme veremos mais adiante, será um dos grandes adversários políticos de Mário Palmério no fim dos anos 1950.

Enquanto isso, para deputado federal foi lançado o nome do tradicional político e líder classista de Uberaba, Fidélis Reis, figura com grande lastro de realizações e mandatos cumpridos pela cidade. Nascido em Uberaba no ano de 1880, formou-se em engenharia agronômica, pelo Instituto Zootécnico de Uberaba. Disputou a sua primeira eleição em 1907, quando se candidatou a deputado estadual, com o apoio do coronel e um dos líderes do Partido Republicano mineiro em Uberaba, Geraldino Rodrigues da Cunha. No entanto, Fidélis Reis não alcançou êxito nesta eleição.

Figura 05: reportagem sobre a candidatura de Fidélis Reis, veiculada no Jornal Lavoura e comércio na edição de 05 de agosto de 1950



O dr. FIDELIS REIS é o candidato da U D N
a deputado federal por esta região

O sr. dr. Fidelis Reis é o candidato da União Democratica Nacional á deputação federal, como representante desta região.

A felicidade da escolha avulta aos olhos de todos, mesmo dos que militam em campos opostos ao daquela prestigiosa agremiação.

Indicando o nome de nosso ilustre conterraneo ao sufragio do seu eleitorado, o partido do Brigadeiro Eduardo Gomes dá uma prova inconcussa da sua decisão de selecionar valores, integrando as suas chapas com elementos que possam, efetivamente, dar á nação que receberam dos seus concidadãos o mais cabal desempenho.

Poucos candidatos podem apresentar, como o dr. Fidelis Reis, uma lista tão vasta de serviços á comunidade.

Deputado em mais de uma legislatura, fundador de diversas entidades de classe, presidente de um estabelecimento de crédito, o candidato udenista viveu sempre num clima de atividade intensa e constante. E êsse esfôrço frutificou e cresceu em magnificas realizações para Uberaba e o Brasil.

E' este o caso de Fedelis Reis. Depois de uma atuação das mais eficientes e brilhantes na

Dr. Fidelis Reis

Câmara Federal, o digno uberabense dirige em sua terra importante sociedade de classe, como a Associação Comercial e Industrial; enriquece consideravelmente o nosso patrimonio arquitetonico, dotando aquela entidade de um grandioso predio próprio; constrói, com o auxilio dos seus conterraneos, um edificio para um liceu de artes e ofícios; cria um estabelecimento bancario, incrementando, assim, as atividades agricolas, pecuárias, comerciais e industriais desta faixa de Minas. Multiplica-se, afinal, em emprecendimentos que patenteam o seu extraordinário dinamismo e a sua inabalavel decisão de servir á cidade em que nasceu.

E' este o candidato que vai se dirigir ao eleitorado, pedindo-lhe o apoio na proxima batalha das urnas.

A consciencia civica de Uberaba e do Triangulo saberá corresponder ao apêlo, sufragando um nome que levará para o Legislativo da República a firme decisão de resolver os nossos problemas. E resolvê-los com acerto, com critério e patriotismo, como é o do seu feitio e como sempre fez no passado, naquela mesma casa do congresso.

Fonte: APU (1950)

Em 1909, foi empossado presidente da Sociedade Mineira de Agricultura, período em que também liderou o movimento a favor da separação da região do Triângulo de Minas Gerais. Em 1921, Fidélis Reis, finalmente, conseguiu o seu primeiro mandato como deputado federal. Foi parlamentar até o final da década de 1920, tendo intensa atuação na Câmara Federal e sendo autor de dois projetos que causaram bastante controvérsia à época: um que versava sobre ensino profissional e outro sobre imigração.

O projeto referente à educação profissional tornava obrigatória para todas as pessoas que quisessem ingressar em um curso superior no Brasil, que antes, deveriam passar pela qualificação profissional em um curso de natureza técnica, ou seja, a habilitação profissional em nível técnico. Esse seria o pré-requisito para o ingresso no Ensino Superior.

O professor Guido Bilharinho nos apresenta um trecho de uma das defesas que Fidélis Reis fez acerca do projeto, o qual afirma que:

> [...] o ensino deveria preparar os nossos jovens para a vida. Ora, nós não os preparamos para a vida. Nós os preparamos para o sonho e para o discurso. Não os preparamos para a ação, cultivamos acima de tudo sua imaginação. Nossa universidade não fabrica senão sonhadores e discursadores, estranhos ao mundo em que são chamados a viver (Reis, 1927 *apud* Bilharinho, 2014, p. 224).

O projeto de Fidélis Reis foi aprovado no Congresso Nacional e obteve a sanção do poder Executivo, tendo grande impacto em todo território nacional. Já o projeto referente à imigração, causou mais controvérsia ainda, uma vez que visava instituir um rígido controle sobre a entrada de imigrantes no país, sob o argumento de evitar a vinda de elementos que fossem nocivos à formação étnica, moral e física da nacionalidade brasileira.

Para agravar ainda mais o teor "xenofóbico" do projeto, possuía um viés fortemente racista, prevendo a proibição da entrada de pessoas da raça preta no país. O projeto recebeu apoio e críticas de todos os lados, não sendo aprovado pela Câmara dos Deputados.

Além da intensa atividade política, Fidélis Reis exerceu uma importante liderança classista na cidade. Foi um dos fundadores e presidentes da Sociedade *Herd Book Zebu*, embrião da futura Sociedade Rural do Triângulo Mineiro - SRTM e depois Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ, que seriam responsáveis pelo controle do registro genealógico do gado Zebu no Brasil. Nesse contexto, Fidélis Reis também foi o primeiro presidente da SRTM, em 1934.

Ainda sob a ótica da representação classista, o ex-deputado presidiu a Associação Comercial e Industrial de Uberaba (ACIU) entre 1938 e 1948, sendo essa uma importante

entidade representativa do setor comercial e industrial da cidade. Fidélis Reis construiu, na década de 1930, o Liceu de Artes e Ofícios, que serviria, inicialmente, como sede da Escola Normal de Uberaba, mas depois passaria a sediar os cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI na cidade.

O político e engenheiro ocupou, ainda, o cargo de Vereador entre 1934 e 1937, sendo por muito tempo, articulista de vários periódicos uberabenses e do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. No campo empresarial, Fidélis Reis era dono do Banco do Triângulo Mineiro, fundado por ele e outros sócios em 1936.

É importante apontar, ainda, a sua participação na fundação da Escola de Engenharia da UFMG, da sua defesa em favor da aprovação da Lei da Moratória aos pecuaristas brasileiros na década de 1940 (que perdoaria dívidas destes com o estado brasileiro) e as inúmeras obras sobre política e desenvolvimento do Brasil escritas por ele.

Discorrendo sobre os feitos de Fidélis Reis, o jornal Lavoura e Comércio, em uma notícia veiculada no dia 05 de agosto de 1950, intitulada “O Dr. Fidélis Reis é o candidato da UDN a deputado federal por esta região”, apresenta o candidato como “Deputado em mais de uma legislatura, fundador de diversas entidades de classe, presidente de um estabelecimento de crédito [...]. Pioneiro do ensino técnico-profissional em nossa pátria [...]”.

Como visto, Fidélis Reis era, nas eleições de 1950, mais um nome da política tradicional de Uberaba, pertencente à elite política e econômica da cidade, tendo sido representante na Câmara Federal e líder classista nos três principais setores da economia local. Tratava-se, portanto, de mais um forte concorrente na disputa com Mário Palmério.

Quadro 01: Relação de candidatos por cargo e partido nas eleições de 1950

CARGO	UDN	PSD	PTB	PSP
PREFEITO		João Laterza	Antônio Prospero	Antônio Alberto Oliveira
VICE-PREFEITO		Paulo Derenusson	Ovidio De Vito	Otacílio Prata
DEP. ESTADUAL	Celso Rodrigues da Cunha	Carlos Martins Prates	Whady Nassif	Paulo Rosa
DEP. FEDERAL	Fidélis Reis	João Henrique	Mário Palmério	Boulanger Pucci

Fonte: Autor (2024)

Por fim, é importante analisarmos a chapa do Partido Social Progressista, o PSP, que tinha como a sua principal liderança em âmbito nacional, o popular governador de São Paulo, Ademar de Barros, que, não na mesma proporção de Getúlio, arrastava muitos seguidores do movimento político que o apoiava e ficou conhecido como "ademarismo".

O PSP lançaria, naquelas eleições, uma chapa completa para disputar o pleito municipal. O seu candidato a Prefeito seria Antônio Alberto de Oliveira[39], que havia sido vereador pelo PTB entre 1947 e 1950 e, em virtude do desentendimento entre Antônio Prospero e Boulanger Pucci, acompanhou este último para o PSP. O seu candidato a vice seria Otacílio Prata, enquanto o candidato a deputado estadual, seria o médico uberabense Paulo Rosa[40], que também foi vereador pelo PTB entre 1947 e 1950, saindo do partido pelo mesmo motivo que Antônio Alberto.

No entanto, aqui nos interessa discorrer sobre o candidato a deputado federal do PSP e, então, prefeito de Uberaba, Boulanger Pucci, que como visto anteriormente, havia sido eleito prefeito pelo PTB, em 1947, mas se desligou do partido, em virtude de conflitos internos com outras lideranças petebistas, indo então para o PSP de Ademar de Barros.

Nascido em 1889, estudou no Colégio Diocesano, onde se formou pela primeira turma da instituição. Completado o ciclo básico, foi cursar medicina na Faculdade Nacional no Rio de Janeiro, onde se formou médico em 1913. Naquele mesmo ano, voltou para Uberaba, onde atuou profissionalmente por mais de 40 anos, sendo médico da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Diretor de Higiene daquela empresa.

Boulanger Pucci também teve grande atuação no time de futebol Uberaba Sport Clube, sendo presidente por diversas vezes, tendo emprestado o seu nome na década de 1930 para nominar o estádio da agremiação futebolística. A sua carreira política se iniciou como vereador de Uberaba no início da década de 1940. Posteriormente, em 1947, pelo PTB, elegeu-se Prefeito de Uberaba.

Em 23 de maio de 1950, em plena preparação para a sua candidatura a deputado federal, o jornal Lavoura e Comércio publicou uma matéria intitulada "Boulanger Pucci – o

[39] Antônio Alberto Oliveira era um fazendeiro e influente chefe político local. Era irmão do ex-prefeito da cidade e célebre advogado Leopoldino de Oliveira, sendo, a sua família, descende do fundador da cidade, Major Eustáquio da Silva Oliveira. Foi vereador pelo PTB entre 1947 e 1951 e, assim como Boulanger, Paulo Rosa e outros, deixou o partido para ser candidato a prefeito pelo PSP, em 1950.

[40] Paulo Rosa era um médico uberabense, que havia sido vereador pelo PTB entre 1947 e 1951, deixando o partido em virtude do desentendimento entre Boulanger Pucci e Antônio Prospero. Filiou-se ao PSP para disputar a vaga de deputado estadual em 1950 e em 1954 foi candidato a prefeito pelo mesmo partido.

prefeito da instrução", caracterização que seria amplamente utilizada nas suas propagandas durante a campanha.

A reportagem afirmava "Boulanger Pucci há de ficar na história administrativa de Uberaba como o 'Prefeito da instrução'" e destacava, para tanto, os seguintes feitos do então prefeito na área educacional: restabelecimento da Escola Normal Oficial de Uberaba; duplicação do número dos grupos escolares com recursos do Estado e do próprio município; instalação do Grupo América; Escola Dom Eduardo; projeto de criação do Conservatório de música; ampliação das escolas municipais urbanas e rurais. Ele finalizava apontando que "Hoje, há escolas para todos, por efeito da ação eminentemente patriótica e nunca suficientemente louvada do Prefeito da instrução".

Nesse ponto, é importante destacar que Boulanger Pucci, a fim de se consagrar como candidato e visando mostrar seu trabalho como prefeito no campo educacional, utilizou-se da mesma alcunha a que se auto nominava Mário Palmério à época da campanha. A partir de então, inicia-se uma acirrada disputa entre os dois candidatos, que conforme veremos mais adiante, incluirá um trágico episódio de violência política envolvendo os dois candidatos.

Outro aspecto importante que devemos destacar é que o PSP, em nível nacional, apoiava a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Esse fato, ligado ao caráter mais popular do partido, vinculado ao ademarismo e o fato de suas principais lideranças já terem feito parte do PTB, levaria a fortes tensões entre o PSP e o PTB locais.

Figura 06: matéria sobre a candidatura de Boulanger Pucci, veiculada na edição de 23 de maio de 1950 do Jornal Lavoura e Comércio



Boulanger Pucci, o prefeito da instrução

A maneira mais valiosa e expressiva da consagração de um homem público que soube corresponder à confiança dos seus eleitores é a de lhe ajuntar ao nome um desses epitetos felizes, que o povo tem o dom de descobrir e generalizar. O Boulanger Pucci há de ficar na história administrativa de Uberaba como o "Prefeito da instrução".

Dr. Boulanger Pucci

obras de construção ou de melhorias de edifícios escolares, à maneira das que possibilitaram a instalação do grupo "América". Transformou, outrossim, o prédio do Cassino "Exposição" numa casa de ensino dotada de tais acomodações, que a Secretaria da Educação não teve duvida em aceitá-la para o nosso quinto grupo escolar. Afinal, valorizou-se o bairro das Mercês, com o magnífico edifício das Escolas Reunidas "D. Eduardo". Quando se deu a recente visita do sr. dr. Abgar Renault a esta cidade, ofereceu-se-lhe ocasião de ver e admirar a edificação em apreço, por todos os motivos apropriadas à instalação do nosso 6.º grupo.

E é esta a realidade mais próxima, no plano de cometimentos do dr. Boulanger Pucci, em prol da instrução, que merece um registro de congratulações junto a quantos se interessam pelo problema capital do Brasil. Mormente, se colocarmos em confronto a situação atual de Uberaba com aquela de três anos trás. Centenas de crianças se viam privadas mesmo dos rudimentos das primeiras letras, á mingua de estabelecimentos de ensino. Hoje, há escolas para todos, por efeito da ação eminentemente patriótica e nunca suficientemente louvada do "Prefeito da instrução".

Quando, mais tarde, se abranger numa visão total a obra adminis-

Fonte: APU (1950)

Isso se daria tanto na apropriação de discursos de luta em favor dos trabalhadores, quanto na vinculação da imagem dos seus candidatos com a figura de Getúlio, criando, assim, um ambiente de acirramento partidário muito explosivo naquelas eleições.

Duas propagandas de Boulanger, veiculadas no Lavoura, nos apontam bem para essa situação. A primeira, datada de 23 de agosto de 1950 e intitulada "Trabalho e Trabalhadores", traz uma foto de Pucci com o slogan "Tudo pelo Triângulo". Abaixo da imagem há um trecho do discurso do candidato, na ocasião do IV Congresso dos Trabalhadores de Minas Gerais em Uberaba, no dia 19/11/48, afirmando, ainda, que na Câmara Federal, ele defenderá o direito dos trabalhadores. No referido discurso, Pucci exalta o valor do labor e dos trabalhadores, que são ferramentas indispensáveis para a sociedade, apontando as condições adversas que essa classe enfrenta e conclama todos a lutar pelo trabalhador rural, que não possui qualquer proteção.

Na segunda propaganda, veiculada no dia 30 de agosto de 1950, intitulada "Universidade do Triângulo", apresenta-se uma foto de Pucci com o slogan "Tudo pelo Triângulo", afirmando que na Câmara Federal, Boulanger defenderá a criação da Universidade do Triângulo, exaltando, por fim, os seus feitos na área da educação na cidade, conforme apontados anteriormente.

É importante observar que a campanha de Pucci, se apropriará de defesas que, conforme veremos no próximo tópico, foram o mote de campanha de Mário Palmério, como: a educação, a defesa do Triângulo Mineiro, a criação de uma universidade regional e a defesa dos trabalhadores. Nesse sentido, podemos apontar Boulanger Pucci, como o principal adversário de Palmério nas eleições de 1950.

Pucci buscou se colocar como um candidato do campo popular, que defendia os trabalhadores e os seus direitos sociais e trabalhistas, de forma a fazer frente à Palmério, buscando um espaço que naturalmente estaria reservado aos candidatos do PTB, qual seja, o de candidatos trabalhistas e do legado de Getúlio.

Feita a análise dos seus concorrentes em termos de perfil e comportamento, veremos no próximo capítulo como se construiu a campanha de Mário Palmério ao longo daquelas eleições, destacando, para tanto, a defesa das suas propostas, as propagandas veiculadas por ele e os apoios recebidos no processo eleitoral, que o farão, na sua primeira candidatura, superar os seus concorrentes, pertencentes à elite política econômica de Uberaba à época.

1.4 PALMÉRIO E AS ELEIÇÕES DE 1950 EM UBERABA

A seguir, analisaremos como se desenvolveu a campanha de Mário Palmério em termos de propostas, propagandas, apoios e o desenrolar das eleições de 1950 em Uberaba.

1.4.1 A campanha: interesses e propagandas

Houve, ainda durante o Estado Novo, a construção de uma "mitologia política" em cima do nome de Getúlio Vargas. Em torno da sua imagem seria criado um conjunto de valores, crenças, símbolos e práticas, que seria denominado de getulismo. Não é possível compreender as eleições de 1950, sem enxergar que o pleito passou pelo uso da mística getulista do "pai dos trabalhadores".

Nesse sentido, muitos candidatos naquelas eleições se aproveitaram e utilizaram a imagem positiva de Getúlio para se autopromover e tentar conquistar os eleitores. Conforme veremos, esse foi o caso de Palmério, que, diante desse contexto e já estando filiado ao PTB, empreendeu em 17 de abril de 1950, uma visita a São Borja, para se encontrar com Vargas na Estância Santo Reis, o local "sagrado" dos petebistas.

O encontro ocorreu de forma breve, mas com tempo suficiente para que Palmério pudesse receber a "benção" da maior liderança do seu partido e figura de extremo prestígio entre as classes populares. Aproveitando a situação e vislumbrando vincular a sua imagem a de Vargas, Palmério fez questão de tirar uma foto ao lado de Getúlio, o que possibilitou durante a campanha, que ele se apresentasse não apenas como o candidato do PTB, mas também como o candidato de Getúlio.

Figura 07: Getúlio e Mário Palmério em São Borja, em abril de 1950



Fonte: Memorial Mário Palmério – UNIUBE (1950)

Conforme podemos observar na imagem, Vargas não pousou para a foto com tanta naturalidade, mas, daquele momento em diante, estava constituído um dos motes da campanha de Mário Palmério, qual seja: o candidato de Getúlio e que defenderia a sua obra social trabalhista, se fosse eleito deputado federal. Conforme veremos no decorrer deste tópico, quase toda a sua propaganda, seja por panfletos, cartazes, anúncios em jornais ou santinhos, buscará articular os ideais do getulismo, vinculando a candidatura de Palmério com a figura mítica de Getúlio.

Antes de analisarmos como as propagandas se utilizaram da figura de Vargas para promover a candidatura de Palmério, bem como outros interesses defendidos pelo candidato petebista, é preciso pontuar o momento em que a sua candidatura é lançada. A foto com Vargas, como visto, foi tirada em abril de 1950, mas o anúncio oficial da candidatura de Palmério viria apenas em 17 de junho daquele ano, expresso em um manifesto, publicado no jornal Lavoura e Comércio e subscrito por 25 professores que trabalhavam nas suas escolas[41].

No documento, os professores enfatizavam os predicados, ideais e motivos relevantes à figura de Palmério, que a população deveria observar, para escolhê-lo como seu deputado federal. Na ocasião, os subscritores do manifesto conclamam os triangulinos a votarem em Mário Palmério. O texto começa informando que um dos partidos políticos nacionais (PTB), por vários dos seus diretórios do Triângulo Mineiro, indicou o nome do Professor Mário Palmério a deputado federal nas eleições daquele ano.

No decorrer do texto, os professores o adjetivam de: moço pobre, idealista, trabalhador incansável, que graças, exclusivamente a sua prodigiosa inteligência, elevadíssima cultura e tenacíssimo esforço pessoal, se impôs como um autêntico construtor de obras progressistas e imperecíveis e, segundo eles, “Poucos homens fizeram tanto para a coletividade” (Lavoura, 1950, p. 6).

Afirmou-se, ainda, que aquilo que Palmério realizou em Uberaba em menos de dez anos, poucos espíritos progressistas e criadores conseguiram realizar. Nesse sentido, os professores afirmam que “A vocação educacional do Prof. Mário Palmério sempre foi inspirada pela certeza de que aos ricos nunca faltam tempo e dinheiro para educar os filhos e de que aos pobres tudo falta. Partidário intransigente dos cursos populares e noturnos, a eles sempre se dedicou” (Lavoura, 1950, p. 6).

[41] Carta assinada por professores de todos os níveis de ensino e colaboradores das escolas de Palmério.

Mário Palmério é denominado no manifesto de “grande pioneiro da instrução”, alcunha que será um dos principais *slogans* da campanha. Tal denominação se refere à análise de que os professores fazem, acerca dos impactos gerados pela criação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro em Uberaba, a assistência odontológica aos estabelecimentos de ensino público e à população mais pobre de Uberaba e região, a partir de um convênio assinado entre a instituição e o governo do Estado, conforme destacado.

Figura 08: manifesto publicado em 17 de junho de 1950 no jornal Lavoura e Comércio



COLUNA LIVRE

Ao pôvo do Triângulo Mineiro

Um dos partidos políticos nacionais acaba de indicar, por intermédio da maioria dos seus diretórios municipais do Triângulo Mineiro, o nome do Sr. Prof. Mário Palmério para seu candidato à deputação federal no próximo pleito eleitoral de 3 de outubro. Independentemente de suas convicções político-partidárias, os professores abaixo-assinados que militam no magistério superior, técnico e secundário de Uberaba sentem-se no dever de testemunhar ao povo do Triângulo Mineiro seus entusiasmo e simpatia pela indicação feita. Não nos move, impelindo-nos a esta declaração pública, apenas um justificável sentimento de reconhecimento. Move-nos outro motivo, de maior significação: o de solidariedade para com a monumental obra educacional que o Prof. Mário Palmério vem realizando no Triângulo Mineiro, obra essa de largo alcance para o desenvolvimento cultural de nosso povo. Somos quase todos modestos colaboradores do grandioso empreendimento do Prof. Mário Palmério e, portanto, suas testemunhas mais chegadas; as que melhor podem depor, sem receio de êrro, sôbre a nossa qualidade que nos apresentamos.

Vimos acompanhando o esfôrço titânico de um moço pobre, de uma idealista pura, de um batalhador incansável que, graças exclusivamente à sua prodigiosa inteligência, elevadíssima cultura e tenacíssimo esfôrço pessoal, já se impôs definitivamente no conceito social como um lutador de raros méritos, um patriótico construtor de obras progressistas e imperecíveis.

Poucos homens no cenário nacional podem apresentar hoje uma de serviços prestados à coletividade do volume e vulto da que pode a Prof. Mário Palmério ostentar. Desejamos destacá-la, ainda que tôda essa fecunda soma de serviços à educação e instrução do nosso povo já se tenha tornado sobejamente conhecida em todo o Brasil Central, com apreciável repercussão nos meios governamentais do país.

A vida do Prof. Mário Palmério no magistério é uma sucessão impressionante de vitórias pessoais, todas elas deixando marcas profundas e duradouras, tôdas elas significando muito para as coletividades onde suas atividades educacionais se fazem sentir. Essas vitórias, porem, não são exclusivamente suas, apenas benéficas à sua pessoa. Elas coincidem com o bem coletivo, todos lucram com elas. O que o Prof. Mário Palmério realizou em Uberaba, em menos de dez anos, poucas interferências privilegiadas, poucos espíritos progressistas e criadores têm realizado em tôda uma existência. Restam-lhe, ainda, muitos e muitos anos de vida e sua mocidade permite presumir o que poderá ainda realizar.

Pertence, o Prof. Mário Palmério, a uma das famílias mais radicadas no Triângulo Mineiro. Filho do dr. Francisco Palmério, de veneranda memória, engenheiro, advogado e magistrado que tantos serviços relevantes prestou a quase tôdas as cidades de nossa região, o jovem educador iniciou, bem cedo, seu trabalho em prol da instrução de nossa zona. Com menos de vinte anos, já se consagrara professor de raros méritos, ocupando postos de alto relêvo no magistério da capital paulista.

Filho do Triângulo Mineiro, aqui desejou, porém, realizar a sua incontrolável vocação. Sòzinho, sem posses financeiras, dono apenas de inteligência e cultura invulgares, instalou, em 1940, em Uberaba, a sua primeira e modestíssima sala de aula. Acostumado a reger classes universitárias, transformara-se em mestre-escola de interior e começa a alfabetizar adultos. Funda o primeiro curso de madureza da cidade e, à noite, prepara jovens trabalhadores. Grande número desses jovens, os seus primeiros alunos, estudam, hoje, diplomas universitários, depois de haverem, por falta de recursos e tempo para seguir cursos secundários regulares, as suas vocações truncadas. A vocação educacional do Prof. Mário Palmério sempre foi inspirada pela certeza de que aos rios nunca faltam tempo e dinheiro para educar os filhos e de que aos pobres tudo falta. Partidário insubmisso dos cursos populares e noturnos, a êles sempre se dedicou. Quando, em 1941, criou, em velho casarão, o seu Liceu do Triângulo Mineiro, com os cursos secundário e comercial, sob regime de inspeção federal, continuou mantendo seus cursos noturnos e intensificando sua frequência. Já em 1944, a numerosíssima população escolar que lotava as dependências do antigo Liceu exigia maiores e mais adequadas instalações para os cursos que frequentava. Tornou-se, então, absolutamente necessária a construção de grandes edifícios para abrigar seus alunos e possibilitar a criação e instalação de novos cursos. Onde, porém, conseguir recursos para levantar empreendimento de tal monta?

Conhecemos, todos nós, a luta titânica que o Prof. Mário Palmério teve de sustentar. Bateu em muitas portas e nunca o desânimo conseguiu dominá-lo quando as negativas eram a quase costumeira resposta. Tratado de visionário, louco, iludido sempre... Foram os governos daquela época que resolveram, afinal, dar ao Prof. Mário Palmério a sua sonhada oportunidade. Quando os edifícios atuais do Colégio do Triângulo Mineiro começaram a ser edificados, financiada a construção pela Caixa Econômica Federal do Estado de Minas Gerais, deram-lhe, ao derradeiro, o prenúncio que sempre dia as grandes obras que se iniciam: o prenuncio do fracasso. O prof. Mário Palmério passou por tudo isso como sempre costuma passar pelas dificuldades que surgem à sua frente: sorrindo, confiante, absolutamente convencido de que venee. Em 1945 iniciam-se as aulas no conjunto monumental de edifícios que compõem o seu educandário. O ônus do empréstimo é quasi asfixiante para as suas possibilidades de exhibicência. Vencem-se os títulos, exgotam-se os prazos e os credores, contagiados pelo entusiasmo e pela fé do grande Pioneiro da Instrução e pelo sentido eminentemente patriótico de sua obra, vão cedendo, tolerando, acreditando. Serão longos ensinamentar todos os sacrifícios e angústias sofridas pelo Prof. Mário Palmério. Não desejamos recapitulá-las e nem êste é o objetivo dêste nosso manifesto. Citamo-las, de passagem, apenas, para ilustrar a personalidade de grande idealista.

Em 1947, ainda mal curado das conseqüências de tão árdua luta, empenha-se em outra maior. O problema da educação superior para os seus alunos excitava-o e desafiava-o mesmo. Resolvê-lo era sua constante preocupação. As severíssimas leis do Ensino Superior, apesar de justas e necessárias, eram o obstáculo máximo a superar. Mesmo levado em conta o alto custo em que sempre foram tidos os seus estabelecimentos de ensino técnico e secundário e a exigências de suas organizações e instalações, tudo isso ainda era muito pouco para merecer a autorização federal para um curso superior. Entretanto, quando conhecemos da notícia de que o Prof. Mário Palmério iria fundar a sua primeira Faculdade, não podíamos mais duvidar do seu êxito. Em poucos meses, os anfiteatros, laboratórios, salas de clínicas e todas as demais dependências da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, com cultura e modernismo, uma aparelhagem importada e montada em pouco tempo, foram construídos. Em março de 1948, realizava-se o seu primeiro Concurso de Habilitação e 68 acadêmicos matricularam-se no primeiro ano do curso odontológico. Como conseguiu o Prof. Mário Palmério realizar tudo isso, pouca gente sabe. Sabemo-lo nós, porém. Candidatado, hoje, pelos técnicos que a visitam, a maior e mais bem instalada Faculdade de Odontologia do país, a primeira escola superior do Prof. Mário Palmério entregará dentro de poucos meses, ao diplomas de cirurgião-dentista a cinquenta jovens, oriundos das mais diversas e longínquas partes do país, futuros profissionais altamente educados e treinados para o exercício do nobre ciência que abraçaram. Mais de cinquenta jovens de ambos os sexos, integram, hoje, a sociedade uberabense, provenientes de outras regiões, contribuindo financeira, social e culturalmente para o nosso progresso. Dezenas de pensões improvisaram-se para recebê-los e Uberaba vive a estuante e alegre vida de cidade universitária. A importância que representa para a nossa cidade a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro não é, apenas, a da simples permanencia em nosso meio dos seus jovens acadêmicos e a de proporcionar aos nossos filhos uma oportunidade magnífica para a continuação de seus estudos superiores. O mais importante e notável aspeto de que se reveste é o da assistência dentária que a Faculdade proporciona, atualmente, a todos os escolares de nossos estabelecimentos de ensino - público e à sua população pobre. O Convênio assinado pelo Estado de Minas Gerais e a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro para prestação dessa assistência dentária gratuita, é a mais admirável e ousada experiência do gênero que se tenta no país. E' justo, o que seja, aqui, destacado o decisivo apoio que o Prof. Mário Palmério encontrou por parte do atual governo mineiro, especialmente na pessoa do insigne sábio brasileiro, Prof. J. Baêta Vianna, Secretário de Saúde e Assistência do Estado de Minas Gerais. A receptividade que encontrou o Prof. Mário Palmério, por parte dêsse grande homem público, tornou possível a atual assistência dentária que a Faculdade vem prestando ao município de Uberaba, e que será extendida, logo se, já inteiramente planejada e regulamentada, a mais seis municípios vizinhos, por meio de equipes volantes constituídas de dentistas da Secretaria de Saúde e Assistência do Estado, professores e acadêmicos da Faculdade. O alcance dêsse gigantesco empreendimento assistencial demonstra a largueza e o espírito eminentemente patriótico que presidiu o espírito criador do Prof. Mário Palmério e sua inquebrantável energia em realizar o que idealiza.

O surpreendente e rápido histórico que era fazemos das atividades do Prof. Mário Palmério no campo da instrução e da assistência social justifica, sobejamente, o nosso entusiasmo pela decisão que este, ele, prestes a tomar, aceitando a sua indicação para disputar, no próximo pleito eleitoral, uma das cadeiras do nosso Parlamento Republicano, aqui, que êste entusiasmo não é por vêr o grande Pioneiro fazendo parte dêste ou daquêle partido político. Temos, cada um de nós, as nossas convicções partidárias pessoais e não abdicamos delas. Nosso apoio ao Prof. Mário Palmério obedece a motivos de ordem extra-partidária, a ditames superiores de patriotismo. Apoiamos ao Prof. Mário Palmério porque sentimos ser êste o nosso dever, como sentimos ser, também, nosso dever pedir para a sua candidatura a solidariedade e os votos de todos os triângulinos, de todos os cidadãos de tôdas as comunidades do Triângulo Mineiro.

Sòzinho, têra do Govêrno, não dispondo dos recursos proporcionados por um pôsto na administração governamental, amparado apenas pelos seus meios pessoais, o Prof. Mário Palmério realizou obra ingente em benefício do nosso país e do nosso povo. Sabemos, nós que convivemos mais de perto com êle, do que é capaz de realizar se conseguir assento na nossa Câmara Federal. Conhecemos a sua tenacidade, a sua capacidade de luta e podemos prever os inestimáveis benefícios que sua atuação parlamentar trará para nós todos. Podemos afirmar que o Prof. Mário Palmério criará a Universidade do Triângulo Mineiro, seu mais ardente sonho. Podemos assegurar que as grandes cidades do Triângulo Mineiro terão os seus institutos de ensino superior onde todos, pobres e ricos, irão encontrar as possibilidades de realizar suas esperanças de progresso e vocação. Podemos garantir que o Prof. Mário Palmério cumpre o que promete, realiza o que sonha, faz o que deseja.

Triangulinos: pais de famílias; cidadãos de todos os credos e de todos os partidos; trabalhadores de nossos campos e de nossas cidades:

Negar a nossa ajuda ao Prof. Mário Palmério é dificultar, é quasi negar a nós mesmos a indispensável educação de nossos filhos.

Negar os nossos aplausos e o nosso apoio ao Prof. Mário Palmério é impedir a criação da Universidade do Triângulo Mineiro.

Negar ao Prof. Mário Palmério o nosso voto é cortar a fortunida-de de sermos beneficiados.

Povo do Triângulo Mineiro:

MARIO PALMERIO PRECISA DO NOSSO VOTO!

Que o nosso voto lhe seja dado, não apenas como um preito de reconhecimento pelo muito que êle fez pelo povo e sim porque, em seu próprio benefício, O POVO PRECISA DE MARIO PALMERIO!

(a) Prof Dr. Peregrino M. Estelita
Prof. Dr. Helio Angotti
Prof. Dr Jorge Aaôr
Prof. Dr. Jorge Henrique Marquez Furtado
Prof. Dr. José Perez Vasques
Prof. José Peppe Junior
Prof. José Lemos de Oliveira
Prof. Helio Tavares
Prof. Simplício Rodas
Prof. Rubiçe Palis
Prof. Moacir de Almeida
Prof. João Baptista Daudizzi
Prof. Lélio Martins da Costa
Prof. Julio de Oliveira Maia
Prof. Leonel Jardim Lopes
Prof. Questar Avelino de Barros
Profra. Olga de Oliveira
Prof. Celio Jesus da Fonseca
Prof. Mauro Zoppani
Prof. Ivo Aldo Cesar Monti.
Prof. Adney Rebellato
Prof. Manoel C. da S. Thereso
Prof. Francisco Della Mura
Prof. Diplina Alvarenga de Oliveira
Prof. Homero Assis Horta.

Obs. — Conforme já foi exposto, êste manifesto é assinado independente de qualquer compromisso político-partidário.

Fonte: APU (1950)

Por fim, afirma-se que a obra de Palmério é patriótica, pautada na instrução e assistência social e que o apoio daqueles que assinavam o manifesto era suprapartidário. “Sem posto no governo realizou obra efêmera, grandiosa” e concluem afirmando “Se eleito fará muito mais, criará a Universidade do Triângulo. Podemos garantir que o Prof. Mário Palmério cumpre o que promete, realiza o que sonha, faz o que deseja” (Lavoura, 1950, p. 6).

É importante salientar que o lançamento da candidatura de Palmério por um manifesto assinado pelos seus colaboradores, não é algo casual ou espontâneo, mas efetivamente pensado, para que a sua candidatura tivesse um viés de chamado popular, que seu nome fosse convocado pela população, a fim de representá-los na esfera federal do parlamento.

Além do mais, é relevante que os subscritores do manifesto sejam professores, figuras sociais, que gozavam de muito prestígio e credibilidade no meio local, dando, assim, um caráter de seriedade à candidatura de Palmério e o que ele representaria para a sociedade.

Obviamente, o teor do manifesto foi articulado entre Palmério e os seus professores, de forma a levantar os principais atributos do então candidato, que também era chefe e patrão daqueles que estavam assinando. No manifesto, o perfil de Palmério tenta ser construído de forma a coadunar com os ideais populares do getulismo, focando nas suas ações profissionais a favor da saúde, assistência social e educação, de forma a vinculá-lo como um candidato do campo popular getulista.

De fato, não há como mensurar se algum dos professores foi obrigado a assinar o documento, mas é fato que Palmério não se lança candidato, mas faz isso por importantes e respeitadas figuras da sociedade, que apontam o seu nome como de uma candidatura necessária para o progresso da cidade.

É importante apontar aqui, três figuras que estavam entre os subscritores do manifesto político a favor de Mário Palmério, são eles: Hélio Angotti, Jorge Furtado e Ivo Monti, este último acadêmico de odontologia e que também seria candidato a vereador nas eleições de 1950. Destacamos esses nomes, visto que todos, mais a frente, cerrarão as fileiras do PTB juntamente com Palmério, sendo peças importantes na condução do partido, em conjunto com o futuro deputado. Dito de outro modo, Palmério começa a construir ali a sua base de apoio partidária, visando um crescimento político futuro.

A candidatura de Mário Palmério exploraria três eixos temáticos para realizar as propagandas na sua campanha, a saber: “pioneiro da instrução”; “candidato de Getúlio Vargas” e “cidadão comprometido com a assistência social”. Em outras palavras, de um lado teremos a educação, tema em que Palmério trará toda a sua experiência como professor e empresário do ramo educacional no município. De outro lado, explorará a sua proximidade com Getúlio, afirmando-se como um getulista convicto, bem como a defesa de uma das grandes bandeiras do trabalhismo, que era a assistência social.

É importante destacar que todos os eixos que serão trabalhados por Palmério na campanha, em certa medida, aproximam-se dos interesses pessoais e profissionais do próprio candidato, visto que, uma vez eleito, poderia defender projetos que levassem a ampliação de suas escolas, especialmente as de nível superior.

Nessa medida, colocar-se como getulista, lhe dava não somente uma vantagem eleitoral naquele momento, mas futuramente o aproximaria do próprio Vargas, que seria eleito

presidente e ajudaria Palmério a tirar do papel aquilo que lhe interessava, conforme veremos mais adiante.

Em termos de campanha eleitoral, os eixos fixados pelo candidato serão explorados em termos de propaganda em, basicamente, três plataformas: anúncios de jornal, panfletos e santinhos. Segundo André Azevedo, "[...] se Pucci e Reis preferiam expor as suas ideias em longos artigos, Palmério foi o que mais investiu em *slogans* e frases de impacto em uma propaganda maciça na imprensa" (Fonseca, 2012, p. 261).

É importante pontuar a estreita relação entre imprensa e política, que no contexto de Uberaba do ano de 1950 se apoiava, principalmente, nos jornais escritos, destacando-se: o Lavoura e Comércio, O Triângulo e o Correio Católico. Assim como na política, os políticos buscam concretizar certos interesses, sejam eles individuais, corporativos ou coletivos, nos jornais como veículos de informação que também participam do jogo de poder, visando também realizar os seus interesses e, muitas vezes, se aliam a esse ou aquele partido, grupo político ou até mesmo uma liderança em específico.

Os jornais em Uberaba possuíam, nesse período, um contorno de preferências ideológicas e partidárias muito bem definidos. O Lavoura e Comércio, conforme a sua preferência pelo campo político conservador, era um jornal eminentemente udenista, o que fica claro no espaço dado pelo periódico aos líderes, candidatos e reportagens acerca da UDN. Enquanto isso, o jornal O Triângulo gozava de uma preferência pelo PSD, deixando muito explícito, nas suas edições, que o veículo privilegiava os candidatos pessedistas.

Por outro lado, o PTB não teve efetivamente um veículo de comunicação na cidade, que tenha demonstrado ser adepto aos ideais do partido, até mesmo porque os três principais jornais locais adotavam uma postura quando não antigetulista, mas crítica ao maior líder do partido. No entanto, Mário Palmério se utilizou dos jornais de maneira muito contundente para satisfazer os seus interesses políticos e, na contramão do PTB, teve um espaço considerável nesses veículos, buscando construir representações positivas do seu nome e da sua candidatura.

Para explicar tal situação, é preciso compreender que as relações entre Mário Palmério e os jornais locais advêm de um período anterior à sua vida política. Ainda como empresário, ele anunciava e veiculava propagandas dos seus estabelecimentos de ensino recorrentemente nesses jornais. Era propagandeada a abertura de matrículas, de novos cursos, sendo informado sobre a formatura das turmas, entre outras divulgações, que além de colocar em voga seu estabelecimento de ensino, também o colocava em evidência, construindo uma

representação de empresário bem-sucedido ou como gostavam os jornais de anunciar, um verdadeiro “realizador”.

Nesse sentido, Palmério constrói a sua relação com os jornais locais muito antes da política, o que lhe dá, mesmo estando em espectro político oposto aos principais periódicos da cidade, um espaço que seu próprio partido não possuía. Obviamente, o espaço dado pelos jornais a Palmério, não era porque ideologicamente apoiavam a sua candidatura, mas especialmente pela relação comercial que o candidato petebista tinha com esses veículos, até porque, fora as notícias e/ou reportagens que podiam ser espontâneas ou pagas, todas as propagandas eleitorais evidentemente eram monetizadas.

Nesse contexto, foi em maio de 1950, pouco depois do seu encontro com Vargas, que Palmério começou a explorar a sua proximidade com o getulismo, enviando centenas de santinhos a amigos e conhecidos. Na parte da frente do material, ele expôs a sua foto ao lado de Getúlio, buscando demonstrar a sua proximidade com o líder trabalhista e passar a mensagem, que gozava da confiança de Vargas e de que era um legítimo getulista.

No verso, e antes mesmo que as candidaturas fossem homologadas, o material apresentava os nomes de: Antônio Prospero como candidato a prefeito, Ovidio De Vito para deputado estadual[42] e o de Mário Palmério para Deputado Federal, acompanhado de uma caricatura de Getúlio logo abaixo. No final do verso, o material afirma que: “estes são os candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro o partido de Getúlio Vargas”.

Figura 09: Santinho de Mário Palmério frente e verso.



Fonte: Memorial Mário Palmério (1950)

[42] Como as candidaturas só seriam homologadas em convenção no mês de julho, Ovidio de Vito trocaria a candidatura de deputado estadual pela de vice-prefeito, abrindo caminho para Whady Nassif, que já era deputado pelo PSD, mas um petebista e getulista histórico.

Há, aqui, uma clara tentativa de Palmério de se vincular diretamente ao getulismo, afirmando-se como candidato do PTB, que era o partido de Getúlio e tinha nele a sua maior liderança. Dito de outro modo, ele tentaria se utilizar do prestígio de Vargas para alavancar sua candidatura e se firmar como o candidato getulista na cidade. Além disso, é importante notar que Palmério se apresenta como candidato, ao lado de dois petebistas históricos, Prospeto e Ovidio de Vito.

A homologação oficial da candidatura pelo PTB sairia em 13 de agosto[43], ocasião em que Palmério, ao lado de Antônio Prospero, Lucio Bitencourt e outros, seriam eleitos para o diretório estadual do partido. Tal fato marcou, definitivamente, a sua inserção na vida político partidária e estreitou ainda mais os seus laços com o getulismo e a sua presença dentro do partido.

Conforme afirmado anteriormente, Mário Palmério terá como uma de suas principais defesas, a educação e terá no legado dos seus empreendimentos educacionais, o seu principal argumento para se colocar como o candidato mais preparado para ampliar o acesso à educação para as pessoas que mais precisam, especialmente no nível do Ensino Superior.

Buscando exaltar e ressaltar os seus feitos na área da educação, bem como evidenciá-los para a sociedade, o candidato manda publicar no jornal Lavoura e Comércio uma notícia na capa, a respeito do reconhecimento oficial da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro pelo governo federal, que já vinha funcionando há algum tempo com uma autorização provisória. A matéria apresenta a instituição, como a maior conquista uberabense no campo educacional até aquele momento. São destacados os excelentes resultados, a boa estrutura e o fato de ela congregar alunos de Uberaba e outras regiões e estados do Brasil.

Há, aqui, uma clara tentativa de evidenciar e exaltar o nome de Palmério e, para tanto, afirma-se: “A verdade é que o professor Mário Palmério operou uma grande transformação no nosso cenário de ensino, contribuindo admiravelmente para elevá-lo ao mesmo nível alcançado pelas mais importantes metrópoles do país”. Essa representação de homem que realiza e faz acontecer, estará presente nas demais propagandas eleitorais veiculadas durante todo o pelito eleitoral.

Apesar de ser confirmado pelo partido apenas em agosto, a pré-candidatura de Palmério se encontrava na rua desde a “Carta aos Triangulinos” publicada em março. No

[43] O jornal Lavoura e Comércio na edição do dia 14 de agosto em destacada manchete na segunda página, afirma “O PTB organiza as suas chapas de deputados federais e estaduais” (APU, 1950).

entanto, será em 04 de agosto de 1950 que Mário Palmério publica a primeira de inúmeras das suas propagandas nos jornais[44].

A edição do Lavoura e Comércio trazia em quase um quarto da contracapa do jornal uma enorme propaganda, em que o PTB recomendava que:

> 'Votar para Deputado Federal em Prof. Mário Palmério' porque: realizou sem a facilidade de um cargo oficial a mais notável obra educacional de todo o interior do país; executou a mais audaciosa assistência dentária já realizada no país, prestando assistência gratuita as crianças e populações pobres; deu novo impulso ao nosso comércio, trazendo centenas de estudantes para a cidade; se eleito terá facilidades de instalar novas escolas superiores e criar a Universidade do Triângulo Mineiro. (LAVOURA, 1950, p. 6).

Há, nessa divulgação, a intenção de apresentar Palmério como o candidato do PTB e mostrar o que ele já havia realizado até então, como uma forma de apontar para o que ele ainda poderia realizar pela região, se fosse eleito deputado. Um dos fundamentos das suas propagandas foi apresentar os feitos realizados por Palmério, buscando, dessa forma, o apresentar como alguém preparado para o cargo.

Entre os destaques das realizações nas propagandas, podemos apontar três assuntos que eram recorrentes: a instalação de escolas de ensino básico, técnico e superior, sempre acompanhado do mote de "pioneiro da instrução"; o trabalho desenvolvido pela policlínica de sua Faculdade de Odontologia com os mais necessitados e o papel que os negócios de Palmério tiveram no desenvolvimento do comércio local pelos benefícios trazidos com a vinda de centenas de estudantes de outras cidades para Uberaba.

Podemos observar, assim, que ele utilizou, em grande medida, o que realizou em nível privado como professor e empresário, para se autoafirmar como o candidato que já fez sem estar em um cargo público, e que se eleito, faria muito mais, agora estando em uma função pública.

Acerca das propagandas empreendidas por Palmério nos jornais, André Azevedo da Fonseca nos aponta que "Além da associação direta com Vargas, os panfletos de rua procuraram reafirmar o mote de que, se eleito, Palmério seria carregado de novos poderes para transformar a história de seus conterrâneos por meio da multiplicação das instituições de ensino na região" (Fonseca, 2012, p. 253).

[44] Os principais periódicos utilizados por Mário Palmério para divulgar a sua campanha foram o jornal "Lavoura e Comércio" e "O Triângulo", apesar de ter publicado também no "Correio Católico de Uberaba', Correio de Uberlândia da cidade vizinha e em outros jornais da região, como o "Folha Ituiutabana".

Figura 10: Primeira propaganda veiculada em um jornal no dia 04 de agosto de 1950



O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

RECOMENDA:

Votar para DEPUTADO FEDERAL, em

Prof. MARIO PALMERIO, porque:

Prof. MÁRIO PALMÉRIO realizou, sozinho, sem as facilidades de um cargo oficial a mais notavel obrá educacional de todo o interior do país.

Prof. MÁRIO PALMÉRIO planejou e executou a mais audaciosa obra de assistência dentária jamais tentada no país criando a POLICLINICA DENTÁRIA de sua FACULDADE DE ODONTOLOGIA, prestando assistência gratuita ás crianças e á população pobre.

PROF. MÁRIO PALMÉRIO, pioneiro da instrução

Prof. MÁRIO PALMÉRIO deu novo impulso á nossa vida e ao nosso comércio, trazendo para o nosso meio, centenas de estudantes e acadêmicos que estão, hoje, contribuindo decisivamente para o nosso progresso e prosperidade.

Prof. MÁRIO PALMÉRIO na Câmara Federal, se fôr eleito pelo voto dos triangulinos, terá as facilidades e oportunidades de que necessita para criar novas escolas superiores, fundar a UNIVERSIDADE DO TRIANGULO MINEIRO e trabalhar com entusiasmo pelo engrandecimento e prosperidade de nossa região e de nosso pôvo !

Fonte: APU (1950)

É importante pontuar que a mesma propaganda seria publicada também, no jornal "O Triângulo" alguns dias depois, o que mostra a dinâmica da divulgação de sua candidatura, utilizando diferentes veículos de comunicação, em dias alternados e com peças publicitárias que podiam ser iguais ou diferentes, mas que sempre buscavam passar a mesma mensagem, atingindo diversos públicos.

Vale ressaltar, também, que as propagandas nos jornais locais, eram sempre em dimensões muito superiores aquelas veiculadas pelos seus adversários, visto que ocupavam local de destaque nos periódicos e um espaço considerável nas suas edições. Palmério foi o candidato a deputado federal que mais anunciou nos jornais de Uberaba, além de panfletar como nenhum dos outros candidatos naquelas eleições.

Na busca para se vincular à figura de Getúlio e ao programa do PTB, Palmério publicará, ainda em agosto, mais uma propaganda no Lavoura, dessa vez fazendo alusão a imagem de Vargas e utilizando-se da foto em que está ele e o presidente tirada em abril. A peça faz referência a proposta de "criação de escolas para o povo e o oferecimento de educação gratuita para este".

Figura 11: Propaganda de campanha veiculada no jornal Lavoura e Comércio em agosto de 1950



Fonte: APU (1950)

Há, aqui, um ponto interessante a se observar, o fato de que a ideia veiculada busca se ligar ao programa partidário do PTB, de forma que Palmério procura identificar-se com os ideais trabalhistas no campo da educação. Ao fim, a propaganda enaltece o fato dele ser filho de Uberaba, um realizador e o reforça como sendo o candidato de Getúlio e do PTB. Haverá, portanto, a união de dois motes de campanha: a educação e o getulismo.,

Essa tentativa de se colocar como o candidato do PTB e por consequência do próprio Vargas, teve um sentido muito utilitário para Palmério, como ele mesmo afirma em uma entrevista concedida a Jô Soares na década de 1980, em que menciona "O PTB era milagroso. Ele elegia as pessoas. A gente disputava a legenda do PTB, porque atrás do PTB havia a figura de Getúlio. E sabe que Getúlio foi o maior líder que esse país já teve, conquistou o coração dos brasileiros todos" (Palmério, 1992 *apud* Lemes, 2016).

Aqui fica claro que, por mais que Palmério se identificasse de alguma forma com as ideias trabalhistas e fosse um getulista convicto, vincular-se a Getúlio naquele momento era essencial para realizar a sua campanha e obter êxito naquelas eleições.

No auge das eleições, Mário Palmério publicou outra propaganda eleitoral, arrogando-se como o candidato dos trabalhistas, dos trabalhadores, do PTB e de Getúlio. Dessa

vez, no entanto, a peça foi veiculada no periódico Correio Católico, um dos principais críticos de Palmério e da tríade Vargas, PTB e trabalhismo, visto o caráter conservador do periódico.

No início de setembro de 1950, a propaganda veiculada no Correio Católico era direcionada aos partidários e simpatizantes de Getúlio, do PTB e do trabalhismo na cidade e região, colocando Palmério como o legítimo representante dos trabalhistas e trabalhadores de todo o Triângulo.

Figura 12: peça de propaganda publicada no jornal Correio Católico no início de setembro de 1950



Fonte: APU (1950)

Em 08 de setembro, mais uma propaganda veiculada no Lavoura e Comércio chama a atenção. Diferente até então das outras propagandas em termos visuais, o seu conteúdo buscava passar como mensagem as propostas de Palmério para a população, sintetizadas em dois pontos que novamente se aproximavam do programa do PTB: educação e assistência social.

A propaganda ocupa cerca de meia página no jornal. Com imagens do prédio que abriga a Faculdade de Odontologia, bem como dos atendimentos realizados na Policlínica, a propaganda exalta os feitos de Mário Palmério nas áreas da educação e da assistência social. Afirma-se, ainda, que a Universidade do Triângulo Mineiro não será uma promessa, mas um ato consumado com a vitória de Palmério. Há, também, uma foto de Palmério e uma recomendação do PTB para votar nele com um slogan muito contundente: “Mário Palmério não promete, FAZ”.

Figura 13: Peça de propaganda veiculada no Jornal Lavoura e Comércio no dia 09 de setembro de 1950



Fonte: APU (1950)

Dito de outra maneira, mais uma vez, o professor Mário procura mostrar as suas realizações para a cidade no âmbito dos seus empreendimentos educacionais, fato que, segundo a propaganda, o credenciaria para realizar muito mais, se conquistasse o mandato de deputado federal. No entanto, nesta peça, há uma ênfase maior desse aspecto, quando aponta que: ele não promete, mas "fez sozinho e continuará a fazer quando eleito".

Há, aqui, de forma muito explícita na propaganda, uma das propostas que Mário Palmério traz na sua campanha, a criação da Universidade do Triângulo. Aqui é preciso pontuar, que essa proposta não representa apenas um desejo ou vontade benemérita do candidato em criar uma grande instituição de ensino superior na cidade, pelo contrário, vai ao encontro do seu interesse em expandir seu projeto educacional privado de Ensino Superior, abrindo, além da já existente faculdade de odontologia, outros cursos, como Direito e Engenharia, para, ao fim, ter a sua tão sonhada Universidade.

Por fim, não obstante outras propagandas tenham sido veiculadas em outras datas e nos dias que antecederam as eleições, o jornal O Triângulo, em 02 de outubro de 1950, que era simpatizante da candidatura de Boulanger Pucci, publicou uma propaganda em toda a extensão

da primeira página convocando os uberabenses a irem as urnas com Getúlio e os seus candidatos trabalhistas locais, entre eles Mário Palmério.

Figura 14: Peça de propaganda publicada em “O Triângulo”, em 02 de outubro de 1950



Fonte: APU (1950)

A veiculação paga pelo PTB surgia com uma enorme foto de Vargas e abaixo dos candidatos do PTB a prefeito, deputado estadual e federal, referindo-se a eles como nomes que defenderiam as propostas e os ideias dos trabalhadores, que obviamente estavam vinculados ao programa partidário do PTB e os seus ideários acerca do trabalhismo, que como visto, estava naquele momento centrado na figura mítica de Vargas, pelo menos até sua morte em agosto de 1954.

Um aspecto de destaque nas propagandas de Palmério era o fato de que quase todas utilizavam seu retrato. Sempre trajando uma camisa e as vezes um paletó, a distinção de seu perfil era o bigode, que o marcou. Sempre com um semblante sério, buscava passar ao eleitor uma imagem de alguém que apesar de jovem, havia experenciado na vida profissional, o suficiente para concorrer ao cargo de deputado e que, se eleito, seria exercido com competência.

É importante pontuar também, que as propagandas veiculadas nos jornais eram, na sua grande maioria, pagas pelos candidatos e com Palmério não era diferente. No entanto, o que podemos observar com a análise das fontes é que a veiculação de propagandas nos jornais foi

o meio de divulgação preferencial da campanha de Palmério, visto ser um meio de comunicação que atingia um grande contingente de eleitores.

Havia, ainda, uma certa preferência pelo Lavoura e não pelo fato do jornal ser simpatizante da sua candidatura ou da de Getúlio, pelo contrário, mas porque era o jornal de maior circulação na cidade e região, além de ser aquele em que Palmério mais havia anunciado propagandas dos seus estabelecimentos de ensino.

Há, portanto, nas propagandas de campanha, a construção de uma representação acerca da candidatura de Palmério, baseada em demonstrar a sua experiência como professor e empresário e, consequentemente, a sua competência para o cargo de deputado federal. A par disso, está o interesse em vincular sua imagem a de Vargas, em uma estratégia deliberada, que ao nosso ver, será puramente pragmática em termos de conveniência e oportunidade, conforme veremos mais adiante no trabalho.

Em relação às propostas apresentadas nas propagandas, elas tentam ser coerentes, ora com os próprios interesses pessoais e profissionais de Palmério, ora com a necessidade de se identificar com os ideais programáticos do trabalhismo e do PTB.

Analisadas as propagandas em si, veremos no próximo tópico, como a campanha se desenvolveu em termos práticos, especialmente na busca de apoios e de votos, que era aquilo que mais interessava à Palmério.

1.4.2 A campanha: a busca de apoios e votos

Uma outra forma de divulgar a campanha na cidade e região eram as visitas realizadas em vários municípios, com o objetivo de criar diretórios do PTB, bem como os comícios que eram feitos. Acerca da criação dos diretórios do partido nas cidades do Triângulo, em entrevista concedida a Jô Soares, Palmério nos afirma que:

> Eu fundei o PTB na minha cidade, fundei o PTB em várias, sempre chegava num determinado lugar da minha região e **procurava saber quem era o maior getulista**. Sempre tinha um getulista, um barbeiro, um sapateiro, um garçom. Sujeito getulista roxo. E com esses getulistas roxos eu fiz sessenta e tantos diretórios que me elegeram tranquilamente durante três vezes (Palmério, 1992 *apud* Lemes, 2016, grifo nosso).

Como visto anteriormente, as fontes não confirmam se Palmério teria mesmo participado da fundação do PTB em Uberaba. No entanto, como afirmou na entrevista, utilizou

da estratégia de fundação de diretórios do partido[45] nas cidades da região, como estratégia para arregimentar apoios para a sua candidatura, visto que era um expediente comum dos políticos naquela época.

Nesse ponto, refletindo se Palmério seria ou não um trabalhista convicto, discordamos do professor André Azevedo da Fonseca, quando ele afirma que a "afinidade de Mário Palmério com as ideias trabalhistas não parece um mero oportunismo. Em seu discurso e em sua atuação social, o jovem professor, tal como muitos de sua geração parecia simpatizar, de forma bem natural, com o projeto petebista" (Fonseca, 2012, p. 244).

A partir das fontes, ficará mais claro ao longo do trabalho, que Palmério, seguindo o lastro da corrente getulista-pragmática, apresentou-se não como um trabalhista, mas como um getulista convicto e de forma conveniente, com a chancela do partido, procurou os getulistas das cidades vizinhas, a fim de dar vazão à obra de Getúlio, pela institucionalidade partidária e, consequentemente, beneficiar-se.

Então candidato, ele se aproveitou da necessidade do partido em se expandir na região do Triângulo e da sua própria necessidade em arregimentar apoiadores para a sua campanha de deputado, aproveitando-se do getulismo, para arrebatar seguidores e concretizar os objetivos do partido e os da sua candidatura.

Isso fica claro, quando analisamos ao longo do trabalho como Palmério se movimenta dentro das diversas correntes do partido, conforme vê a necessidade de se manter vivo politicamente, bem como a forma que atua politicamente, eleitoralmente e partidariamente.

Como veremos mais adiante, ao longo dos seus três mandatos, Palmério terá uma atuação intensa na região e a abertura desses diretórios teria um papel fundamental para seu êxito eleitoral, não só em 1950, mas também nas eleições de 1954 e 1958, bem como para consolidar a sua liderança regional dentro do partido.

A situação colocada se mostra coerente com uma publicação do jornal Lavoura e Comércio do dia 09 de setembro de 1950, de uma nota oficial de apoio, do diretório do PTB da cidade de Conceição das Alagoas, em que o Diretório Municipal daquela cidade, imbuído das orientações partidárias da Executiva Estadual, orientou o voto para Deputado Federal em Mário Palmério.

[45] Quando o PTB foi criado por Getúlio em 1945, o Ministério do Trabalho pela sua atuação nos sindicatos e os comitês do movimento queremista, foram também base para formatar diretórios do partido em todo o Brasil.

Ao discorrer sobre o processo eleitoral de 1950 e a participação de Mário Palmério, André Azevedo da Fonseca nos aponta que

> A partir de então, empregaria todo o prestígio construído nos últimos dez anos para articular os diretórios regionais e mobilizar os eleitores. [...]. Assim, Mário Palmério passou a viajar pela região e articular acordos com os diretórios municipais, muitas vezes formados por 'ex-alunos', 'pais de alunos' e 'companheiros de pescaria' (Fonseca, 2012, p. 257).

Os acordos e os apoios recebidos por Palmério foram, então, fundamentais para concretizar os votos recebidos por ele e, efetivamente, dar condições para que ele se elegesse deputado. Ao longo da sua carreira política, Palmério criará e influenciará na escolha de muitos diretórios do PTB da região, inclusive no de Uberaba[46], no entanto, conforme veremos adiante, as disputas internas por mando e poder eram recorrentes, fazendo com que a direção do partido mudasse de forma constante[47].

Um dos apoios importantes que Palmério receberá na sua primeira candidatura, foi o dos acadêmicos da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, que em um manifesto se solidarizavam com a candidatura do diretor daquela instituição de ensino. Na ocasião, o manifesto declarava apoio não só a Mário Palmério, mas também ao acadêmico do curso de odontologia, Ivo Monti, que era candidato a vereador pelo PTB.

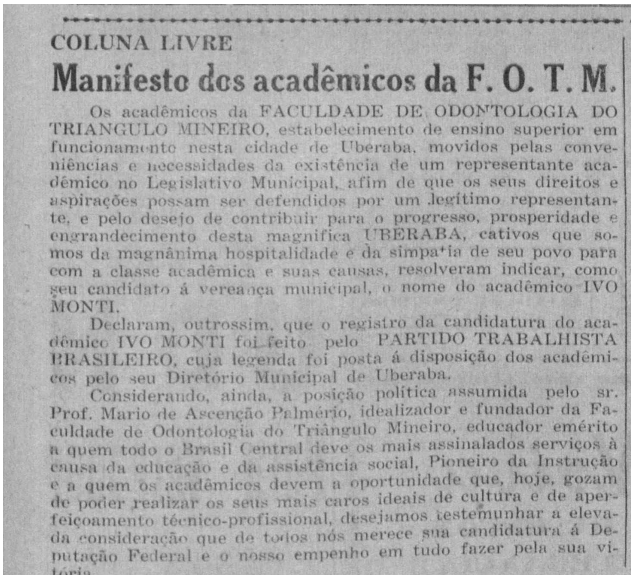
No manifesto de apoio, os signatários discorrem sobre a necessidade de terem um representante no legislativo municipal e federal e, em seguida, ressaltam as qualidades beneméritas de Mário Palmério. Em uma espécie de tributo ao professor, que denominam de "pioneiro da instrução", afirmam que sem o seu esforço, não estariam gozando do privilégio de "poder realizar os seus mais caros de cultura e de aperfeiçoamento técnico profissional". (Lavoura e Comércio, 1950, p. 3). Por fim, afirma-se que se trata de um apoio suprapartidário e que empenharam todos os esforços necessários para o êxito de sua vitória.

---

[46] Apesar de novo na cidade, o PTB já havia tido sua primeira divisão no final de 1949, com a saída do então prefeito Boulanger Pucci, Antônio Alberto Oliveira e outros petebistas insatisfeitos com as tratativas feitas por Antônio Prospero junto à executiva estadual. Veremos que nas eleições de 1954, teremos o rompimento entre Palmério e Prospero, e Palmério e Ovidio de Vito, que ocasionará a divisão e saída de outros petebistas históricos. Ou seja, o PTB local, assim como o nacional e estadual, foi construído por sucessivas crises sucessórias de poder de mando.

[47] Segundo Maria Celina D'Araújo (1996), essa instabilidade de mando nos diretórios municipais era tão recorrente, que em uma das mudanças estatutárias ocorridas no partido foram criados mais de 100 artigos no estatuto, que se dedicavam à deposição de diretórios municipais e regionais e à nomeação de comissões executivas provisórias.

Figura 15: Manifesto de apoio a Mário Palmério publicado no Lavoura e Comércio, em 09 de setembro de 1950



COLUNA LIVRE

Manifesto dos acadêmicos da F. O. T. M.

Os acadêmicos da FACULDADE DE ODONTOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO, estabelecimento de ensino superior em funcionamento nesta cidade de Uberaba, movidos pelas conveniências e necessidades da existência de um representante acadêmico no Legislativo Municipal, afim de que os seus direitos e aspirações possam ser defendidos por um legítimo representante, e pelo desejo de contribuir para o progresso, prosperidade e engrandecimento desta magnifica UBERABA, cativos que somos da magnânima hospitalidade e da simpatia de seu povo para com a classe acadêmica e suas causas, resolveram indicar, como seu candidato á vereança municipal, o nome do acadêmico IVO MONTI.

Declaram, outrossim, que o registro da candidatura do acadêmico IVO MONTI foi feito pelo PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, cuja legenda foi posta á disposição dos acadêmicos pelo seu Diretório Municipal de Uberaba.

Considerando, ainda, a posição política assumida pelo sr. Prof. Mario de Ascenção Palmério, idealizador e fundador da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, educador emérito a quem todo o Brasil Central deve os mais assinalados serviços à causa da educação e da assistência social, Pioneiro da Instrução e a quem os acadêmicos devem a oportunidade que, hoje, gozam de poder realizar os seus mais caros ideais de cultura e de aperfeiçoamento técnico-profissional, desejamos testemunhar a elevada consideração que de todos nós merece sua candidatura á Deputação Federal e o nosso empenho em tudo fazer pela sua vitória.

Fonte: APU (1950)

Novamente, Mário Palmério se cerca em torno de pessoas ligadas ao seu grupo educacional. Se antes os professores das suas escolas lançaram a sua candidatura em um manifesto que reconhecia o seu importante trabalho para educação e desenvolvimento de Uberaba, agora o candidato articula outro manifesto, junto aos estudantes, a fim de reafirmar aquilo que vinha sendo construído durante a sua campanha.

Um ponto que merece destaque é o fato de que o manifesto dos estudantes tenha sido articulado pela liderança de Ivo Monti, que foi alçado à condição de candidato a vereador pelo PTB, por influência de Palmério e que depois se tornariam aliados políticos durante muitos anos.

Percebemos que os apoios recebidos por Palmério se concentravam, basicamente, em dois campos: político partidário e profissional. O primeiro era advindo dos correligionários do PTB, seja onde eram criados diretórios ou ainda nos diretórios já existentes, e que eram orientados a apoiar os candidatos getulistas que fossem do partido, como era o caso de Palmério.

O segundo tipo de apoio advém dos membros das suas instituições de ensino, sejam colaboradores ou alunos, que, de forma muito bem articulada por ele, reconheciam nos manifestos publicados, a capacidade de Mário Palmério em realizar grandes feitos e que, portanto, estaria plenamente apto a exercer o cargo público a que concorria.

Esses apoios eram de fundamental importância para legitimar e mostrar a força de sua candidatura e multiplicavam o nome de Palmério por Uberaba e cidades vizinhas, ampliando cada dia mais o seu potencial de vitória. No caso dos alunos da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, é importante destacar que, como todos da primeira turma tinham vindo de fora, na sua maioria cidades da região, Palmério conseguia alcançar um público fora da localidade de Uberaba.

No entanto, a busca por votos não se dava apenas no nível partidário e no seu círculo profissional e de amizades. Com o objetivo de tornar o seu nome conhecido e angariar votos e mais apoios, Mário Palmério visitava constantemente os bairros de Uberaba e as cidades vizinhas, realizando reuniões mais intimas e comícios, que chegavam a reunir centenas de pessoas.

Figura 16: Jantar de apoio a Palmério na cidade de Araguari ocorrido no curso das eleições de 1950



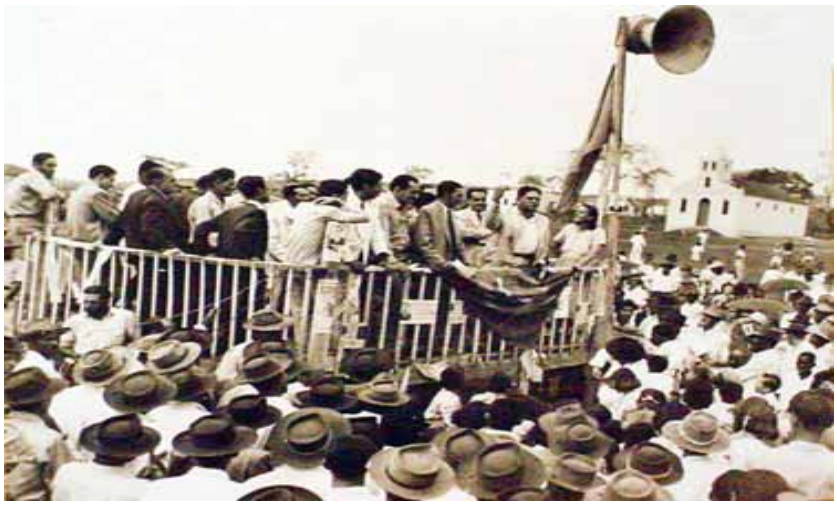
Fonte: Memorial Mário Palmério (1950)

Mário Palmério costumava viajar muito pela região nas suas campanhas. Há inúmeros registros fotográficos em que ele aparece em cidades como Araguari (Figura 16), Uberlândia, Araxá e Ituiutaba. Questionada sobre se o pai viajava muito durante as campanhas, sua filha Marília Palmério afirma que “Papai viaja, muito, muito” (Palmério, 2023).

Isso nos aponta que, apesar de sua principal base eleitoral ser Uberaba, ele tinha grande preocupação em levar a sua campanha para a região do Triângulo e receber votos em outras cidades, visto que sabia que sem a região, não conseguiria ser eleito. Tal fato se mostra nos próprios resultados eleitorais daquele ano, em que cerca de 70% dos votos recebidos por Palmério são de cidades do Triângulo, que não apenas Uberaba.

Por fim, é importante salientar, também, a necessidade da realização dos comícios nas ruas e praças dos principais bairros das localidades por onde Palmério se apresentava como candidato. Os comícios costumavam reunir, além de correligionários do PTB, simpatizantes de Getúlio e outros curiosos, para saber o que o candidato tinha a falar.

Figura 17: Comício realizado nas eleições de 1950 em um local desconhecido



Fonte: Memorial Mário Palmério (1950)

Como candidato, Palmério sempre buscava se apresentar como vinculado ao PTB, defensor da obra de Vargas e dirigente trabalhista. Os comícios realizados para apresentar a sua candidatura, conforme podemos observar na Figura 17, chamava a atenção de muitos populares, sendo sempre realizado em uma espécie de palco, onde o candidato se postava junto a outras autoridades, a fim de demonstrar sua força e se apresentar ao eleitor, que, por sua vez, observava a partir do nível da rua.

Os comícios eram, certamente, o momento de encontro do candidato com o eleitor, no qual ele ouvia aquilo que o postulante tinha a dizer sobre a solução dos problemas da sua localidade. No entanto, há um comício que ficou marcado nas eleições de 1950 e que ocorreu por ocasião da vinda de Getúlio Vargas a Uberaba.

Conforme veremos a seguir, o que começou com uma disputa de versões para a apropriação e utilização da figura de Vargas nas campanhas de PTB e PSP, terminou em um absurdo episódio de violência política envolvendo Boulanger Pucci e Mário Palmério, podendo até mesmo figurar como enredo, de mais um dos atentados eleitorais que ocorriam no interior de Minas Gerais e que Mário Palmério nos retrata tão bem no seu clássico, “Vila dos Confins”.

1.4.3 A visita de Getúlio: PTB x PSP

As eleições de 1950, como visto, foram disputadas em todos os níveis federativos e de cargos. No entanto, o destaque foram as eleições presidenciais e o motivo era o retorno de Getúlio Vargas ao cenário político-eleitoral. O "queremos Getúlio" de 1945, voltava às ruas do país com força total e comitês pró-candidatura de Vargas foram criados em várias cidades do país.

Enquanto PSD e UDN buscavam uma candidatura de consenso e um nome que colocasse de lado Getúlio e os trabalhistas, este buscaria se aliar as forças populares, o que levaria a formação da coligação entre PTB e PSP, que era liderado por Ademar de Barros.

Em Uberaba, a aliança PTB-PSP teve ampla repercussão. A candidatura de Vargas não era exclusiva do PTB, mas compartilhada pela aliança entre o partido e o PSP de Ademar. Logo, em Uberaba, o candidato à presidência, teria dois partidos com chapas completas apoiando o seu nome e, consequentemente, disputando os benefícios de se vincular a sua imagem para potencializar a votação dos seus candidatos.

Um fator importante de ressaltarmos é que grande parte dos membros do diretório pessepista e dos seus candidatos locais naquelas eleições, ajudaram a fundar o PTB em Uberaba ou em algum momento compuseram o partido, exercendo até mesmo mandato pela agremiação. Esses eram os casos de Boulanger Pucci, Antônio Alberto Oliveira e Paulo Rosa.

Era de se esperar que em algum momento, esses ex-petebistas, que eram também getulistas, buscassem legitimar as suas candidaturas em torno da utilização da figura de Vargas, até mesmo porque, além do passado petebista, o atual partido do qual faziam parte apoiava a candidatura de Getúlio. Foi justamente na iminência de uma visita do presidenciável à cidade, que a disputa em torno de qual partido mostraria mais força ao lado de Getúlio e desempenharia o papel de protagonista durante a visita, que uma disputa política de versões aconteceu.

Na edição de 18 de agosto de 1950, o Lavoura anunciava a vinda de Vargas, afirmando na sua manchete: "Getúlio Vargas virá a Uberaba em setembro". Essa primeira notícia sobre a visita, informava que a sua vinda teria partido de um convite feito pelo presidente do PTB local e candidato a prefeito, Antônio Prospero, líder petebista histórico e que era muito próximo de Vargas.

Por outro lado, quase vinte dias depois do primeiro burburinho, em 06 de setembro, o "Comitê Nacional Pró Candidatura de Getúlio Vargas" emitiu um comunicado oficial no Lavoura, assinado por Boulanger Pucci do PSP, que convidava a população de Uberaba e região

a participar, no dia 10 de setembro, de uma recepção a Getúlio, seguido de um comício a ser realizado na Praça Rui Barbosa. Em seguida, o comunicado afirma que o candidato seria hóspede oficial da prefeitura e que após o comício, seria servido um almoço para autoridades no Grande Hotel.

Temos, então, nos dias que antecedem a vinda de Vargas, a instauração de uma disputa de versões, em que o campo de batalha (Uberaba) e os seus atores (PTB e PSP) iriam se enfrentar em busca do protagonismo na realização da recepção e a consequente apropriação para o grupo, do carisma e influência de Getúlio, para conquistar o eleitorado. O que estava em jogo ali, era quem ou que grupo político-partidário poderia, efetivamente, proclamar-se como o escolhido de Getúlio para ter o seu apoio. Isso no campo simbólico da disputa eleitoral, significava a obtenção de votos.

No entanto, para Vargas, o que importava mesmo não era apoiar grupo A ou B em alguma cidade, mas receber o apoio do maior número de grupos políticos que pudesse, ao final, ter uma votação expressiva naquela localidade. Conforme veremos mais a frente, isso é o que irá ocorrer em Uberaba, contrastando com o grande apoio que recebeu de PTB e PSP no município.

No caminho contrário ao que realmente importava para Vargas, PTB e PSP continuaram a lutar não apenas pelo protagonismo de receber Getúlio, mas, sobretudo, de montar uma encenação que legitimasse cada um dos grupos como o preferido e apoiado por ele.

Em 08 de setembro, o jornal Lavoura e Comércio reproduz um telegrama recebido por Antônio Prospero, e enviado pelo Major Newton Santos, coordenador Nacional da Campanha de Vargas. O referido documento solicita que o diretório local do PTB tome providências para a hospedagem de Getúlio, a fim de se evitar possíveis usos políticos da sua visita.

Além da reprodução do telegrama, o comunicado afirma, ainda, que Próspero teria se dirigido até o Rio de Janeiro para se encontrar com o próprio Vargas e que, em breve, comunicaria a população sobre os detalhes da recepção. É importante pontuar que o referido comunicado é assinado por Mário Palmério, então secretário do diretório petebista em Uberaba.

Analisando esse contexto, André Azevedo da Fonseca nos afirma que “Os membros do PTB local ficaram exasperados. Perder a primazia do encontro com Vargas para os adversários do PSP implicaria um fragoroso desprestígio e, por consequência, uma derrota política inconcebível” (Fonseca, 2012, p. 267). É importante destacar, que os candidatos locais

do PSP, não utilizavam nas suas propagandas partidárias, assim como fazia o PTB, da imagem de Getúlio, por isso era fundamental a eles tomar a frente do encontro.

Percebemos, então, uma clara movimentação do diretório local do PTB, a fim de se colocar como organizador da visita. Há um tom oficial, uma vez que o telegrama reproduzido, parte do chefe da organização da campanha de Vargas, o que passa uma posição de legitimidade e até mesmo de autoridade ao diretório petebista em Uberaba, como o verdadeiro responsável pela organização da visita de Vargas.

Outro ponto importante a se destacar é o uso que Prospero faz da sua condição de presidente do partido na cidade e da proximidade que tinha com o próprio Getúlio. Fato é que os candidatos do PSP, apesar de não estarem no partido de Vargas, estavam na agremiação coligada ao PTB e que apoiava a candidatura getulista, de forma que este apoio não poderia ser desprezado pela campanha nacional e muito menos pelo próprio candidato.

Finalmente, no dia que antecede a visita de Getúlio, os ânimos se acirram e conforme a edição de 09 de setembro do Lavoura, tanto o diretório local do PTB, quanto no Comitê Nacional pró-candidatura de Vargas, publicam notas oficiais com programações distintas da visita de Getúlio a Uberaba no dia 10. Em Uberaba, o Comitê era liderado por Boulanger Pucci e outros membros do PSP. Percebemos, então, a clara existência de mais de uma facção getulista na cidade, que disputava o protagonismo e o controle sobre a visita de Vargas à cidade.

O comunicado emitido pelo diretório do PTB em Uberaba informa que: o diretório municipal recebeu comunicação oficial do diretório nacional, acerca da vinda de Getúlio Vargas a Uberaba no dia 10, sendo acompanhado por Antônio Prospero e outras autoridades. Evidencia-se, também, o itinerário da visita: Vargas será recebido pelos trabalhadores no aeroporto; seguirá para grande comício a ser realizado na Avenida Getúlio Vargas (próximo à sede do diretório) promovido pelo PTB; logo após almoçará no Colégio Triângulo Mineiro, acompanhado da sua comitiva e, em seguida, receberá visita de seus correligionários, até seguir para Uberlândia.

Figura 18: Comunicado do PTB de Uberaba sobre a vinda de Vargas à cidade



A PEDIDOS

Partido Trabalhista Brasileiro

Diretorio Municipal de Uberaba

RECEPÇÃO AO EMINENTE SENADOR GETULIO VARGAS

O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, secção de Uberaba, recebeu, na manhã de hoje, comunicação oficial do seu Diretorio Nacional relativa á chegada a Uberaba, domingo, dia 10, ás 9 horas e 30, do eminente Presidente do P. T. B., Senador GETULIO VARGAS.

S. Excia. que virá acompanhado do sr. dr. Antonio Prospero e de outros altos dirigentes trabalhistas, receberá, no Aeroporto, as manifestações dos trabalhadores e do povo de Uberaba e dirigir-se-á, em seguida, para a Av. Getulio Vargas onde se realizará o comicio monstro promovido pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

Logo após o comicio, S. Excia. visitará a Colégio do Triângulo Mineiro, ali almoçando, em companhia de sua comitiva.

Receberá, naquele local, a visita de seus correligionarios até o momento de seu embarque para Uberlândia.

Os trabalhadores e o povo de Uberaba, bem assim as delegações do Partido Trabalhista Brasileiro dos municipios vizinhos são convidados para comparecer ás grandiosas manifestações ao grande lider nacional e Presidente do glorioso PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO.

Uberaba, 9 de setembro de 1950.

MRIO PALMERIO.
1.º Secretário do Diretorio do P. T. B. de Uberaba

Fonte: APU (1950)

No anúncio do diretório local do PTB, percebemos claramente a montagem de uma agenda oficial para receber Vargas, indicando a recepção, o comício e o almoço. Dois fatos chamam a atenção. O primeiro se trata do fato de Vargas ser acompanhado por Antônio Prospero, que estava no Rio de Janeiro e viria para Uberaba junto com Getúlio, demostrando o prestígio do líder petebista local e do próprio diretório do partido na cidade.

O segundo diz respeito ao local em que seria servido o almoço para Vargas, o Colégio Triângulo Mineiro, cujo proprietário era Mário Palmério. Aqui temos também uma clara demonstração de prestígio ao candidato a deputado federal pelo partido, que buscaria com esse episódio, referendar a sua imagem como candidato de Vargas na cidade.

No entanto, seguindo com a disputa política de versões, o Comitê Nacional pró-candidatura de Vargas emite um comunicado na mesma edição do Lavoura, também informando da vinda de Getúlio no dia 10 e convida a todos para recebê-lo as 10h no aeroporto Santos Dumont em Uberaba. Reafirma-se, ainda, conforme comunicado anterior, que Getúlio Vargas seria hóspede oficial da Prefeitura e falaria ao povo no Palanque da Democracia, montado na Praça Rui Barbosa, onde também seria homenageado pela população, indo, em seguida, almoçar no Grande Hotel.

Apesar da agenda proposta pelo Comitê ser totalmente diferente daquela apresentada pelo PTB de Uberaba, há também um caráter oficial presente nela. O então prefeito

Boulanger Pucci e candidato a deputado federal pelo PSP, que assina o comunicado, receberia Getúlio Vargas na condição de hospede oficial do município de Uberaba.

Nesse sentido, se por um lado Prospero utilizava da sua condição de presidente do PTB local para liderar a recepção, por outro, Pucci se aproveitava do seu cargo como prefeito municipal, para tentar se apropriar da recepção a Vargas. O fato é, que ambos os grupos buscavam tirar vantagens políticas e eleitorais do acontecimento.

Figura 19: Comunicado do Comitê Nacional pró-candidatura de Vargas sobre a vinda de Getúlio à cidade



Comité Nacional Pro Candidatura Getulio Vargas

O Comite Nacional Pro Candidatura Getulio Vargas, por seus delegados no Triângulo Mineiro, tem satisfação em comunicar ao povo que domingo, dia 10, ás 10 hozas da manhã, chegará a Uberaba o grande brasileiro e ilustre homem público SENADOR GETULIO VARGAS. S. Excia., que será hospede oficial da Prefeitura Municipal, falará ao povo do "Palanque da Democracia", armado na Praça Rui Barbosa.

Nessa oportunidade, o SENADOR GETULIO VARGAS receberá as homenagens do povo de Uberaba, justamente devidas a sua personalidade de grande brasileiro. O Comité, desde já, agradece o comparecimento, ao comicio, de todos os admiradores do eminente Senador Vargas. S. Excia., após o almoço no Grande Hotel, seguirá para Uberlandia, ás 14 horas.

Uberaba, 6 de setembro de 1950.

BOULANGER PUCCI
JOAO NAVES

Fonte: APU (1950)

Temos, ainda, algo muito importante nesse contexto, mas não apontado no comunicado, que encontramos presente em outros apontamentos do jornal. Trata-se da presença do governador de São Paulo e líder do PSP, Ademar de Barros, na recepção a Getúlio. Tal fato mudaria totalmente o enredo da vinda de Getúlio a Uberaba, aumentando a força da recepção preparada pelo PSP local para receber Getúlio, visto que o apoio do governador paulista e do seu partido eram fundamentais para a vitória de Vargas.

Conforme visto, as semanas e os dias que antecederam a vinda de Getúlio Vargas a Uberaba se transformaram em uma disputa política de versões entre dois grupos políticos que estavam próximos do candidato, em virtude da aliança eleitoral para a sua candidatura a presidente. Os candidatos e líderes do PSP e PTB eram getulistas e, em algum momento, estiveram juntos no partido de Vargas. No entanto, agora, mesmo em lados partidários opostos da arena eleitoral, apoiavam a candidatura getulista e buscavam se legitimar como os "únicos" candidatos de Getúlio.

Se um grupo conseguisse ser "ungido" por Getúlio na recepção, o outro, certamente, perderia a força do discurso de "candidato de Vargas". Certamente, o PTB possuía ligeira

vantagem, por ser o partido do candidato a presidente e gozar de uma maior entrada na campanha. Entretanto, como dito anteriormente, o apoio do PSP era fundamental para Getúlio e a presença de Ademar de Barros em Uberaba para recepcionar Vargas, alteraria o poder de fogo do PSP local para tentar sair vitorioso na disputa com os petebistas.

Diante desse contexto de tensão e conflito entre os dois grupos políticos, o dia 10 de setembro ficaria marcado nas eleições de 1950 em Uberaba. A disputa, que antes estava apenas no campo da narrativa política e eleitoral, transformou-se com a chegada de Vargas em um episódio de violência política, que mais parecia uma das histórias de Mário Palmério relatadas em "Vila dos Confins". Vejamos, a seguir, como se desenrolou o atentado do dia 10 contra a vida de Boulanger Pucci e que, em certa medida, implicou Palmério.

1.4.4 Violência política: o atentado de 10 de setembro contra Pucci[48]

As edições dos jornais locais e regionais repercutiriam a visita de Getúlio Vargas a Uberaba, dando especial ênfase para o episódio que atentou contra a vida do prefeito de Uberaba e candidato a deputado federal pelo PSP, Boulanger Pucci. O jornal Lavoura e Comércio trouxe uma manchete que dizia: "Vítima de covarde atentado o prefeito dr. Boulanger Pucci", enquanto o periódico O Triângulo, também na capa, afirmou na manchete "Vítima de atentado o prefeito Boulanger Pucci". Já o jornal uberlandense Correio de Uberlândia repercutiu o fato na edição do dia 12 de setembro com uma manchete que afirmava "Estúpida e lamentável cena de sangue em Uberaba".

O jornal Lavoura e Comércio foi quem mais deu destaque ao ocorrido e a notícia veiculada na página da edição do dia 11 de setembro nos traz os relatos do atentado sofrido pelo prefeito Boulanger Pucci no aeroporto de Uberaba, em ocasião da visita de Getúlio Vargas a cidade no dia anterior. Discorrendo sobre o fato, o jornal nos aponta que:

> A brutal ocorrência na qual tombou gravemente ferido o governador de Uberaba, incluem-se no número das que atentam contra os foros de cultura e civilização de uma comuna. [...] O atentado perpetrado contra o Prefeito Boulanger Pucci foi um golpe vibrado em cheio em Uberaba – na sua civilização e na sua cultura, na sensibilidade e no afeto de sua população (Lavoura e comércio, 1950, p. 2).

[48] O presente tópico foi construído a partir de fontes que se centraram especialmente nas publicações do incidente em jornais de Uberaba e região, além de entrevistas. Procuramos resgatar os autos do processo criminal que foi movido pelo Ministério Público, contra o autor do atentado, mas, infelizmente, ele se perdeu nos arquivos ao longo do tempo, em virtude da ação de cupins. Certamente, interrogar esses arquivos oficiais nos daria uma amplitude maior sobre o caso, mas isso não significa que as fontes analisadas não conseguiram nos oferecer uma boa visão sobre o ocorrido naquele fatídico dia 10 de setembro de 1950.

O ato teria ocorrido pouco antes da chegada de Vargas no aeroporto local, onde se encontrava Ademar de Barros, governador de São Paulo e correligionário de Pucci. Buscando dar um tom de grande moralismo ao ocorrido, o jornal afirma que Uberaba é habitada por gente pacífica e ordeira, que se viu diante de ato de grande selvageria. O periódico evidencia, ainda, que a população se estarreceu e compadeceu com o ocorrido, ficando sob enorme apreensão com o estado de saúde do prefeito.

Foi destaque, também, o clima de agitação que a cidade viveu nos dias que antecederam o atentando e a vinda de Vargas a Uberaba, conforme nos aponta o periódico

> A tensão nervosa crescia a todo momento e todo mundo previa desagradáveis acontecimentos para a manhã de domingo, em vista dos desentendimentos dos partidos que apoiam o Senador Vargas, não somente quanto ao lugar do comício, como ainda sobre o local do almoço. [...] Se na noite de sábado os ânimos já estavam exaltados, a tensão nervosa aumentou de intensidade na manhã de domingo [...] (Lavoura e comércio, 1950, p. 2).

Figura 20: Notícia do atentado contra Boulanger Pucci veiculada no Lavoura e Comércio



LAVOURA E COMERCIO — Uberaba — Segunda-feira, 11 de setembro de 1950 — 2.ª PAGINA

MAIS figurinos recebeu hoje a LIVRARIA JARDIM

Vitima de covarde atentado o prefeito dr. Boulanger Pucci

A lamentavel cêna de sangue de ôntem no aeroporto Santos Dumont — Preso em flagante o criminoso — Presente á cena o governador Ademar de Barros — Detalhes do trágico desfecho da guerra de nervos que vinham travando PSP e PTB — Consternação em toda a cidade — O estado de saude da vitima

Dr. Boulanger Pucci

O MILHO que vale um milhão!

E MAIS RESISTENTE PRODUTIVO UNIFORME GERMINAÇÃO GARANTIDA

AGROCERES LTDA.

U. D. N.

PARA VEREADORA

Helena de Brito

Jovem e Cristã

A voz da mulher uberabense na Camara Municipal

DR. RENE CEÇILIO

Ex-médico cirurgião nos serviços dos professores PEDRO MOURA e JAYME POGGI

Operações do estomago, vias biliares e intestinos — Operações das doenças de senhoras. — Correção das quédas de útero e ôvario, por processos modernos. — Partos — Roturas post-parto.

MAL DE ENGASGO (cura radical sem operação)

Atende a qualquer hora do dia ou da noite

Consultorio e residencia: RUA OLEGARIO MACIEL, 13-A — Telefone, 1169 — UBERABA

O DR. VICTOR MASCARENHAS JA' REASSUMIU A CLINICA DE OLHOS, OUVIDOS, NARIZ E GARGANTA NA CASA DE SAUDE S. JOSE'.

Se quer criar gado sadio não crie carrapatos

Carrapaticida DETENONA dispensa banheiro

Leva a garantia da FONTO-QUIMICA S. A. Fabricantes de Detefon

FONTO-QUÍMICA S. A.

"Se quer criar..." (Carrapaticida DETENONA)

A VIDA E' S.A.

COOPERATIVA AGRO-PECUARIA

SOCIEDADE TECNICA CONSTRUTORA DE UBERABA

CASA PALHARES

IMPRESSOS EM ALTO RELEVO

NA TIPOGRAFIA JARDIM

PARA DEPUTADO FEDERAL

HOMERO VIEIRA DE FREITAS

Fonte: APU (1950)

Conforme visto anteriormente, ambos os partidos haviam preparado locais de comício e almoço distintos para os convidados. Na manhã de domingo, aponta a reportagem, que a disputa de propagandas sobre o evento se intensificou, com ambos os partidos noticiando que o comício seria no local indicado por cada um deles. No aeroporto havia grande concentração de pessoas, especialmente os líderes partidários das duas agremiações, que separados, aguardavam com nervosismo e apreensão a chegada de Vargas.

Às 10 horas, o avião que trazia o líder paulista, Ademar de Barros, pousou, e o político foi recebido por seus correligionários, liderados por Boulanger Pucci e Felício Frange, este último presidente do PSP local à época. Com a chegada do governador paulista, a tensão no local aumentou ainda mais. A polícia, que se encontrava ali, buscava acalmar os ânimos e evitar a aproximação entre os integrantes dos dois partidos.

Enquanto isso, na cidade, os adeptos das duas facções partidárias iam se reunindo no local indicado para os comícios, na esperança de Getúlio comparecer ao local preparado por cada uma delas. Por volta de 10h45, o avião que trazia o presidente Vargas a Uberaba começou a realizar os procedimentos de descida, momento no qual se ouviu o disparo de dois tiros. Houve uma enorme confusão, com gritos e correria e logo se viu que Boulanger havia sido ferido.

O autor do atentado, Florêncio Alves Filho, foi identificado e detido imediatamente, sendo levado para a delegacia, enquanto o prefeito foi encaminhado para a casa de saúde São Luiz. No local, Pucci foi submetido, imediatamente, a uma cirurgia, conduzida por médicos que o socorreram. Segundo o Lavoura, "Constataram-se oito perfurações do intestino delgado e uma do intestino grosso. O dr. Boulanger Pucci foi atingido também no antebraço, sendo a bala extirpada" (Lavoura e comércio, 1950, p. 2).

O atentado teve uma enorme repercussão na cidade e causou grande consternação na população. Antônio Prospero, que acompanhava Vargas vindo do Rio de Janeiro, demorou por mais de uma hora para descer da aeronave. Mesmo com o ocorrido, Vargas decidiu continuar a cumprir a agenda na cidade, e a fim de não desagradar nenhum dos grupos, realizou o comício na Praça Rui Barbosa, local escolhido pelos correligionários do PSP e depois almoçou no Colégio Triângulo, de propriedade de Mário Palmério do PTB. Após o comício na Praça Rui Barbosa, Vargas e Ademar também visitaram Pucci no hospital, para prestar-lhe solidariedade.

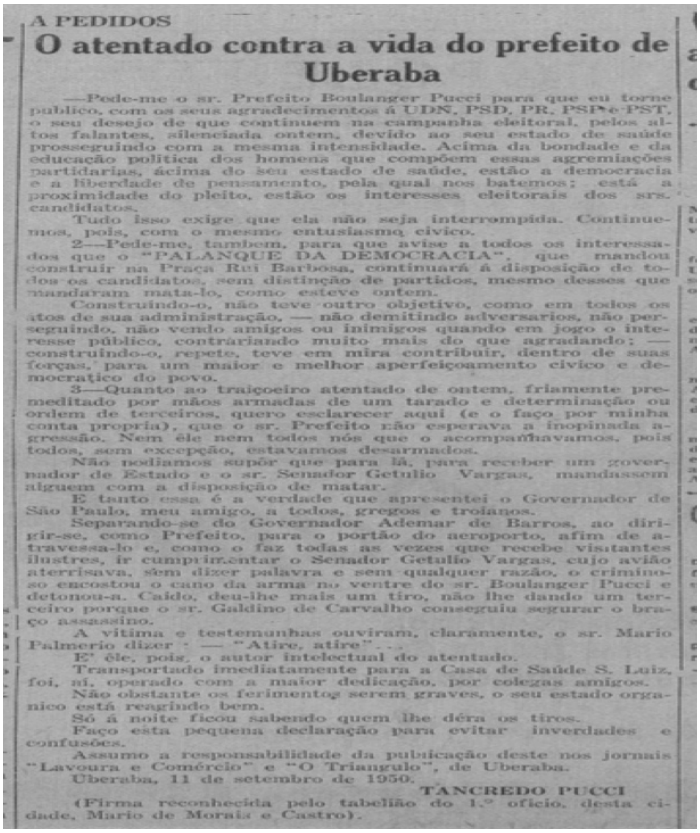
Nesse ponto, é importante pontuar que, partidariamente, Vargas deu preferência ao PSP, quando participou do comício na Praça Rui Barbosa. No entanto, individualmente, Mário

Palmério foi o mais prestigiado, a partir da escolha do então candidato à presidência, em participar do almoço no prédio do colégio de propriedade de Palmério.

Com o passar do tempo, várias versões foram se espalhando pela cidade, cada uma a serviço de determinado interesse e que, ao final, sempre tinham uma finalidade política. Discorrendo sobre o que teria ocorrido naquele fatídico dia, o memorialista uberabense Guido Bilharinho nos aponta que um empurrão de Boulanger no autor dos tiros teria sido a causa do incidente "Aí o dentista cortou para poder cumprimentar o Getúlio. O Boulanger, eu não sei o que ele pensou e empurrou o dentista. O dentista já foi caindo, puxando o revólver e atirou nele" (Bilharinho, 2023).

A disputa política de versões e o uso político da visita não cessaram após o atentado contra Pucci, pelo contrário, a partir daí, intensificaram-se ainda mais. Ademais, na edição do dia 11 de setembro tanto do Lavoura e Comércio quanto de O Triângulo, uma nota bombástica escrita pelo irmão de Boulanger, Tancredo Pucci, foi publicada a pedido dele e se intitulava "O atentado contra a vida do prefeito de Uberaba".

Figura 21: Nota de Tancredo Pucci publicada nos jornais locais



A PEDIDOS

O atentado contra a vida do prefeito de Uberaba

—Pede-me o sr. Prefeito Boulanger Pucci para que eu torne publico, com os seus agradecimentos á UDN, PSD, PR, PSP e PST, o seu desejo de que continuem na campanha eleitoral, pelos altos falantes, silenciada ontem, devido ao seu estado de saúde prosseguindo com a mesma intensidade. Acima da bondade e da educação politica dos homens que compõem essas agremiações partidarias, acima do seu estado de saúde, estão a democracia e a liberdade de pensamento, pela qual nos batemos; está a proximidade do pleito, estão os interesses eleitorais dos srs. candidatos.

Tudo isso exige que ela não seja interrompida. Continuemos, pois, com o mesmo entusiasmo cívico.

2—Pede-me, tambem, para que avise a todos os interessados que o "PALANQUE DA DEMOCRACIA", que mandou construir na Praça Rui Barbosa, continuará á disposição de todos os candidatos, sem distinção de partidos, mesmo desses que mandaram mata-lo, como estêve ontem.

Construindo-o, não teve outro objetivo, como em todos os atos de sua administração, — não demitindo adversarios, não perseguindo, não vendo amigos ou inimigos quando em jogo o interesse público, contrariando muito mais do que agradando; — construindo-o, repete, teve em mira contribuir, dentro de suas forças, para um maior e melhor aperfeiçoamento cívico e democratico do povo.

3—Quanto ao traiçoeiro atentado de ontem, friamente premeditado por mãos armadas de um tarado e determinação ou ordem de terceiros, quero esclarecer aqui (e o faço por minha conta propria), que o sr. Prefeito não esperava a inopinada agressão. Nem êle nem todos nós que o acompanhavamos, pois todos, sem excepção, estavamos desarmados.

Não podiamos supôr que para lá, para receber um governador de Estado e o sr. Senador Getulio Vargas, mandassem alguem com a disposição de matar.

E tanto essa é a verdade que apresentei o Governador de São Paulo, meu amigo, a todos, gregos e troianos.

Separando-se do Governador Ademar de Barros, ao dirigir-se, como Prefeito, para o portão do aeroporto, afim de atravessa-lo e, como o faz todas as vezes que recebe visitantes ilustres, ir cumprimentar o Senador Getulio Vargas, cujo avião aterrisava, sem dizer palavra e sem qualquer razão, o criminoso encostou o cano da arma no ventre do sr. Boulanger Pucci e detonou-a. Caido, deu-lhe mais um tiro, não lhe dando um terceiro porque o sr. Galdino de Carvalho conseguiu segurar o braço assassino.

A vitima e testemunhas ouviram, claramente, o sr. Mario Palmerio dizer : —"Atire, atire"....

E' êle, pois, o autor intelectual do atentado.

Transportado imediatamente para a Casa de Saúde S. Luiz, foi, ai, operado com a maior dedicação, por colegas amigos.

Não obstante os ferimentos serem graves, o seu estado organico está reagindo bem.

Só á noite ficou sabendo quem lhe déra os tiros.

Faço esta pequena declaração para evitar inverdades e confusões.

Assumo a responsabilidade da publicação deste nos jornais "Lavoura e Comércio" e "O Triangulo", de Uberaba.

Uberaba, 11 de setembro de 1950.

TANCREDO PUCCI

(Firma reconhecida pelo tabelião do 1.º ofício, desta cidade, Mario de Morais e Castro).

Fonte: APU (1950)

Tancredo Pucci inicia a nota dizendo que aquele documento é um pedido do próprio prefeito para agradecer aos partidos UDN, PSD, PR, PSP e PST que desejaram e manifestaram que ele continue na disputa eleitoral, o que caracterizaria segundo Pucci, um ato de defesa da democracia, que com o seu atentado, quis ser silenciada. Ele pede, ainda, para avisar que o palanque da democracia, montado na Praça Rui Barbosa, não seria desmontado e lá continuaria à disposição de todos os candidatos, sem distinção de partidos, mesmo para aqueles que mandaram matá-lo.

Observamos, claramente, que o próprio Pucci, ainda que de forma indireta, vincula o atentado sofrido por ele a uma motivação de cunho político-partidário, não indicando diretamente qual partido ou integrante partidário teria sido o autor intelectual do atentado. No entanto, é importante lembrar que o autor dos disparos, Florêncio Alves, era ligado ao PTB da cidade de Veríssimo, bem próximo a Uberaba.

Reforçando essa ideia de que o crime seria político, Tancredo Pucci continua afirmando na nota, que o atentado contra Boulanger foi premeditado e com determinação e ordem de terceiros. Em determinado momento, ele passa a acusar Mário Palmério de ser o mandante e o autor intelectual do atentado, afirmando que "A vítima e testemunhas ouviram, claramente, o sr. Mário Palmério dizer – 'Atire, atire"' É ele, pois, o autor intelectual do atentado" (Lavoura e Comércio, 1950, p. 6).

Duas questões nos chamam atenção: a primeira é o fato da nota não mencionar o PTB como um partido que tenha se preocupado com a saúde de Boulanger e, segundo, é a acusação direta feita contra Mário Palmério. Para nós, é claro que ambas as situações convergem em um único sentido: a tentativa de incriminar o candidato petebista, que era o principal concorrente da vítima e havia sido prestigiado por Vargas, quando o recebeu para almoçar na sua propriedade no dia do atentado.

É importante analisarmos essa acusação sob o prisma da disputa de versões que vinha ocorrendo nos dias que antecederam a visita de Vargas, visto que a vinda do candidato à presidência foi, seguidas vezes, como previamente verificado, objeto de tentativas de apropriação pelos dois grupos políticos, para se autopromover. Em outras palavras, há um claro uso político da visita, que foi intensificado após o atentado.

Se antes buscavam a mera promoção do grupo pela via do uso dos símbolos do getulismo, agora, um desses grupos, procurava atingir de forma negativa a imagem do outro e, no centro disso, estava Mário Palmério. Analisando o atentado sob o prisma de um possível

envolvimento de Palmério, então acusado pelos seus adversários, André Azevedo nos aponta que:

> Nas lutas de representações travadas pelos adversários para descontruir toda aquela mitologia do herói sagrado, portanto, o atentado se configurou como uma ocasião imperdível para vincular a figura de Palmério ao avesso do herói. [...]. Em suma, na concepção dos adversários, a torpeza do atentado de Boulanger Pucci deveria servir para profanar a sacralidade da qual Mário Palmério havia se travestido nos últimos dez anos (Fonseca, 2012, p. 276).

Não conseguimos identificar nas fontes analisadas, informações substanciais que apontem para a autoria intelectual do crime, como sendo de Palmério ou outro membro dirigente do PTB local. Tal situação, a princípio, corrobora com a tese defendida por Fonseca, de que houve o uso político do atentado para desqualificar Palmério e que, também acreditamos ser a mais plausível, diante das fontes que conseguimos ter acesso[49].

Com o passar dos dias, os jornais locais não mais repercutiram o fato, a não ser noticiando sobre a recuperação de Boulanger Pucci. No entanto, reportagens sobre a acusação de que Palmério teria sido o mandante ou mesmo acerca do desenrolar das investigações, não foram objeto de notícia por parte dos periódicos de Uberaba nos dias que se seguiram.

É importante apontar também que Mário Palmério nunca foi formalmente acusado como autor intelectual do atentado, não tendo encontrado também qualquer menção de que ele teria prestado depoimento à polícia ou sido testemunha no processo. Algo importante de se apontar aqui, é o fato de que Palmério venceu aquelas eleições e se tornou deputado, o que o tornaria em certa medida influente frente as autoridades. No entanto, não podemos também apontar que ele teria utilizado essa influência para afastar de si qualquer tipo de acusação.

O desfecho do processo criminal contra Florêncio Alves Filho, autor dos disparos, só nos é conhecido pelo jornal Correio, de Uberlândia, que em 17 de março de 1951 aponta que o processo criminal que corria em desfavor de Florêncio foi "desaforado" para a cidade de Uberlândia e continuaria a correr naquele município.

O desaforamento é um instrumento processual, que transfere o foro de julgamento de um processo de uma comarca para a outra. O pedido para transferir o processo de Uberaba para Uberlândia foi realizado pela própria defesa de Florêncio, que, possivelmente, temia que o réu recebesse um julgamento parcial se permanecesse em Uberaba, tendo em vista a

[49] É importante ressaltar que não conseguimos ter acesso à cópia do processo criminal que correu contra o atirador. O material que utilizamos consiste em notícias de jornal e entrevistas realizadas, que, no caso dos filhos, não quiseram manifestar-se sobre o ocorrido.

repercussão social que o episódio causou e o fato de a vítima gozar de muito poder e prestígio na cidade.

Figura 22: Notícia sobre o desaforamento do processo contra Florêncio Alves Filho



Desaforado para Uberlândia o julgamento de Florencio Alves Filho

Tentou contra a vida do sr. Boulanger Pucci, ex-prefeito de Uberaba

O Tribunal de Justiça, em sua sessão de ontem, julgou o pedido de desaforamento do julgamento de Florencio Alves Filho, acusado do crime de tentativa de homicidio na pessoa do sr. Boulanger Pucci, ex-Prefeito de Ube- ontem, tendo sido acolhido unanimente.

Foi desaforado o julgamento para o Juri da comarca de Uberlândia, onde será julgado Florencio Alves Filho pelo crime de tentativa de homicidio na pessoa do sr. Boulanger Pucci.

Da "Folha de Minas"

Fonte: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (1951)

O processo, então, correria na comarca de Uberlândia e, finalmente, em 12 de fevereiro de 1952 teria o seu desfecho, com a confirmação da absolvição de Florêncio Alves Filho pelo Tribunal de Justiça de Minas, que já havia sido absolvido na primeira instância em Uberlândia. É importante ressaltar que não pudemos ter conhecimento dos argumentos que teriam embasado a absolvição de Florêncio, mas, aparentemente, o atentado não foi tratado no âmbito judicial como um crime que teria ocorrido por motivações políticas.

Figura 23: Notícia sobre a absolvição de Florêncio Alves Filho



Confirmada a absolvição de Florencio Alves Filho

O Tribunal de Justiça do Estado, em dias da semana passada, tomando conhecimento da apelação interposta pelo dr. Promotor de Justiça desta cidade, contra a absolvição de Florêncio Alves Filho, que em Uberaba desfechou tiros de revólver no dr. Boulanger Pucci, quando de um comício trabalhista, confirmou a decisão do Júri.

Ficou assim encerrado êste rumoroso caso, tendo sido advgados de defesa do réo os drs. Felipe Vanites, Ildefonso Dutra Alvim e João Alcides Avelar.

Fonte: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (1952)

O atentado repercutiu politicamente na cidade. Em primeiro lugar, por ter acontecido em meio à disputa de versões entre PTB e PSP no episódio que envolveu a recepção da visita de Vargas a cidade e, em segundo, pela acusação feita contra Mário Palmério, principal adversário da vítima no pleito eleitoral, apesar de nada ter sido provado.

No entanto, apesar da repercussão, o fatídico 10 de setembro não foi suficiente para alterar o rumo daquelas eleições. Mário Palmério e o PTB alcançaram resultados muito satisfatórios na cidade e região e, apesar de não ter vencido em Uberaba, a diferença entre Palmério e Pucci foi mínima, sendo a sua votação suficiente para consagrá-lo deputado federal pela primeira vez. A seguir, analisaremos os resultados eleitorais e o que representaram naquelas eleições em Uberaba.

1.4.5 As eleições e o resultado: a consagração de Mário Palmério e o êxito do PTB de Uberaba

Os dias que se seguiram a visita de Vargas e o atentado contra Boulanger Pucci foram marcados pela continuidade do processo eleitoral e as campanhas dos partidos e candidatos, em prol de conquistar o voto daqueles que ainda estavam indecisos. No caso do PTB de Uberaba, um fato chama a atenção em relação à corrida pelo governo de Minas. Enquanto a posição oficial do diretório estadual do partido, do qual faziam parte Antônio Prospero e Mário Palmério, era de apoio à candidatura pessedista de Juscelino Kubistchek, o diretório local da legenda laçou uma nota de apoio à candidatura udenista de Gabriel Passos.

A nota publicada na edição de 27 de setembro do jornal Lavoura e Comércio e assinada pelo secretário do diretório municipal, Mário Palmério, informa que o PTB de Uberaba estaria solidário a candidatura ao governo de Minas, do candidato da UDN Gabriel Passos. Nos chama atenção e merece destaque, que o diretório local vai contra as diretrizes do PTB estadual e nacional, que inclusive por ato do próprio Vargas, teria intervindo e escolhido pessoalmente JK para ser o candidato apoiado pelo PTB em Minas Gerais.

No dia 02 de outubro, um dia antes das eleições, o Lavoura e Comércio publica informações sobre o pleito eleitoral e uma minibiografia dos candidatos a deputado e prefeito. O jornal aponta Palmério como: pioneiro da instrução, devotado a sua terra, que na Câmara Federal lutará pela criação da Universidade do Brasil Central e pela solução dos principais problemas que afligem o Triângulo Mineiro. Nessa mesma edição, a Liga Eleitoral Católica – LEC divulga uma lista de candidatos aptos aos católicos da cidade votarem e que assumiram o compromisso com os valores cristãos, sendo que Mário Palmério era um dos candidatos que figuravam na listagem.

Finalmente no dia 03 de outubro, as eleições foram realizadas e transcorreram, segundo os jornais locais, com muita tranquilidade, havendo registrado cerca de 40% de abstenção. No dia 04 de outubro, os periódicos começam a divulgar os primeiros resultados,

mas apenas doze dias após o início da apuração que o resultado oficial de Uberaba é divulgado, dando expressiva vitória para o PTB e os seus candidatos, inclusive Mário Palmério.

Figura 24: divulgação dos resultados das eleições no jornal “O Triângulo”



RESULTADO FINAL DO PLEITO EM UBERABA

68 URNAS (OFICIAL)

RESULTADO FINAL DO PLEITO EM UBERABA

68 URNAS

VOTAÇÃO POR LEGENDAS

LEGENDAS	Dep. Federais	Dep. Estaduais	Vereadores
U. D. N.	1.685	1.833	2.973
P. S. P.	3.754	2.513	2.970
P. T. B.	3.686	3.091	2.489
P. S. D.	1.795	2.019	2.094
P. R.	500	969	519
P. S. T.	64	605	79
P. R. P.	34	51	61
P. T. N.	6	86	—
P. D. C.	7	61	—
P. O. T.	2	6	—
SOMA	11.533	11.234	11.185
Votos em branco	419	512	501
Votos nulos	202	408	468
Comparecimento	12.154	12.154	12.154

Fonte: Acervo: APU (1950)

A edição de 16 de outubro do Lavoura traz na sua capa a notícia da eleição de Antônio Prospero para prefeito municipal, acompanhado do subtítulo da manchete anunciando “Significativa vitória do Partido Trabalhista Brasileiro em Uberaba”, trazendo, em detalhes, os resultados de Uberaba.

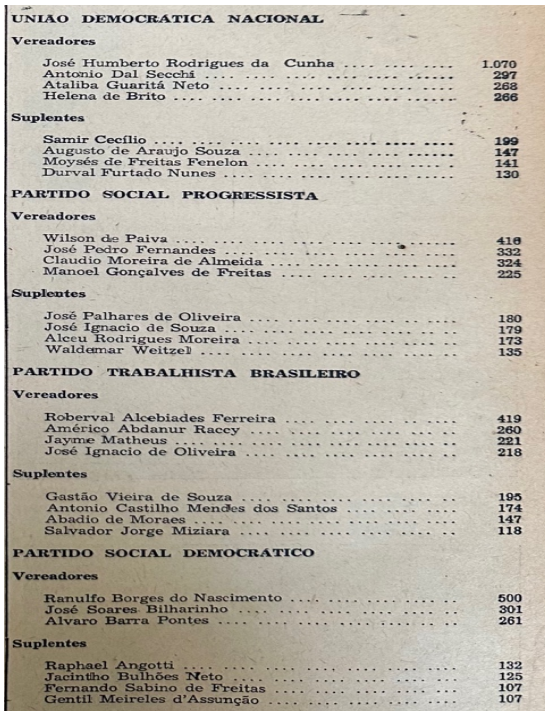
Em Uberaba, o PTB elegeu Antônio Prospero Prefeito com 4.187 votos; Mário Palmério, com 3.572 votos, o segundo candidato mais votado a deputado federal no município, perdendo por pequena diferença para Boulanger Pucci, que obteve 3.723 e ficou em primeiro, mas não conseguiu se eleger. Os petebistas elegeram, ainda, Whady Nassif, deputado estadual com 2.843 votos no município.[50]

Apesar de o PTB não ter elegido o seu candidato a vice-prefeito, Ovidio de Vito, obteve o segundo lugar com 3.591 votos. Dos 15 candidatos a vereador mais votados, quatro eram do PTB, que elegeu, ao todo, cinco parlamentares para a Câmara Municipal. Para Presidente da República, o partido alcançou um êxito ainda maior, tendo Getúlio Vargas, obtido na cidade 7.289 votos, o dobro do segundo colocado, o Brigadeiro Eduardo Gomes, que teve

[50] É importante pontuar, que os votos totais para o candidato a prefeito somam 11.200 votos e a população de Uberaba à época era de cerca 70 mil habitantes, segundo o Censo do IBGE. A princípio, esses dados podem apontar um relativo desinteresse político da população. No entanto, é preciso levar em consideração que o voto não era obrigatório e tínhamos um grande contingente da população que não podia exercer sua cidade pelo voto, como era o caso de menores de idade e analfabetos, esse último grupo sendo muito expressivo.

3.130.[51] Para o governo do Estado, apesar do PTB de Uberaba ter apoiado o candidato udenista Gabriel Passos, o vencedor na cidade foi JK com 7.726 votos, que obteve mais que o dobro do segundo colocado.

Figura 25: Divulgação dos resultados das eleições para vereador



UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Vereadores

José Humberto Rodrigues da Cunha	1.070
Antonio Dal Secchi	297
Ataliba Guaritá Neto	268
Helena de Brito	266

Suplentes

Samir Cecílio	199
Augusto de Araujo Souza	147
Moysés de Freitas Fenelon	141
Durval Furtado Nunes	130

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Vereadores

Wilson de Paiva	416
José Pedro Fernandes	332
Claudio Moreira de Almeida	324
Manoel Gonçalves de Freitas	225

Suplentes

José Palhares de Oliveira	180
José Ignacio de Souza	179
Alceu Rodrigues Moreira	173
Waldemar Weitzel	135

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Vereadores

Roberval Alcebiades Ferreira	419
Américo Abdanur Raccy	260
Jayme Matheus	221
José Ignacio de Oliveira	218

Suplentes

Gastão Vieira de Souza	195
Antonio Castilho Mendes dos Santos	174
Abadio de Moraes	147
Salvador Jorge Miziara	118

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Vereadores

Ranulfo Borges do Nascimento	500
José Soares Bilharinho	301
Alvaro Barra Pontes	261

Suplentes

Raphael Angotti	132
Jacintho Bulhões Neto	125
Fernando Sabino de Freitas	107
Gentil Meireles d'Assunção	107

Fonte: APU (1950)

É importante destacar que os números indicados acima se referem aos votos dos candidatos obtidos no município de Uberaba. Podemos observar que a vitória petebista obteve um êxito considerável na cidade, não vindo a eleger apenas o candidato a vice-prefeito. Esse cenário demonstra a força do getulismo e a aceitação das propostas trabalhistas para os eleitores do município.

Apesar de não ter vencido Boulanger Pucci em número de votos na cidade, Mário Palmério conseguiu na soma total de sua votação em todos os municípios de Minas, 11.797 votos, desbancando não só o então prefeito de Uberaba, mas tradicionais políticos como Fidélis

[51] É importante pontuar que o resultado eleitoral para presidente em Uberaba destoou do restante de Minas Gerais, onde os números demonstram uma eleição bastante equilibrada, sendo que: Eduardo Gomes (UDN) foi o grande vencedor com 34,8%, Getúlio Vargas (PTB) obteve 33% e Cristiano Machado (PSD) 32,2%.

Reis e o então deputado João Henrique, que não conseguiram alcançar votação suficiente para serem eleitos.

É aí que nos perguntamos: Palmério conseguiu derrotar a elite política local, apoiada pelas tradicionais famílias de Uberaba?[52] Discorrendo sobre o significado da vitória de Palmério e o impacto nas elites tradicionais, André Azevedo nos aponta que:

> [...] a eleição de Mário Palmério não deixou de ser uma surpresa entre as tradicionais elites políticas triangulinas. Como recorda o correligionário Luiz Junqueira, as lideranças partidárias regionais não acreditavam, de fato, que Palmério fosse um candidato realmente competitivo. O professor nunca fora político, apresentou-se em estágio avançado das especulações eleitorais e jamais montara, anteriormente, uma estrutura sistemática de apoio partidário. Em suma, havia grande ceticismo entre a comunidade política local em relação à viabilidade de sua eleição (FONSECA, 2012, p. 284).

Tabela 01: Votação dos candidatos por partido em Uberaba em 1951

CARGO	PTB	PSP	PSD	UDN
Prefeito	A. Prospero 4.187	A.Alberto Oliveira 3.676	João Laterza 3.384	---------
Vice-Prefeito	Ovidio De Vito 3.591	Otacílio Prata 2.592	---------	Paulo Derenusson 4.624
Dep. Estadual	Whady Nassif 2.843	Paulo Rosa 2.383	Carlos Prates 1.681	Celso R. da Cunha 1.527
Dep. Federal	Mário Palmério 3.572	Boulanger Pucci 3.723	João Henrique 1.271	Fidélis Reis 1.430
Presidente	Getúlio Vargas 7.289	---------	---------	Eduardo Gomes 3.130
Governador	---------	---------	JK 7.726	Gabriel Passos 3.585

Fonte: Adaptado de Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (2023)

É importante ressaltar que a vitória de Mário Palmério não significou, naquele momento, apenas uma derrota para as elites políticas tradicionais, mas a ascensão de um importante líder getulista na cidade, que soube manipular os signos do getulismo a seu favor e,

[52] Eram as principais famílias tradicionais e que comandavam política e economicamente o município desde o final do século XIX, os Borges, os Prata e os Rodrigues da Cunha.

na sua primeira campanha, conquistou simpatizantes por onde passou. É fato, portanto, que Mário Palmério naquele momento ainda não pertencia a elite tradicional da política local e estava deslocado do círculo de preferência dos principais líderes políticos da cidade. No entanto, a partir da sua vitória e com a continuidade do crescimento dos seus negócios educacionais na cidade, o agora deputado passaria a figurar como uma importante liderança, abrindo espaço para o seu ingresso no interior dessa elite política.

A vitória de Palmério se tornou tão expressiva, que em 22 de outubro, a publicação dos resultados oficiais em Minas Gerais mostrava que o agora deputado petebista, havia sido o segundo candidato mais votado do partido em Minas Gerais, desbancando nomes como o de Carlos Alberto Lucio Bitencourt, importante liderança trabalhista no estado, e o de Tancredo Neves do PSD, que já havia sido vereador e era importante liderança política em São João Del Rei.

O presente capítulo buscou mostrar como Mário Palmério iniciou sua trajetória política dentro do PTB, pautando os seus passos iniciais a partir do getulismo e de propostas trabalhistas, obtendo ao final, o seu primeiro mandato como deputado federal. A partir da sua trajetória, pôde-se compreender um pouco das relações políticas dentro do PTB e dos grupos políticos em Uberaba.

A partir disso, buscaremos, no próximo capítulo, demonstrar como transcorreu o primeiro mandato de Palmério como parlamentar federal, de que forma ele atuou em Uberaba e na região, quais interesses conseguiu defender e levar adiante nos primeiros quatro anos como deputado, o que o credenciaria como veremos mais a frente, a buscar um segundo mandato na Câmara Federal, consolidando-se, assim, como um importante líder político do Triângulo e do PTB no estado.

CAPÍTULO 2 - O TEMPO DA ASCENSÃO POLÍTICA

Buscaremos compreender, neste capítulo, como se desenrolou a atuação política e parlamentar de Mário Palmério durante o seu primeiro mandato como deputado federal, bem como o processo eleitoral da sua reeleição. Partindo desse objetivo, tentaremos responder algumas perguntas importantes: como atuou localmente em Uberaba? Como se projetou para as cidades da região e formou uma base política e eleitoral? Como foi a sua atuação como parlamentar na Câmara Federal? Como se colocou partidariamente no PTB local? Como se deram suas relações com as lideranças? Nesse sentido, pretendemos compreender melhor como Mario Palmério estabeleceu as suas relações políticas e partidárias, seja em âmbito local, regional ou nacional, constituindo, assim, o seu perfil como parlamentar e liderança político-partidária.

É importante pontuar que não enxergamos a trajetória política de Palmério como algo linear ou um dado pronto, mas que se construiu ao longo do tempo e, dessa forma, os diferentes períodos se comunicam, de forma a conseguirmos realizar as nossas análises. Dito isso, portanto, ao longo do texto, avançaremos e regrediremos no tempo, buscando privilegiar os acontecimentos e as situações relevantes do seu primeiro mandato.

2.1 ATUAÇÃO LEGISLATIVA E PARLAMENTAR: O DEPUTADO TECO-TECO

O jornal Última Hora, em uma notícia publicada no dia 26 de abril de 1952, intitulada “Exagero manifesto”, comenta que o deputado Palmério era conhecido pelos jornalistas como o orador teco-teco, em virtude das “suas asas de borboleta, muito salientes, e da curta autonomia de voo” (Última Hora, 1952).

A definição é de início um tanto quanto caricata, podendo arrancar risadas de quem a lê pela primeira vez. No entanto, aqui, há dois aspectos interessantes para se destacar. O primeiro é a respeito das asas de borboleta, que se referem a simbólica gravata borboleta que sempre acompanhava as vestes de Palmério, especialmente nas ocasiões políticas.

Entretanto, as características que chamam atenção na definição do periódico, ocorre pela expressão “curta autonomia de voo”, que possui ligação direta com a analogia utilizada para definir Palmério, ou melhor dizendo, a atuação deste como deputado, qual seja, teco-teco.

É verdade que essa é a impressão geral que a imprensa tinha dele, mas quando analisamos os discursos proferidos pelo parlamentar, encontramos caracterizações que o

próprio deputado faz da sua atuação parlamentar, tais como: “dada a minha ação descolorida nesta casa” (22/10/1953); “deputado novo, inexperiente ainda” (23/03/1955) ou, ainda, quando afirma que a votação do petebista poderia ter colocado na câmara “um representante triangulino de maiores recursos pessoais de inteligência e cultura” (04/06/1952) (Palmério, 2005).

Figura 26: Mário Palmério realizando discurso na Câmara dos Deputados em 1951



Fonte: Memorial Mário Palmério (1951)

Há, na representação jornalística e nos discursos de Palmério, uma tentativa de colocá-lo como um parlamentar de atuação limitada, que não possuía predicados de grande liderança, nem a experiência compensatória de um grande político, visto até mesmo pela sua pouca idade. A princípio, isso poderia parecer um problema, considerando que Palmério atuaria ao lado de grandes nomes da política, como: Tancredo Neves, Lucio Bitencourt, José Sarney, Leonel Brizola, Carlos Lacerda, entre outros.

No entanto, para compreendermos melhor se a impressão jornalística e do próprio Palmério estava correta, é necessário avaliar a sua atuação ao longo do tempo em termos práticos e programáticos (o que faremos no decorrer do trabalho), bem como analisar alguns dados da sua atuação parlamentar.

Em termos gerais, durante os três mandatos de Palmério como deputado, este subiu à Tribuna da Câmara por 29 vezes, sendo 16 no primeiro mandato (1951-1954), oito no segundo mandato (1955-1958) e apenas cinco vezes no terceiro mandato.

Já em relação aos projetos legislativos apresentados por ele, encontramos apenas dez proposições da sua autoria, sendo quatro no primeiro mandato e seis no segundo. Desses projetos, apenas três foram apreciados e aprovados pela Câmara dos Deputados, sendo que todos eles se referiam à abertura de créditos especiais para a Prefeitura de Uberaba realizar exposição agropecuária e as festas do centenário da cidade.

Esses dados, a princípio, podem não significar muito em termos de análise, mas conseguem nos revelar o percurso decrescente da atuação parlamentar de Palmério durante os seus anos como deputado. Percebemos que ao longo do tempo, Palmério diminui o ritmo da sua atuação parlamentar e legislativa, seja discursando, debatendo e apresentando projetos de lei.

É notório que, no primeiro mandato, muito em busca da sua consolidação política e no clima de novidade que era a vida como parlamentar, Palmério atuará de forma mais intensa nos pronunciamentos, relatoria de projetos e posicionamento nas comissões, especialmente na de educação, a qual foi vice-presidente por duas vezes no seu primeiro mandato.

Se no primeiro mandato Palmério foi muito atuante como enquanto orador e propôs relevantes projetos no período, no segundo e terceiro mandato essa atuação entra em declínio, fazendo com que nos anos de 1959 e 1961[53], o parlamentar não realizasse nenhum discurso em Plenário.

Parece contraditório que, com o passar do tempo e o amadurecimento como parlamentar, ele diminua o ritmo de atuação e tenha, cada vez mais, uma atuação um tanto quanto apagada. Entendemos que isso se dá em virtude de um latente desinteresse pela própria dinâmica da vida legislativa e parlamentar.

Entretanto, então, o que explicaria seu absoluto êxito eleitoral em 1954 e, especialmente, 1958, quando se candidata ao terceiro mandato? Eis o que pretendemos revelar ao longo da tese, ao olhar dentro da sonda do tempo. Entendemos que, assim como Palmério se utilizou da sua ascensão profissional para ascender na política, foi a partir pela política que ele se coloca na vida literária e com sua projeção como escritor e consolidação como líder petebista, é alçado ao cargo de Embaixador.

É certo que Palmério não obteve tanto destaque no Parlamento. No entanto, a escrita da sua obra literária, "Vila dos Confins"[54], em 1956, o fará reconhecido nacionalmente como

[53] Nos anos de 1954 e 1958, ele também não realiza nenhum pronunciamento, no entanto, são os anos em que há eleições para deputado, ficando, portanto, concentrado nas disputas.

[54] Vila dos Confins, obra da qual falaremos mais no terceiro capítulo deste trabalho, foi o primeiro livro de Palmério e narra a primeira eleição para prefeito de um remoto lugarejo do sertão brasileiro, denominado pelo autor de Vila dos Confins. Na narrativa, o deputado federal Paulo Santos apoia o candidato João Soares, do partido União Cívica, em oposição ao Partido Liberal, cujo chefe político loca é o Coronel Chico Belo. O romance

escritor e, por consequência, diminuirá a sua atuação parlamentar, visto que agora tinha um novo trunfo político: a projeção literária.

Em parte, esta tese explica o motivo pelo qual, mesmo com o recrudescimento da atuação parlamentar de Palmério, ele se colocará em evidência a partir de 1957, atingindo a marca de mais de 30 mil votos em 1958, reelegendo e consolidando-se como uma liderança nacional do PTB.

Por fim, é importante pontuar que em termos programáticos, a atuação parlamentar de Palmério não se concentrou em uma única temática. Além disso, foram mudando com o passar do tempo e se moldando conforme o contexto político, os interesses partidários e os próprios interesses políticos e pessoais do parlamentar.

Entre os temas programáticos de Palmério durante os seus mandatos, destacamos: a questão educacional, ligada diretamente aos seus interesses particulares; a assistência social, bandeira da sua campanha e do programa trabalhista; o Zebu, vinculado aos interesses da elite econômica da região por ele representada; a reforma eleitoral, que foi em 1962, um dos pontos das reformas de base defendidas pelo PTB e, por fim, a discussão acerca da emancipação da região do Triângulo Mineiro de Minas Gerais e, aliado a isso, o desenvolvimento nacional a partir do interior do Brasil.

Feita essa caracterização geral da atuação parlamentar de Mário Palmério, esmiuçaremos, nas próximas páginas, alguns pontos específicos que ocorreram no seu primeiro mandato e entendemos ser relevantes analisar, a fim de compreender de forma mais ampla a construção da sua trajetória política e como ele foi se moldando politicamente ao longo do tempo.

2.1.1 A “emancipação” do Triângulo e o desenvolvimento a partir do interior

A defesa da emancipação da região do Triângulo Mineiro era defendida por Mário Palmério desde antes da campanha de 1950 que o levou à Câmara dos Deputados. Como visto no Capítulo 1, o manifesto conhecido como “Carta aos Triangulinos”, escrito por ele em abril de 1950, já traz no seu espírito, os ideais de luta pela causa emancipacionista. São esses ideais, em grande medida, que lançam Palmério ao mundo da política na sua primeira disputa eleitoral.

---

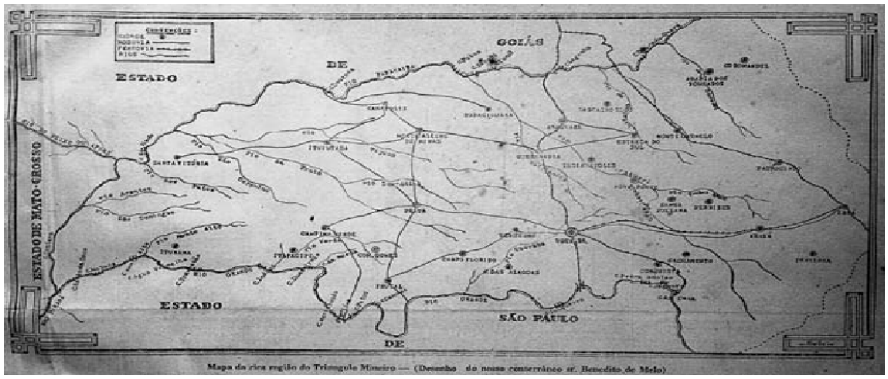
apresenta um retrato crítico do processo eleitoral brasileiro no século XX, evidenciando práticas eleitorais fraudulentas como: compra de votos, aliciamento de eleitores e coação. Desse modo, Palmério, estabeleceu em sua obra de ficção uma relação direta com sua experiência política e com a realidade daquele período.

Como esperado, durante o seu primeiro mandato, o parlamentar subirá à Tribuna do Parlamento com o objetivo de defender a causa triangulina. Nesse contexto regionalista, Palmério desenvolverá uma ideia própria de desenvolvimento, que será amadurecida durante o seu mandato e está associada a um ideário de desenvolvimento nacional, que se daria a partir dos investimentos realizados no interior do Brasil Central, que serviria para integrar o Brasil até então esquecido e explorar as suas potencialidades, contribuindo, assim, para o progresso da nação.

Nessa perspectiva, estarão presentes entre outras situações, o projeto de emancipação do Triângulo; a mudança da capital da República para o Planalto Central, conforme determinava a Constituição de 1946, e a sua passagem como aluno da Escola Superior de Guerra, em 1955. Conforme veremos, para Palmério, o desenvolvimento do país passava, essencialmente, pela integração do interior do Brasil com as demais regiões e a exploração do enorme e inexplorado capital produtivo desse interior.

No contexto do desenvolvimento dessas ideias, temos a insistente defesa da emancipação do Triângulo de Minas Gerais[55] feita por Palmério. Não se pode negar que, inicialmente, ele se utiliza desse projeto para se promover eleitoralmente, defendendo algo que há muito estava adormecido na região, mas tinha para o estreante candidato, um potencial de arregimentar eleitores muito grande.

Mapa 01: Mapa do Triângulo Mineiro em 1949



Fonte: Lavoura e Comércio (1949)

[55] A ideia de emancipação do Triângulo Mineiro é antiga e começou a ser aventada em 1835. A região pertencia, inicialmente, à província de São Paulo, juntamente com o Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Em 1720, Minas Gerais foi separada, mas a região do Triângulo permaneceu fazendo parte de São Paulo. Em 1848, Goiás também se emancipou, tendo sido o Triângulo incorporado à nova província. No entanto, em 1816, um grupo de políticos e fazendeiros da região do Triângulo, reivindicou ao rei Dom João VI que separasse o Triângulo de Goiás e anexasse à Minas Gerais, passando, desde então, a pertencer a essa província. Desde o século XIX, a ideia de separação passou por altos e baixos, estando muito ativa nas primeiras décadas do século XX pelas mãos de políticos, jornalistas e organizações sociais.

No decorrer do mandato, Palmério fará alguns discursos acerca do assunto, sendo o primeiro deles em 26 de junho de 1951, para defender o movimento emancipacionista de um ataque perpetrado pelo jornal Correio da Manhã em um artigo denominado "Separatismo?". No referido artigo, o jornal coloca em dúvida a seriedade do movimento, comparando-o com uma revolução ao estilo das que ocorreram no século XIX nas Américas, afirmando, ainda, que da região chegariam gritos de "Independência ou Morte", denominando o movimento de ridículo, chantagista e perigoso (Correio da Manhã, 1951).

Ao subir à Tribuna para repudiar a fala do jornal, Palmério começa o seu discurso caracterizando a região do Triângulo Mineiro[56], colocando-se como um triangulino de nascença e afirmando concordar inteiramente com o movimento que se espalha pela região, com objetivo de buscar a sua emancipação territorial. Nesse ponto, é interessante notar o termo "emancipação territorial" e não "separatismo", como o utilizado pelo jornal, visto que Palmério busca relegar que o movimento seja separatista, o que teria uma conotação de mais impacto.

Outro argumento utilizado pelo parlamentar é de que o movimento teria raízes históricas, seria legalista e que não seria influenciado por setores da economia paulista, como dito no jornal. Nesse ponto, Palmério afirma "Agora a mesmo, nas últimas eleições, verificamos que o Partido Social Progressista, que é um partido de paulistas, foi inteiramente derrotado nas nossas cidades [...]" (Palmério, 1951).

Em relação à viabilidade do projeto, Palmério defende a ideia de que o processo de emancipação se dê conforme determina a Constituição, sendo enquadrada a partir da perspectiva da divisão territorial defendida pelo IBGE em estudo realizado em 1938. Essa perspectiva se relaciona a uma visão de solução nacional e não de caráter regionalista, mas que estivesse vinculada a uma perspectiva de maior desenvolvimento da região e do país, como bem aponta Palmério na sua fala:

> Viso o progresso da região em que nasci e onde trabalho modestamente em benefício de seu desenvolvimento material e, sobretudo, cultural. Se os técnicos especializados do I.B.G.E. defendem a tese da nova divisão política do Brasil, é porque a reputam patriótica e fundamental para o progresso da nação. Estou com êles e com meus irmãos triangulinos. Emancipemos o Triângulo Mineiro, visando, acima de tudo, o bem do Brasil! (Palmério, 2005, p. 17-18).

[56] "O Triângulo Mineiro é aquela região limitada pelos rios Grande e Paraíba, lindeira dos Estados de Goiás, Mato Grosso e São Paulo. Mede cêrca de 92.000 quilômetros quadrados e conta com uma população de cêrca de 900.000 habitantes, distribuídos pelos seus 38 municípios" (Palmério, 1951).

Nesse ponto, percebemos a relação que Palmério faz entre a necessidade de se emancipar o Triângulo para se realizar o desenvolvimento da região e, consequentemente, do país. Isso se dá, visto que um dos grandes argumentos postos para que essa divisão fosse realizada, era a de que Minas Gerais sufocava o progresso da região, cobrando altos impostos e não transformando o que era arrecadado em realizações para a população triangulina[57].

O próprio governador do Estado, Juscelino Kubitschek, em visita à Uberaba em maio de 1951, reconhece o afastamento do governo central de Minas com as demandas e os problemas da região, ao afirmar na sua autobiografia que:

> Desde algum tempo, verificava-se no Triângulo Mineiro um sentimento de hostilidade às autoridades do Governo de Minas, e essa atitude – será justo confessar – não deixa de ter sua razão de ser. Aquela região, embora uma das mais ricas do Estado, vivia em completo abandono: sem estradas, sem energia elétrica e, em muitos casos, até sem água. [...] Criou-se, então, a crença de que o Triângulo só teria seus problemas resolvidos quando se separasse de Minas (Kubitschek, 1976 p. 253).

A questão da emancipação ainda levaria Palmério mais uma vez à Tribuna da Câmara para realizar uma incisiva defesa desse projeto. Em um discurso realizado no dia 04 de junho de 1952, o deputado resgata o espírito da sua "Carta aos Triangulinos" e reafirma o seu compromisso com o movimento emancipacionista, apontando o caráter nacional e legal do projeto de emancipação.

Nesse discurso, Palmério fará uma espécie de epílogo de sua defesa em relação ao movimento, resgatando além da carta de 1950, o discurso realizado em 1951, fechando a leitura, com um extenso estudo do seu irmão, Felix Palmério, que levantará argumentos históricos, geopolíticos e econômicos, em defesa da emancipação.

Dois pontos nos chamam atenção no estudo. O primeiro são os argumentos e as expressões utilizadas para destacar os potenciais econômicos da região, que poderia ser muito mais próspera e desenvolvida, se utilizadas em estrito benefício dela. Já o segundo é o fato de que, por mais que o estudo não seja de Mário Palmério, este o levou a Plenário e os argumentos defendidos coadunam com a sua visão emancipacionista e de desenvolvimento pelo interior.

Em certo ponto da leitura do estudo, Palmério afirma que "Sente-se o Triângulo como uma árvore que cresce torta para Belo Horizonte onde a corrente da dependência

---

[57] Palmério havia defendido essa perspectiva na sua Carta aos Triangulinos, afirmando que "Debater esse problema, porém, como mera represália ou espalhafatosa ameaça contra o indiferentismo – real ou inexistente – dos governos estaduais com relação as nossas necessidades, ou contra sua negativa em corresponder às pretensões de pessoas ou grupos partidários [...]" (Palmério, 2005, p. 40).

administrativa e política a amarra e prende. Anseia cortá-la, para aprumar-se no seu crescimento vertical" (Palmério, 2005, p. 52). Em outro trecho, destacando as potencialidades, ele aponta que "[...] dificilmente se encontrará, na superfície do planeta que habitamos, área igual que contenha, ao mesmo tempo, os mesmos fatores para o progresso, grandeza e felicidade de um povo." e conclui "Nele se contêm os melhores diamantes do mundo, as terras mais férteis, as melhores águas minerais do mundo, e tem ferro, tem níquel [...]" (Palmério, 2005, p. 52-53). Há, aqui, uma clara associação entre o potencial econômico da região e a necessidade de desvinculá-la de Minas Gerais, a fim de que esse potencial se materialize de fato em benefício do progresso social e econômico do povo do Triângulo.

A emancipação triangulina faria parte de um projeto, não apenas de desenvolvimento regional, mas nacional, porque o Brasil deveria crescer a partir do interior, isso é o que defendia Palmério nos seus primeiros anos como deputado. Na defesa de um dos primeiros projetos de lei relatados pelo parlamentar em junho de 1951, já observamos essa perspectiva, quando Palmério afirma que "[...] não podemos raciocinar e muito menos legislar com a cabeça aqui no Rio de Janeiro. O problema do Rio de Janeiro não é o do interior do Brasil" (Palmério, 2005, p. 8).

Ainda discorrendo acerca desse projeto de lei, Palmério busca defender a ideia de que era necessário atribuir condições mínimas para que o interior pudesse se desenvolver, afirmando que era preciso dar oportunidade de novos profissionais "[...] servir às populações do Brasil, principalmente as do interior que não contam com os recursos profissionais das grandes cidades brasileiras." (Palmério, 2005, p. 9).

Veremos a defesa ardente em relação ao progresso do interior, na apresentação do Projeto de Lei n. 742/51, de autoria do deputado, que visava a criação da Escola Agrotécnica do Triângulo Mineiro. Na justificativa do projeto, ele argumenta a necessidade de levar educação ao interior e realizar a formação técnica conforme a vocação das localidades do interior, de forma a trazer progresso e desenvolvimento. "Dentro desse pensamento que corresponde a uma necessidade brasileira, a criação de órgãos educativos em regiões do interior é uma das medidas indispensáveis a estabilização da marcha para o oeste, da fuga do litoral já densamente povoado e civilizado" (Lavoura e Comércio, 1951, p. 1).

A defesa da emancipação triangulina estaria presente em dois sentidos no primeiro mandato de Palmério: como ideal político abraçado pelo parlamentar e como forma de organização e mobilização das suas bases políticas em torno desse ideal, a partir da criação de

Comitês emancipacionistas do Triângulo Mineiro, como ocorreu em 12 de outubro de 1951, em Ituiutaba, e 22 de outubro do mesmo ano, em Uberaba.

No seu discurso sobre os comitês, Palmério afirma que este "[...] não tem filiação política ou partidária, e nem faz oposição ao governo estadual. O Comitê foi formado por inúmeras lideranças locais que defendem a tese emancipacionista" (Lavoura e Comércio, 1951, p. 2). No entanto, sabemos pelas notícias de jornal, que a figura de destaque e que reunia as outras lideranças em torno dos comitês, era Mário Palmério, que também se utilizava desse instrumento como forma de ampliação do seu capital político na região.

Em julho de 1957, ao conceder uma entrevista ao jornal Lavoura e Comércio, Palmério estabelece as diretrizes de ação do movimento emancipacionista, propondo a criação dos Comitês a se instalarem em todos os municípios da região, bem como a constituição de uma comissão diretora para coordenar os trabalhos de divulgação do Plano Nacional de divisão territorial, elaborado por Segadas Viena e Teixeira de Freitas, em que estaria prevista a emancipação do Triângulo de Minas Gerais.

Ao contrário do que se imagina, Mário Palmério nunca abandonaria totalmente a defesa do projeto emancipacionista, mas apenas não a teria como a sua principal defesa no Parlamento. Em abril de 1957, o Correio da Manhã noticia, na manchete "De Minas – Palmério revive o separatismo", que o deputado, então em comício eleitoral, na cidade de Araguari, teria voltado a defender a tese do separatismo, o que reafirma para nós que este projeto estava inserido na sua visão desenvolvimentista, a partir do interior.

Aliado ao projeto federalista de emancipação da região do Triângulo, Palmério enxerga, na perspectiva do desenvolvimento nacional a partir do interior, a necessidade de integração das prósperas regiões desenvolvidas do país com o Brasil Central, da qual o próprio Triângulo também faz parte. Isso se dará pelo apoio à construção da nova capital no planalto central, que será objeto de abordagem de Palmério em duas ocasiões.

A primeira alusão à construção da nova capital se dá em um discurso realizado no dia 03 de junho de 1953, em que Palmério realiza comentários acerca de um artigo de Albano de Morais enviado a ele. No seu pronunciamento, o deputado realiza a leitura do documento na íntegra. No entanto, o que nos chama atenção é a sua fala inicial, enfatizando que o problema número um do país naquele momento era o da interiorização da Capital Federal, que, em breve, seria discutido na casa.

Nunca imaginando naquele momento, que os planos de construção da nova capital iriam se concretizar, anos depois, Palmério voltaria à Tribuna para levantar júbilos pela

construção de Brasília. Em 01 de maio de 1960, o parlamentar aponta para as inúmeras discussões que realizou como aluno da Escola Superior de Guerra, acerca da interiorização do Brasil, apontando que:

> Quando aluno da Escola Superior de Guerra, e ali se discutia muitas e muitas vezes esse problema da interiorização da nossa Capital, tive oportunidade de aprender que metade do Brasil é povoado e metade desocupado. E estamos vendo que Brasília está começando a resolver seu problema fundamental: o da ocupação territorial brasileira. [...] ter realizado o difícil problema, o problema fundamental da interiorização da nossa Capital (Palmério, 2005, p. 147).

Nesse ponto, percebemos como o parlamentar volta a enfatizar o problema da interiorização do Brasil, como uma questão fundamental para o país, o que estaria ligado ao processo de ocupação e integração do território brasileiro, especialmente daquelas regiões inabitadas e, de alguma forma, esquecida.

Dentro dessa visão de interiorização da capital, tendo como objetivo a ocupação e integração do território interiorano, está a perspectiva defendida por Palmério, de que o desenvolvimento nacional deveria ser realizado a partir do interior, o que também será defendido na sua monografia da Escola Superior de Guerra – ESG, no final de 1955.

Intitulada "O Núcleo Central Brasileiro – Região Centro-Leste", a monografia apresentada por Palmério na ESG, em setembro de 1955, está dividida em quatro partes: fisiografia, população, produção e distribuição. Ao longo do trabalho, Palmério demonstra ter vasto conhecimento das questões geográficas, históricas e culturais do Brasil Central, buscando evidenciar todo o potencial produtivo da região, bem como a sua riqueza em recursos naturais, terras férteis e mão de obra para operar o desenvolvimento econômico nesta localidade.

O espírito do trabalho defendido pelo Parlamentar na ESG está vinculado as suas aspirações de realizar o desenvolvimento nacional a partir do interior, especialmente pela região do Brasil Central, vista por ele como fundamental para o país. Não é à toa, portanto, que essa defesa se dará de modo direto ou indireto, conforme visto, na defesa do projeto de emancipação do Triângulo Mineiro, no apoio à transferência da capital federal para o Brasil central e, ainda, na escrita do seu trabalho monográfico na ESG, que destaca, então, o que a região pode oferecer ao Brasil.

Figura 27: Fotografia da formatura de Mário Palmério na ESG em novembro de 1955



Fonte: Memorial Mário Palmério (1955)

Por fim, é importante apontar que essa perspectiva sobre o desenvolvimento a partir do interior, acompanhará Palmério durante boa parte de sua vida fora da política. O interior e as temáticas que o acompanham, reverberará na sua segunda obra literária, Chapadão dos Bugres em 1965, e se fará presente na sua aventura de quase uma década pela Amazônia[58].

As centenas de páginas escritas nos seus diários, a bordo do seu barco, Frey Gaspar de Carvajal, nos demonstra como Palmério tinha grandes expectativas em relação ao potencial oferecido pela região amazônica e como poderia contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do Brasil. Entretanto, essa é uma história para outra oportunidade. No próximo tópico, no deteremos a apresentar um pouco da perspectiva partidário-ideológica que permeou a atuação de Mário Palmério na sua trajetória política como deputado e líder petebista.

2.1.2 Em busca do 'trabalhismo getulista': educação, assistência social e conciliação de classes

No primeiro capítulo, discutimos a relação entre getulismo e trabalhismo, bem como a classificação estabelecida por Lucília de Almeida Neves das "correntes" presentes no interior do Partido Trabalhista Brasileiro[59]. Obviamente, não consideramos essa tipologia como

[58] Entre idas e vindas, Palmério explorará a Amazônia entre 1969 e 1987, visitando aldeias indígenas, navegando toda a bacia do Amazonas, se encontrando com líderes políticos, indígenas, cientistas e militares, buscando identificar a cultura, os costumes, a geografia, os potenciais e tudo o que a região tinha a oferecer para o Brasil.
[59] São elas: getulistas pragmáticos, doutrinários trabalhistas e reformistas.

conceitual, nem a compreendemos como um padrão fixo de classificação que serve para todos os contextos, mas a utilizamos com a finalidade de analisar as ações e o comportamento político de Palmério dentro do contexto político e partidário ao longo da sua trajetória.

É importante retomar, aqui, que trabalhamos com a perspectiva de que o trabalhismo é uma ideologia, fundada no Brasil durante o Estado Novo a partir dos direitos concedidos aos trabalhadores. Enquanto isso, o Getulismo é um movimento político, que tinha na mística da figura de Getúlio a sua razão de ser. Portanto, não entendemos isso como a mesma coisa, ainda que seja difícil realizar essa separação. Nesse sentido, entende Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araújo, ao afirmarem que:

> Se o getulismo tem a marca indelével da personalização, o trabalhismo acabou por ganhar novas lideranças e, por vezes, perfis mais independentes em relação ao seu marco de origem, no Estado Novo. Sem se apresentar como um corpo doutrinário suficientemente estruturado, o trabalhismo foi sendo apropriado de diversas formas e influenciou a criação de vários partidos [...] (Gomes; D'Araújo, 2021, p. 36).

Tomando por base esses apontamentos, trabalharemos, neste tópico, com a perspectiva de que Palmério estava inserido na corrente petebista dos getulistas pragmáticos e nela ficará por um bom tempo, o que nos leva, conforme veremos com a análise das fontes, à compreensão de que ele estava alinhado ideologicamente ao "trabalhismo getulista". Essa é uma visão particular do trabalhismo, desenvolvida por Vargas e que consistia no bem-estar social, a partir da garantia dos direitos trabalhistas e sociais, aliado à conciliação harmoniosa entre as classes para uma completa paz social.

Conforme nos aponta Lucília de Almeida Neves, a visão do trabalhismo getulista era utilitária e tinha, entre outros objetivos, a conciliação entre capital e trabalho e a ação pela assistência social como vetor de atendimento às necessidades do trabalhador (Delgado, 2011, p. 90). Para Vargas, o trabalhismo era a harmonia entre todas as classes, garantindo a democracia com base no trabalho e no bem-estar social, ou seja, há uma clara orientação de colaboração entre as classes e de coesão social.

Inserido na corrente dos doutrinários trabalhistas, o líder petebista Alberto Pasqualini traduz muito bem a visão do trabalhismo getulista, na seguinte afirmação: "Creio que não se pode assemelhar o trabalhismo nacional ao trabalhismo inglês. Este é de índole socialista, ao passo que o trabalhismo indígena (o programa nacional) é capitalista e, paradoxalmente, conservador" (Pasqualini, s/d, *apud* Delgado, 2011, p. 68).

Nesse sentido, percebemos, ao analisar as fontes, que a prática política de Palmério ao longo da sua trajetória parlamentar, se alinhará em três aspectos aos ideais de um trabalhismo getulista: a defesa da ampliação do acesso à educação; a garantia assistencial por meio de entidades sociais e o ponto que consideramos mais relevante, que concerne a uma visão de conciliação e harmonia de classes, a partir da defesa que ele fará da "elite econômica do Zebu" no Parlamento.

Em relação ao primeiro ponto, é importante levar em conta que a defesa pela ampliação do acesso à educação é um ideal não apenas partidário ou ideológico de Palmério, mas essencialmente vinculado aos seus interesses empresariais, visto a amplitude dos seus empreendimentos educacionais. Logo no início do mandato, além de ser eleito para a vice-presidência da Comissão de Educação da Câmara, Palmério será designado relator de um importante projeto de lei, que buscava ampliar o acesso ao Ensino Superior em estabelecimentos privados de ensino em todo o Brasil.

Inicialmente, o projeto tinha sido apresentado pelo deputado Celso Peçanha, havendo, no entanto, a apresentação de um substitutivo pela Comissão de Educação, que estabelecia, conforme as palavras de Palmério:

> Para o aproveitamento dos alunos aprovados e não classificados no concurso de habilitação de 1951, ficam os estabelecimentos de ensino superior, mantidos por particulares, autorizados a matricular êsses alunos excedentes, no limite de vagas que, a seu pedido, fôr fixado, no prazo de quinze dias, pelo Ministro da Educação, à vista da capacidade das instalações e das possibilidades de seu corpo docente (Palmério, 2005, p. 5-6).

Conforme podemos observar, tratava o referido projeto de conceder oportunidade aos estudantes aprovados em exame vestibular e que não tinham sido classificados dentro do número de vagas de determinada instituição, de utilizar a nota do exame para ingressar em uma universidade particular. Na defesa do projeto, Palmério se coloca na condição de educador e demonstra uma efetiva preocupação com a necessidade de ampliação de vagas no ensino superior, apontando que o aumento do número de alunos diplomados em estabelecimentos de ensino ginasial não foi compensado nas escolas de Ensino Superior.

Não obstante a importância do projeto, percebemos, nesse ponto, que há uma clara defesa dos interesses corporativos de Palmério, ao possibilitar com o projeto, a ampliação de vagas na sua Faculdade de Odontologia, já em funcionamento há algum tempo. Um ponto que deixa latente a defesa desses interesses é quando Palmério aponta nominalmente a necessidade de formação de mais dentistas, afirmando que: "[...] num país que conta ainda com cerca de dez

a quinze mil dentistas práticos, cuja profissão não foi ainda regulamentada, porque não existe no interior de nossa terra o número de cirurgiões dentistas legalmente formados para atender as necessidades da população" (Palmério, 2005, p. 5).

O projeto viria a ser aprovado na sessão do dia 20 de junho de 1951. No entanto, ao longo do mandato, Palmério nunca deixaria de militar em favor da questão educacional, buscando a ampliação do acesso à educação e, claro, defendendo os interesses dos seus estabelecimentos educacionais, bem como a ampliação desses, com a criação da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro – FDTM, em novembro de 1951, e a Escola de Engenharia, em 1955. Além disso, também participará ativamente na criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro em 1954, sempre buscando o seu objetivo maior, que era a criação da Universidade do Triângulo[60].

Em relação ao segundo ponto que está relacionado ao trabalhismo getulista, a ação de Palmério na assistência social se dará, principalmente, no auxílio de entidades assistenciais localizadas nas suas bases políticas, estabelecendo uma verdadeira política de subvenções ao longo dos seus mandatos.

Ao longo do seu primeiro mandato, Palmério distribuiu subvenções parlamentares a inúmeras instituições de Uberaba e região, que realizavam, na sua maioria, ações assistenciais na área da saúde. No entanto, o deputado privilegiará também entidades classistas, como é o caso da Associação dos Chauffeurs e Condutores de Uberaba, que receberia do deputado no ano de 1951 a verba de 25 mil cruzeiros. A referida emenda foi solicitada pelo vereador petebista e secretário da referida entidade, Jaime Mateus.

Ainda na tentativa de ajudar entidades classistas e reforçando o seu objetivo de se aproximar da elite zebuína, Palmério conseguirá aprovar no início de 1952, um projeto no Senado Federal, destinando 300 mil cruzeiros em créditos extraordinários para a realização da Exposição Agropecuária de Uberaba, sendo 150 mil cruzeiros para a Prefeitura e outros 150 mil diretamente a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro – SRTM. Acerca do feito, o jornal Lavoura e Comércio aponta que essa foi uma significativa vitória para o deputado, o que demonstra o seu prestígio no parlamento e compromisso em Uberaba (Lavoura e Comércio, 1952, p. 1).

Por outro lado, na área da assistência social, saúde e educação, o parlamentar uberabense destinou verbas para: a Santa Casa de Misericórdia de Uberaba, no valor de 50 mil

[60] Durante o processo eleitoral de 1950, em muitas das suas propagandas, Palmério fez o compromisso de tirar do papel a Universidade do Triângulo.

cruzeiros, o mesmo valor para o Instituto dos Cegos do Brasil Central, de Uberaba; 200 mil cruzeiros para a Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central; 115 mil cruzeiros em 1955 e 500 mil cruzeiros em 1958 para o Educandário Ituiutabano, instituição educacional espírita da cidade de Ituiutaba.

As subvenções destinadas a essas entidades, além de terem um sentido assistencialista, como o pregado pelo trabalhismo getulista, serviam como forma de agradar as bases eleitorais do parlamentar e como mote da propaganda política de Palmério, conforme veremos em uma propaganda veiculada no ano eleitoral de 1954, apontando que:

> Quase todos os estabelecimentos hospitalares e assistenciais da nossa região contam com subvenções federais para auxiliar sua manutenção e seu mais eficiente funcionamento. O Deputado MÁRIO PALMÉRIO vem pleiteando e obtendo apreciáveis auxílios para essas entidades e associações beneficentes, colaborando, assim, no sentido da melhoria das condições de saúde do nosso povo especialmente das suas camadas mais pobres e mais humildes (Lavoura e Comércio, 1954, p. 3).

Percebemos claramente na propaganda, a ênfase dada à importância das subvenções federais destinadas por Palmério para auxiliar na manutenção das diversas entidades, reiterando o efetivo auxílio prestado para as camadas mais pobres e humildes, coadunando, assim, com o ideal de garantia do bem-estar social proposto pelo trabalhismo getulista.

Conforme visto, Palmério buscará a garantia do bem-estar social pelo amplo acesso à educação e uma política de auxílios, por subvenções federais e entidades assistenciais. Aliado a isso, o parlamentar uberabense tentará estabelecer uma relação próxima com a elite econômica do Zebu, promovendo, assim, conforme pregado pelo trabalhismo getulista, uma política de conciliação entre as classes sociais, de forma a promover a pacificação social.

Mário Palmério não representava, ao menos inicialmente, a elite econômica uberabense, que ainda estava centrada no Zebu como principal capital produtivo local. No entanto, reconhecendo a importância dessa elite, buscou estabelecer uma relação de proximidade, que se dará, especialmente, na defesa de alguns interesses dos produtores de Zebu e da sua entidade classista, a SRTM. A ideia de Pacto social estabelecida por Vargas fez com que Palmério se abrisse para a defesa dos interesses da elite do Zebu, que também caiu nas graças do próprio Getúlio.

A primeira demonstração de apoio a entidade foi em 24 de janeiro de 1952, quando Mário Palmério utilizou a Tribuna da Câmara dos Deputados para ler um ofício enviado pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro – SRTM, para denunciar os supostos privilégios que um grupo privado teria para importar gado Zebu diretamente da Índia, o que prejudicaria os

interesses da instituição. O deputado afirma que o presidente da entidade, Carlos Smith e outros diretores o procuraram e "[...] denunciaram a existência de um grupo de negociantes de gado e de outras pessoas estranhas à pecuária interessados na importação de reprodutores de zebu diretamente da Índia" (Palmério, 2005, p. 25).

No decorrer da leitura do ofício, Palmério aponta que a suposta autorização de importação dada pelo Ministério da Agricultura a esses importadores poderia macular a qualidade do rebanho zebuíno brasileiro, visto que não haveria um controle de qualidade dos animais a serem importados, além de ferir a função de controle e registro genealógico a cargo da SRTM (Palmério, 2005, p. 26).

Ao longo do discurso, já com as suas palavras, Palmério afirma que essa importação seria um prejuízo para os criadores de gado do Triângulo Mineiro e do país, visto que o "o gado zebu brasileiro, de procedência das Índias, já é superior ao próprio gado indiano [...] sobretudo pelo aprimoramento e cuidados zootécnicos especiais a que submeteram os criadores do Triângulo Mineiro" (Palmério, 2005, p. 31).

Em outra parte da sua manifestação em Plenário, podemos perceber que Palmério busca se aproximar dessa elite do Zebu, apontando o fato da importação por terceiro ser grave e que o denunciava à Nação "a pedido dos criadores de Uberaba e do Triângulo Mineiro e que integravam a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro" (Palmério, 2005, p. 32).

O interesse do deputado em levantar o assunto e ler o ofício em plenário, por si só, já representa sua vontade em defender os produtores de zebu do Triângulo, bem como a SRTM e os seus interesses. No entanto, o deputado, além da defesa realizada, exalta o trabalho feito pelos criadores da região do Triângulo e propõe um projeto de lei para regulamentar a importação de Gado Zebu.

No artigo 1° do PL n. 1873/52, ficava estabelecido:

> Art. 1° - A importação de gado zebu somente poderá ser feita pelo Govêrno Federal, depois de regulamentada pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio – e **aprovada, unanimemente por uma comissão de técnicos composta por dois representantes s daquele Ministério e um representante da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro** (Brasil, 1952, grifo nosso).

Não obstante, o projeto de lei tenha sido arquivado e o trecho em destaque do artigo, deixa clara a tentativa do deputado uberabense em, senão estabelecer uma espécie de monopólio da importação do Zebu pela SRTM, pelo menos dar à elite zebuína do Triângulo influência na

definição dessa importação e o controle do registro oficial dos animais importados, em uma demonstração efetiva do seu apoio aos interesses da entidade no parlamento.

Em julho de 1952, seria publicado no Lavoura e Comércio, a íntegra de uma carta escrita por Palmério e enviada a José S. Rodrigues da Cunha, então candidato à presidência da SRTM. Nos chama a atenção o interesse de Palmério, em se envolver nas eleições da entidade e declarar apoio a uma candidatura. No entanto, em um trecho do documento, percebemos como o deputado se colocava a postos na defesa permanente dos interesses da classe ruralista, ao afirmar que "Minha modesta colaboração, Joanico, eu sempre ofereci a Rural. Você sabe disso. Como representante da nossa região, na Câmara [...]" (Lavoura e Comércio, 1952, p. 6).

As relações de Palmério com a classe do Zebu e a sua entidade não ficaram circunscritas a esse episódio. O deputado seria presença constante no evento de inauguração da Exposição Agropecuária, que era realizada todos os anos no mês de maio, sempre se fazendo presente com outras autoridades nacionais e regionais. Além do mais, o próprio Palmério, ainda no cargo de deputado, no fim dos anos 1950, passaria a fazer parte da elite agrária, adquirindo uma fazenda no estado do Mato Grosso, onde lá também, criaria gado e depois de sua passagem pela vida pública, também se retiraria para escrever a sua segunda obra, "Chapadão dos Bugres".

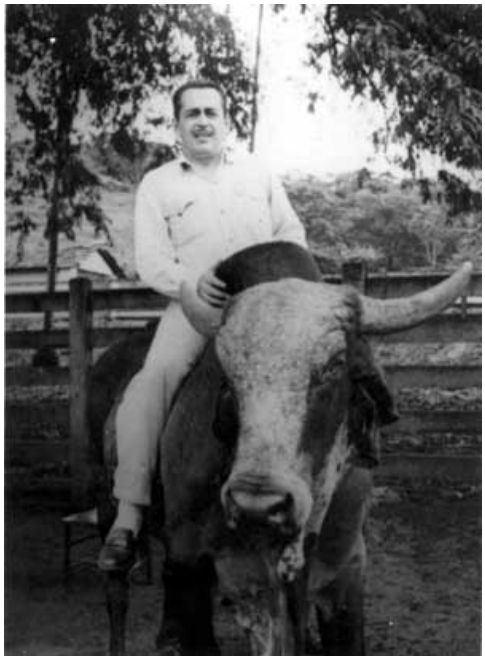
Figura 28: Almoço realizado na Fazenda Experimental Getúlio Vargas, durante a Exposição da SRTM de 1951[61]



Fonte: Memorial Mário Palmério (1951)

[61] Nota: Da esquerda para à direita, sentados estão G.V (presidente), JK (governador), Mário de Almeida Franco (doador da área da Fazenda Experimental), Antônio Prospero (prefeito de Uberaba pelo PTB) e Mário Palmério (deputado pelo PTB).

Figura 29: Mário Palmério monta um exemplar da sua propriedade da raça zebuína Gir, na sua fazenda no Mato Grosso



Fonte: Memorial Mário Palmério (s/d)

Se por um lado, Palmério busca defender os interesses da elite dominante do Zebu, por outro, não defende da mesma forma as propostas petebistas para o campo, como: os interesses afetos aos trabalhadores rurais e a realização de uma reforma agrária, que são objeto de manifestação no seu mandato em apenas uma oportunidade.

Em setembro de 1951, o deputado lê, em Plenário, uma carta do presidente do diretório do PTB da cidade de Canápolis-MG, Sr. José Alexandre da Silva, que versava sobre o arrendamento exploratório de terras na região do Triângulo Mineiro. Na leitura reprodutiva do documento, nos chama a atenção a forma predatória a qual o arrendamento rural era praticado, quase que em uma espécie de servidão, conforme denuncia a carta "Além de todas estas despesas fica ainda o agricultor obrigado a pagar, livre de qualquer despesa para o fazendeiro a porcentagem de 30 a 40% sobre o rendimento total do trabalho do agricultor" (Palmério, 2005, p. 22).

Outro ponto abordado na leitura da carta, é o relativo a equiparação dos direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais, uma das causas defendidas pelo PTB, tendo em vista a falta de garantias que os funcionários do campo não possuíam, conforme aponta o documento "O direito do trabalhador rural deve ser equiparado ao do trabalhador da cidade,

pois, o trabalhador rural não tem terra própria e não tem garantias dentro da própria terra que ele mesmo beneficiou [...]" (Palmério, 2005, p. 24).

No discurso, percebemos que Palmério apenas lê o documento, sem se manifestar pessoalmente sobre o assunto, diferente do que fez com o ofício da SRTM, o que demonstra de forma clara, a diferença de tratamento e importância atribuída por ele, para os assuntos ligados as elites do Zebu. No entanto, é importante frisar que mesmo que o tratamento dispensado na defesa dos interesses do trabalhador rural não seja o mesmo, ele não deixa de levantá-los, coadunando, assim, com a defesa dos seus interesses partidários.

Como podemos observar, as fontes analisadas neste tópico, nos demonstra, claramente, como Palmério buscou estabelecer uma espécie de conciliação de classes, ao defender por um lado o programa trabalhista do PTB e, por outro, os interesses da elite dominante da região que representava, de modo a atender ao que pregava a receita do trabalhismo getulista, tendo nessa conciliação de classes, o principal ingrediente para a pacificação da sociedade e o desenvolvimento do país.

Não podemos esquecer, ainda, que com o passar do tempo, Palmério se estabelecerá no interior dessa elite econômica, passando a compô-la, seja como empresário da educação e patrão, seja como fazendeiro e criador de Zebu. Em entrevista com o professor Guido Bilharinho, ele nos revela algo muito interessante e que, para nós, confirma a nossa proposição, de que Palmério defendia a conciliação de classes nos moldes do trabalhismo getulista. Discorrendo sobre uma greve ocorrida na Universidade de Uberaba no fim dos anos 1980, o memorialista aponta que "Uma vez houve uma greve muito grave aqui na Uniube e ele (Palmério) dispensou os líderes. Ele disse: 'eu não trabalho com grevista'. Eu falei: 'imagina, o cara foi deputado do PTB' e completa 'Ele chegou a ir na televisão e chamar os professores de vagabundo, de comunista'" (Bilharinho, 2023). Ora, o trabalhismo getulista, no seu tom conciliatório e de pacificação, era contrário a movimentos grevistas e Mário Palmério mostrou isso.

Com o passar do tempo, Palmério se adequará às correntes e mudanças dentro do PTB, de acordo com a necessidade de se manter vivo dentro do partido. No entanto, por mais que naturalmente se afaste do getulismo após a morte de Vargas, nunca deixará por completo de defender a visão do trabalhismo getulista, de forma a defender as causas trabalhistas, sem se afastar da próxima relação com as elites.

2.1.3 O anticomunismo de Palmério e o episódio do Almirante Penna Botto

O anticomunismo[62] é uma marca de nascença do PTB e esteve vinculado aos defensores do trabalhismo getulista, que viam na máxima comunista da luta de classes, um antagonismo do ideal de conciliação de classes pregado por Vargas, que afirmava "A política trabalhista é contrária à luta de classes, porque na verdade não há classes e sim homem com os mesmos deveres e as mesmas necessidades" (Vargas, 1950 *apud* Delgado, 2011, p. 97).

Segundo Lucilia de Almeida Neves, "A posição anticomunista foi, portanto, predominante na criação do Partido Trabalhista Brasileiro. [...] o discurso anticomunista elemento marcante nas justificativas doutrinarias e na prática política nas quais se embasou a formação do PTB" (Delgado, 2011, p. 47-48), ou seja, havia dentro do pensamento partidário, a predominância de evitar que o comunismo se espalhasse e passasse a imperar sob a classe trabalhadora. Isso aponta, conforme infere Alzira Vargas, que o PTB teve como função, ser um anteparo entre os trabalhadores e o comunismo.

Ao analisar a trajetória política de Mário Palmério, percebemos que ele terá um posicionamento claramente anticomunista, que vai ao encontro do que também pensava o PTB, especialmente no episódio ocorrido em outubro de 1953, quando ele sobe à Tribuna da Câmara para se defender das acusações do Almirante da Marinha, Carlos Pena Boto, que havia dito em uma entrevista concedida ao "Diários Associados"[63], que o parlamentar era apoiador de uma conspiração comunista que estaria sendo tramada na cidade de Uberlândia[64]. Segundo o próprio Palmério, ao discorrer sobre o conteúdo das acusações:

> O estilo da reportágem que contém depoimentos do Almirante Pena Boto é o mesmo de sempre: acusação ao Gôverno, que tolera, no dizer de Sua Excelência, células comunistas e militantes do credo vermelho nas repartições públicas mais importantes a começar pelo Catete, Ministério do Trabalho, Instituto, etc...a divulgação de suposta e poderosa rede de espionagem bolchevista dentro do País e a preparação organizada e eficiente da revolução comunista, citando-se os sindicatos, as organizações de classe e até mesmo as pessoas que estariam envolvidas nessa tarefa subversiva e subterrânea (Palmério, 2005, p. 122).

---

[62] Entendemos como anticomunismo no contexto deste trabalho, a definição feita por Rodrigo Patto como uma "[...] atitude de recusa militante ao projeto comunista" (PATTO, 2000, p. 4).

[63] Na reportagem do Diários dos Associados, há acusações contra o governo, que segundo o almirante, tolera células comunistas e militantes da causa vermelha nas repartições públicas, além de uma rede de espionagem bolchevique no país, tudo isso para concretizar uma revolução comunista, que se daria a partir dos sindicatos e outras instituições de classe que estariam incumbidas das ações subversivas.

[64] A acusação de Penna Botto contra Palmério se deu em virtude da controvérsia em torno da preferência do deputado petebista pela instalação de um unidade do Exército em Uberaba em detrimento de Uberlândia, como desejava o militar, sob a alegação de que naquela cidade havia produção clandestina de armamento.

Nas acusações, o Almirante afirma que houve gestões de Palmério para levar uma unidade do exército para Uberaba, o que teria atrapalhado a ida dela para Uberlândia, local onde segundo ele estava havendo comércio de balas clandestinas, que estariam alimentando grupos comunistas revolucionários. Ele afirma, ainda, que a Rádio Educadora de Uberlândia, onde Mário Palmério é sócio, teria ligações com as hostes comunistas locais e só não foi fechada por interferência do deputado trabalhista junto ao governo federal.

Ao iniciar a defesa contra as acusações que sofreu, Palmério, de forma irônica, afirma "Não é Uberlândia a Moscou Brasileira do Sr. Almirante Pena Boto e nem o Triângulo Mineiro o quartel general do movimento subversivo comunista [...]" (Palmério, 2005, p. 123), apontando o fato de que dos quinze vereadores eleitos em Uberlândia nas últimas eleições, apenas um era declaradamente comunista, enquanto nas outras 37 cidades da região, nenhum outro vereador do espectro comunista havia sido eleito.

No decorrer do discurso, podemos perceber claramente o alinhamento de Palmério com o clero católico, o que será visto também em outros momentos da sua trajetória política, seja recebendo o aval da Liga Eleitoral Católica em Uberaba[65] ou, ainda, reproduzindo em Plenário artigos do Bispo uberabense, D. Alexandre Gonçalves do Amaral[66]. Isso nos remete não só à aproximação do deputado com a questão religiosa, mas também com um posicionamento político de viés anticomunista de matriz cristã católica[67], que fica perceptível quando Palmério afirma:

> Resposta incisiva, imediata e irretorquível, já soube dar aos agitadores profissionais do anticomunismo, na região triangulina. S. Exª. Reverendissíma D. Alexandre Gonçalves do Amaral, DD. Bispo Diocesano de Uberaba, uma das maiores figuras do clero brasileiro, homem altamente respeitado pela sua coragem cívica e por sua inquebrantável firmeza de princípios. S. Ex.ª. Revma. com seu verbo destemido e a sua figurante pena, reduziu a pó essas acusações contra a região que compõe a sua

[65] Nas eleições de 1950, a Liga Católica Uberabense divulgou uma listagem no jornal Correio Católico, dias antes das eleições, orientando o voto do eleitorado católico em candidatos que haviam se comprometido com os valores cristãos católicos e entre eles estava o nome de Mário Palmério. É possível constatar esse comprometimento quando analisamos o voto contrário, dado por Palmério, no projeto de emenda constitucional, que estabelecia o divórcio no Brasil, algo combatido pela Igreja Católica e objeto do compromisso assumido pelo então candidato. ("Derrotada a emenda divorcista" – Tribuna da Imprensa de 13 de junho de 1952).

[66] Os artigos dizem respeito a cobrança indevida de impostos pelo governo mineiro e foram publicados no jornal Correio Católico e lidos por Palmério em junho de 1952 no Plenário da Câmara.

[67] Tomamos aqui a perspectiva adotada por Rodrigo Patto, em que o anticomunismo encontra fundamentos de justificação em três matrizes básicas, quais sejam: o nacionalismo, o liberalismo e o que nos interessa aqui, o cristianismo, especialmente o católico. Segundo o historiador "A Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX. Para as lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja [...]" (Patto, 2000, p. 35).

> diocese, e bastaria a sua insuspeitíssima definição para pôr fim (sic), de uma vez por tôdas, a essas explorações que só podem ser provocadas por causas que se não definem, obviamente inconfessáveis (Palmério, 2005, p. 124).

Percebemos, aqui, que Palmério invoca a autoridade moral do membro do clero católico da região do Triângulo, para afirmar veementemente que o comunismo não impera em Uberlândia e na região, voltando-se, assim, para um posicionamento anticomunista de matriz cristã católica.

Outro ponto argumentado pelo parlamentar diz respeito ao seu pleito para a instalação de uma unidade do exército em Uberaba, em virtude da sua localização geográfica estratégica e porque, consequentemente, atrairia um Núcleo Preparatório de Oficiais da Reserva, condição para instalação da referida unidade. Nesse momento, Palmério se autoafirmará como alguém que possui uma preparação e instrução militar, ao afirmar: "Desde os meus tempos de ginásio, Senhor Presidente, e da minha instrução militar, no Tiro de Guerra de Uberaba [...]" (Palmério, 2005, p. 124).

Isso, claramente, aponta para uma tentativa de se aproximar do caráter formativo das forças armadas, que possuía na sua base um caráter anticomunista, especialmente no curso de formação da Escola Superior de Guerra - ESG, que pouco tempo depois seria frequentada pelo deputado petebista, conforma visto anteriormente. Nesse sentido, entendemos que um dos motivos que leva Palmério a frequentar a instituição, é a intenção de apagar de uma vez por todas a "falsa" imagem de que era comunista.

Com a participação no curso da ESG, Mário Palmério se liga ainda mais ao pensamento estratégico militar da instituição. Mesmo sendo do PTB, ele discute com elementos importantes do partido em relação à instituição e ao seu posicionamento. O jornal "Tribuna da Imprensa" apresenta, na edição de 05 de maio de 1955, uma notícia que expõe um desentendimento entre Palmério e o deputado do PTB gaúcho, Leonel Brizola, que acusava a ESG de conspirar contra a nação, por estudos que eram realizados no seu curso de formação.

O alinhamento de Palmério à ESG e à defesa dos interesses e ideais da instituição fica claro, quando ele rebate o colega em relação a essas acusações, afirmando que:

> Lá não existe conspiração e sim preocupação em bem servir a pátria. Os assuntos abordados com reserva, o são porque tratam de temas de segurança nacional e não podem ser discutidos e divulgados com amplitude. Merece a Escola Superior de Guerra os aplausos de todos os brasileiros. É uma obra de valor inestimável para a formação da consciência nacional (Tribuna da Imprensa, 1955).

Ainda no decorrer do discurso, Palmério contestará a acusação de Pena Boto, de que a rádio educadora, do qual ele figurava como sócio, havia sido ligada injustamente à participação de elementos comunistas no momento da sua fundação, boato espalhado pela emissora concorrente em Uberlândia. Palmério explica, que passou a fazer parte do projeto da rádio, com o objetivo de afastar a ideia de que ela estaria vinculada aos comunistas, uma vez que "Evidentemente, como não sou comunista e a minha vida e as minhas convicções políticas são sobejamente conhecidas na região onde sempre vivi [...]" (Palmério, 2005, p. 128).

Nesse ponto, Palmério deixa claro o seu posicionamento contrário em relação ao comunismo, o que é referendado por outros deputados, entre eles: Lucio Bittecourt, importante figura do PTB de Minas Gerais, e Rondon Pacheco, deputado da UDN, de Uberlândia. Não obstante à sua declaração e os apoios recebidos, o deputado petebista do Triângulo evidencia a sua posição de alinhamento com o PTB, afirmando que:

> [...] eu nunca, dentro desta Casa, agi, apesar de estar no pleno gôzo das minhas imunidades e no exercício da mais absoluta liberdade de expor as minhas idéias, a não ser em inteira consonância com a orientação do meu Partido, Partido Trabalhista Brasileiro, porque assim realmente o penso e o programa do meu Partido é o meu único credo político. Homem de Partido, conhecem-me os meus companheiros como um dedicado correligionário (Palmério, 2005, p. 130).

Conforme vimos no início deste tópico, uma das marcas de origem do PTB é o seu posicionamento anticomunista. Nesse sentido, para Palmério, que se coloca como um homem de partido e alinhado as orientações petebistas, o anticomunismo será uma marca dos seus posicionamentos ao longo de sua trajetória política, conforme ele mesmo reitera "[...] não há comunismo no Triângulo Mineiro" (Palmério, 2005).

O episódio com as acusações de Penna Botto teve significativa repercussão na imprensa local e nacional e projetou Palmério no debate político, pelo menos por um instante. Os jornais comporão as notícias sobre o discurso de Palmério de diferentes maneiras, dando significados distintos, mas sempre dando destaque para o posicionamento do deputado.

Figura 30: Matéria de capa do Jornal Lavoura e Comércio, do dia 03 de novembro de 1953, destacando a defesa realizada por Mário Palmério na Tribuna da Câmara, contra as acusações do Almirante Penna Botto



O deputado Mario Palmério ocupou a tribuna da Camara Federal, na semana que passou, para responder a graves acusações que lhe foram assacadas pelo Almirante Pena Boto, em entrevista que concedeu aos "Diarios Associados", apontando o ilustre parlamentar triangulino, representante do PTB, como elemento de ligação dos comunistas, que tenta impedir a campanha anti-comunista nesta região.

O nosso brilhante conterraneo pronunciou incisiva oração, na qual pulverizou as falsas acusações daquela elevada patente de nossa Marinha de Guerra, relatando, com precisão os fatos correntes no Triangulo Mineiro, inclusive a instalação de uma unidade do Exercito em Uberaba e a fundação da Radio Educadora de Uberlandia.

O deputado Mario Palmerio

MATRICARIA F. DUTRA
PROTEJA A DENTIÇÃO DO BEBÊ

Dr. Olavo S. Andrade
CLINICA DE CRIANÇAS
CORREÇÃO E PRESCRIÇÃO DE REGIMES ALIMENTARES
Consultorio : Hospital da Beneficencia Portuguêsa—Fone, 2473
Horários : 8 ás 11 e 14 ás 17 horas
Residencia : RUA SENADOR PENA, 85 — Fone, 1134

"Joãozinho !"
A PARTIR DE Cr$ 180,00
CALÇAS SUPERMAN
A ultima novidade em calças para homem
PROTEJA-SE DAS CHUVAS COM "CAPAS ELETRONICAS" DA CASA NOVA
Para senhoras ..... Cr$ 220,00
Para homens ..... Cr$ 200,00

CALMANTINA
DE GIFFONI
Eficaz contra as exsudações, nevralgias, dores de cabeça, influenza ou gripe, febres, reumatismos, dores em geral.
Evita e combate os resfriados. Em vidros de 30 e envelopes de 2 comprimidos.
Amostras e drogarias.
Deposito geral : Farmacia e Drogaria Giffoni — Rua 1.º de Março — Rio de Janeiro.

Codeinol
Xarope indicado nas tosses, bronquites e traqueites.
— CALMANTE E EXPECTORANTE —

O deputado Mario Palmério pulveriza graves acusações do almirante Pena Boto

O Triângulo Mineiro não é quartel-general do movimento subversivo comunista — O caso da instalação de uma unidade do Exercito em Uberaba — A Radio Educadora de Uberlandia não tem ligações com elementos comunistas — Apartes de solidariedade dos deputados Ruy Almeida, Lucio Bitencourt, Rondon Pacheco, Antonio Corrêa e Leopoldo Maciel ao representante uberabense na Câmara Federal

Deputado Mario Palmerio

Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberaba (1953)

O jornal Lavoura e Comércio apresentou, na sua manchete do dia 03 de novembro, a seguinte manchete "O deputado Mário Palmério pulveriza graves acusações do almirante Pena Boto"; o periódico udenista, Tribuna da Impresa, notícia na edição de 03 de outubro "Comunismo no Triângulo"; enquanto o getulista, Última Hora, aponta, na edição de 23 de outubro, "A pesca 'vermelha' do verde Almirante". Já o jornal comunista, Imprensa Popular, também na edição de 23 de outubro, afirma que foi "Denunciado o Fascista Pena Boto".

Percebemos que o tratamento dado pela imprensa se deu de forma diversa, conforme a orientação política do jornal ou até mesmo proximidade de Palmério com o periódico, o que pode ser notado com Lavoura e Comércio, que trouxe a matéria em toda a extensão da capa da edição de 03 de novembro, dando bastante ênfase para os argumentos de defesa anticomunista de Palmério. Por outro lado, os outros jornais apenas reproduziram de forma tímida a notícia, dando o tom político a partir das manchetes. No caso do Tribuna da

Imprensa, este deu destaque a uma possível presença comunista no Triângulo, enquanto o comunista Imprensa Popular qualificou Pena Boto como fascista.

Não obstante o posicionamento da imprensa em geral e a repercussão alcançada, o episódio das acusações de Pena Boto contra Mário Palmério demarcará um momento importante na trajetória política do parlamentar uberabense. Em primeiro lugar, isso acontece pelo momento em que ocorre, já findando o primeiro mandato de Palmério, período em que ele passa a se consolidar como liderança regional do PTB; em segundo, porque ele irá marcar seu posicionamento ideológico dentro do espectro político trabalhista do PTB, tendo como uma das bases o anticomunismo e, em terceiro, porque levará Palmério a se aproximar do pensamento estratégico militar da Escola Superior de Guerra, que concederá a ele, após o curso de formação em 1955, um posicionamento moral de anticomunista.

Apresentado um pouco do perfil político ideológico de Palmério na sua atuação na Câmara dos Deputados, especialmente no primeiro mandato, que teve como características a ideia de desenvolvimento a partir do interior, a adesão ao trabalhismo getulista e um posicionamento anticomunista, passaremos a discorrer nos próximos tópicos acerca de alguns acontecimentos que definirão e consolidarão a atuação política e partidária de Palmério, levando-o à reeleição, em 1954.

No tópico a seguir, abordaremos um pouco da sua atuação regional e o seu importante papel como líder petebista do Triângulo nas eleições extraordinárias ocorridas em 1952, quando novos municípios foram criados na região.

2.2 A ATUAÇÃO REGIONAL E AS ELEIÇÕES DE 1952

Ao longo do seu primeiro mandato, Mário Palmério realizará uma intensa agenda de fortalecimento do PTB no Triângulo Mineiro. A ação de Palmério, nesse período, será centrada em duas frentes: a organização do partido para disputar as eleições municipais extraordinárias realizadas em 1952, para eleger prefeitos e vereadores em municípios recém-criados no Triângulo e a busca de aliança com lideranças, especialmente petebistas, nos demais municípios da região. Nesse contexto, Palmério buscará não só apoio para a sua reeleição em 1954, mas especialmente se consolidar como a grande liderança petebista na região, projetando-se então partidariamente.

No que concerne o primeiro eixo de atuação, Palmério foi destacado pela comissão estadual de reestruturação do partido, para acompanhas as eleições em três novos municípios

criados no Triângulo: Santa Vitória, Canapolis e Iturama, o que demonstra, de início, o forte prestígio alcançado por ele no interior do PTB mineiro, que na época passava por uma crise interna e que será tratada mais adiante.

Em Santa Vitória, o PTB elegeu Eudoxio Candido Severino, presidente local do partido, bem como o vice-prefeito. Já em Canápolis, os trabalhistas elegeram o prefeito Olidio José Ribeiro, bem como o seu vice e a maioria da câmara municipal daquele município. Por sua vez, em Iturama, não houve candidatura própria dos petebistas, mas o apoiado pelo partido, também venceu as eleições.

O êxito da vitória do PTB naquelas eleições aponta para o importante papel desempenhado por Palmério, que desde cedo no seu mandato, ficaria marcado como um autêntico líder dos trabalhadores triangulinos. Nesse sentido, a edição do dia 10 de novembro daquele ano do jornal Lavoura e Comércio afirma, na sua manchete, "Brilhante atuação do deputado Mário Palmério nas eleições de 2 de novembro".

No seu discurso na Câmara dos deputados, na ocasião do episódio do Almirante Pena Boto, Palmério destaca o importante papel que teve naquelas eleições, tomando a vitória do PTB na região como uma conquista político-eleitoral sua, ao afirmar que "No setor de organização partidária, aí tenho sido realmente atuante, sou forçado a confessar. E essa minha atuação, traduzida nas recentes vitorias eleitorais do meu Partido no pleito municipal de 2 de novembro, em Minas especialmente na região em que atuo [...]" (Palmério, 2005, p. 131).

Ainda na reportagem do Lavoura, podemos observar como Palmério será destacado como importante liderança trabalhista da região, sendo o periódico categórico, ao afirmar "Como se vê, foi das mais profícuas a atuação do deputado Mário Palmério nos trabalhos preparatórios ao pleito municipal naquelas novas comunas do Triângulo. Líder, por direito de conquista, da grande massa de trabalhadores desses municípios [...]" (Lavoura e Comércio, 1952, p. 6).

Percebemos que, no manejo da sua atuação política, Palmério se coloca como um cumpridor dos interesses partidários, mas nesse processo, atua para se beneficiar política e eleitoralmente, expandindo as suas bases de apoio e ampliando o seu capital eleitoral na região do Triângulo.

Figura 31: Reportagem do Lavoura e Comércio do dia 10 de novembro de 1952 sobre a vitória do PTB nas eleições municipais extraordinárias daquele ano na região do Triângulo



Brilhante atuação do deputado Mario Palmerio nas eleições de 2 de novembro

Mais dois prefeitos do PTB no Triangulo — "Agiganta-se o trabalhismo nesta zona", diz á nossa reportagem o ilustre parlamentar

De encontro casual com o deputado Mario Palmerio, que acompanhava, ante-ontem, em passeio pela cidade, os ilustres cancerologistas que ora visitam Uberaba, valeu-se a reportagem para registrar as impressões do jovem parlamentar conterrâneo sobre as eleições de 2 de Novembro.

O ilustre deputado começou dizendo:

"Ao atento observador da movimentação pre-eleitoral nesta região não terá passado despercebida, certamente, a grande arregimentação de forças que o Partido Trabalhista Brasileiro decidiu organizar para a batalha civica que ha pouco se feriu nos novos municipios mineiros. Dela participando, como forte concorrente ou aliado valioso, a facção trabalhista aguardou, serena e confiante, o 2 de novembro, apresentando-se ás urnas com a elevação de vistas e de propositos, propria dos partidos de real expressão eleitoral.

Evolução acentuada

"Corrente politica que até há bem pouco se movia, quase que exclusivamente, ao impulso de um ou outro dirigente municipal de reconhecido prestigio pessoal, e se agasalhava sob o manto protetor de seu patrono, o PTB já se libertou definitivamente dos grilhões personalistas obtendo mais força de expansão e dando cumprimento integral ao seu programa de ação.

"Ante a crescente simpatia que lhe dispensam os seus novos adeptos, tem sido esta a opinião generalizada sobre a marcha do trabalhismo nesta zona, que nos fazia antegozar".

Dois novos prefeitos do PTB

Prosseguindo, falou-nos o vice-presidente da Executiva estadual:

"Melhores não poderiam ter sido, nêsses municipios, os resultados do pleito, no que toca aos interesses do nosso Partido. Em Santa Vitoria, por exemplo, elegemos prefeito o sr. Eudoxio Candido Severino, presidente do Diretorio local do PTB. oTrnamos vitoriosas, ainda, as candidaturas do vice-prefeito e do Juiz de Paz, tambem apoiadas pelo PSP.

"Em Canapolis, a legenda do nosso glorioso Partido abrigou o candidato vencedor,

Deputado Mário Palmério

Fonte: Arquivo Público de Uberaba (1952)

É nesse sentido que além de se aproveitar do pleito eleitoral de 1952, o deputado petebista vai tratar de expandir a sua base, visitando e recebendo visita de lideranças de várias cidades da região. Essa será a regra dos mandatos de Palmério, sendo essas movimentações mais intensas, especialmente no seu primeiro mandato, momento em que busca se consolidar.

Figura 32: Reunião partidária realizada em uma cidade da região, com a presença do deputado Mário Palmério



Fonte: Memorial Mário Palmério (1952)

Constantemente, observamos nos jornais, especialmente no ano que antecede as eleições, notícias que veiculam encontros políticos realizados por Mário Palmério. Em uma dessas ocasiões, o Lavoura e Comércio noticia: “Influentes políticos triangulinos em visita ao deputado Mário Palmério”. Segundo o periódico, estando em Uberaba por alguns dias, o deputado teria recebido na sua residência, inúmeras comitivas políticas das cidades da região, com mensagens de solidariedade e agradecimento, além de várias reivindicações de problemas enfrentados por esses municípios.

As caravanas eram quase sempre integradas por membros do PTB, mas em algumas reuniões, lideranças de outras agremiações, como nessa ocasião, políticos de Monte Alegre de Minas, chefiada pelo prefeito Luiz Dutra Alvim, compunha também os presidentes dos diretórios municipais do PSD, da UDN, entre outras lideranças políticas e empresariais daquele município. Na oportunidade, eles reivindicaram esforços de Palmério, para solucionar a questão do empréstimo para o custeio de força e luz daquele município.

Percebemos que Palmério buscava fortalecer a sua posição de liderança política nos municípios de sua base eleitora e que apesar de petebista e grande defensor dos ideais

trabalhistas, não desprezava o apoio de líderes de outras denominações partidárias, elevando o seu prestígio junto às lideranças regionais[68].

Figura 33: Rondon Pacheco e Magalhães Pinto, ambos da UDN com Mário Palmério do PTB



Fonte: Memorial Mário Palmério (1957)

Os representantes monte-alegrenses ressaltavam o trabalho que Palmério vinha realizando em relação a região do Triângulo, no que concerne à solução para vários problemas, concretização de melhoramentos, prestação de auxílio e subvenções a instituições e aos poderes municipais. Segundo um dos integrantes da comitiva, "[...] em cada rua, no recesso de cada lar, abriga-se um pouco dessa onda de estima e reconhecimento a que tem feito jus este operoso representante da nova geração triangulina na Câmara dos Deputados" (Lavoura e Comércio, 1953, p. 6).

Podemos observar, ainda, os esforços de Palmério para a concretização de obras de melhorias em Uberaba e cidades da região, como foi o caso da viabilização de verba federal para a conclusão do edifício da Agência Postal dos Correios e Telégrafos das cidades de Uberaba e Araguari[69], município em que o deputado era presença constante, conforme observamos na Figura 34.

---

[68] A postura de respeito e prestígio conquistada por Palmério em relação às lideranças políticas regionais de outros partidos, pode ser observada nos apartes que eram realizados por parlamentares de outros partidos quando o deputado petebista discursava na Câmara, ou ainda pelo elogio público de lideranças como Magalhães Pinto da UDN Mineira, que em visita a Uberaba em abril de 1957, afirmou que o parlamentar era visto pelos udenistas como um petebista esclarecido (Correio da Manhã, 1957).

[69] Uma reportagem do Lavoura e Comércio de 10 de abril de 1953 anuncia "O deputado Mário Palmério e a construção dos edifícios postais telegráficos desta região" (Lavoura e Comércio, 1953, p. 6). Já o Correio de Uberlândia informa na matéria "Conclusão do edifício postal-telegráfico" sobre a liberação de verbas do deputado Palmério para a finalização das obras no prédio de Uberlândia.

Figura 34: Jantar realizado pelo PTB de Araguari em 1953 para receber o deputado Mário Palmério



Fonte: Memorial Mário Palmério (1953)

Conforme observamos, as reuniões e visitas se intensificam a partir de 1953, ano anterior às eleições gerais de 1954, momento em que o líder petebista realizou contínuos esforços para criar ou reestruturar diretórios do PTB nas cidades do Triângulo, como foi o caso de Conceição das Alagoas no início de janeiro de 1954[70], com o objetivo de consolidar sua base, seja lançando candidaturas trabalhistas ou reforçando o seu apoio nos municípios triangulinos, conforme podemos observar em uma publicação no Lavoura e Comércio de 22 de fevereiro de 1954, que afirmava "Ao lado do deputado Mário Palmério estão se formando verdadeiras legiões de trabalhistas que disputarão as eleições de Outubro com candidatos próprios em toda a região Triangulina" (Lavoura e comércio, 1954, p. 6).

Nesse sentido, Palmério ampliará a sua atuação regional e se fortalecerá como liderança no Triângulo e conforme vamos observar mais à frente, a disputa eleitoral de 1954, o consolidará como o grande líder trabalhista do Triângulo Mineiro, o que o colocará em uma posição de destaque dentro do PTB mineiro e nacional.

[70] "A reestruturação do PTB de Conceição das Alagoas" (Lavoura e Comércio, 1954, p. 1).

2.3 O DEPUTADO E O GOVERNADOR: A RELAÇÃO DE PALMÉRIO E JK – CONFLITOS POLÍTICOS E A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO

Como visto até aqui, Mário Palmério foi eleito deputado, pela primeira vez, em 1950, mesma eleição que sagrou Juscelino Kubitschek como governador de Minas Gerais. Neste tópico, vamos analisar a relação entre esses dois personagens, ambos getulistas, o governador pessedista e o deputado petebista. Durante o cruzamento das suas trajetórias políticas, ambos travaram disputas no campo político, que levaram à consequente criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, em Uberaba, no ano de 1953 e à quase saída de Mário Palmério do PTB, em 1955, por recusar-se a apoiar a candidatura de JK à presidência da República.

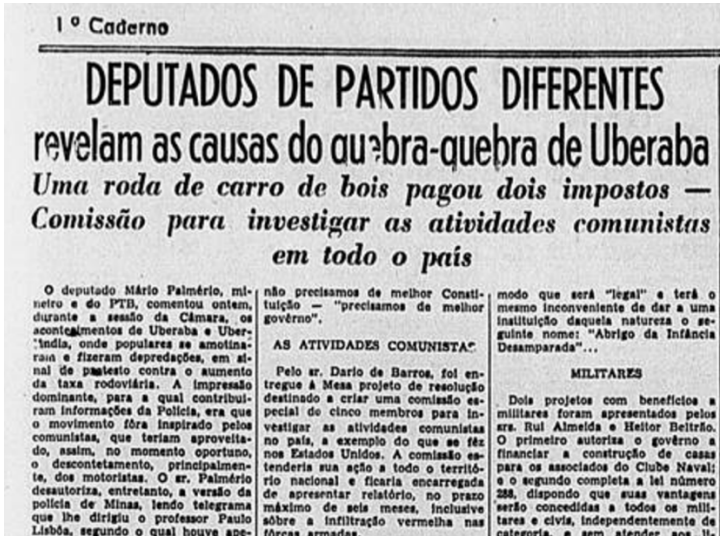
Conforme veremos, os desentendimentos e conflitos entre Juscelino e Palmério ocorreram no âmbito político e partidário em dois momentos: no ano de 1952, com os episódios das manifestações contra o governo mineiro chefiado por JK, em virtude da cobrança fiscal abusiva realizada em Uberaba e Uberlândia e em 1955, quando Palmério se recusou a apoiar Juscelino para presidência, defendendo o lançamento de uma chapa pura do PTB. No contexto dos episódios de 1952, JK levantará a bandeira branca e, se aproveitando do momento, Palmério viabilizará a criação da Faculdade de Medicina, junto ao governador.

2.3.1 O quebra-quebra de 1952: o prelúdio da criação da FMTM

Os acontecimentos ocorridos na região do Triângulo Mineiro, em meados de 1952, chamaram atenção da Imprensa nacional. O periódico carioca Correio da Manhã trouxe estampado no dia 26 de abril a manchete “Deputados de partidos diferentes revelam as causas do quebra quebra de Uberaba”. Já o jornal getulista Última Hora trouxe a repercussão em dois momentos: também em 26 de abril, estampou a manchete “Exagero manifesto” e em 19 de junho, apontou “O Bispo e os impostos”.

Por outro lado, Mário Palmério repercutiu os acontecimentos em contundente discurso realizado na Tribuna da Câmara em 25 de abril de 1952. Ao iniciar a sua fala, o deputado do Triângulo inicia afirmando que estava ali para denunciar o procedimento violento e injusto que o governo de Minas Gerais vinha dispensando à população do Triângulo Mineiro, apontando que a situação ocorrida era grave (Palmério, 2005, p. 33).

Figura 35: Matéria do jornal carioca Correio da Manhã, repercutindo os discursos acerca das manifestações contra a arrecadação fiscal abusiva do governo de MG em Uberaba



1º Caderno

DEPUTADOS DE PARTIDOS DIFERENTES revelam as causas do quebra-quebra de Uberaba

Uma roda de carro de bois pagou dois impostos — Comissão para investigar as atividades comunistas em todo o país

O deputado Mário Palmério, mineiro e do PTB, comentou ontem, durante a sessão da Câmara, os acontecimentos de Uberaba e Uberlândia, onde populares se amotinaram e fizeram depredações, em sinal de protesto contra o aumento da taxa rodoviária. A impressão dominante, para a qual contribuiram informações da Polícia, era que o movimento fôra inspirado pelos comunistas, que teriam aproveitado, assim, no momento oportuno, o descontetamento, principalmente, dos motoristas. O sr. Palmério desautoriza, entretanto, a versão da polícia de Minas, lendo telegrama que lhe dirigiu o professor Paulo Lisbôa, segundo o qual houve ape-

não precisamos de melhor Constituição — "precisamos de melhor govêrno".

AS ATIVIDADES COMUNISTAS

Pelo sr. Dario de Barros, foi entregue à Mesa projeto de resolução destinado a criar uma comissão especial de cinco membros para investigar as atividades comunistas no país, a exemplo do que se fêz nos Estados Unidos. A comissão estenderia sua ação a todo o território nacional e ficaria encarregada de apresentar relatório, no prazo máximo de seis meses, inclusive sôbre a infiltração vermelha nas

modo que será "legal" e terá o mesmo inconveniente de dar a uma instituição daquela natureza o seguinte nome: "Abrigo da Infância Desamparada"...

MILITARES

Dois projetos com benefícios a militares foram apresentados pelos srs. Rui Almeida e Heitor Beltrão. O primeiro autoriza o govêrno a financiar a construção de casas para os associados do Clube Naval; e o segundo completa a lei número 288, dispondo que suas vantagens serão concedidas a todos os militares e civis, independentemente de

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (1952)

Segundo o deputado, o movimento em Uberaba e Uberlândia havia se iniciado não por motivações ocultas e nem com interesse em provocar a desordem naquelas cidades, mas após um descontentamento geral da população e uma reação violenta dos funcionários do fisco estadual, o povo havia "explodido finalmente", conforme afirma o parlamentar:

> O povo de Uberaba, cansado da exploração fiscal que vem o Govêrno praticando, acabou depredando as coletorias estaduais, a Superintendência dos serviços fiscais, e outras repartições públicas, em sinal de protesto contra os abusos do govêrno estadual, motivando a ida para aquelas cidades tanto de Uberaba como a de Uberlândia, d (sic) e grande (sic) fôrça policial, do Estado de Minas Gerais armada de metralhadoras, bombas de gás, etc. etc (Palmério, 2005, p. 34).

Conforme podemos ver nas próprias palavras de Palmério, houve um movimento contra a exploração arrecadatória do governo do Estado, que segundo consta, poderia ter sido evitado se o "silêncio do governo" não tivesse imperado. O fisco estadual havia instalado barreiras tributárias nas entradas e saídas de algumas cidades do Triângulo Mineiro, especialmente as duas maiores, Uberaba e Uberlândia.

Conforme noticiado pelos periódicos e apontado por Palmério no seu discurso "Fazendeiros residentes no Município não podem mais levar um saco de sal ou de cimento para sua fazenda, nenhum material de que obrigatòriamente necessite [...] a não ser acompanhado

de guia extraída na Superintendência". Ele completa dizendo: "E não podem mais transportar um frango, uma galinha, uma dúzia de ovos, enfim, qualquer mercadoria de produção de suas fazendas, sem que os fiscais estaduais a taxe" (Palmério, 2005, p. 36).

No seu discurso, Palmério utiliza expressões pesadas para definir a atuação do governo liderado por Kubistchek, como: "processos violentos e ilegais de taxação"; "procedimento nefasto"; "sanha arrecadatória" e "quer tirar, a todo custo, os últimos tostões do povo!" (Palmério, 2005, p. 34). Continuando o discurso, Palmério acusa o governo de, além de estar taxando de forma ilegal e inconstitucional os contribuintes, estar elevando exageradamente os impostos, pelo qual recebeu o apoio de deputados da bancada udenista na Câmara, como Bilac Pinto, José Bonifácio, Rondon Pacheco e Vasconcelos Costa.

Há, por parte de Palmério, uma intenção clara em atacar o governo do Estado, especialmente a figura do chefe do executivo, que é indiretamente responsabilizado pela situação que estava ocorrendo na região triangulina. Segundo o parlamentar, o governo mineiro apontou os comunistas de Uberaba e Uberlândia de serem os responsáveis pela situação e que havia ainda uma tentativa de desmoralizar o governo do presidente Vargas, dizendo que o presidente seria o responsável pelo aumento dos impostos.

Nesse momento, Palmério refuta tal acusação, afirmando que entre os quinze vereadores de Uberaba, não havia sequer um comunista[71] e retoma o principal argumento do movimento de emancipação do Triângulo, afirmando que o governo do Estado:

> Cobram impostos os mais absurdos, os mais escorchantes, de todo ilegais, não devolvem um ceitil, um real de benefícios para aquela região, e jogam a culpa no Govêrno Federal. No Triângulo, onde estão as grandes vias rodoviárias de penetração, tanto para Goiás, como para Mato Grosso, uma média de 800 a 900 caminhões passam diariamente naquelas estradas. O Govêrno não conserva essas estradas propositadamente (Palmério, 2005, p. 37).

O parlamentar reforça, aqui, o velho mantra emancipacionista, de que o governo central mineiro não retorna em investimentos, aquilo que retira em forma de tributo e riqueza da região do Triângulo, o que, segundo ele, seria uma forte justificativa para a emancipação.

[71] Em discurso realizado no dia 17 de junho de 1952, Mário Palmério trouxe a Plenário, a leitura de três artigos do Bispo D. Alexandre Gonçalves do Amaral, publicados no jornal uberabense Correio Católico e que discorriam acerca do projeto de Lei do deputado Lucio Bitencourt, versando sobre a extinção dos postos fiscais em Minas Gerais. É interessante notar que Palmério se utiliza do testemunho de um bispo católico e a sua consequente autoridade moral, para rebater as acusações do governo mineiro de que os atos de abril daquele ano haviam sido praticados por elementos comunistas. Nesse sentido, aponta o deputado na sua fala "O testemunho insuspeito do grande Bispo, sua palavra sob todos os títulos respeitabilíssima, seu alto e sereno pronunciamento. [...]. Lamentamos, profundamente, que ainda se verifique esta mania, gratuita e destruidora, de se apelidar o Triângulo de 'Moscou brasileira'" (Palmério, 2005, p. 69).

No entanto, além de retomar essa argumentação, o que nos chama a atenção é que no final do seu discurso, Palmério culpa diretamente o governo JK pela situação vivida pelo povo do Triângulo, afirmando que "Todos os representantes daquela região estão com o povo do Triângulo contra as violências e arbitrariedades do atual Govêrno do Estado..." (Palmério, 2005, p. 38, grifo nosso).

Ao encerrar a sua fala, além de reforçar a culpa do governo JK, Palmério dá a deixa para a resolução da celeuma com os triangulinos, apontando, novamente, a necessidade de que o governo estadual retorne em forma de investimento, com aquilo que o Triângulo Mineiro contribui com riqueza para Minas Gerais, afirmando:

> Deixo a tribuna reiterando o nosso protesto contra a violência do atual Govêrno do Estado e o responsabilizando pela intranquilidade e violências que têm lugar, hoje, nas cidades do Triângulo. [...] Não foge ao pagamento de impostos justos e razoáveis. Sempre os pagou. O que não quer é porteiras e soldados entravando o seu trabalho, tomando o seu tempo e praticando violências. Não quer continuar a ser injusta e torpemente humilhado. Não quer é ver seu dinheiro arrancado e levado para longe4 (sic). Devolvam-nos o nosso dinheiro com benefícios... Construam estradas para o escoamento da nossa gigantesca produção agropecuária... Dêm-nos luz, água, esgotos, escolas, hospitais para as nossas cidades e todos pagaremos os impostos com prazer (sic) (Palmério, 2005, p. 38).

Precisamos reforçar, aqui, que o argumento central empenhado por Palmério, ficou centrado no binômio: culpa do governo JK, mais necessidade de retorno daquilo que o Triângulo contribui com Minas Gerais, o que levará o governo mineiro a iniciar as tratativas para a constituição de uma Faculdade de Medicina na região, que seria sediada em Uberaba.

Podemos constatar nas fontes, que as conversas se iniciaram após os episódios de abril de 1952 e logo após o discurso feito por Palmério, em abril daquele ano, sendo intensificadas a partir do ano seguinte. No final de março de 1953, em visita à Uberaba, Palmério já havia tratado do assunto com Juscelino, quando, alguns dias depois, o Lavoura e Comércio noticiava "Chamado a Belo Horizonte o deputado Mário Palmério", apontando que o avião do governo de Minas, havia pousado em Uberaba, para levar com urgência o parlamentar a um encontro com JK para tratar da situação política regional e, possivelmente, sobre os atos de constituição da Faculdade de Medicina.

O efeito provocado pelos episódios de abril de 1952 e do discurso realizado por Palmério sobre o assunto, contribuiu, sem dúvida, para um olhar mais atento de JK para as demandas do Triângulo, especialmente as de Uberaba e do deputado Mário Palmério, conforme

podemos constatar nas palavras do médico, ex-diretor e um dos subscritores do ato de fundação da Faculdade de Medicina, Randolfo Borges Júnior, que afirma, em discurso[72]:

> A criação da FMTM teve sua origem, ainda que pareça incrível, num ato de vandalismo e sob a égide da política. [...]. Ocupava o cargo de governador de MG o grande e notável brasileiro, Juscelino Kubistchek de Oliveira, democrata por convicção, de idéias arejadas, voltadas para metas de desenvolvimento. (...). O Secretário da Fazenda, Alkimin, mandou instalar por sua ordem, nas entradas e saídas das cidades de médio e grande portes, verdadeiros portões de arrecadação, nos quais permaneciam, por vinte e quatro horas consecutivas, fiscais da Secretaria da Fazenda, acobertados por policiais. Eram vasculhados os veículos que entravam ou saíam da cidade. Aos que saíam era exigida a nota de compra e, se o portador não a tivesse, o estabelecimento comercial era multado. Aos que entravam era exigido o recolhimento do imposto dos produtos agropecuários. Redobrou-se a vigilância nas barreiras interestaduais havendo realmente um grande aumento na arrecadação. Estes fatores provocaram uma grande repulsa no povo mineiro, que sabidamente não gosta de pagar tributos [...]. Pequenos incêndios foram prontamente dominados e curiosamente não houve assaltos e saque a armazéns e depósitos de produtos alimentares. Depreende-se que esta rebelião foi dirigida contra os poderes públicos constituídos, pois não havia naquela época nem desemprego nem fome. A notícia do grande quebra-quebra em Uberaba correu célere, com destaque na Imprensa e nas rádios do País. O governador JK, concluindo que sua posição política era frágil na cidade de Uberaba, procurou contornar esta situação, enviando para cá um seu preposto incógnito, com fim específico de oferecer, às lideranças políticas locais, uma Faculdade de Medicina e se propunha a doar o prédio da antiga penitenciária e 20 mil cruzeiros de títulos da dívida pública, cujos juros de 5% seriam revertidos em benefício da faculdade (Borges Júnior, 1983 *apud* Lopes, 2016, p. 77).

O processo de constituição, bem como a autorização e o funcionamento da Faculdade de Medicina não se deu do dia para a noite. No entanto, fica claro que Mário Palmério se utiliza dos episódios de abril de 1952, bem como do discurso emancipacionista, como meio para viabilizar junto ao governador de Minas Gerais, Juscelino Kubistchek, a efetivação da referida instituição de Ensino Superior. É nesse contexto, de completa negociação política entre o governo mineiro e lideranças de Uberaba, que em 27 de abril de 1953, o jornal Lavoura e Comércio anuncia, na matéria de capa, que foi "Fundada a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro" (Figura 36).

Além do fator político preponderante, tendo Palmério como um dos líderes para viabilizar a constituição da FDTM, é importante se perguntar, o motivo pelo qual, sendo proprietário de outras duas instituições de Ensino Superior, o deputado não buscou criar sozinho a Faculdade de Medicina? Analisando as fontes e o contexto de criação da instituição, entendemos que Palmério não possuía meios adequados, especialmente financeiros, para

[72] Discurso realizado por ocasião do I Congresso Médico dos Ex-alunos da FMTM e III Congresso Médico da SMCU e VII Congresso Médico do interior da AMMG, em 1983.

viabilizar sozinho a fundação de tal instituição, mas concebia a possibilidade de posteriormente poder integrá-la no seu projeto de criação da Universidade do Triângulo.

Figura 36: Matéria de capa do Jornal Lavoura e Comércio, anunciando a criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro em Uberaba, dando destaque para ação do governador Juscelino do PSD



LAVOURA E COMÉRCIO

O JORNAL MAIS LIDO PELA FAMILIA UBERABENSE

ANO LIV — Uberaba — Terça-feira, 28 de abril de 1953

Fundada a Faculdade de Medicina do Triangulo Mineiro

Vitoriosa a grande iniciativa do governador Juscelino Kubistchek

Gov. Juscelino Kubitschek

Desmentido oficial do PTB

NOVO HORIZONTE

QUANDO REGRESSAR DE UBERABA

Fato consumado a ida do s Osvaldo Aranha para a pa da Fazenda

Vargas está pessoalm interessado em pron a reforma administr

Associação Comercial e de Uberaba

CONVITE

Agradecimento e co missa de 7.º d

DR ANTONIO L

Anulação do casamento após 5 anos de separação

Fonte: Arquivo Público de Uberaba (1953)

2.3.2 A criação da Faculdade de Medicina e a disputa de representações políticas

É importante pontuar que o projeto de constituição da instituição foi complexo e muito oneroso, envolvendo o governo do Estado, que além de doar o prédio da antiga Penitenciária para sediar a instituição, em frente ao Mercado Municipal, destinou títulos da dívida pública estadual para constituir o seu patrimônio inicial[73]. Além do governo mineiro, um grupo formado pelo deputado Mário Palmério, os médicos, Mozart Furtado Nunes, João Henrique Cunha, Jorge Furtado, Randolfo Borges Júnior, Hélio Angotti e José Soares

[73] Foram doados pelo governo mineiro, títulos da dívida estadual no valor de cerca de 20 milhões de cruzeiros.

Bilharinho, bem como o advogado Lauro Fontoura, assinaram como sócios-fundadores o ato de constituição da Faculdade de Medicina (Figura 37).

Figura 37: Deputado Mário Palmério, ao centro, assinando o ato de constituição da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro[74]



Fonte: Memorial Mário Palmério (1953)

Nesse aspecto, é importante pontuar que alguns dos membros fundadores da FMTM, pertenciam aos quadros do PSD em Uberaba e, por consequência, apoiavam o governo de Juscelino, enquanto outros cerravam as fileiras trabalhistas do PTB. Lauro Fontoura é um ótimo exempli disso. Presidente do PSD na cidade, foi candidato a deputado federal nas eleições de 1954, disputando uma vaga na Câmara Federal contra Palmério. Percebemos, portanto, que a criação da Faculdade de Medicina esteve, desde o início, permeada por interesses políticos e partidários, tendo no palco central, as figuras de Mário Palmério e JK.

Mesmo atendendo à demanda específica do Triângulo, na criação da Faculdade de Medicina, a trégua de Palmério com Juscelino não duraria muito tempo. Uma disputa simbólica entre os dois líderes se daria no campo midiático de Uberaba, com o objetivo de confirmar quem seria o verdadeiro responsável pela criação da Faculdade de Medicina, uma discussão que envolvia dois grupos políticos locais, mas que era evidenciado na disputa pela paternidade da FMTM entre JK e Mário Palmério.

[74] Palmério é observado por um grupo de médicos que também assinaram o ato constitutivo. Entre eles, o segundo da direita para a esquerda, o médico ex-diretor da FMTM, Randolfo Borges Júnior.

Essa disputa se inicia ainda no momento da constituição da Faculdade de Medicina. Ao analisar a ata de fundação da FTMT, o pessedista Lauro Fontoura, na sua fala, aponta "Inicialmente, tomou a palavra o senhor doutor Lauro Savastano Fontoura, que, expondo a finalidade da reunião, ressaltou o propósito, nesse sentido, do senhor Governador do Estado de Minas Gerais, dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, idealizador e patrono da futura faculdade.". (Lopes, 2016, p. 79).

No entanto, a questão se acirrará ainda mais conforme avançava os atos constitutivos da instituição. Entre abril de 1953 e dezembro de 1955, o Jornal Lavoura e Comércio veiculou oito matérias que tratavam sobre a criação da Faculdade de Medicina. Podemos observar que, em diferentes momentos, foi feita maior ou menor referência a Palmério e JK, como os verdadeiros idealizadores da FMTM.

A primeira dessas notícias data de 28 de abril de 1953 e, conforme observamos na Figura 37, JK ganha um destaque na matéria veiculada na capa do periódico, tendo dois elementos que evidenciam a figura do governador: uma imagem sua e um subtítulo afirmando "Vitoriosa a grande iniciativa do governador Juscelino Kubistchek". A representação da imagem de JK como o criador fica clara no corpo da matéria quando o Lavoura afirma "O 'Lavoura' divulgando, a auspiciosa notícia, regozija-se com o exmo. Sr. Governador Juscelino Kubitschek de Oliveira, idealizador e patrono dessa iniciativa [...]" (Lavoura e Comércio, 1953, p. 1).

O noticiário local voltaria a repercutir a fundação da instituição médica superior apenas em 24 de março de 1954, momento em que será a figura de Mário Palmério exaltada pelo periódico. A matéria veiculada na capa do jornal traz a informação de que no dia 23 de março, o presidente Getúlio Vargas teria assinado o decreto presidencial, autorizando o funcionamento da Faculdade de Medicina, ato que faltava para colocar a instituição em funcionamento.

É a partir dessa matéria que Mário Palmério buscará construir, de forma mais efetiva, uma representação de "grande idealizador e realizador" de mais esse empreendimento educacional superior, reforçando por outro lado, sua imagem de "pioneiro da instrução". Na matéria, o jornal destaca a figura de Palmério, denominando como "Nova e expressiva vitória" os esforços do parlamentar para viabilizar a criação da Faculdade de Medicina. Nesse sentido, a reportagem exaltará em diversos momentos o papel do deputando, afirmando que:

> Representa esta alta conquista [...] mais uma vitória magnifica da inteligência e da vontade do deputado Mário Palmério [...]. Não podemos [...] deixar de assinalar, aqui,

> o trabalho verdadeiramente gigantesco desenvolvido pelo professor e parlamentar, no sentido de assegurar para o Brasil Central, e notadamente para Uberaba, e o Triângulo, o funcionamento do importante estabelecimento de ensino superior [...]. E o deputado Mário Palmério lançou-se com a energia que lhe é peculiar, na árdua tarefa de remover os obstáculos, até conseguir a concretização da grande aspiração da gente triangulina (Lavoura e Comércio, 1954, p. 1).

Assim como no início de 1950, quando foi a São Borja se encontrar e tirar uma foto com Getúlio para utilizar na campanha eleitoral, quase que em uma espécie de *déjà vu*, Palmério, reconstituiu o ato no dia da assinatura da autorização de funcionamento da Faculdade de Medicina no Palácio Rio Negro, em Petrópolis. Foi olhando e sorrindo enquanto o presidente Vargas assinava o decreto, que Palmério, mais uma vez, pousou conscientemente para o fotógrafo, registrando, assim, a imagem (Figura 38) que veicularia como o atestado da grande realização do seu primeiro mandato como deputado.

Foi a partir dessa imagem que, no dia 01 de abril de 1954, o Lavoura e Comércio dedicaria uma capa inteira para declarar a manchete "Rumo à Universidade". Apesar da reprodução da fatídica foto no Palácio Rio Negro, o jornal também estampou uma imagem do governador JK. Na ocasião da matéria, foi veiculada uma entrevista com o deputado Mário Palmério, que destacou o papel do governador para viabilizar o funcionamento da Faculdade de Medicina.

Figura 38: Foto tirada no Palácio Rio Negro em Petrópolis, na qual o deputado Mário Palmério observa o momento em que o Presidente Getúlio Vargas assina o decreto de funcionamento da Faculdade de Medicina, em 23 de março de 1954



Fonte: Memorial Mário Palmério (1954)

No entanto, quando analisamos o conjunto da entrevista, fica clara a intenção de Palmério, em destacar a sua atuação na viabilização da instituição de ensino superior, reforçando, inclusive, a sua proposta de vida, que era a criação de uma Universidade no Triângulo Mineiro e que a Faculdade de Medicina, seria apenas mais um passo, que ele incansavelmente e apenas com o auxílio do governo do Estado, estava a buscar.

A disputa de representações na imprensa continuaria ainda em abril. No dia 28 daquele mês, o Lavoura trouxe uma grande matéria sobre a aula inaugural ministrada pelo governador Juscelino Kubistchek, que também era médico, e marcava o início do funcionamento da instituição. Nessa matéria, o jornal exaltará a figura de Juscelino e a sua contribuição para colocar a Faculdade de Medicina em funcionamento, citando trechos dos discursos de alguns oradores que destacaram o trabalho do governador e apontando que "O sr. Dr. Juscelino Kubistchek recebeu verdadeira consagração de numeroso auditório [...]" (Lavoura e Comércio, 1954, p. 1).

A celeuma acerca da afirmação do nome que teria idealizado, patrocinado e viabilizado a criação FMTM, nos mostra como as disputas político-partidárias ocorreram no contexto pré-eleitoral de 1954, de maneira a tentar qualificar um determinado espectro ou grupo político local, como potencialmente o mais preparado e interessado em alcançar o progresso de Uberaba.

A disputa de representações ainda terá repercussões em 1955, quando em uma nota publicada em 12 dezembro daquele ano pela Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, busca desqualificar uma homenagem que havia sido realizada à Mário Palmério no Jornal Correio Católico, no dia 11 de dezembro, atribuindo a ele toda responsabilidade em torno da criação da Faculdade de Medicina.

A nota da Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, intitulada "A Cesar o que é de Cesar", busca não desqualificar a figura de Palmério e nem tirar sua atuação em torno da criação da Faculdade de Medicina, no entanto, procura colocar o governador Juscelino Kubistchek, como o grande patrono daquela instituição, ao afirmar sobre a nota, que:

> Trata-se, todavia, de uma ação deliberada, que há muito tempo vem sendo repelida pela administração da Sociedade, no sentido de retirar do Presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira o título de fundador da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. Este esclarecimento é feito a bem da verdade histórica, para dar a Cesar o que é de Cesar (Lavoura e Comércio, 1955, p. 6).

Essa nota nos leva novamente ao campo das disputas de representação em torno da "paternidade" da Faculdade de Medicina e da disputa político partidária entre PTB e PSD em Uberaba, bem como ao segundo momento da relação conflituosa entre o deputado e o governador, que consiste na negativa de apoio de Palmério à candidatura de JK para presidência da República nas eleições de 1955, que ocorre antes da publicação dessa nota, mas nos explica muito bem que a disputa havia se acirrado.

Em 21 de março de 1955, o periódico udenista de Carlos Lacerda, Tribuna da Imprensa, que era crítico ferrenho de Juscelino Kubistchek, publica uma matéria intitulada "Juscelino, a corrupção em forma de gente", alegando que o pretenso candidato do PSD à presidência da República, estava calando os seus opositores financiando investimentos em determinadas cidades de Minas Gerais. Entre os políticos de oposição, citado estava Mário Palmério, que segundo o jornal, havia deixado de defender a separação do Triângulo, após o governador mineiro enviar recursos para a fundação de uma Universidade na região.

Analisando as notícias de jornais dos meses seguintes que antecederam as eleições presidenciais daquele ano, conseguimos identificar claramente que se houve trégua entre Palmério e JK, essa trégua não durou por muito tempo, quase levando à saída de Palmério do PTB.

2.3.3 As eleições de 1955 e o acirramento do conflito Palmério-JK

A disputa por apoios a sucessão presidencial causou um rachamento no PTB mineiro e da parte rebelde da sessão mineira com a executiva nacional do partido. Membros do PTB de Minas, liderados pelos deputados Lúcio Bittencourt[75] e Mário Palmério, eram contra o apoio à candidatura de JK e defendiam que um candidato do próprio partido fosse lançado.

A questão, no entanto, também girava em torno da sucessão ao governo mineiro. Lúcio Bittencourt se colocava como o candidato petebista à sucessão de Juscelino no Estado, o governador, porém, teria o seu próprio candidato, o pessedista Bias Fortes, que, por sua vez, buscava o apoio do PTB, prometendo o apoio do PSD nacional à candidatura de Joao Goulart à vice-presidente da República. Esse era o ponto. O PTB apoiava Bias Fortes e Juscelino e o

[75] Lúcio Bittencourt era advogado e foi um dos fundadores do PTB, pertencendo à ala mais doutrinária do partido. Foi eleito deputado federal em Minas Gerais e ocupou o cargo de vice-líder pelo partido na Câmara Federal. Elegeu-se Senador pelo PTB em 1954 e foi candidato ao governo do Estado em 1955, tendo falecido em um desastre de avião, quando se dirigia para fazer campanha no Norte de Minas.

PSD entregaria o seu apoio a João Goulart. O acordo entre a executiva nacional do PTB e Juscelino estava selado e aí começa a dissidência no PTB mineiro.

Em julho de 1955 e a situação chega a tal ponto, que a UDN mineira anuncia apoio a candidatura de Lúcio Bitencourt do PTB ao governo do Estado, contra Bias Fortes do PSD, apontando, segundo a edição de 07 de julho do "Correio da Manhã", que o acordo udenista havia sido fechado com a ala dissidente do PTB mineiro, com o aval de Bittencourt e Palmério[76].

Nesse sentido, questiona-se: por que mesmo diante da decisão nacional do PTB em fechar questão sobre o apoio à candidatura de JK à presidência e da recente conquista da Faculdade de Medicina com ajuda do governador mineiro, Palmério ainda se recusava a apoiá-lo? De início, a resposta pode parecer simples. Recorrendo ao que vimos anteriormente em torno do discurso emancipacionista do Triângulo e da disputa de representações entre o deputado e o governador sobre a criação da Faculdade de Medicina, teríamos a resposta.

No entanto, além dessas questões, há um aspecto partidário que se revela. Palmério, como veremos nos tópicos seguintes, já estava desgastado com os membros do PSD de Uberaba e entrou em rota de colisão com o partido nas eleições de 1954, não patrocinando o apoio a uma candidatura pessedista na cidade. Palmério era um crítico das práticas eleitorais fraudulentas do PSD[77] e na sua obra "Vila dos Confins", publicada no final de 1956, deixaria isso expresso.

Havia, ainda, dentro do fator partidário, uma questão revelada pelo jornal "Impresa Popular" na edição de 22 de maio de 1955, que trazia no bojo de uma matéria intitulada "Rebelião no PTB de Minas contra coligação imoral", uma fala categórica de Palmério, afirmando que "Não marchemos com essa coligação imoral que se formou. Oficialmente não temos nada com Bias Fortes e Juscelino. Sou contra Juscelino porque ele colaborou com Café Filho, colocando Lucas Lopes no Ministério quatro dias após a morte de Getúlio" (Imprensa Popular, 1955, p. 2).

Percebemos, portanto, que houve claramente motivação político-partidária por parte de Palmério em não apoiar a candidatura juscelinista para presidência da República, o que traria sérias implicações ao deputado petebista, ao ponto de em outubro de 1955, Palmério publicar no Lavoura e Comércio, uma nota da Comissão Executiva Estadual do partido, que afirmava:

---

[76] É importante pontuar que, nas eleições legislativas de 1954, Lúcio Bittencourt havia sido eleito Senador por Minas Gerais, pelo PTB, com o apoio do PSD de JK e Bias Fortes, que também elegeu, naquele ano, Benedito Valadares ao Senado, por Minas.

[77] Tais práticas e as impressões de Palmério sobre elas, serão objeto de análise no Capítulo 3.

> [...] todos os seus membros com exceção dos poucos que se declararam em dissidência numa demonstração inequívoca de solidariedade e perfeita compreensão de conduta partidária, empregaram o melhor de seu esforço para a vitória dos candidatos aos cargos eletivos federais e estaduais. Assim não procedem e são destituídos de qualquer fundamento os noticiários que vem envolvendo o nome do companheiro Mário Palmério, e que continua a merecer o respeito e a confiança da direção estadual (Lavoura e Comércio, 1955, p. 6).

A nota publicada é assinada pela Executiva Estadual e não a Nacional do PTB. No entanto, ainda assim, o deputado terá o respaldo necessário para permanecer no partido e conforme veremos mais a frente, saíra fortalecido, moldando-se às mudanças políticas e partidárias que ocorreriam nos anos seguintes.

O conflito e a tensão política entre Palmério e JK seria aliviada com a maturidade política conquistada com o tempo, não tendo maiores reflexos no curso dos seus mandatos, no qual um continuava a ser deputado e o outro se tornara presidente[78]. Palmério, inclusive, continuou a ter boas relações e se reunir com JK, conforme podemos observar na Figura 39. Isso, no entanto, não ocorreria com o partido de Juscelino, o PSD, do qual Palmério continuaria um ferrenho crítico em relação ao seu *modus operandi* eleitoral, conforme será analisado no Capítulo 4.

Figura 39: Sentado ao lado esquerdo, aparece o presidente Juscelino Kubistchek, ao meio, em pé, o deputado Mário Palmério e sentado ao lado direito, o prefeito de Uberaba pelo PTB, Dr. Jorge Furtado, em meados de 1959



Fonte: Memorial Mário Palmério (1959)

[78] Conforme visto no tópico 2.1.1 deste capítulo, Palmério chegou a parabenizar o Presidente Juscelino pela concretização das obras de Brasília.

A seguir, analisaremos a crise sucessória no PTB mineiro, que ocorreu durante o primeiro mandato de Palmério e impactará, significativamente, na cisão do PTB de Uberaba, nas eleições de 1954.

2.4 A CRISE DO PTB MINEIRO: A ANTESSALA DA CISÃO PETEBISTA EM UBERABA

A crise interna ocorrida no PTB de Minas Gerais entre 1951 e 1952 se dá em um contexto de disputa pelo comando da executiva estadual do partido, marcando o início do rompimento entre as duas principais lideranças do PTB de Uberaba, o deputado Mário Palmério e o prefeito e petebista histórico, Antônio Prospero. Por outro lado, essa cisão marca o início da consolidação de Palmério no PTB mineiro e da sua hegemonia no PTB de Uberaba, o que mais tarde será fundamental para que o Presidente João Goulart o indique ao cargo de Embaixador do Brasil no Paraguai.

2.4.1 A crise do PTB mineiro

As crises internas no PTB, tanto em âmbito nacional, bem como em algumas seções estaduais do partido, não constituem exceção em sua história, mas a sua essência. Conforme nos aponta Maria Celina D'Áraújo

> Marcado pelo personalismo de Vargas, o PTB, em seu processo de estruturação, não conseguiu institucionalizar mecanismos internos que permitissem a participação de correntes oposicionistas, nem a consolidação de lideranças secundárias. A dissidência não era tolerada [...]. Essa dinâmica resultou no incentivo a uma tendencia centralizadora e autoritária [...]. O processo de consolidação de lideranças foi mais grave no plano regional [...]. Mais do que isso, o controle do partido deu-se inicialmente pela rotatividade nos cargos superiores de direção [...] (D'Araújo, 1996, p. 38).

O centralismo nas decisões partidárias está no DNA do PTB. Como um partido de índole carismática e muito centrado na figura de Vargas, as disputas internas eram recorrentes e havia ainda uma estrutura institucional partidária que favorecia as cisões e por outro lado impunha soluções centralizadoras, via Executiva Nacional. Em todos os níveis partidários do PTB, havia possibilidade estatutária de intervenção pela executiva nacional e a nomeação de

comissões provisórias. O partido, portanto, passava por frequentes instabilidades em seu comando e solucionava essas crises pela via da intervenção.

Com a secção PTB mineiro não era diferente e essa veria a sua primeira crise, ainda no seu processo de constituição, em 1945. O sindicalista Ilacir Pereira de Lima[79] disputou o comando da executiva estadual, com Otacílio Negrão de Lima, que havia articulado o apoio do PTB à Dutra em 1945 e se tornou Ministro do Trabalho do presidente eleito. O conflito pelo comando partidário seria, parcialmente, resolvido em 1947, pela intervenção de Vargas, que mantém Ilacir Pereira de Lima no poder, privilegiando, naquele momento, os sindicatos.

No entanto, a paz nas hostes petebistas mineiras não duraria por muito tempo e Ilacir voltaria a sofrer resistência interna após as eleições de 1950, visto as mudanças significativas ocorridas na secção mineira, com a eleição de uma nova bancada na Assembleia estadual e na Câmara Federal. Nesse momento, novas lideranças ascenderam no partido em nível regional e nomes como o do deputado federal, Lúcio Bittencourt, surgiriam para contestar a legitimidade do comando do partido no Estado.

Ainda nas eleições de 1950, houve um racha no PTB mineiro, no que tange ao posicionamento que o partido deveria tomar em relação à candidatura para o governo de Minas. Parte da executiva estadual e dos diretórios municipais entendia que, no Estado, o PTB deveria apoiar o udenista Gabriel Passos para governador. Por outro lado, outras lideranças, alinhadas a executiva nacional, fechavam uma questão em torno do nome de JK do PSD. A questão foi decidida por Getúlio, que fechou o apoio do PTB a Juscelino e, em troca, o PSD de Minas apoiaria, informalmente, a sua candidatura, visto que o mineiro Cristiano Machado era o candidato pessedista à Presidência.

Vários foram os fatores para que a crise no PTB mineiro se instalasse em 1951. No entanto, a grande causa era o recorrente desgaste que Ilacir Pereira de Lima vinha sofrendo à frente do comando da secção estadual, especialmente com os deputados da bancada mineira do PTB na Câmara dos Deputados, reclamando ao governo federal sobre as suas decisões, como as nomeações nas autarquias, que não passavam pelo conhecimento dos deputados federais[80].

Acerca da dinâmica desses conflitos internos, Maria Celina D'Araújo nos explica que "[...] cada liderança que procurava se afirmar no PTB defrontava-se imediatamente com

[79] Ilacir Pereira de Lima foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais, cargo que ocuparia por dez anos. Ajudou a fundar o PTB em Minas Gerais e foi o seu primeiro presidente. Elegeu-se deputado estadual constituinte em 1947 e foi eleito deputado estadual em 1950, sendo líder do partido na Assembleia Legislativa. Em 1954, elegeu-se deputado federal com a maior votação do PTB no Estado.

[80] "Querem alijar o presidente do PTB Mineiro" – Correio da Manhã, 28 de fevereiro de 1951, p. 1.

outra, instalando-se o conflito entre pessoas com ligações muito estreitas com Vargas" (D'Araújo, 1996, p. 55). Nesse sentido, Vargas buscava, em regra, administrar tais conflitos, intervindo e privilegiando seus companheiros mais próximos, como ocorreu com Ilacir Pereira em 1947, mas que não voltaria a ocorrer da mesma forma em 1951, tendo em vista o contexto partidário pelo qual passava o partido, especialmente com os novos deputados petebistas na Câmara Federal.

A dinâmica da crise instalada no PTB mineiro e a ideia de retirar um sindicalista da presidência, seguia um roteiro do que vinha ocorrendo no interior do PTB desde 1947, considerando que "Com a ida de Salgado para a chefia nacional, o PTB abandonava suas aspirações de ser um partido dirigido por líderes sindicais"[81] e a influência desse movimento atingia Minas naquele momento.

A pressão da bancada mineira do PTB[82] pela saída de Ilacir se iniciou já no início de 1951 e até junho desse ano, o presidente da executiva estadual de Minas se manteve firme, com o apoio de Danton Coelho, então Ministro do Trabalho e Presidente da Executiva Nacional. Com a saída de Danton da presidência, Dornelles Duarte assumiu o PTB e uma solução para a crise da secção mineira foi buscada. Uma reestruturação do partido em Minas Gerais era inevitável e iminente.

Com vistas a conter a crise em 1951, muitas propostas foram à mesa. A bancada de deputados estaduais, liderada por José Raimundo Silva, propunha a dissolução imediata da executiva estadual. Já a bancada federal propunha a intervenção da executiva nacional, instituindo uma comissão de reestruturação. Por outro lado, a executiva estadual, liderada por Ilacir Pereira, criou uma comissão de pacificação, com o objetivo de debater propostas para solucionar as questões que eram contestadas pela ala dissidente. O imbróglio, no entanto, girava em torno de duas questões principais: a quantidade de membros que deveriam fazer parte da Comissão de Reestruturação e a presença ou não de Ilacir Pereira nessa Comissão.

[81] No processo de criação do PTB, os dirigentes sindicais foram alçados a figuras importantes dentro do partido, com a finalidade de atrair os trabalhadores ligados aos sindicatos. No entanto, quando esses líderes cumpriram a sua missão de fortalecer as bases do partido, pouco a pouco foram sendo substituídos.

[82] É importante pontuar que tanto a bancada federal, quanto a estadual, pediam a saída de Ilacir da presidência estadual do partido. A bancada estadual, inclusive à revelia do diretório estadual, recusou indicar um nome do partido para ocupar a pasta da Educação do governo JK e se declarou como independente.

Notícias veiculadas pelo Lavoura e Comércio[83], em outubro de 1951[84], davam conta de que membros da executiva Estadual e opositores de Ilacir, havia, na sua maioria, renunciado aos seus postos, o que, segundo o estatuto do PTB, dava direito à Executiva Nacional de criar uma Comissão de Reestruturação partidária[85]. No entanto, a falta de uma proposta de consenso que gerasse a pacificação do partido, o desentendimento entre as diferentes facções que lutavam pelo comando do PTB mineiro e a demora da executiva nacional em tomar uma medida, geraria "uma crise dentro da crise".

2.4.2 Os impactos no PTB de Uberaba

Uberaba seria, naquele momento, um centro privilegiado de observação do que ocorria no PTB mineiro, tendo em vista dois fatores: a figura do prefeito Antônio Prospero, um dos fundadores do PTB na cidade e figura próxima de Getúlio e, em segundo, o resultado eleitoral alcançado pelo partido no município, nas eleições de 1950, quando elegeu, além de Prospero, Palmério como deputado federal e Whady Nassif como estadual. Essa configuração propiciou às hostes petebistas de Uberaba, uma posição privilegiada no processo de reestruturação do partido em Minas, o que gerará, em âmbito local, uma cisão interna e, posteriormente, uma crise de comando do partido em Uberaba, no ano de 1954.

O conflito e uma posterior cisão entre Antônio Prospero e Mário Palmério ocorre em meio ao processo de constituição da Comissão de Reestruturação do Partido, que constituiria as bases de uma nova Executiva Estadual para o partido. Em 02 de outubro de 1951, o Lavoura e Comércio traz uma reveladora entrevista com o deputado estadual do PTB de Uberaba, Whady Nassif, com a manchete "Para presidente da comissão de reestruturação do PTB mineiro, o nome naturalmente indicado é o do Prefeito Antônio Prospero".

---

[83] É fundamental que se diga, que só a partir das notícias veiculadas em periódicos regionais e nacionais (especialmente o Lavoura e Comércio, O Tribuna da Imprensa e o Correio da Manhã), conseguimos reconstituir e analisar, em parte, a crise do PTB mineiro, de 1951. É importante ressaltar, também, a dificuldade em apreciar a temática, tendo em vista a escassez de fontes e trabalhos que reconstitua a história dos partidos políticos em Minas Gerais nesse período. Em destaque, apontamos os trabalhos do cientista político, Orlando Carvalho, no seu artigo "Os partidos políticos em Minas Gerais" e o historiador, Douglas Angeli, em outro artigo intitulado "Reconfigurações da política em Minas Gerais: partidos e alianças (1945-1950)".

[84] Reportagens veiculadas nos dias 02 e 10 de outubro de 1951.

[85] Essa situação será negada por Ilacir Perereira de Lima, que afirmava que aqueles que haviam enviado as suas cartas de renúncia para a executiva nacional, desistiram de se desligar dos seus cargos, não podendo haver, então, uma intervenção no diretório estadual.

O nome de Antônio Prospero estava sendo ventilado para presidir a Comissão de Reestruturação do PTB mineiro, desde maio daquele ano[86], mas a escolha ainda demoraria alguns meses. Conforme nos aponta Nassif na entrevista ao Lavoura:

> O nome do prefeito Antônio Prospero é o mais indicado para a presidência, por se tratar de um trabalhista da velha guarda, a quem o partido deve uma soma considerável de serviços prestados com inteligência, firmeza e insuperável dedicação. Deve-se ao ilustre uberabense, inegavelmente, muito da magnifica vitória alcançada nas urnas em outubro de 1950 [...]. Além de tudo, o prefeito Antônio Prospero, amigo pessoal de Getúlio Vargas é muito bem visto e considerado [...]. Trata-se pois, do nome que reúne maiores possibilidades de êxito [...]. Para presidente da Comissão de Reestruturação do PTB mineiro, o nome naturalmente indicado é o do prefeito Antônio Prospero (Nassif, 1951 *apud* Lavoura e Comércio, 1951, p. 6).

Percebe-se, pela fala do deputado estadual Whady Nassif, que havia por parte de alguns petebistas, que o nome mais apropriado e que reunia as melhores condições para conduzir a pacificação do partido era o de Antônio Prospero. No entanto, em meio ao enfretamento das facções petebistas pelo comando da comissão reestruturadora, a simples amizade com Vargas ou os beneméritos serviços prestados ao partido não seriam suficientes para conquistar o comando, diante dos grandes caciques petebistas.

Em 02 de dezembro de 1951, foram escolhidos os nomes para compor a Comissão de Reestruturação do PTB mineiro, que ao todo seria composta por 31 pessoas, sendo quatro nomes de Uberaba indicado para fazer parte, a saber: Antônio Prospero, Mário Palmério, Whady Nassif e Mário de Almeida Franco[87]. Prospero articulava a sua candidatura à presidência e esperava que os membros de Uberaba o apoiassem.

No entanto, Ilacir Pereira de Lima, que compôs a comissão, costurou um acordo com o deputado federal Valter Ataíde[88], para que esse fosse o presidente e ele compusesse como vice. Nessa conjuntura, Mário Palmério se encontrou em uma difícil escolha: apoiar o companheiro de bancada na Câmara Federal ou o chefe do seu partido em Uberaba? Palmério apoiou Ataíde e Ilacir, "traindo", assim, Antônio Prospero e iniciando o que mais tarde desencadearia a cisão do PTB em Uberaba.

As eleições, que estavam marcadas para acontecer no dia 09 de dezembro, só ocorreram no dia 18 daquele mês, tendo em vista a disputa criada entre a chapa de Antônio

[86] "Reestruturação do PTB mineiro" – Jornal Correio da Manhã, 19 de maio de 1951, p.1.
[87] Grande pecuarista e criador de zebu, era muito próximo de Getúlio, tendo sido um dos criadores do PTB em Uberaba e vereador pela legenda entre 1947 e 1950.
[88] Deputado constituinte em 1945 pelo PSD, transferiu-se para o PTB em 1950, elegendo-se por três vezes para deputado federal.

Prospero, apoiado pela bancada estadual[89], e Valter Ataíde, que tinha o apoio do grupo de Ilacir. Nesse momento, Mário Palmério não só apoiava a chapa de Ataíde, mas também a integrava como 1° secretário. Sem conseguir chegar a um acordo e percebendo que a derrota era iminente, Prospero desistiu da sua candidatura e como ato de protesto, ele e o seu grupo de apoiadores não compareceram[90] à eleição da comissão de reestruturação.

A escolha da comissão, que tinha o objetivo de pacificar o partido em Minas, aprofundou ainda mais os atritos, além de instituir uma "guerra fria" entre Palmério e Prospero, que enxergaria o parlamentar uberabense como "desleal", conforme ele mesmo afirma em entrevista na edição de 19 de dezembro do Lavoura e Comércio: "Não fui a presidência do PTB de Minas, devido a deslealdade de certos companheiros que foram feitos por mim". Ele ainda completou: "Antes de encerrar esta entrevista, desejo consignar, aqui, os meus agradecimentos aos valorosos e leais amigos e companheiros de ideal político srs. Mário de Almeida Franco e deputado Whady Nassif [...]. Ambos apoiaram minha candidatura com firmeza e entusiasmo" (Prospero, ano *apud* Lavoura e Comércio, 1951, p. 1).

Podemos perceber, claramente, a mágoa e o ressentimento exprimido por Prospero na sua fala, considerando o que Palmério fez como uma traição, visto que o próprio Prospero havia dado a primeira oportunidade política à Palmério e quando precisou de seu apoio, não recebeu. A situação só não se tornou mais crítica, pois Prospero acatou a decisão partidária, permanecendo no PTB.

Ao analisar as fontes, é possível apontar que Palmério agiu politicamente de forma calculada e consciente, sabendo das consequências que o seu apoio a Ataíde poderia acarretar para as relações político-partidárias do PTB em Uberaba e até mesmo comprometer o apoio dos seus correligionários na cidade, no momento da sua campanha à reeleição, em 1954.

O parlamentar de Uberaba compreendeu como funcionava a dinâmica de resolução das crises petebistas, percebendo que para sobreviver dentro do partido, ficar com os companheiros de bancada seria a melhor decisão a se tomar. Será essa escolha que garantirá à Palmério, o início de sua hegemonia no PTB de Uberaba e a sua consolidação no PTB de Minas, abrindo caminho e oportunidades para se tornar uma liderança trabalhista nacional.

---

[89] Prospero tinha como um dos seus principais apoiadores, o deputado estadual, José Raimundo, que foi um dos fundadores do PTB em Minas, tendo sido eleito pelo partido: prefeito de Itabirito em 1947, deputado estadual em 1950 e 1954 e federal em 1958.

[90] Apenas 17, dos 31 membros da comissão de reestruturação, compareceram à votação.

Figura 40: Reportagem do jornal Tribuna da Imprensa de 19 de dezembro de 1951, sobre a crise do PTB em Minas Gerais



TRIBUNA DA IMPRENSA — Quarta-feira, 19 de dezembro de 1951

PRESIDENTE TRABALHISTA
sem govêrno trabalhista
Foi a conclusão a que chegou o PTB de Minas

BELO HORIZONTE (Sucursal) — Realizou o PTB mineiro ua anunciada reunião para es-ôlha da Comissão Executiva do rgão reestruturador do partido, om o comparecimento de 17 dos 1 membros e presidida pelo eputado Frota Moreira.

A sessão foi calma, sendo a escôlha por aclamação, pois os iscordantes não compareceram. iscou na presidência o deputado Valter Ataíde, vice-presidente, lacir Pereira Lima, Joaquim oreira Júnior, Lúcio Bitten-ourt e Mário Palmério: secre-ário geral, Alvaro Marcílio, se-reário, Sinval Siqueira, Olim-o Ferraz, tesoureiros Machado obrinho e Wilson Modesto Ri-eiro.

Agradecendo sua escôlha o sr. Valter Ataíde fez um apêlo no entido de que o partido fique nido em Minas para ser ouvida ua voz de congraçamento dos etebistas, afastando-se as di-rgências que são notadas em odo o país. Disse mais que o TB tem muitos inimigos, isto , aquêles que não atendem às olicitações dos trabalhadores e ue êle estava disposto também "combater o tubaronismo".

OBRIGADOS A VOTAR

O deputado Valdomiro Lôbo xplicou que sua bancada não é espeitada no Legislativo onde é brigada a votar com o PSD que, ntretanto, nunca os apoia.

Fez depois críticas ao Congres-o que está contra o Presidente ue não pode fazer nada. Em dinas — afirma — os deputados ó se preocupam em mudar de-gados, não dando importância providências que possam bene-iciar o interior. Acha mais o sr. ôbo que o presidente da Repú-lica deve saber tudo e não ser enganado".

CONTRA OS TRABALHADORES

Falaram depois os srs. Magno ernandes e Hernani Maia, fa-endo críticas abertas à atuação o govêrno federal, citando exem-mento para "esclarecer" o presi-dente e lembra que no govêrno Dutra comia-se carne a Cr$ 10,40.

Os deputados Mário Palmério e Hildebrando Bisaglia fizeram a defesa do presidente da República. Para êles tudo esta pior por-que os petebistas não têm mais-ria no Congresso e então o pre-sidente tem que agir com cuida-do para não perder o apoio de certos grupos.

A sessão foi encerrada pelo deputado Frota Moreira que tam-bém fez a defesa do presidente da República, usando argumentos idênticos aos dos outros deputados, lembrando ainda que as eleições de 3 de outubro foram um aviso ao partido que antes só se pre-ocupava com a "volta de Getú-lio" e agora verifica que de nada vale um "presidente trabalhista" sem auxiliares do mesmo partido.

Aconselha depois a união dos petebistas, e a defesa dos traba-lhadores mas sem esquecer a ne-cessidade "que temos de ajudar o nascente capitalismo nacional, pois nossos capitães de indústria são muito capazes".

DANTON
coordena
em nome
de Getúlio

Ademar será sondado diretamente sôbre a reforma do ministério

Cindido o Partido Trabalhista

Avoluma-se a rebelião dos mineiros — Também em São Paulo, movimento contra Marcondes — Dorneles responsabilizado pela situação

ESTA' virtualmente cindido o PTB, com a atitude dos dissidentes mineiros, que, tendo à frente o sr. Lúcio Bittencourt estão dispostos a sair do partido.

O PTB mineiro é uma das secções de maior prestigio na agremiação, sobretudo pela presença dos srs. Lúcio Bittencourt e Hildebrando Bisaglia na bancada federal, além de seis deputados estaduais — os srs. Arlindo Zanini, Wady Nacif, Silvio de Abreu, Candido Ulhoa, José Raimundo e Waldir Lisboa — e do prefeito Antonio Próspero, de Uberaba, que é o maior reduto petebista de Minas.

A SITUAÇÃO DA BANCADA

A saída dos srs. Lúcio Bittencourt e Hildebrando Bisaglia deixará a bancada federal mineira do PTB com os srs. Mário Palmério, Machado Sobrinho e Valter Ataíde.

Este último foi eleito para a presidência do Comitê de Reestruturação do PTB de Minas e os srs. Mário Palmério e Machado Sobrinho dificilmente o abandonarão. O próprio Bisaglia ainda não se comprometeu a deixar o PTB, em virtude de suas ligações com o sr. Segadas Viana, que lhe fês um apêlo no sentido de que êle não aprofunde a cisão.

Não se conformam os dissidentes com o retôrno do sr. Ilacir Pereira Lima à cupula do partido.

Dificilmente, porém, aderirão êles a qualquer outra legenda. Ficarão mesmo no PTB, com apoio independente ao govêrno do sr. Getúlio Vargas.

EM S. PAULO

Também o PTB paulista está em polvorosa. Há uma corrente que se bate pela convocação imediata de uma convenção para eleger o Diretório e assim acabar com a instabilidade em que vive a agremiação desde que o sr. Marcondes Filho foi designado para nela intervir.

Ouvido sôbre o assunto, Marcondes preferiu consultar Dorneles. Mas ontem, sem esperar pelo pronunciamento do presidente em exercício do partido, vinte e dois dirigentes paulistas resolveram enviar instruções aos Diretórios Municipais para que reunam imediatamente as suas convenções e designem os delegados para a Convenção Estadual.

CONTRA MARCONDES

Na sede do PTB paulista, em presença do sr. Menotti del Picchia, que é o vice-presidente do Comitê de Reestruturação, foi realizada uma manifestação de desagrado pela atuação do sr. Marcondes Filho, que se tem descurado dos interêsses dos trabalhistas de São Paulo.

O sr. Menotti del Picchia ouviu tôdas as reclamações e, no final, limitou-se a telefonar para o sr. Marcondes, transmitindo as suas impressões sôbre os acontecimentos.

O sr. Marcondes prometeu que ainda hoje ou amanhã viajaria para S. Paulo, dependendo sua viagem de entendimentos prévios com o sr. Dinarte Dorneles.

O FRACASSO DE DORNELES

A rebeldia dos mineiros e dos paulistas encontra ressonância em diversas outras seções estaduais do PTB.

Numerosos petebistas acham que os poucos meses de gestão do sr. Dinarte Dorneles só criaram embaraços e dificuldades para o partido. Preocupou-se êle mais com as manobras e as cam-

Sr. Marcondes Filho

panhas para a sucessão presidencial do que com a organização do partido.

A REUNIAO DE SABADO

Percebendo que a sua situação se desprestigia, Dorneles parece ter desistido do propósito de sugerir a renúncia coletiva de todos os dirigentes, para assim realizar o seu anunciado "teste de prestígio" com o sr. Danton Coelho.

A reunião de sábado se restringirá ao preenchimento da vaga aberta com a morte do senador Epitácio Pessoa Cavalcanti.

Quanto ao caso mineiro, Dorneles chegou a cogitar da anulação da escolha da chapa encabeçada pelos srs. Valter Ataíde e Ilacir Pereira Lima. Mas desistiu também do seu intento, ao lhe ser dito que esta anulação representaria um apoio público aos dissidentes e a um desprestigio para os "ortodoxos".

HOMENAGEM
dos bancários
aos congressistas

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários homenageará os deputados e senadores, por motivo da aprovação pelo Senado, do projeto

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (1951)

Será, no entanto, no contexto eleitoral de 1954, que esse cenário se efetivará. Isso ocorre quando os reflexos causados pela crise do PTB mineiro em 1951 se misturam aos interesses eleitorais de Prospero e Palmério, cindindo um partido já maculado e projetando Palmério como a grande liderança petebista. Isso é o que veremos a seguir.

2.5 A MESA REDONDA, O CANDIDATO ÚNICO E A RUPTURA DO PTB EM UBERABA

A relação política entre Mário Palmério e Antônio Prospero nunca mais foi a mesma desde os episódios que se sucederam com a crise do PTB mineiro em 1951. No entanto, será no processo de conformação das alianças partidárias e definições dos candidatos para a disputa eleitoral de 1954, que a tensa relação se transformará em uma bomba relógio, que implodirá o PTB em Uberaba, no final de junho daquele ano, quando, por uma intervenção da executiva estadual do PTB de Minas, Antônio Prospero é destituído da comissão de reestruturação do partido na cidade, dando lugar ao comando de Palmério e do seu grupo.

2.5.1 A tentativa do acordo interpartidário e o desacordo petebista

Em 13 de dezembro de 1953, o presidente da UDN de Uberaba, Paulo José Derenusson, enviou aos dirigentes de partidos políticos constituídos em Uberaba, uma carta, propondo que todos iniciassem um diálogo para buscar um consenso, em torno de uma candidatura única para disputar o cargo de prefeito municipal. Naquele momento, o PTB de Uberaba estava sob o comando de uma comissão de reestruturação, composta por três integrantes: o prefeito Antônio Prospero, o deputado estadual Whady Nassif e o deputado federal Mário Palmério[91].

Assumindo a condição de representante do PTB na cidade, Prospero foi à público para afirmar que o partido era favorável à sugestão e que se sentaria à mesa para negociar a construção de um acordo interpartidário para a escolha de uma candidatura única a prefeito. No entanto, o posicionamento do prefeito petebista daria início a uma longeva crise no diretório local do PTB, que só seria resolvida às vésperas da eleição.

A posição tomada por Prospero desagradou o deputado Mário Palmério, que não concordando com a proposta udenista, publicou em 09 de janeiro de 1954, no Lavoura e Comércio a "Carta aberta à UDN de Uberaba". O documento constituía, segundo ele, o posicionamento oficial do PTB, visto que tinha a anuência dele próprio e do deputado Whady Nassif, constituindo a maioria da comissão municipal de reestruturação do partido.

Ao longo do documento publicado, Palmério aponta os argumentos que o leva a discordar da proposta udenista, os quais são: a escolha de uma candidatura única pelos partidos, restringiria a possibilidade de participação de um candidato que representasse os verdadeiros anseios da população, tornando-se uma candidatura com baixa representatividade; que as eleições se tornariam um simples referendo, o que não condiz com o regime democrático baseado na pluralidade de concepções ideológico-partidárias e que uma candidatura única provocaria uma grande abstenção eleitoral, tendo em vista o desagrado da população pela escolha *ad referendum*.

[91] Até setembro de 1953, o PTB de Uberaba era presidido por Antônio Prospero. No entanto, como reflexo do processo de reestruturação partidária do PTB mineiro, a executiva estadual vinha dissolvendo e criando comissões de reestruturação em todos os municípios mineiros que tivessem diretórios do partido.

Figura 41: Recorte da carta publicada no Lavoura e Comércio em 09 de janeiro de 1954, expondo os argumentos de Mário Palmério sobre a candidatura única em Uberaba



Carta aberta à UDN de Uberaba

Exmo. Sr.
Paulo Derenusson
D. D. Presidente do Diretório Municipal da UDN
UBERABA

Saudações cordiais

Regressando de demorada viagem pelos municipios da nossa região, tomei conhecimento da nobre iniciativa da UDN de Uberaba dirigindo aos senhores presidentes dos diretorios municipais dos diversos partidos politicos aqui existentes, carta-consulta sobre a conveniencia de uma conjugação das forças politicas e morais do nosso povo, no sentido de um governo saido de todos os partidos e apoiado por todas as camadas sociais.

Encontrei, aqui, em Uberaba, a publicação do inteiro teor desse documento e as respostas apresentadas por diversos e prestigiosos homens publicos da nossa cidade, o que me permitiu um melhor exame desses respeitaveis pontos de vista.

Inteiramente convencido da sinceridade de propositos dos homens responsaveis, que integram o diretorio local da UDN, é que me dirijo, hoje, a Vossa Excelencia, a fim de o-lar afastada desses entendimentos secretos, inteiramente alheia, completamente à margem de tudo. Impor, ao povo, esses candidatos é, simplesmente, praticar ação contraria ao nosso regime democratico. O povo definirá esse procedimento como uma burla odiosa e reagirá fatalmente.

Se o voto é secreto e o regime constitucional vigente é o da pluralidade partidaria, é para que todos tenhamos o direito de escolher livremente os nossos candiatos e escolher, sem coação, o partido das nossas simpatias.

Um acôrdo como o que se pretende realizar, em Uberaba, seria um acôrdo de letras, uma fila inexpressiva das iniciais dos partidos, uma coisa mais ou menos assim: PSD-UDN-PTB-PSP-PR, etc., etc., e nunca um acordo de interesses, uma formula ideal que conciliasse a fome com a abastança, a pobreza com o desperdicio, salarios baixos com cambio negro e tantas outras dolorosas e inexplicaveis contradições... Esse acordo de letras nunca seria um "referendum" popular, saido das fabricas, das ofici-

Fonte: Arquivo Público de Uberaba (1954)

Conforme os argumentos expostos, Palmério enxergava a escolha de um candidato único como uma decisão oligárquica, restrita aos poucos chefes políticos regionais e que não seria representativa dos interesses da população, conforme ele mesmo afirma "[...] é necessário que apelemos para os 'chefes políticos' para que, entre si, portas fechadas decidam sobre nossas necessidades sociais e indiquem quem deve dirigir o município e nos representar e a nossa região lá fora, nas Câmaras, Assembleias?" (Palmério, 1954 *apud* Lavoura e Comércio, 1954, p. 2).

A princípio, a fala de Palmério se reveste de uma roupagem progressista e democrática. No entanto, por detrás do seu posicionamento e dos seus argumentos, está também o seu interesse político em se contrapor aos "chefes políticos" tradicionais e demarcar o seu espaço e posição política na cidade, além de se afirmar como a grande liderança petebista da cidade, em contraposição ao prefeito Antônio Prospero.

Conforme visto no Capítulo anterior, ao ingressar na política, Palmério não pertencia à elite política de Uberaba e, nesse momento, ainda não era uma *persona grata* nos meios políticos tradicionais, sendo visto como um "aventureiro" ou "alguém que não pertencia ao clube". Nesse sentido, Palmério sabia que deixar para os chefes políticos tradicionais a decisão sobre uma candidatura única a prefeito poderia desencadear outros acordos e escolhas, que prejudicariam a sua candidatura à reeleição.

Além dos argumentos já mencionados, um outro ponto abordado pelo parlamentar diz respeito à questão da necessidade de se garantir a expressividade ideológica dos partidos políticos. O PTB vinha governando Uberaba desde 1947 e teve êxitos expressivos nas últimas duas eleições, elegendo prefeito, vice e deputados estadual e federal. O trabalhismo em Uberaba era forte, já tendo sido provado e aprovado pela população. O jornal Tribuna da Imprensa, na ocasião da crise do PTB mineiro em 1951, referiu-se à cidade como "maior reduto petebista em Minas"[92]. Isso vinha incomodando os outros partidos locais, especialmente a UDN e o PSD.

Nesse ponto, precisamos lembrar que o contexto nacional em que se encaminha a proposta da UDN local é o de aprofundamento da crise política no governo Vargas, com a oposição acusando insistentemente o governo de corrupção e a cruzada de Carlos Lacerda, pedindo a renúncia do presidente[93]. A par disso, Palmério vincula a proposta udenista a uma tentativa de enfraquecer o trabalhismo em Uberaba, assim como os próceres do partido vinham fazendo em âmbito nacional e, nesse sentido, afirma "Já se confessa o objetivo: união das forças conservantistas do país, contra a honesta e legal tentativa de se porem efetivamente em pratica as leis trabalhistas e de se reequiparem e aparelharem convenientemente os nossos institutos de previdência social" (Palmério, 1954 *apud* Lavoura e Comércio, 1954, p. 3).

Ao interpretar que a proposta da UDN de Uberaba buscava minar o campo trabalhista na cidade, assim como fazia a UDN nacional com o governo Vargas, Palmério se coloca contra a proposta do candidato único, afirmando:

> Nosso dever é continuar agitando a bandeira do trabalhismo, lutando sempre, ao lado do nosso Presidente, por melhorares dias para a pátria brasileira [...]. Se somos trabalhistas e se é sob a bandeira do PTB que fazemos a nossa vida pública [...]. 'Iremos para a luta com candidatos próprios, homens do povo e seus legítimos líderes [...]. Iremos para a luta, livres de compromissos, de acomodações pessoais e egoísticas' (Palmério, 1954 *apud* Lavoura e Comércio, 1954, p. 3).

[92] Cindido o Partido Trabalhista - TRIBUNA DA IMPRENSA, 1951, p. 3.

[93] A crise do governo Vargas se intensificou a partir de 1953, quando Vargas radicalizou o discurso nacionalista, atacando o lucro exacerbado das empresas estrangeiras no Brasil e o envio dessas remessas de lucro para fora do país. Além disso, a nomeação de João Goulart como Ministro do Trabalho também causou grande agitação, tendo em vista o apoio do Ministro aos movimentos operários e grevistas que lutavam por melhoria salarial e contra as condições precárias de vida. A oposição acusava Vargas e Jango de tentarem implantar no Brasil uma República sindicalista, assim como havia feito Perón na Argentina. No mais, a tentativa de assassinato do jornalista Carlos Lacerda em agosto de 1954, principal opositor de Vargas, aprofundou definitivamente a crise, quando o chefe da guarda presidencial foi acusado de ser o mandante do crime. Analisando os acontecimentos acerca do assunto, Thomas Skidmore afirma "A oposição a Vargas ganhara impulso desde o começo do ano. Os líderes da UDN conseguiram converter muitos militares à sua posição [...]. A imprensa antigetulista manteve um intenso fogo de artilharia contra a "imoralidade" e a corrupção (que de fato tornara desenfreada) no círculo do caudilho" (Skidmore, 2010, p. 172).

É com esse tom categórico, que Palmério marca o seu posicionamento contrário à negociação de uma candidatura única e ciente da força do trabalhismo em Uberaba, deixando claro que o PTB não desistiria de preencher seu espaço político na cidade. Nos meses que se seguiram as declarações do deputado petebista, a questão do candidato único permaneceria em aberto e causaria mais atritos entre Prospero e Palmério, levando a uma inevitável ruptura entre as duas lideranças trabalhistas.

2.5.2 A inevitável ruptura

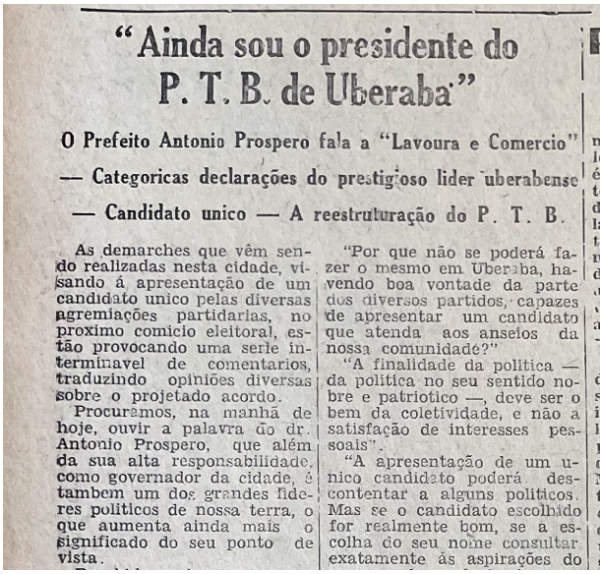
Três dias após a nota de Palmério no jornal, foi a vez de Antônio Prospero firmar sua posição e a manchete dava o tom da entrevista dada por ele ao Lavoura, afirmando "Ainda sou o presidente do PTB de Uberaba"[94]. Na entrevista é possível perceber claramente o racha existente no PTB local. De um lado, havia o grupo liderado pelo deputado Mário Palmério, que dizia representar os "interesses maiores do partido", especialmente em nível nacional, e de outro, o grupo que tinha sob a sua liderança, Antônio Prospero, que afirmava representar o grupo de trabalhadores que havia formado o partido em Uberaba.

Entretanto, a crise instalada pela "questão do candidato único" era reflexo inevitável do propalado rompimento entre Palmério e Prospero a partir dos episódios que sucederam à crise do PTB mineiro, em 1951. Prospero afirmava ainda estar na presidência do PTB e, quando perguntado sobre a reestruturação do partido na cidade, defendeu a manutenção do diretório já existente, afirmando "Sou favorável, porque ele é formado de operários de todas as classes, de homens do povo que nos deram duas brilhantes vitórias consecutivas" (Palmério, 1954 *apud* Lavoura e Comércio, 1954, p.2).

O líder petebista se utiliza de uma legitimidade de base histórica, para defender a sua permanência na presidência do diretório, apontando, com isso, que o seu grupo teria direito de estar à frente do partido, por serem os seus legítimos fundadores terem sustentado o partido desde a sua fundação na cidade. Nesse contexto, coloca-se contra qualquer modificação, afirmando que "Qualquer modificação visando ao seu afastamento dos nossos quadros, acarretaria também o meu afastamento, pois me formei na escola da lealdade [...]. E o PTB de Uberaba tem compromissos formais com esses velhos e dedicados companheiros" (Palmério, 1954 *apud* Lavoura e Comércio, 1954, p. 2).

[94] Entrevista veiculada na edição de 12 de janeiro de 1954.

Figura 42: Manchete da entrevista de Antônio Prospero ao Jornal Lavoura e Comércio, publicada na edição de 12 de janeiro de 1954



"Ainda sou o presidente do P. T. B. de Uberaba"

O Prefeito Antonio Prospero fala a "Lavoura e Comercio"

— Categoricas declarações do prestigioso lider uberabense

— Candidato unico — A reestruturação do P. T. B.

As demarches que vêm sendo realizadas nesta cidade, visando á apresentação de um candidato unico pelas diversas agremiações partidarias, no proximo comicio eleitoral, estão provocando uma serie interminavel de comentarios, traduzindo opiniões diversas sobre o projetado acordo.

Procuramos, na manhã de hoje, ouvir a palavra do dr. Antonio Prospero, que além da sua alta responsabilidade, como governador da cidade, é tambem um dos grandes fideres politicos de nossa terra, o que aumenta ainda mais o significado do seu ponto de vista.

"Por que não se poderá fazer o mesmo em Uberaba, havendo boa vontade da parte dos diversos partidos, capazes de apresentar um candidato que atenda aos anseios da nossa comunidade?"

"A finalidade da politica — da politica no seu sentido nobre e patriotico —, deve ser o bem da coletividade, e não a satisfação de interesses pessoais".

"A apresentação de um unico candidato poderá descontentar a alguns politicos. Mas se o candidato escolhido for realmente bom, se a escolha do seu nome consultar exatamente ás aspirações do

Fonte: Arquivo Público de Uberaba (1954)

Apesar de Prospero não citar nominalmente Palmério, fica implícito que não coloca o parlamentar como sendo desse grupo histórico petebista. Quando fala sobre "lealdade", indiretamente aparece o resquício da crise de 1951, quando afirmou ter sido traído por certos companheiros de partido e, na ocasião, referia-se a Palmério.

Conforme visto anteriormente, o PTB possuía uma forma de resolução de conflitos verticalizada, ou seja, a decisão era tomada de cima para baixo. Nesse Ponto, Palmério levava vantagem, pois além de ser deputado federal, fazia parte da comissão estadual de reestruturação e havia ficado ao lado dos vencedores na crise de 1951. No entanto, o histórico de crises petebistas demonstrava que a cúpula do partido prezava muito pelos antigos partidários da agremiação, aqueles que ajudaram na sua fundação e nele militavam há muito tempo. Aqui, Prospero tinha um aspecto ao seu favor.

A grande questão da proposta udenista para o PTB de Uberaba não foi a negociação em si em torno de um candidato único a prefeito, mas a afirmação de qual corrente prevaleceria no comando do partido. Conhecedor do *modus operandi* petebista, Palmério busca essa afirmação, colocando-se como o principal líder trabalhista na cidade, formando um bloco unido de correligionários, que no momento certo, dariam sustentação para que ele assumisse, efetivamente, o partido.

Os dias que se seguiram ao manifesto de Palmério e a entrevista de Prospero[95] foram cruciais para o desenrolar da crise petebista em Uberaba. O imbróglio continuou girando em torno da proposta udenista, mas, agora, Palmério havia lançado o sindicalista Ovidio De Vito[96] como candidato do PTB a prefeito, contrapondo, efetivamente, não só a proposta udenista, mas confrontando diretamente o prefeito Antônio Prospero, que já vinha "representando" o diretório petebista nas reuniões da mesa de negociações da propalada candidatura única.

Em 30 de janeiro de 1954, reuniu-se à mesa redonda pela primeira vez e a partir da proposta de Antônio Prospero, se reuniriam novamente, para que cada diretório partidário apresentasse uma lista tríplice e definisse critérios para o nome a ser escolhido. No entanto, o lançamento da candidatura de Ovidio de Vito feita por Palmério inviabilizou qualquer discussão na reunião seguinte e o Lavoura do dia 04 de fevereiro anunciou "Pouco provável o êxito da "Mesa redonda" interpartidária", visto que se confirmada a candidatura de Ovidio, não se sustentaria a tese de um candidato único.

A crise do diretório petebista local desencadeou o início do fim da proposta udenista, que seria enterrada de vez, com a desistência do diretório do PSP na reunião seguinte. O fim da ideia, no entanto, não traria paz às hostes petebistas, aprofundando ainda mais o processo de ruptura. Palmério passou a ser cortejado pelo PSD, que propunha lançar Arthur de Melo Teixeira candidato a prefeito e apoiar Ovidio de Vito para vice-prefeito. Já Palmério ganharia o apoio pessedista local para a sua reeleição, com a desistência da candidatura de Lauro Fontoura do PSD. Sabendo do interesse do PSD, a UDN passou a assediar Antônio Prospero, para que ele apoiasse uma candidatura udenista a prefeito e, em troca, a UDN apoiaria a sua candidatura a deputado estadual.

Com o passar dos dias, foi divulgado, na imprensa, que uma possível reaproximação entre Palmério e Prospero estaria ocorrendo. No entanto, o que o desenrolar dos acontecimentos nos mostra é o agravamento da crise e a insustentabilidade da situação dentro do PTB local, que só seria resolvida nos termos do decisionismo vertical petebista, a partir de uma intervenção da executiva estadual do partido.

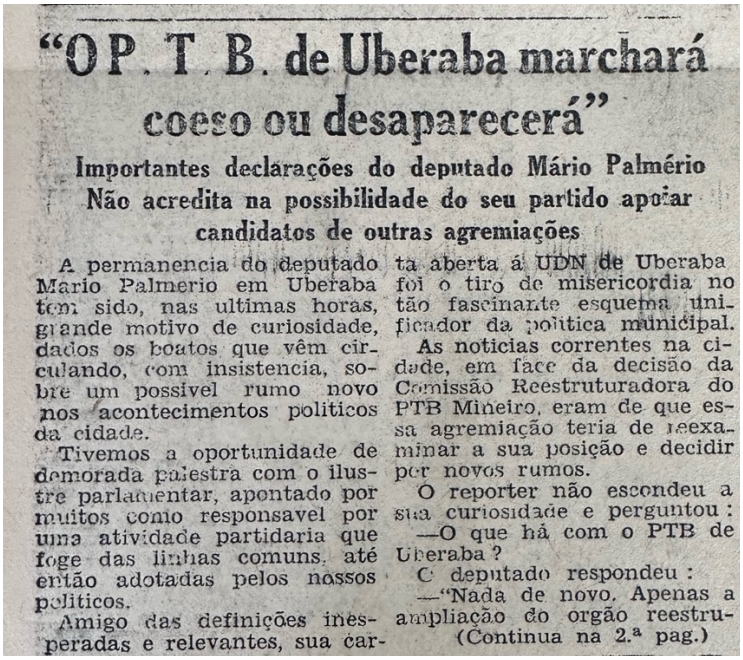
No fim de março de 1954, o deputado federal Lúcio Bittencourt, havia se tornado presidente da executiva estadual do PTB após a reestruturação do partido em Minas. Nesse

[95] A disputa estava tão acirrada, que no dia 29 de janeiro, Prospero anunciou aos jornais locais, que o presidente nacional do PTB, João Goulart, viria a Uberaba para realizar uma grande convenção trabalhista. O anúncio não se concretizou, mas obviamente era uma tentativa do prefeito petebista de mostrar o seu prestígio dentro do partido.
[96] "O candidato partidário do deputado Mário Palmério é o sr. Ovidio De Vito. Trabalhista, cem por cento, um dos fundadores do partido em Uberaba, prestigioso líder sindicalista, o candidato petebista possui uma grande base eleitoral nos meios operários" (Lavoura e Comércio, 1954, p. 2).

momento, tentando resolver a crise pela qual passava a agremiação em Uberaba, nomeou para a comissão de reestruturação local, Mário de Almeida Franco, um petebista da velha guarda e aliado de Prospero e ainda decidiu que ele, Bittencourt, presidiria os trabalhos da comissão. Conforme nos aponta a coluna "Política Uberaba" de 31 de março sobre os acontecimentos, "Apenas adiaram a briga".

Já no início de abril, Palmério deu uma dura entrevista acerca da situação do partido em Uberaba, afirmando que "O PTB de Uberaba marchará coeso ou desaparecerá" (Palmério, 1954 *apud* Lavoura e Comércio, 1954, p. 2), reafirmando o seu posicionamento inicial de que o partido teria candidatura própria e reforçando que o nome seria o de Ovidio de Vito. Tal indicação era importante para a estratégia de Palmério, a fim de obter o controle do diretório, visto que tinha ao seu lado, um dos fundadores do partido.

Figura 43: Trecho da entrevista de Palmério do Lavoura e Comércio no dia 01 de abril de 1954



"O P. T. B. de Uberaba marchará coeso ou desaparecerá"

Importantes declarações do deputado Mário Palmério
Não acredita na possibilidade do seu partido apoiar candidatos de outras agremiações

A permanencia do deputado Mario Palmerio em Uberaba tem sido, nas ultimas horas, grande motivo de curiosidade, dados os boatos que vêm circulando, com insistencia, sobre um possivel rumo novo nos acontecimentos politicos da cidade.

Tivemos a oportunidade de demorada palestra com o ilustre parlamentar, apontado por muitos como responsavel por uma atividade partidaria que foge das linhas comuns, até então adotadas pelos nossos politicos.

Amigo das definições inesperadas e relevantes, sua carta aberta á UDN de Uberaba foi o tiro de misericordia no tão fascinante esquema unificador da politica municipal.

As noticias correntes na cidade, em face da decisão da Comissão Reestruturadora do PTB Mineiro, eram de que essa agremiação teria de reexaminar a sua posição e decidir por novos rumos.

O reporter não escondeu a sua curiosidade e perguntou:

—O que há com o PTB de Uberaba?

O deputado respondeu:

—"Nada de novo. Apenas a ampliação do orgão reestru-

(Continua na 2.ª pag.)

Fonte: Arquivo Público de Uberaba (1954)

É possível observar, portanto, que há uma clara disputa de legitimidade dentro do diretório petebista em Uberaba e uma ruptura seria inevitável. No entanto, isso só iria ocorrer no final de junho de 1954. Entre janeiro e junho, o partido seria exposto a um grave

sangramento, que provocaria uma cisão antes da ruptura completa. Essa divisão ficaria explícita no noticiário político local e no processo de articulação eleitoral, levando o PTB em Uberaba a um total esfacelamento, conforme veremos a seguir.

2.5.3 As alas Prospero e Palmério e o desfecho da crise

Desde as declarações de Prospero e Palmério no Lavoura e Comércio em janeiro de 1954, a impressa passou a caracterizar a divisão do PTB em "duas alas", que teriam como líder de cada uma delas o prefeito e o deputado. Em uma nota publicada na coluna "Política de Uberaba", escrita em 11 de março por Argus, este aponta "Grande parte da Ala Antônio Prospero do, PTB, não esconde seu desejo de uma aliança com o PSD [...]. João Parreira, petebista cem por cento, e 'prosperista' duzentos por cento [...]" (Argus, 1954 *apud* Lavoura e Comércio, 1954, p. 3).

O rompimento entre Prospero e Palmério era uma realidade e a cisão total do PTB de Uberaba era iminente. Entre janeiro e junho de 1954, os dois líderes articulariam os seus grupos em torno de duas questões: quem comandaria a reestruturação do diretório e as definições sobre os candidatos que lançariam ou apoiariam. De janeiro, no início da crise petebista, até o seu desfecho, em junho, nenhum acordo selou a paz nas hostes petebistas. Foi finalmente em 18 de junho daquele ano, em reunião da comissão executiva estadual do PTB mineiro em Belo Horizonte, que Mário Palmério conseguiu dar o golpe final na ala prosperista, tomando o partido para si.

O episódio da destituição de Prospero da Comissão de Reestruturação do PTB de Uberaba é, ainda, um efeito causado pela crise da secção mineira do partido em 1951 e que só foi ser sentido tempos depois. Sem enxergar solução para o conflito, Palmério, já rompido com Prospero, cobrou da executiva estadual do partido, que era liderada pelos seus colegas parlamentares e da qual ele fazia parte, a conta da sua lealdade, em 1951, quando ele empenhou o seu apoio para que a bancada federal do partido em Minas assumisse o processo de reestruturação.

É importante apontar que Palmério teve, conforme vimos, posicionamentos muito contundentes em relação ao seu compromisso com o partido e as suas ideias, bem como a continuidade de seu crescimento e fortalecimento na cidade. Entendemos que essa postura, também foi fundamental para que ele obtivesse o apoio da executiva estadual.

A disputa entre Palmério e Prospero valida a ideia proposta por Maria Celina D'Araújo[97], de que as disputas internas no PTB são uma essência do partido e estão ligadas à sua origem carismática e a dependência em relação à figura de Vargas no momento de sua criação. Dito de outro modo, a tentativa de Palmério em se afirmar como liderança local do partido instaurou, instantaneamente, um conflito com Prospero e aquele que conseguiu se impor partidariamente, saiu vitorioso.

Por outro lado, o desfecho dessa disputa reforça a velha fórmula petebista de solução desses conflitos. De forma autoritária e centralizadora, a intervenção era a solução para as divergências, que, na maioria das vezes, não era aceita. É com uma intervenção, realizada na madrugada do dia 19 de junho de 1954, que a executiva do PTB mineiro destitui o prefeito Antônio Prospero da comissão de reestruturação do PTB de Uberaba e institui uma nova comissão, que seria presidida por Mário Palmério.

Alijado da direção do partido, Prospero se pronuncia à imprensa, afirmando que recorreria para o diretório nacional e para o Tribunal Regional Eleitoral da decisão que o destituiu da comissão pelo golpe da "dobradinha", uma clara referência à Palmério e Nassif, que já havia fechado a dobrada das suas reeleições para deputado federal e estadual, respectivamente. Na entrevista, fica claro que o líder petebista se viu vítima de um golpe por parte dos seus correligionários.

A "surpresa" aqui, foi a participação de Whady Nassif, que havia sido aliado de Prospero na crise de 1951 e, agora, tornou-se o seu algoz, o que se justifica pelo fato de ambos se colocarem como candidatos a uma vaga na Assembleia Legislativa de Minas e Nassif querer neutralizar o seu adversário. No entanto, o que nos chama a atenção é a habilidade de Palmério em conseguir costurar o apoio de Nassif, para afastar Prospero do partido, mostrando como ele buscava, nesse momento, afirmar-se de forma hegemônica no PTB local.

Por outro lado, Prospero buscaria todos os meios para tentar reverter a situação, buscando até mesmo o apoio de Vargas, para quem escreve um telegrama, dizendo "Levo o conhecimento de V.Ecxia., como presidente do partido, que fui alijado Diretório do PTB por ato arbitrário Comissão Executiva, satisfazendo assim interesse de alguns elementos" (Prospero, 1954). No entanto, o telegrama não surtiria nenhum efeito positivo para o líder petebista, visto que Vargas procurava se colocar distante desse tipo de conflito.

[97] Ideia presente na sua obra "Sindicatos, Carisma e Poder – o PTB de 1945 a 1965", publicada em 1996.

Em uma última tentativa de retornar ao diretório petebista de Uberaba, ele realiza uma “Assembleia paralela” no dia 28 de junho, reunindo os seus aliados e elegendo um novo diretório, justificando, para tanto, que havia sido determinado pela executiva mineira, que as cidades onde o partido havia elegido prefeito na última eleição (1950), poderiam se auto reestruturar, sem a necessidade de formação de comissão especial de reestruturação por parte da executiva estadual.

Entretanto, a comissão executiva eleita nessa “Assembleia paralela” não teria validade legal e não conseguiria ser formalizada perante a executiva estadual, visto que a intervenção que havia sido realizada com a destituição de Prospero, encontrava-se dentro dos parâmetros estatutários do PTB. Por outro lado, Palmério realizou, oficialmente no início de julho, a convenção municipal do PTB de Uberaba, elegendo o novo diretório do partido na cidade, colocando fim às pretensões do seu adversário.

Figura 44: Reportagem do Lavoura e Comércio, acerca da eleição do novo diretório do PTB de Uberaba, após os vários meses de crise no partido



A convenção municipal do PTB de Uberaba

ELEITO O DIRETORIO MUNICIPAL E O CONSELHO FISCAL

Cerca de oitocentas pessoas participaram dos trabalhos do importante conclave trabalhista de sabado ultimo — Presente o representante da Comissão Executiva de Minas Gerais

A CONVENÇÃO MUNICIPAL DO PTB — Flagrantes da convenção municipal do PTB, secção de Uberaba, convocada pelo Comissão de Reestruturação Municipal, tendo-se a mesa que dirigiu os trabalhos, composta dos srs. Magno Fernandes, Mario Palmerio, Whady Nassif, Ovidio de Vito e Pedro Martinelli; a seguir, início da votação, com a entrega de cedulas; aspecto da eleição e, por ultimo, um aspahado geral da assembleia trabalhista reunida sabado ultimo nesta cidade

Esteve reunida, sabado ultimo, às 20 horas, a convenção do Partido Trabalhista Brasileiro, convocada pela Comissão de Reestruturação Municipal, a fim de eleger o Diretorio Municipal e o Conselho Fiscal do partido, assim de Uberaba.

A reunião teve extraordinária afluencia de filiados do Partido Trabalhista Brasileiro. Cerca de oitocentas pessoas participaram da convenção, que teve absoluto sucesso.

A mesa dirigente dos trabalhos da Convenção foi presidida pelo sr. Magno Fernandes, representante da Comissão Executiva do PTB em Minas Gerais, dela fazendo parte os srs. deputado federal Mario Palmerio, deputado estadual Whady Nassif, Ovidio de Vito e Pedro Martinelli, membros da Comissão de Reestruturação Municipal.

Inaugurando a convenção, falaram uso da palavra os srs. Magno Fernandes, Mario Palmerio e Whady Nassif, frisando a importancia do ato que se realizava e os propositos do Partido Trabalhista Brasileiro, secção de Uberaba, na atual situação politica.

Iniciados os trabalhos da convenção, procedeu-se à votação secreta para a eleição do Diretorio Municipal e Conselho Fiscal. O pleito transcorreu num ambiente de absoluta ordem e cordialidade. Participaram da votação cêrca de 500 filiados do partido, ficando assim constituida a Comissão Executiva:

Presidente de Honra: Getulio Vargas.

Vice-Presidente de Honra: João Goulart.

Vice-Presidente de Honra: Abilon S. Naves.

Presidente: Mario de Ascenção Palmério.

1.º Vice-Presidente: Ovidio Nicolau de Vito.

2.º Vice-Presidente: Luiz Abrão Cherin.

3.º Vice-Presidente: Helio Angotti.

4.º Vice-Presidente: Antonio Costa Pereira.

João Paixão. 2. Durval Silva. 4. Domingo Martins. 5. Constantino Dulacio Mendes. 6. Antonio Getti. 7. Nestor Bernardes Ferreira. 8. Anâncio Ferra. 9. Gilberto Vasquez. 10. Natercio Braga. 11. José Nascimento. 12. Whady José Nassif. 13. Dr. Antonio Costa Pereira. 14. Alice Bernardes Ferreira. 15. Dr. Sultan Mattar. 16. Dr. Abel Reis. 17. José Gomes da Silva. 18. Orminda Menegueilli. 19. Alice Reis. 20. José Lemos de Oliveira. 21. Euripedes Elias. 22. Alfino Bordom. 23. José de Souza. 24. Ovidio Nicolau de Vito. 25. Odilon Vieira. 26. Fausto de Vito. 27. José Martins. 28. Rubens Paixão Ramos. 29. Carmelima de Almeida. 30. Abner José Duher. 31. Luiz Abrão Cherin. 32. João Gomes Ferreira Neto. 33. Waldemar da Silva. 34. João Leoni. 35. Teodoro Gago Durão. 36. Domingos Ferreira dos Santos. 37. João Matias Borges. 38. Nevio Vitor de Vito. 39. Pedro Martinelli. 40. Durval Carrara. 41. Dr. Quester Avelino de Barros. 42. Dr. Olo Rezende da Cunha. 43. Dr. Ivo Aldo Cesar Monti. 44. Dr. Manoel Silva da Motta. 45. Francisco Borges de Castro. 46. Osorio Arruda. 47. João Antonio da Silva. 48. Joaquim Ferreira Gomes. 49. Alair José Ferreira. 50. Joaquim Tomas da Silva. 51. Arquimedes Guerra. 52. Mario Palmério. 53. Armélio Arantes. 54. Agostinho Teixeira. 55. Vicente de Paula. 56. José Pereira da Silva. 57. Mario de Melo Rezende. 58. José Rodovalho. 59. Aldete Leite. 60. Milton Stefano. 61. Mario Rufato. 62. Eduardo L. Reis. 63. André Avelino da Costa Nunes. 64. Oswaldo de Souza Borges. 65. Dr. Dalmo Franes. 66. Helio Angotti (dr). 67. Ricieri Abate. 68. Dalmo Lopes de Oliveira. 69. Lenio de Oliveira Lima. 70. Saul A'vila Camargo. 71. Luiz Pinheiro de Oliveira. 72. Edson Santos Rezende. 73. José Cardeiro de Souza. 74. Luiz Mauricio de Araujo. 75. Olimpio Gomes.

CONSELHO FISCAL

1. Syllas Salvador. 2. Ayrton Max. 3. Adelino José de Oliveira.

A convenção do Partido Trabalhista Brasileiro, secção de Uberaba constitiu acontecimento politico de excepcional importancia, sure atendendo indiscutivel do prestigio daquela agremiação e de seus dirigentes em nossa cidade.

Fonte: Arquivo Público de Uberaba (1954)

A eleição do novo diretório, tendo Palmério como Presidente e Nassif como secretário Geral, seria o desfecho dos conflitos iniciados com a crise do PTB mineiro em 1951 e agravados pelas discordâncias entre Palmério e Prospero sobre os rumos do PTB de Uberaba. A longa disputa entre os dois líderes petebistas e o desfecho provocado por ela, também daria início a hegemonia de Palmério no PTB local, o que provocaria duas consequências imediatas:

o surgimento de novas lideranças trabalhistas, como Hélio Angotti e, mais tarde Jorge Furtado, figuras alinhadas ao deputado e, por outro lado, traria o afastamento de velhas lideranças, como Ovidio de Vito, que se sentiu "usado" por Palmério no decorrer da crise petebista.

A tensa situação entre Palmério e Ovidio causaria a declaração de apoio do líder sindical para o candidato a prefeito do PSP, Paulo Rosa. Apesar de ter sido eleito vice-presidente do novo diretório petebista em Uberaba, Ovidio de Vito havia se ressentido por Palmério não ter apoiado e assegurado o seu nome para prefeito até o fim das negociações eleitorais e não concordava com nome imposto por Palmério para o partido apoiar. Depois de todo o discurso de uma candidatura própria do PTB, defendida pelo deputado, este acabou determinando o apoio à candidatura de Jorge Furtado do PTN, que mais tarde se tornaria petebista.

O rompimento de Ovidio de Vito com Palmério representa a "cisão dentro da cisão", criando uma "terceira ala" dentro do PTB de Uberaba e deixando claro que a velha guarda velha petebista não teria vez no partido, devendo escolher entre dois caminhos: a submissão aos desejos de Palmério ou o afastamento da agremiação. O "Manifesto aos trabalhadores e trabalhistas de Uberaba", publicado por De Vito em 09 de agosto, deixa clara essa situação, quando o líder petebista afirma:

> Não havendo encontrado apoio dentro do nosso Partido para cumprirmos o que prometêramos ao povo, vimo-nos na contingência de buscar em outra agremiação política ao amparo a segurança da execução daquilo que pretendíamos proporcionar a população e aos trabalhistas locais de apresentarmos candidato próprio. Examinada em todos os aspectos a situação política do Partido Trabalhista Brasileiro e o respeitável eleitorado local, digno da melhor direção administrativa, resolvemos, em reunião na qual tomaram parte 14 membros do Diretório do PTB local, apoiar e recomendar ao povo e aos trabalhistas de Uberaba a candidatura do Dr. Paulo Rosa a Prefeito Municipal [...]. Assim, pois, se esclarece que não abandonamos o PTB: mudamos, sim, de armas, para melhor defendermos os legítimos interesses do povo e dos trabalhadores. (Vito, 1854 *apud* Lavoura e Comércio, 1954, p. 2).

A crise do PTB de Uberaba e a sua consequente ruptura nos apresenta um aspecto importante, que envolve a trajetória política de Mário Palmério e diz respeito ao modo de ordenação das relações político-partidárias do PTB local, vinculado aos vícios de origem desde a fundação do partido em 1945 e operava a partir do personalismo de Vargas. O *modus operandi* do PTB em nível nacional e regional refletiu, também, no caso de Uberaba, em âmbito local, conforme demonstrado ao longo desse tópico.

Esse formato, por sua vez, cria um momento de ruptura do PTB em Uberaba, estabelecendo uma nova dinâmica local nas relações de poder partidárias, pautada agora, no

personalismo de Palmério, que se afirma nos anos seguintes, como uma das principais lideranças do PTB mineiro, projetando-se partidariamente, e se adaptando ao PTB pós-Getúlio, fator fundamental, para que seja indicado por João Goulart, ao cargo de embaixador em 1962, conforme veremos no próximo Capítulo.

No entanto, antes de analisarmos tal questão, falaremos sobre o processo de consolidação eleitoral de Palmério, a partir da sua reeleição no pleito eleitoral de 1954, analisando a sua candidatura, o desenrolar da campanha e o reflexo da cisão petebista no resultado, conforme se pode verificar a seguir.

2.6 AS ELEIÇÕES DE 1954: A CONSOLIDAÇÃO ELEITORAL

As eleições de 1954 marcam não apenas a consolidação eleitoral de Mário Palmério, mas também uma reconfiguração do quadro político em Uberaba, com a vitória do candidato do PSD à Prefeitura Municipal, quebrando com a sequência de duas vitórias do PTB na cidade. Certamente, a crise local do partido e a sua consequente fragmentação contribuíram para que essa mudança se concretizasse, tendo os principais líderes petebistas de Uberaba se dividido para apoiar três candidatos a prefeito distintos.

A crise se refletiu no resultado eleitoral do PTB em Uberaba, com o fim da administração petebista na cidade; a derrota dos dois candidatos a deputado estadual pelo partido na cidade e a eleição de apenas dois vereadores. A reconfiguração política também ocorreu em termos partidários, com o surgimento de novas lideranças, especialmente no campo petebista, que acompanhou, tomado de espanto, o suicídio da sua maior liderança, Getúlio Vargas.

Por todo esse contexto, as eleições de 1954 redefiniram, em termos práticos, a trajetória político-partidária de Mário Palmério, que alcança, a partir da sua segunda experiência eleitoral, novas perspectivas da sua ação política, baseada na maturidade de quem já havia exercido um mandato e percorreu um caminho marcado por conflitos, disputas e desencontros, mas conseguiu se consolidar como uma das principais lideranças do Triângulo e do PTB mineiro, quase dobrando a sua votação naquele pleito.

Ao longo deste tópico, examinaremos como transcorreu o processo eleitoral de 1954 em Uberaba, analisando a configuração do quadro eleitoral das candidaturas, bem como a dinâmica da campanha de reeleição de Palmério em Uberaba e região. Ainda se compreenderá

o decorrer do pleito eleitoral em meio à ressaca da crise petebista, apontando, por fim, o reflexo desse cenário no resultado eleitoral.

2.6.1 A candidatura e os candidatos

Conforme vimos anteriormente, a tentativa udenista de realizar um acordo interpartidário e viabilizar uma candidatura única não se viabilizou, o que provocou uma fragmentação entre as lideranças políticas da cidade e, como consequência, o surgimento de várias candidaturas a prefeito e dos outros cargos em disputa. Observaremos que mesmo cindido e não tendo um candidato próprio, o PTB será protagonista no processo eleitoral, tendo membros do partido presentes e apoiando três grupos distintos.

Ao longo de todo o processo de negociação para costurar as candidaturas e os respectivos apoios a essas, as alas petebistas de Prospero e Palmério foram cortejadas por outras lideranças partidárias. O prefeito, Antônio Prospero, flertará com UDN em um primeiro momento, mas, ao final, subirá no caminhão do PSD, constituindo a coligação "Frente Popular de Uberaba", que segundo os jornais eram compostas de PSD, PR, PSB e PTB (Ala dr. Antônio Prospero)[98]. Enquanto isso, Mário Palmério, que vinha sustentando que o PTB deveria ter uma candidatura própria, e apoiava o nome de Ovidio de Vito, fecharia uma aliança entre PTB e PTN[99], criando a "Frente Trabalhista".

Posto de lado por Palmério e o PTB, Ovidio de Vito firmaria uma aliança com o PSP, lançando chapa pura do partido para concorrer a todos os cargos em disputa. Teremos, ainda, a UDN, também de forma isolada, lançando os nomes de Celso Rodrigues da Cunha[100] para prefeito e Armando Cruvinel Ratto para vice. Além disso, a UDN local indicou o nome de Fidélis Reis para concorrer a uma vaga ao Senado por Minas[101].

A coligação Frente Popular de Uberaba lançou como candidato a prefeito, Arthur de Mello Teixeira[102], a vice-prefeito, Álvaro Barra Pontes, e a deputado federal, Lauro

---

[98] Coluna Panorama Político, da edição de 09 de agosto de 1954, do jornal Lavoura e Comércio.
[99] O Partido Trabalhista Nacional foi fundado em 1945 no processo de redemocratização após o fim do Estado Novo. Apesar de ser uma agremiação de orientação Trabalhista, um dos seus mais expoentes quadros, o presidente Jânio Quadros, era uma figura conservadora. Teve também importantes nomes oriundos do PTB, como foi o caso de Hugo Borghi, deputado petebista de São Paulo, que foi expulso do partido em 1947, migrando então para o PTN. Em Uberaba, o partido foi expoente apenas nas eleições de 1954, quando se aliou ao PTB.
[100] Celso Rodrigues da Cunha foi um importante líder udenista de Uberaba e criador de zebu. Cunha havia sido candidato a deputado estadual em 1950, não tendo sido eleito.
[101] O candidato uberabense ao Senado disputaria contra o poderoso chefe do PSD mineiro, Benedito Valadares.
[102] Arthur de Mello Teixeira, havia sido presidente do Uberaba Tênis Clube – UTC, importante clube recreativo da cidade. Foi prefeito por dois mandatos, sendo o primeiro entre 1955-1959 e o segundo entre 1963 e 1967.

Fontoura. Com exceção do candidato a vice, que pertencia ao PR, todos os outros eram das fileiras do PSD. O grupo não tinha oficialmente registrado, um candidato a deputado estadual, visto que no acordo para atrair Antônio Prospero, abriram mão dessa candidatura, para apoiar o então prefeito, que seria candidato à Assembleia mineira ainda pelo PTB.[103]

O PSP seria o único partido que lançaria chapa pura e todos os cargos em disputa. Para prefeito, o partido teria o médico, Paulo Rosa[104], já o candidato a vice, seria Euripedes Garcia, para deputado estadual teríamos, Godofredo Prata[105] e, na disputa com Palmério por uma vaga na Câmara Federal, teríamos o retorno de Boulanger Pucci, que havia concorrido em 1950.

Por sua vez, a Frente Trabalhista também lançaria chapa completa, mesclando candidatos do PTB e PTN. Para prefeito, foi indicado o nome do jovem médico, Jorge Furtado[106], do PTN, e para ser seu candidato a vice, foi escolhido o também médico, Hélio Angotti[107], que cerrava fileiras junto ao PTB[108]. Para disputar uma cadeira na Assembleia de Minas, foram indicados dois nomes: o do já deputado estadual, Whady Nassif, do PTB e o do presidente do PTN, Roberval Alcebíades[109]. Apesar da contrariedade de ambos os candidatos, o grupo da Frente Trabalhista se dividiu no apoio as duas candidaturas. Por fim, para o cargo de deputado federal, foi lançada a candidatura à reeleição de Mário Palmério.

---

[103] Acreditamos que Prospero ainda foi candidato pelo PTB, não só pelo esgotamento do prazo eleitoral para que ele mudasse de partido e registrasse sua candidatura, mas pelo fato de ter uma longa história no trabalhismo e na agremiação getulista, bem como por ainda liderar um grupo de correligionários petebistas que o apoiava.

[104] Paulo Rosa, era médico, foi vereador pelo PTB entre 1947 e 1951. Em 1950, mudou-se para o PSP, onde foi candidato a deputado estadual, sendo derrotado. Em 1954, foi candidato a prefeito, também pelo PSP.

[105] Godofredo Prata Rodrigues da Cunha, apesar de pertencer a uma família de político udenistas, filiou-se, inicialmente, ao PSP, onde foi eleito deputado estadual pela primeira vez. Em 1958, migrou para o PTB para ser candidato à reeleição.

[106] Jorge Henrique Marquez Furtado era médico e muito próximo de Mário Palmério, o qual ajudou a fundar a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro em 1947, tendo sido o seu primeiro Diretor. Ele participou, também, da criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro ao lado de Palmério. Ele foi o primeiro diretor do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência – SAMDU (importante órgão público de saúde que atendia pessoas carentes), que veio para Uberaba pelos esforços de Palmério no seu primeiro mandato. Em 1954, foi candidato a prefeito filiado ao PTN, mas logo após as eleições, migrou para o PTB, tendo sido candidato a prefeito em 1958, quando foi eleito para exercer o mandato de 1959-1963.

[107] Hélio Angotti, médico cancerologista, ajudou Palmério na fundação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro e teve participação central na criação da Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central, instituição que foi apadrinhada por Palmério e recebeu inúmeros recursos federais e estaduais viabilizados pelo deputado, que inclusive conseguiu verba para construção de um hospital, que levaria inicialmente o nome de "Mário Palmério", mas que no fim da década de 1960, passaria a se chamar "Hospital Hélio Angotti". Angotti era filiado ao PTB e foi vice-prefeito por dois mandatos, o primeiro entre 1955-1959 e o segundo entre 1959 e 1963, este último com Jorge Furtado prefeito.

[108] Esses dois nomes do trabalhismo, serão figuras fundamentais na trajetória política de Mário Palmério, conforme veremos no Capítulo 3. Eles foram próximos do deputado, ajudando-o a fundar a Faculdade de Medicina em 1953 e depois compondo o grupo político petebista, dando sustentação à liderança de Palmério.

[109] Roberval Alcebíades Ferreira havia sido presidente da União Estudantil de Uberaba (UEU) e foi eleito vereador pelo PTB, em 1950, migrando no final do mandato para o PTN, partido do qual se tornou o seu principal líder.

Se por um lado, Palmério teria o peso de um mandato para ser avaliado pelo eleitor, bem como o desgaste natural que isso causa, por outro, ele concorreria em um quadro eleitoral em Uberaba, um pouco menos carregados de candidaturas à Câmara Federal. Conforme vimos, outros dois nomes disputariam com ele na cidade.

O primeiro era o já conhecido, Boulanger Pucci do PSP, que carregava a experiência de um mandato como prefeito entre 1947 e 1950 e uma disputa para a Câmara Federal em 1950. Apesar disso, Pucci se encontrava sem mandato e, naturalmente, afastado dos holofotes políticos, o que constituía uma certa vantagem para Palmério.

Já o segundo era o conhecido advogado, Lauro Fontoura, que havia sido, juntamente com Palmério, um dos sócios fundadores da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. Durante o processo de negociação para formar as candidaturas que concorreriam, o PSD chegou a propor para o PTB, que se o partido apoiasse seu candidato Arthur de Melo Teixeira, Fontoura renunciaria à sua candidatura para apoiar Mário Palmério.

Analisando o palco eleitoral montado em 1954, percebemos que, se inicialmente a crise do PTB foi um fator de certa instabilidade para a candidatura de Palmério, visto as incertezas sobre como ficaria o partido e os apoios a ele, o desenrolar do pleito eleitoral se mostrou favorável. Com apenas dois concorrentes não tão fortes naquele momento, o petebista navegará em águas um tanto quanto tranquilas para a sua reeleição.

Outro ponto importante que devemos apontar é como Palmério formatou a composição das candidaturas do PTB, de forma a manter o seu discurso político-ideológico, de alinhamento com as causas trabalhistas, o que certamente deu a ele, um respaldo interno maior dentro do partido. Apesar de não lançar candidato próprio a prefeito, o PTB compôs com outro partido de viés trabalhista, cuja liderança era de um ex-vereador petebista, mantendo, assim, a coerência do projeto petebista em Uberaba.

Por fim, devemos também indicar que a preocupação de Palmério não era necessariamente ter uma candidatura própria do PTB a prefeito, mas era consolidar uma aliança, que desse ao partido certo protagonismo, e pudesse viabilizar apoios para sua candidatura a reeleição.

É a partir desse quadro político que as eleições de 1954 se desenrolam. Veremos, agora, que mesmo em meio à ressaca da tempestade que abalou as estruturas do PTB em Uberaba, Mário Palmério sairá duplamente vitorioso, ganhando, além das urnas, também a liderança absoluta sobre o PTB de Uberaba e região.

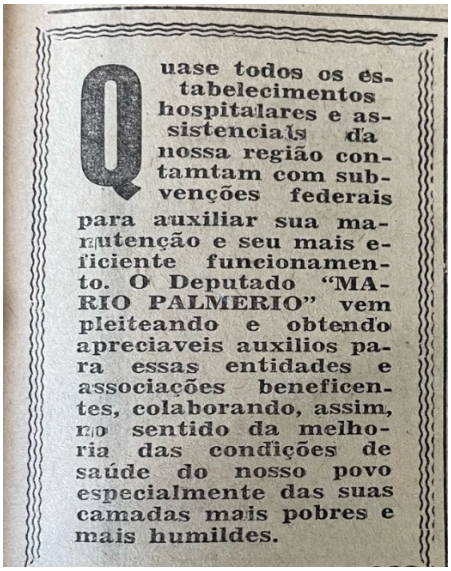
2.6.2 A campanha em meio à “ressaca da tempestade”

A campanha eleitoral começou formalmente a partir de julho, de 1954, quando as candidaturas eram registradas junto à justiça eleitoral e os candidatos estavam livres para pedir voto, realizar comícios e reuniões, bem como divulgar propagandas. No entanto, já no início do ano, Palmério utiliza como estratégia, a divulgação de “pequenas propagandas”, que propagavam pelos jornais, as realizações e os feitos de seu primeiro mandato. Essas “pílulas de propaganda” são úteis para que possamos analisar o tom que seria empenhado no momento da campanha de Palmério.

As notas de propaganda publicadas no Lavoura e Comércio, ao longo do primeiro semestre de 1954, serão formatadas em caixas, quase sempre compostas apenas de texto. Entre os temas trazidos nas propagandas, destacam-se três eixos que estão ligados ao escopo de atuação de Palmério ao longo do seu primeiro mandato, são eles: educação, saúde e assistência social.

Conforme vimos anteriormente, parte dessa perspectiva estava ligada à sua concepção do “trabalhismo varguista”. No entanto, esses também são assuntos vinculados à sua atuação empresarial na área educacional com as escolas e na saúde com os atendimentos realizados pela Faculdade de Odontologia.

Figura 45: Nota da primeira propaganda de Palmério, publicada na edição de 20 de fevereiro de 1954


Quase todos os estabelecimentos hospitalares e assistenciais da nossa região contamtam com subvenções federais para auxiliar sua manutenção e seu mais eficiente funcionamento. O Deputado “MARIO PALMERIO” vem pleiteando e obtendo apreciaveis auxilios para essas entidades e associações beneficentes, colaborando, assim, no sentido da melhoria das condições de saúde do nosso povo especialmente das suas camadas mais pobres e mais humildes.

Fonte: Arquivo Público de Uberaba (1954)

Na primeira campanha de Palmério, vimos que o mote da sua propaganda girou em torno da sua adesão ao getulismo e o seu sucesso como empreendedor da educação. Em certa medida, o segundo aspecto será retomado na campanha de 1954, em que Palmério resgatará a construção da sua obra educacional feita, segundo as propagandas, para elevar o nível da cultura do povo de Uberaba e toda região do Triângulo Mineiro. Nesse sentido, as propagandas destacam a fundação da Faculdade de Medicina, bem como a criação da Faculdade de Direito, em 1951.

Nesse ponto, percebemos como ele utiliza o campo de vida privado para a sua promoção à esfera pública. A partir desse contexto, as propagandas trabalham a educação proporcionada pelas conquistas de Palmério, como um meio de transformação de vida, alcançando, assim, a ascensão social das classes trabalhadoras pelas oportunidades, proporcionadas pela educação. Segundo uma das propagandas:

> Foi a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, fundada pelo Deputado MÁRIO PALMÉRIO, que permitiu a êse grande número de jovens uberabenses e triangulinos o exercício de honrosa e compensadora profissão. Ocupam posições de destaque e estão prestando, outrossim, relevantes serviços à coletividade. (Lavoura e Comércio, 1954, p. 3).

Há a tentativa, por parte da campanha, de criar uma ideia de que a democratização do ensino, pela ampliação das escolas superiores propiciada por Palmério, possibilita a "emancipação social" das camadas mais pobres, a partir da conquista de um diploma e o exercício de uma profissão compensatória e de destaque.

Outro aspecto abordado nessa temática da educação, é a contribuição das instituições educacionais fundadas por Palmério, na promoção do desenvolvimento econômico da cidade. Segundo as propagandas, essas escolas atraem a vinda de alunos de todo o Brasil, movimentando a economia local, a partir dos gastos que esses estudantes têm para morar em Uberaba.

Em uma dessas propagandas, é possível verificar essa retórica, quando afirma "É, também, a nossa vida econômica. Quase duzentas grandes e pequenas pensões já se abriram; nosso comércio, nossos clubes, nossas casas de diversões, tudo e todos se beneficiaram. A cidade adquiriu novo e surpreendente ritmo de progresso e prosperidade" (Lavoura e Comércio, 1954, p. 3).

Mesmo tendo trabalho parlamentar para mostrar, Palmério se utiliza da sua construção educacional privada, como estratégia de conquista dos votos. No entanto, diferente de 1950, ele já tinha resultados práticos da Faculdade de Odontologia e, com o objetivo de propagar essas conquistas, veiculou em uma das propagandas, que mais de 6.000 clientes pobres haviam sido atendidos pela Policlínica da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, no ano de 1953.

Figura 46: Getúlio Vargas prestigia a inauguração da Policlínica da Faculdade de Odontologia em maio de 1952, juntamente com Mário Palmério, que daria o nome do presidente Vargas ao centro de prática odontológica



Fonte: Memorial Mário Palmério (1952)

Nesse ponto, as propagandas buscam trabalhar o aspecto da saúde e assistência social de forma conjunta, divulgando que inúmeras entidades hospitalares e assistenciais receberam auxílios e subvenções do mandato de Palmério, recursos esses que possibilitaram a ajuda para a população mais pobre e humilde. Há um caráter bastante assistencial na plataforma do candidato à reeleição, que contrasta, em certa medida, com o discurso do trabalhismo varguista.

A partir da ideia transmitida de uma ampliação do acesso a saúde proporcionado pelas ações de auxílio do mandato parlamentar de Palmério, as propagandas buscam colocar em evidência o grande plano para o seu próximo mandato: a construção do Hospital de Câncer, que já tinha recursos garantidos e obras iniciadas. Nesse contexto, haverá um grande destaque

nas propagandas, afirmando que o hospital, representava o maior empreendimento assistencial já feito.

Construindo a sua campanha a partir das "pílulas de propaganda", Palmério sintetiza o principal slogan de sua campanha "Mais Escolas!", já utilizado na campanha anterior, mas agora acompanhado também de "Mais Hospitais!". Buscando alinhar os seus feitos na vida privada, com as realizações do mandato e o seu posicionamento ideológico, é que Palmério fará a sua campanha, buscando a reeleição.

Figura 47: Propaganda veiculada em 02 de abril de 1954 no Jornal Lavoura e Comércio



Fonte: Arquivo Público de Uberaba (1954)

Além das pílulas de propaganda veiculadas no Lavoura e Comércio, Palmério se utilizará da estratégia dos comícios para arregimentar votos para ele e os candidatos da Frente Trabalhista, visto que após a crise petebista, a vitória dos candidatos da coligação representava, em especial, o êxito de Palmério como liderança do seu grupo político.

Nesse sentido, a Frente Trabalhista organiza pequenos comícios nos bairros de Uberaba para a promoção dos seus candidatos. O primeiro desses comícios é o de lançamento da campanha dos "oitenta dias", assim denominada por Palmério, a luta dos candidatos da

coligação pela vitória na eleição em 03 de outubro, de 1954. Em 17 de julho, Palmério e os seus correligionários se reuniram na Praça Rui Barbosa para dar início à campanha.

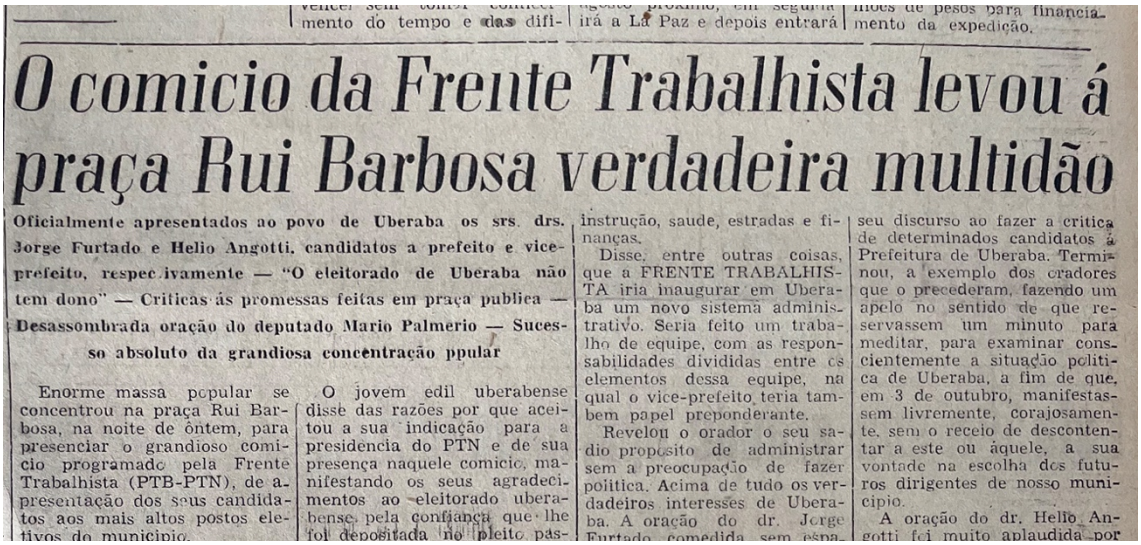
Naquela oportunidade, o jovem dentista, Ivo Monti, que era candidato a vereador pelo PTB, leu o denominado "Manifesto Trabalhista"[110], documento orientador das ideias e propostas da Frente Trabalhista para Uberaba. O documento em si representava o que pensava a coligação em termos programáticos para a cidade, mas o destaque foi a leitura realizada por Ivo Monti, que teve um papel muito relevante na trajetória política de Mário Palmério.

Monti havia se formado cirurgião dentista pela Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, fundada por Palmério em 1948. Ele fundou o Centro Acadêmico da referida instituição, denominando-o de Mário Palmério. Nas eleições de 1950, liderou o apoio dos estudantes a candidatura de Palmério e foi candidato a vereador pelo PTB a seu convite. Não tendo sido eleito na quele pleito, voltou a ser candidato em 1954, passando também a integrar o diretório petebista em Uberaba, quando o partido foi reestruturado. Esteve presente, portanto, em toda a trajetória política do seu "padrinho político", sendo um apoiador e companheiro fiel de partido.

No comício falaram também os candidatos da Frente Trabalhista, tendo, como grande destaque, Mário Palmério. Na sua fala, o candidato ressaltou as mudanças ocorridas após 1930 com a chegada de Vargas ao poder, dando destaque ao fim do coronelismo e às conquistas alcançadas pelos trabalhadores. Ele criticou também candidatos de outros partidos, por não enfrentarem temas como o reajuste do salário-mínimo e o congelamento de preços. Na apresentação dos candidatos a prefeito e vice da coligação, Palmério deu destaque à origem humilde de Furtado e Angotti, destacando o esforço que eles investiram para poder ascender profissionalmente.

[110] Nas nossas buscas por fontes, não conseguimos encontrar o referido documento para a análise.

Figura 48: Notícia publicada no Lavoura e Comércio no dia 15 de julho de 1954 sobre a realização do Comício da Frente Trabalhista em Uberaba



mento do tempo e das difi- irá a La Paz e depois entrará mões de pesos para financia- mento da expedição.

O comicio da Frente Trabalhista levou á praça Rui Barbosa verdadeira multidão

Oficialmente apresentados ao povo de Uberaba os srs. drs. Jorge Furtado e Helio Angotti, candidatos a prefeito e vice-prefeito, respectivamente — "O eleitorado de Uberaba não tem dono" — Criticas ás promessas feitas em praça publica — Desassombrada oração do deputado Mario Palmerio — Sucesso absoluto da grandiosa concentração ppular

Enorme massa popular se concentrou na praça Rui Barbosa, na noite de ôntem, para presenciar o grandioso comicio programado pela Frente Trabalhista (PTB-PTN), de apresentação dos seus candidatos aos mais altos postos eletivos do municipio.

O jovem edil uberabense disse das razões por que aceitou a sua indicação para a presidencia do PTN e de sua presença naquele comicio, manifestando os seus agradecimentos ao eleitorado uberabense pela confiança que lhe foi depositada no pleito pas-

instrução, saude, estradas e finanças.

Disse, entre outras coisas, que a FRENTE TRABALHISTA iria inaugurar em Uberaba um novo sistema administrativo. Seria feito um trabalho de equipe, com as responsabilidades divididas entre os elementos dessa equipe, na qual o vice-prefeito teria tambem papel preponderante.

Revelou o orador o seu sadio propósito de administrar sem a preocupação de fazer politica. Acima de tudo os verdadeiros interesses de Uberaba. A oração do dr. Jorge Furtado, comedida sem espa-

seu discurso ao fazer a critica de determinados candidatos á Prefeitura de Uberaba. Terminou, a exemplo dos oradores que o precederam, fazendo um apelo no sentido de que reservassem um minuto para meditar, para examinar conscientemente a situação politica de Uberaba, a fim de que, em 3 de outubro, manifestassem livremente, corajosamente, sem o receio de descontentar a este ou áquele, a sua vontade na escolha dos futuros dirigentes de nosso municipio.

A oração do dr. Helio Angotti foi muito aplaudida por

Fonte: Arquivo Público de Uberaba (1954)

Figura 49: Comício da Frente Trabalhista, realizado em 14 de julho de 1954



Fonte: Memorial Mário Palmério (1954)

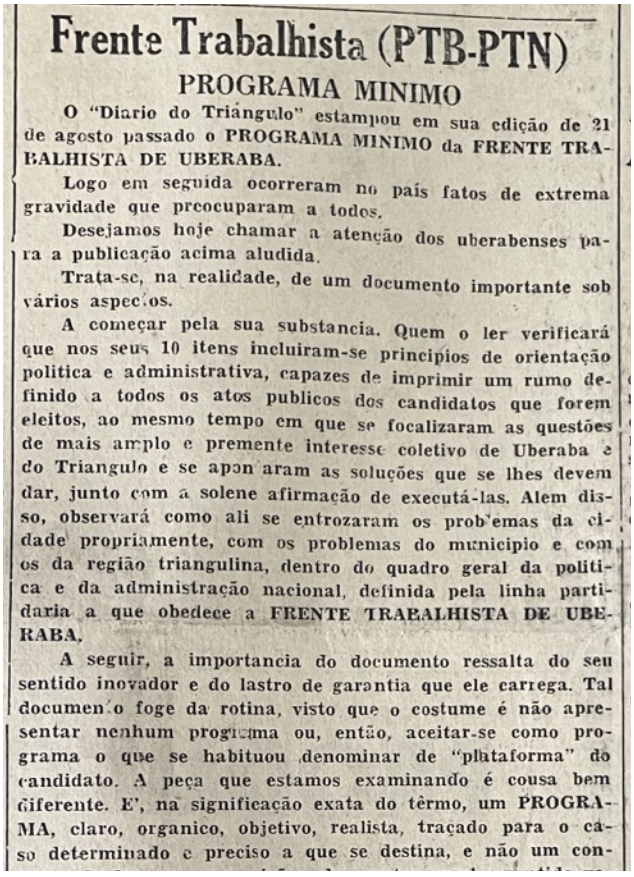
Podemos perceber como Palmério busca atribuir um sentido "progressista" à sua candidatura e dos outros candidatos da Frente Trabalhista, demarcando uma diferença entre o perfil das candidaturas da sua coligação, com as dos partidos adversários. O deputado tenta estabelecer uma proximidade da população mais humilde, recorrendo, para tanto, à figura de Vargas e das realizações do seu governo após 1930, especialmente para os trabalhadores.

Há, portanto, a tentativa a partir de um discurso "progressista", de se antagonizar as candidaturas adversárias, colocando a candidatura de Palmério e dos seus companheiros

como sendo as verdadeiras representantes dos interesses do povo, enquanto a dos seus adversários, estariam alinhadas a interesses escusos.

O presidente Vargas se suicidar a menos de um mês após o lançamento da campanha. Observaremos, na análise das fontes, que apesar da comoção pela morte do grande líder trabalhista, a campanha em si não se utilizará do fato para promover a candidatura de Palmério, o que, portanto, não teria grandes impactos no resultado eleitoral.

Figura 50: Nota publicada no Lavoura e Comércio sobre o programa de governo da Frente Trabalhista



Frente Trabalhista (PTB-PTN)

PROGRAMA MINIMO

O "Diario do Triângulo" estampou em sua edição de 21 de agosto passado o PROGRAMA MINIMO da FRENTE TRABALHISTA DE UBERABA.

Logo em seguida ocorreram no país fatos de extrema gravidade que preocuparam a todos.

Desejamos hoje chamar a atenção dos uberabenses para a publicação acima aludida.

Trata-se, na realidade, de um documento importante sob vários aspectos.

A começar pela sua substancia. Quem o ler verificará que nos seus 10 itens incluiram-se principios de orientação politica e administrativa, capazes de imprimir um rumo definido a todos os atos publicos dos candidatos que forem eleitos, ao mesmo tempo em que se focalizaram as questões de mais amplo e premente interesse coletivo de Uberaba e do Triangulo e se apontaram as soluções que se lhes devem dar, junto com a solene afirmação de executá-las. Alem disso, observará como ali se entrozaram os problemas da cidade propriamente, com os problemas do municipio e com os da região triangulina, dentro do quadro geral da politica e da administração nacional, definida pela linha partidaria a que obedece a FRENTE TRABALHISTA DE UBERABA.

A seguir, a importancia do documento ressalta do seu sentido inovador e do lastro de garantia que ele carrega. Tal documento foge da rotina, visto que o costume é não apresentar nenhum programa ou, então, aceitar-se como programa o que se habituou denominar de "plataforma" do candidato. A peça que estamos examinando é cousa bem diferente. E', na significação exata do têrmo, um PROGRAMA, claro, organico, objetivo, realista, traçado para o caso determinado e preciso a que se destina, e não um con-

Fonte: Arquivo Público de Uberaba (1954)

Por fim, é importante apontar que Palmério realizará uma intensa campanha na região do Triângulo Mineiro e, diferentemente de 1950, teve o apoio de candidaturas petebistas de alguns municípios da região em que ele passou a atuar no seu primeiro mandato. Assim como em Uberaba, o objetivo de Palmério era viabilizar o máximo de candidaturas próprias do PTB a prefeito, vice e vereadores, a fim de obter amplo palanque de apoio nessas cidades.

Em uma nota de um correlegionário de Palmério em Ituiutaba, publicada na edição de 22 de fevereiro de 1954 do Lavoura, podemos perceber com o líder petebista buscava estabelecer essas candidaturas na região "Ao lado do deputado Mário Palmério estão se formando verdadeiras legiões de trabalhistas que disputarão as eleições de outubro com candidatos próprios, em toda a região Triangulina" (Lavoura e Comércio, 1954, p. 1).

Umas das estratégias utilizadas para demonstrar a sua força na região e potencializar a sua candidatura e os seus candidatos, foi elaborar entrevistas com candidatos a prefeito do PTB em cidades estratégicas da região. Para tanto, em maio de 1954, Palmério convidou para a sua residência em Uberaba, quatro candidatos de importantes municípios do Triângulo, para que fossem entrevistados pelo jornal Lavoura e Comércio. Eram eles:

> a) Pepino Laterza, de Ituiutaba, no Pontal do Triângulo. Nessa cidade, Palmério havia sido bem votado em 1950 e tinha feito um bom trabalho parlamentar. A chamada da entrevista era "Um trabalhador para a prefeitura de Ituiutaba";
> b) Necime Lopes da Silva, de Frutal. O candidato já era vice-prefeito daquele município e com o apoio de Palmério, buscava ascender ao posto de chefe do Executivo. A entrevista trazia como chamada "Preocupação pela sorte das classes trabalhadoras";
> c) Heli França, de Araxá. Era vereador, um dos fundadores do PTB naquela cidade e presidente do diretório municipal. A chamada manchete era "A candidatura de um legítimo representante das classes trabalhadoras";
> d) Sebastiao Alves de Figueiredo, de Sacramento. Era pecuarista e agricultor, nunca tendo participado de nenhuma eleição, nem ocupado cargo público. A manchete trazia como chamada "Um trabalhador para a Prefeitura de Sacramento".

A análise das entrevistas nos revela que Mário Palmério articulou candidaturas e alianças não apenas em Uberaba, mas em toda a região do Triângulo, estruturando a sua candidatura em torno de nomes trabalhistas importantes nas cidades da região, que já dispunha de base eleitoral consolidada ou aquelas em que buscava ampliar o seu eleitorado. Percebemos que o alinhamento ideológico era uma condição importante para o deputado, no entanto, não era condição decisiva para atribuir ao PTB uma candidatura, bastando o nome escolhido ter um claro potencial de votos a oferecer a sua candidatura à reeleição.

Figura 51: Entrevista veiculada no Lavoura e Comércio em maio de 1954, com o candidato à prefeito de Ituiutaba, na companhia do deputado Mário Palmério



LAVOURA E COMÉRCIO

O JORNAL MAIS LIDO PELA FAMILIA UBERABENSE

O JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO E TIRAGEM DO TRIANGULO MINEIRO

ANO LV — N.º 13.475 — Propriedade da Empresa Gráfica "Lavoura e Comércio" Ltda. Diretor: QUINTILIANO JARDIM — Uberaba — Quarta-feira, 5 de maio de 1954 — Redatores: RAUL JARDIM, RUY S. NOVAES — Gerente: BRASILINO SIVIERI — Edição de hoje: 8 paginas Num. avulso, Cr$ 1,00

PEPINO LATERZA - UM TRABALHADOR PARA A PREFEITURA DE ITUIUTABA

Um homem do povo a serviço do povo — Casa propria para o trabalhador

A reportagem de "Lavoura e Comércio" entrevistou ontem, na residência do deputado Mário Palmério, o sr. Pepino Laterza, candidato á chefia do executivo municipal de Ituiutaba.

Uberabense de nascimento, filho do conceituado construtor sr. Miguel Laterza, veneranda figura da nossa sociedade, o sr. Pepino Laterza transferiu-se para Ituiutaba, cidade onde reside há quinze anos.

Durante êsse longo período, fez-se um dos elementos mais considerados da importante comuna, não só pela sua envergadura moral, como também pela sua incomum capacidade de ser util aos seus concidadãos.

Antigo fazendeiro, naquela zona, dedicou-se mais tarde ao comercio e á industria de construção. E, em ambos, revelou qualidades excepcionais de homem afeito a agir com rapidez e a vencer dificuldades.

Trabalhador infatigavel, o sr. Pepino Laterza construiu, só em Ituiutaba, nada menos de quatrocentos prédios, incluindo-se, entre eles, o Hospital de Dementes, daquela cidade.

Calaborou, assim, intensa e eficientemente, não só para o enriquecimento do patrimonio arquitetonico da importante localidade, como tambem para aumentar o grau de conforto e bem estar da sua população.

É êsse homem, que na sua modestia oculta um grande valor pessoal, e em quem mandrugou o gosto para a ação constante, é o escolhido pelo Partido Trabalhista Brasileiro para prefeito de Ituiutaba.

A pujante agremiação partidaria dispondo-se a prestigiar nas urnas o nome do sr. Pepino Laterza, atendeu aos reclamos da opinião publica. Foi ao encontro da vontade do povo.

Deputado Mario Palmerio e o sr. Pepino Laterza

Não só entre os tijucanos, mas em todo o Triângulo Mineiro, a escolha causou a melhor impressão.

LUTARA' NA DEFESA DOS HUMILDES

Consultado sobre o seu programa administrativo, assim se manifestou o sr. Pepino Laterza: —

— "Lutarei intransigentemente na defesa das classes humildes do município, e de maneira especial no que se refere á construção de casas proprias para os trabalhadores, e que constitui o atual e angustiante problema de Ituiutaba".

"Sendo Ituiutaba, hoje, o municipio de maiores possibilidades da nossa região, e que vem atravessando processo material e cultural verdadeiramente impressionante, sei das pesadas responsabilidades que me esperam, no caso de ser eleito".

"Entretanto, por outro lado, confio na solidariedade e na ajuda do povo tijucano. Com êle, haveremos de vencer".

O sr. Pepino Laterza conhece as dificuldades que terá pela frente, porque é cidadão experimentado, um cavalheiro acostumado desde cedo a lutar.

Em permanente contato com o povo, teve sempre oportunidade de auscultar as suas aspirações de engrandecimento. Na frente da administração tijucana, saberá, sem duvida transformá-las em realidade.

Pepino Laterza — um trabalhador para a Prefeitura Municipal —, procurará corresponder, em toda a linha á confiança nele depositada. O seu passado de homem reto e digno representa uma garantia de honestidade e eficiencia á frente do governo municipal de Ituiutaba.

Instituto de Aposentadoria e Pen-

Fonte: APU (1954)

Nesse contexto, é importante pontuar que a articulação das candidaturas majoritárias nas cidades da região, eram além de um apoio importante para a própria candidatura de Palmério, uma forma dele demonstrar aos níveis de comando regional e nacional do partido, a sua capacidade de articulação política. Uma vez que esses candidatos eram eleitos, o êxito seria do deputado, que soube priorizar o partido e isso que ele desejava demonstrar.

Conforme visto ao longo deste tópico, é a partir da construção de uma candidatura feita, em meio a uma tempestade política, que Mário Palmério constrói uma campanha eleitoral realizada na ressaca desse temporal, o que certamente causará impacto no resultado eleitoral, senão para o deputado petebista, que é reeleito com uma expressiva votação, mas para o PTB de Uberaba, que se vê fora da chefia do executivo local e sem um parlamentar na Assembleia estadual.

O saldo, é, portanto, ruim para o partido, mas excelente para Palmério, que será elevado a condição de maior liderança petebista na cidade, projetando-se ainda mais nas hostes petebistas mineira e federal. Vejamos, então, o resultado, que consolidará eleitoralmente o nome de Palmério.

2.6.3 O triunfo depois da crise

O resultado eleitoral de 1954 (vide Tabela 2) se mostrou diferente para o PTB e o trabalhismo em Uberaba, quando comparado à eleição de 1950. Certamente influenciado pela crise que assolou o partido em Uberaba, apenas Mário Palmério e Hélio Angotti foram eleitos. Palmério seria o candidato a deputado mais votado em Uberaba, com 4.967 votos e obteria, na sua votação geral, no estado, 18.841 votos. A votação de 1954, em Uberaba, representou um aumento em relação ao pleito de 1950, de 28,1%. Já na votação geral em todo o Estado, o aumento de 1950 em relação a 1954 foi de 36,7%.

Esses percentuais nos apontam que o trabalho de Palmério no primeiro mandato e a sua atuação parlamentar foi significativa para que o eleitorado o reelegesse e apesar de o PTB não ter eleito o prefeito, que diretamente não era do partido e ter eleito apenas dois vereadores, Elci Benedito e Ivo Monti, reduzindo a bancada petebista na câmara de Uberaba pela metade, essa situação não atingiu diretamente Palmério.

Tabela 02: Votação dos candidatos por partido em Uberaba em 1954

CARGO	PTB	PSP	PSD	UDN	PTN
Prefeito	Apoio ao PTN	Paulo Rosa 2.733	Arthur de Melo Teixeira 4.348	Celso R. da Cunha 2.281	Jorge Furtado 3.560
Vice-Prefeito	Hélio Angotti 4.431	Euripedes Garcia 2.394	Álvaro Barra Pontes 4.101	Armando Cruvinel Ratto 1.744	---------
Dep. Estadual	Whady Nassif 1.558 Antônio Prospero 4.521	Godofredo Prata 1.979	---------	---------	Roberval Alcebíades Ferreira 1.099
Dep. Federal	Mário Palmério 4.967	Boulanger Pucci 2.134	Lauro Fontoura 2.613	---------	---------

Fonte: Adaptado de Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (2025)

Para o prefeito, seria eleito Arthur de Melo Teixeira do PSD, colocando fim ao mando petebista em Uberaba, que já durava duas décadas. Já para a Assembleia de Minas, somente Godofredo Prata do PSP seria eleito, desbancando Antônio Prospero, candidato mais votado para deputado estadual na cidade, e Whady Nassif, que buscava a reeleição. Mais tarde, prospero assumiria uma cadeira na Assembleia como suplente.

Se por um lado o resultado eleitoral representou um momento de ruptura e enfraquecimento do PTB de Uberaba, por outro, marcou o momento de consolidação eleitoral de Palmério, que, por sua vez, resultará em mudanças significativas para o partido na cidade. Por outro lado, apesar da morte de Getúlio não ter impactado no resultado das eleições, com ela, teremos dois movimentos: o fim da velha guarda getulista no mandato do diretório local e o início da liderança hegemônica do deputado Mário Palmério na direção local do partido.

Mário Palmério se consolida como liderança na região do Triângulo, defendendo a pauta emancipacionista e se utilizando dela para barganhar com o governo do estado. Essa constatação é fundamental para compreendermos como ocorre o processo de ascensão política de Palmério ao longo do seu primeiro mandato e que buscamos demonstrar ao longo deste capítulo.

Eleito em 1950, o parlamentar busca ampliar o seu campo de atuação política, estabelecendo novas bases eleitorais além de Uberaba e paralelo a isso, atua para se colocar como a principal liderança do PTB em Uberaba na região do Triângulo, utilizando, para tanto, os artifícios institucionais e a dinâmica intervencionista do partido.

Conforme veremos no próximo capítulo, essa afirmação eleitoral abre caminho para a consolidação política do deputado. A partir do segundo mandato, duas situações concorrerão para isso: a ascensão de Palmério dentro do PTB nacional, conforme ele vai se moldando na nova configuração partidária pós-Vargas e a publicação de “Vila dos Confins”, no final de 1956, obra literária de Palmério, que assume caráter político pela sua temática relacionada às fraudes eleitorais e o projeta nacionalmente como político e escritor.

Essas duas situações, alinhadas à necessidade diplomática do Brasil durante o governo João Goulart, de negociar um acordo satisfatório com o governo paraguaio para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, alçarão o político que virou escritor, ao cargo de embaixador do Brasil no Paraguai, conforme veremos no próximo capítulo.

3 O TEMPO DA CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA: O POLÍTICO QUE VIROU ESCRITOR E ASCENDEU À EMBAIXADOR

O período que vai de 1955 a 1962 marca a fase da consolidação da trajetória política de Mário Palmério. No seu segundo e terceiro mandato, o então deputado petebista se consolida como liderança do PTB mineiro e se projeta como figura nacional reconhecida a partir da publicação da sua primeira obra literária, Vila dos Confins, que tem como enredo central, as práticas políticas fraudulentas vivenciadas pelo parlamentar ao longo das eleições que disputara.

A escrita de "Vila dos Confins" e a sua publicação no final de 1956, elevam o nome de Mário Palmério ao cenário literário nacional, alterando o patamar do tímido deputado mineiro no Congresso Nacional. Se até então ele vinha construindo o seu capital simbólico pelos seus empreendimentos educacionais e pela sua atuação parlamentar, a literatura será um marco importante na acumulação do capital político e cultural de Palmério, projetando-o como um político intelectualizado e respeitado.

Esse cenário será fundamental na constituição do amadurecimento político de Palmério, apresentando como uma das marcas do seu perfil de atuação política partidária e eleitoral, a habilidade em dialogar com diferentes correntes, obtendo êxito para si e para o seu grupo partidário.

No entanto, se por um lado esse período representa o processo de consolidação política de Palmério como liderança reconhecida dentro do partido e no Congresso, por outro, leva-o também a um "desejo" de afastamento da política partidária e eleitoral, momento em que ele se coloca como alternativa para a atuação em outros ambientes políticos institucionalizados.

Nesse sentido, em 1962, o presidente João Goulart, desejoso de viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu no Paraguai e necessitando de um político hábil para negociar com o governo paraguaio a viabilização da obra, escolhe Palmério para liderar a embaixada brasileira no Paraguai.

Veremos neste capítulo, que a escolha para essa indicação, só foi possível a partir da construção de todo o histórico de serviços de Palmério prestados ao PTB como deputado e liderança partidária em Minas Gerais, aliado à sua consolidação política, que foi orientada ao longo da sua trajetória, na construção de um capital simbólico constituído a partir dos campos de atuação política, da educação e da literatura. Dito de outro modo, a construção da trajetória e o contexto serão fatores fundamentais para elucidarmos um dos pontos-chave deste trabalho:

por que Mário Palmério foi o escolhido para ser o embaixador do Brasil no Paraguai? É o que veremos a seguir.

3.1 A CONSTRUÇÃO DO CAPITAL SIMBÓLICO CONTINUA: POLÍTICA, EDUCAÇÃO E LITERATURA

Ao longo do segundo e terceiro mandato de Palmério, o parlamentar petebista será constantemente lembrado para exercer ou concorrer a cargos e funções mais prestigiosas que a de deputado. Conforme encontraremos nas fontes, o deputado mineiro foi cotado para ser candidato a vice-governador nas eleições de 1955[111] e secretário de agricultura do governo de Minas em 1956.

As lembranças ao seu nome podem parecer, a princípio, algo natural do campo político. No entanto, ao analisarmos as fontes, constatamos que conforme Palmério ia construindo o seu capital simbólico a partir da sua atuação política institucionalizada, empresarial no campo da educação e depois literária, o seu nome se fortalecia e era lembrado para ocupar diferentes posições no campo político.

Em 04 de março de 1955, em uma reportagem do Lavoura e Comércio assinada pelo jornalista, Montenegro, é exaltada a árdua campanha eleitoral realizada por Palmério, que o levou a reeleição e a uma expressiva votação de Jorge Furtado para prefeito. Ele atribui esse sucesso às inúmeras realizações feitas pelo homem "Palmério", desde a sua primeira escola primária há 15 anos, passando pela escola de contabilidade, faculdade de odontologia e direito, bem como a viabilização da faculdade de medicina. Ademais, é apontado que com os esforços de Palmério, está sendo construído o Hospital do Câncer do Brasil Central, tendo sido ele escolhido como a personalidade do ano de 1954.

Desde a sua primeira eleição, Mário Palmério centrou a construção da sua imagem na política como o "pioneiro da instrução". O realizador da grande obra educacional do interior do Brasil Central traz, para o campo da política, as suas realizações no campo cultural da educação, primeiro com a construção do Liceu do Triângulo Mineiro e da Faculdade de Odontologia e, mais tarde, as Faculdade de Direito e Medicina.

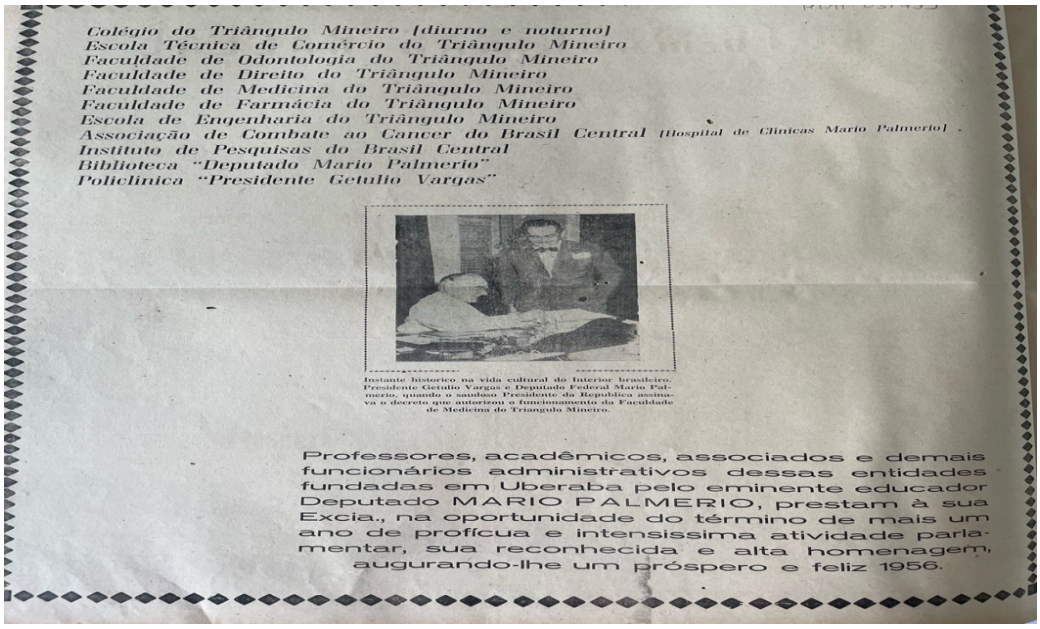
Essa ideia continuará central nos seus mandatos e nos processos de reeleição, que já partir de 1958 têm incorporado a construção do seu capital simbólico, os seus esforços para

[111] Edição de Lavoura e Comércio de 12 de fevereiro de 1955.

viabilizar a criação do Instituto de Pesquisas do Brasil Central, em 1955, a criação da Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro, em 1956, além do lançamento de Vila dos Confins, também nesse mesmo ano. É perceptível essa construção, quando na edição de 28 de dezembro de 1956, na publicação dos "destaques do ano", o Lavoura e Comércio aponta que Palmério vinha vivendo um ano tranquilo e "De repente, 'estoura' como os dois maiores sucessos do ano 'Vila dos confins' e a 'Escola de Engenharia'! Sim, 'Vila dos Confins' projeta, também, Uberaba. O deputado-escritor vem recebendo consagração pelo seu romance [...]" (Lavoura e Comércio, 1956, p. 8).

Nesse mesmo sentido, Palmério publica na edição de 26 de dezembro de 1955 do Lavoura e Comércio, uma mensagem/propaganda evidenciando as conquistas educacionais, cientificas e culturais realizadas por ele no Triângulo Mineiro. É interessante notar que ele mistura as suas conquistas no campo privado, com as da esfera pública, que em certa medida se confundem, visto que a sua posição como deputado, o ajudou no seu avanço no campo privado da educação. Nota-se, também, o elevado destaque dado a criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, divulgando a foto do dia da assinatura do decreto de funcionamento da instituição pelo presidente Vargas em 1954, vinculando, assim, a participação determinante de Palmério na fundação dessa instituição.

Figura 52: Propaganda veiculada na edição de 26 de dezembro de 1955 do jornal Lavoura e Comércio



Fonte: APU (1955)

Aliado a isso, Palmério continuaria em busca do seu grande projeto, que era a transformação das Escolas Superiores criadas por ele, em uma "Universidade do Triângulo". Para tanto, veremos nos tópicos a seguir, como se dá sua atuação no campo da educação a partir de 1955 e como essa se transforma em vetor de construção do seu capital cultural, bem como, o uso que ele faz do sucesso literário de "Vila dos Confins" na consolidação do seu capital político, constituindo, assim, um acúmulo de capital simbólico, que será fundamental na sua indicação para o cargo de embaixador.

3.1.1 A educação como vetor do capital cultural

O campo da educação sempre foi, na trajetória de Mário Palmério, o seu espaço privilegiado de atuação, seja como professor, empreendedor, deputado e depois embaixador. Conforme vimos no Capítulo 1, na década de 1940, Palmério viabilizou a construção de um grande colégio, o Liceu do Triângulo Mineiro e da Faculdade de Odontologia. Já no seu primeiro mandato de deputado, criou a Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro e ajudou na fundação da Faculdade de Medicina.

A obra educacional de Palmério se constitui, inicialmente na sua trajetória profissional e depois política, como um vetor de acúmulo do seu capital cultural, propiciando a ele, uma projeção social significativa, com repercussões políticas no âmbito eleitoral, parlamentar e partidário.

Conforme podemos observar nas fontes, no segundo e terceiro mandatos, Palmério continua a utilizar as suas ações na área da educação para se promover no campo político. Nesse período, três ações serão destaque na sua atuação: a criação do Instituto de Pesquisas do Brasil Central, em 1955, a fundação da Escola de Engenharia, em 1956, e o contínuo projeto de criação de uma Universidade do Triângulo.

Em uma matéria de 21 de julho de 1955, o jornal Lavoura e Comércio aponta em uma manchete: "Rumo à Universidade", exaltando a criação do Instituto de Pesquisas do Brasil Central, que teria o objetivo de formação e aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos a partir de cursos de especializações e que, ao lado das Faculdades de Odontologia, Direito e Medicina, seria mais um passo para o surgimento da Universidade do Triângulo, antigo projeto de Mário Palmério.

O Instituto, de fato, teria um papel importante no projeto educacional de Palmério como empresário, mas também auxiliaria na destinação de recursos do seu mandato para Uberaba, como é o caso do envio de Cr$ 500 mil em créditos especiais do Ministério da Agricultura[112], para que o instituto financiasse as escavações de Llowellyn Price, no sítio paleontológico no bairro uberabense de Peirópolis[113].

A busca pela criação da Universidade do Triângulo, passava pela atuação profissional e política de Palmério. Em janeiro de 1956, o deputado deu mais um passo para a concretização desse objetivo, a partir do reconhecimento oficial da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, pelo então presidente da República em exercício, Nereu Ramos.

Assim como em outras ocasiões, o político triangulino, utilizou o evento de assinatura do decreto no Palácio do Catete, para se promover politicamente, reunindo, na ocasião, políticos mineiros como Benedito Valadares e Otacílio Negrão de Lima, bem como o então Ministro da Educação, Abgard Renault[114], como forma de fortalecer a sua imagem como patrono da educação no Brasil Central.

Em outra ocasião, Palmério convidou o então presidente Juscelino Kubistchek para ser o paraninfo da turma de formandos de 1958 da Faculdade de Direito, como uma forma de demonstrar prestígio e garantir maior proximidade do governo federal aos seus projetos. Em outro momento, convidou o ex-ministro da justiça e então deputado federal, Tancredo Neves, para ser o orador da aula inaugural da Faculdade de Direito, mostrando, mais uma vez, como aproximava as suas escolas superiores, do seu projeto político.

[112] A destinação foi viabilizada a partir do projeto de Lei n. 854/55, de autoria de Mário Palmério.
[113] Lavoura e Comércio de 06 e 19 de dezembro de 1955.
[114] "Rumo à Universidade – reconhecimento da Faculdade de Direito", Lavoura e Comércio de 02 de janeiro de 1956.

Figura 53: O então deputado federal, Tancredo Neves, ministra a aula inaugural da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro em 1953



Fonte: Memorial Mário Palmério (1953)

É evidente o uso que Mário Palmério fazia direta ou indiretamente do seu mandato parlamentar e prestígio político, para concretizar a criação das suas escolas superiores e viabilizar a futura Universidade. Obviamente, como deputado, tornava-se mais acessível a ele, articular e aprovar perante o Ministério da Educação, a criação e o reconhecimento de novas faculdades. Isso fica claro, quando, ainda em janeiro de 1956, é anunciada a criação da Escola de Engenharia do Triângulo.

Na edição de 10 de janeiro daquele ano, o Lavoura e Comércio anuncia que a nova escola superior já havia sido aprovada pelo órgão competente e que Mário Palmério havia incluído no orçamento federal, a quantia de 1 milhão de cruzeiros a ser destinado para a Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro, para garantir a sua abertura e funcionamento inicial.

A referida reportagem torna patente o uso privado que Palmério faz da sua posição política, ao levar o engenheiro João Guido, escolhido para ser o diretor da Escola de Engenharia, para se reunir no Rio de Janeiro com o Ministro da Educação e o presidente da República, a fim de anunciar a iniciativa do deputado/empresário, papel que se confunde na sua atuação. Dando ênfase e destaque ao papel de Palmério na criação de mais essa instituição educacional[115], o jornal afirma:

[115] Notícias nesse mesmo sentido, também são encontradas no Lavoura e Comércio em 12 e 14 de dezembro de 1956, quando, oficialmente, é assinado o ato de criação da Escola de Engenharia, pelo então presidente da República, Juscelino Kubistchek.

> De tal forma se identificou com os problemas do Ensino e da Pedagogia o talentoso parlamentar que a o tratar de tais assuntos o seu nome surge-nos, de súbito, a memória, obrigatoriamente. Com razão mais forte em se tratando da Escola de Engenharia, recém-criada, elemento indispensável a instituição da Universidade do Brasil Central, a sua maior preocupação de homem público, como proclama frequentemente. Não podendo resistir a sua incoercível tendencia para os problemas do ensino a sua vida tem sido uma serie de triunfos, neste particular. E ao disputar uma cadeira de Deputado Federal, nas últimas eleições esforçou-se nestas 3 palavras que depois se tornaram "slogan" e que encerram e resumem todo um programa de ensino e de educação RUMO A UNIVERSIDADE (Lavoura e Comércio, 1956, p. 1).

Figura 54: Reunião entre o deputado Mário Palmério, o engenheiro e diretor da escola de engenharia João Guido, o ministro da Educação Abgard Renault e o presidente da República Nereu Ramos



O cliché fixa o momento em que era feita ao sr. Presidente da Republica a comunicação oficial da fundação da Escola de Engenharia do Triangulo Mineiro, vendo-se o sr. Ministro da Educação e Cultura, dr. Abgar Renault, o deputado Mario Palmerio e o Diretor da Escola, Engenheiro João Guido.

Fonte: APU (1956)

Fica evidente nesta passagem, como Palmério busca construir o seu capital cultural a partir das suas ações no campo da educação, especialmente com a criação de uma estrutura de educação superior e científica, que viabilize o surgimento da Universidade do Triângulo. Este passo se solidifica ainda mais, quando em 13 de janeiro de 1956, em entrevista para o Lavoura e Comércio, Palmério anuncia a construção de uma cidade universitária.

Na sua fala, o deputado/empresário anuncia a doação feita por Afrânio de Azevedo, de uma área de 200 mil metros quadrados, localizado na Vila Santa Maria[116], para a instalação

[116] O local indicado é onde hoje se encontra a Universidade de Uberaba – UNIUBE, transformada em Universidade no ano de 1988, após a união das Faculdades Integradas de Uberaba – FIUBE, que reunia além das Faculdades de Odontologia (1948); de Direito (1951); Engenharia (1956) e outras criadas por Palmério ao longo das décadas de 1970 e 1980, depois incorporadas, formando a UNIUBE, que hoje é uma das maiores universidades privadas de Minas Gerais e uma das maiores do Brasil, quando adicionamos o seu núcleo de Educação à Distância, presente em praticamente todo o país. Inicialmente, as Faculdades de Odontologia e Direito se encontravam no prédio onde

da futura Universidade do Triângulo[117] e que de imediato receberia a construção de laboratórios e institutos especializados de técnica e prática nas áreas de farmácia e engenharia.

A construção da imagem de "pioneiro da instrução" foi explorada, como visto nos capítulos anteriores, principalmente nas eleições de 1950 e 1954, e deu base para a constituição do perfil de Palmério. A partir do segundo mandato, tendo consolidado uma forte atuação política na área da educação e nas suas instituições de Ensino Superior, Palmério busca alavancar suas ações políticas e empresariais no campo educacional, para alavancar a acumulação de seu capital cultural.

Podemos observar que Mário Palmério sempre buscou projetar e defender a construção do seu legado educacional como algo culturalmente grandioso para Uberaba e que elevaria a cidade a outro patamar em termos de níveis civilizatórios. Podemos observar essa premissa, quando o Lavoura e Comércio notícia que "Uberaba, maior centro de afluência universitária do interior do Brasil"[118], tendo atraído a disputa de mais de 300 candidatos no concurso vestibular para as faculdades de odontologia e direito, apontou que:

> Uberaba é hoje o maior centro de atração de estudos superiores do interior do Brasil. Moços e moças vindos dos mais distantes pontos do país, do Rio Grande do Sul, do Estado do Rio, São Paulo e o interior de Minas Geraes, Paraná, Goiás e Mato Grosso estão frequentando as nossas escolas ou tentando, através de concurso, nelas ingressar. [...] Isto significa realmente alguma cousa para uma cidade interiorana, que projetando-se no cenário cultural do país, demonstra que não esteve parada nestes cem anos de existência que agora vai completar (Lavoura e Comércio, 1956, p. 1).

Essa mesma perspectiva pode ser identificada, em um debate realizado na Câmara dos Deputados em outubro de 1956, quando, na votação de um projeto de autoria de Palmério para destinar Cr$ 5.000.000,00, a prefeitura de Uberaba para custeia as comemorações do primeiro centenário da cidade[119].

Em junho daquele ano, quando o projeto entrou em pauta pela primeira vez, os deputados Colombo Souza do Ceará e Carlos Pinto do Rio de Janeiro foram até a Tribuna afirmando o dinheiro seria destinado para "uma festa na roça". Naquela ocasião, Palmério não

---

também funcionava o Liceu do Triângulo Mineiro e hoje abriga um dos campus da UNIUBE, localizado no centro de Uberaba.

[117] A doação à época, foi incorporada ao patrimônio da Sociedade Educacional do Triângulo Mineiro, que depois se transformou em Sociedade Educacional Uberabense, entidade sem fins lucrativos, mantenedora das instituições de Ensino Superior de propriedade de Mário Palmério, o que veio a causar certo mal-estar entre Palmério e a família de Azevedo, visto que este entendia, a partir da doação, que a Universidade do Triângulo seria uma instituição pública.

[118] Lavoura e Comércio, 18 de fevereiro de 1956.

[119] Projeto de Lei n. 1.014-B/56, que abre crédito destinado aos festejos comemorativos do centenário da cidade mineira de Uberaba.

se manifestou, afirmando que havia procurado em particular os referidos parlamentares para uma conversa privada. Contrapondo-se à fala dos deputados, o Lavoura e Comércio trouxe uma reportagem com a manchete "Uma roça com seis faculdades"[120], apontando como ofensiva e descabida a afirmação dos deputados, uma vez que desconheciam a realidade da "metrópole do Triângulo, centro universitário e meca do Zebu" (Lavoura e Comércio, 1956, p. 1).

Em 12 de julho, em entrevista ao Lavoura, o líder do PTB na Câmara Municipal de Uberaba, vereador Ivo Monti, aponta o empenho de Palmério para a aprovação do projeto e que as declarações feitas por Carlos Pinto e Colombo Souza seriam respondidas à altura. É nesse sentido, que na sessão de 10 de outubro, explanando sobre a importância do projeto para Uberaba, Palmério exalta o caráter cultural e científico da cidade, afirmando que:

> Independentemente do aspecto meramente pastoril de suas atividades, Uberaba é hoje, talvez, o centro mais importante educacional e cultural de toda a região do Brasil Central. É uma cidade do interior do Triângulo Mineiro, que conta com cinco escolas superiores, entre as quais a Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Filosofia. [...] e agora pretendemos criar a Faculdade de Farmácia e a Escola de Engenharia – E independentemente desses estabelecimentos de ensino superior, Uberaba é, indiscutivelmente, um centro científico de primeira grandeza onde se realizam congressos anuais. Agora mesmo, estamos as vésperas da instalação do Primeiro Congresso Jurídico do Triângulo Mineiro, já tento sido realizados, no ano corrente outros conclaves dessa natureza (Palmério, 2005, p. 137).

Nota-se, no discurso proferido por Palmério, que o deputado evoca o seu legado educacional como fundamento para engradecer o elevado caráter cultural e científico existente em Uberaba. A defesa do projeto feita pelo deputado e afiançada pela bancada petebista, sob a liderança de Fernando Ferrari, levaria o projeto a ser aprovado em novembro daquele ano, mostrando o prestígio político de Palmério junto aos seus pares, na Câmara Federal.

Conforme podemos observar, as ações de Palmério no campo da educação, seja como empresário ou deputado, são fonte privilegiada de construção do seu capital cultura, que se complementará com a consolidação do seu capital político, a partir da publicação de Vila dos Confins, no final de 1956, formando, então, um grande capital simbólico que o elevará a um outro patamar em termos políticos e sociais. Isso é o que passaremos a analisar nas próximas páginas.

[120] Lavoura e Comércio de 25 de junho de 1956.

3.2 “UM ROMANCISTA DE GRAVATA BORBOLETA”: A LITERATURA NA CONSOLIDAÇÃO DO CAPITAL POLÍTICO

Em março de 1957, já sob os holofotes do sucesso da publicação de Vila dos Confins, o jornalista Alberto Deodato, do periódico lacerdista “Tribuna da Imprensa”, publicou um artigo intitulado “Um romancista de gravata borboleta”, fazendo referência a identidade criada por Palmério com o uso da sua célebre gravata borboleta durante as reuniões plenárias da Câmara Federal no Palácio Tiradentes.

Este artigo estaria entre centenas de outros recortes, que iam desde críticas literárias, cartas, comentários e análises que seriam publicados entre o final de 1956 e o início do segundo semestre de 1957 e versariam sobre “Vila dos Confins” e os seus impactos na política e na literatura nacional. Mário Palmério se aproveitaria do impacto positivo da publicação de “Vila dos Confins”, para consolidar o seu capital político e projetar o seu nome nacionalmente.

Em outra oportunidade[121], o jornalista aponta que a vida política seria algo incompatível com a produção intelectual, visto que não sobrava tempo para o político se aprofundar nas leituras, desaparecendo, assim, o gosto e as atenções pela arte. No entanto, Raquel de Queiroz, no prefácio de “Vila dos Confins”, mostraria que Palmério nascera com o dom da escrita e só a descobriu mais tarde.

O político que se tornara escritor com as bençãos da escritora udenista, Raquel de Queiroz[122], antecipou a sua campanha à reeleição em 1958 e reuniu em uma coluna intitulada “Repercussão Nacional de Vila dos Confins”[123], publicada ao longo de 1957, no jornal Lavoura e Comércio, “todos” os recortes publicados em jornais de todo o Brasil[124] e escritos por diferentes próceres da sociedade[125], com um único objetivo: ampliar e consolidar o seu capital político pela literatura.

---

[121] No artigo intitulado “Mário Palmério foi, para mim, a maior revelação do ano” reproduzido na edição de 09 de fevereiro de 1957, no Lavoura e Comércio.

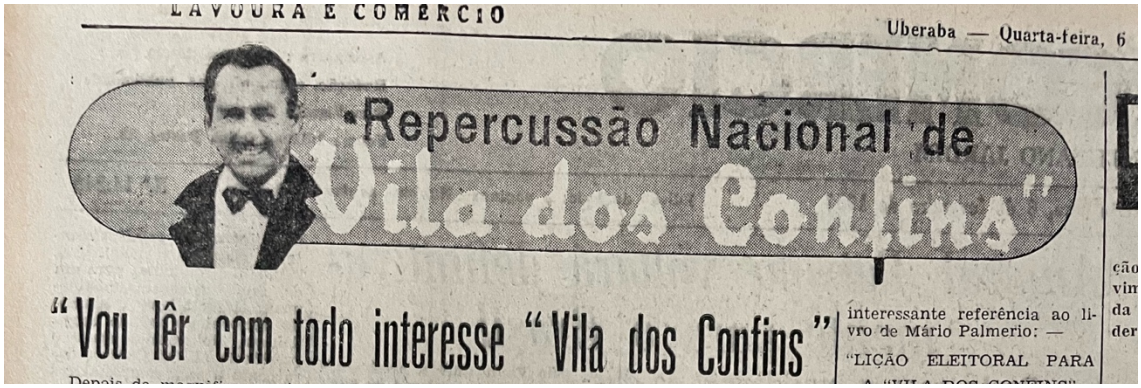
[122] À época, Raquel de Queiroz já era uma escritora reconhecida e respeitada, que militava em um campo político oposto ao de Palmério, fazendo parte da UDN, de Carlos Lacerda.

[123] Na coluna, que sempre estava disposta na página 2 do periódico, foram publicados entre janeiro e início de agosto de 1957, majoritariamente, artigos de crítica literária, mas também entrevistas realizadas com Palmério, comentários e reportagens diversas sobre o livro, bem como cartas recebidas por ele, em relação às impressões sobre a obra.

[124] Entre os jornais, estavam: Tribuna da Imprensa; O Estado de São Paulo; Diário de Notícias; Jornal do Brasil; Última Hora; Diário de Pernambuco; entre outros de inúmeros estados da federação.

[125] Entre os ilustres nomes, encontramos figuras como: o escritor Campos de Carvalho; José Lins do Rego; Carlos Drumond de Andrade; Raquel de Queiroz; Aurélio Buarque de Holanda; e políticos da estatura de Macedo Soares; Fernando Ferrari; Oswaldo Aranha; Tancredo Neves; Luís Carlos Prestes; entre outros.

Figura 55: Cabeçalho da coluna “Repercussão Nacional de Vila dos Confins”, publicada diariamente entre janeiro e agosto de 1957, na página 2 do jornal Lavoura e Comércio, reunindo vários recortes e comentário do livro de Palmério


LAVOURA E COMERCIO

Uberaba — Quarta-feira, 6

Repercussão Nacional de Vila dos Confins”

“Vou lêr com todo interesse “Vila dos Confins”

interessante referência ao livro de Mário Palmerio: —

“LIÇÃO ELEITORAL PARA

Fonte: APU (1957)

Conforme dito anteriormente, foi com as bençãos de Raquel de Queiroz, que Mário Palmério inicia a sua vida literária, conforme nos conta a autora no prefácio do livro, apontando que:

> Vai por aí um ano: o telefone tocou, era um deputado que queria ir à Ilha falar comigo. Pelo nome, Mário Palmério, não pertencia à que um velho amigo chama a ‘minha bancada’ [...]. Declarei que receberia com muito prazer Sua Excelência (...). Sua Excelência trazia debaixo do braço um original datilografado que desejava que eu lesse [...]. O livro era este Vila dos Confins [...]. O homem escreve. Coisa raríssima um escritor jovem, um escritor estreante [...]. Porém o importante, acima de tudo, é que o autor de Vila dos Confins é um escritor mesmo. Este livro aqui não é absolutamente trabalho de diletante feito para aproveitar ócios de político ou para dar vazão a represas de recordações e saudades. É obra de um escritor [...]. Não acredito em prefácios e não gosto de prefácios [...]. Mas neste caso, como me sinto uma espécie de madrinha ou descobridora de Vila dos Confins e dos méritos profissionais do seu Autor [...]. neste nosso difícil, atormentado ofício, tão precário em alegrias, entrou mais um recruta, que não apenas irá longe, porque já vai longe. É ler para crer. (Queiroz, 1956 *apud* Palmério, 1956, p. 8).

Como podemos constatar, foi pelas mãos da escritora Raquel de Queiroz que Mário Palmério surge para o mundo literário e nasce, conforme aponta a própria escritora, no prefácio da primeira edição de “Vila dos Confins”, com uma obra de fôlego. Se por um lado Raquel foi a madrinha da obra de Palmério, do outro, José Olympio Pereira Filho, dono da editora José Olympio[126], foi o padrinho que abraçou a editoração de “Vila dos Confins”. Era o

[126] Fundada em São Paulo no ano de 1931, o seu criador José Olympio Pereira Filho mudou a editora para o Rio de Janeiro, em 1934, transformando-a na maior editora do país entre as décadas de 1940 e 1960. A José Olympio publicou grandes clássicos da literatura brasileira, tendo entre os seus autores, nomes como: José Lins do Rego,

apadrinhamento perfeito, que colocaria "Vila dos Confins" entre os livros de ficção mais vendidos do Brasil durante várias semanas.

"Vila dos Confins" teve a sua primeira edição lançada em novembro de 1956, com a capa produzida pelo artista Poty[127] e ilustrações de Percy Lau[128]. Conforme nos aponta o professor Marco Aurélio dos Santos, "[...] o livro alcançou imediato sucesso e grande repercussão, consolidando-se entre os mais vendidos já no ano seguinte" (Santos, 2021, p. 254). A obra alcançará pela editora José Olympio um total de 25 edições[129], com cerca de 300 mil exemplares vendidos ao longo da sua publicação.

O sucesso de "Vila dos Confins" se deve a inúmeros fatores, entre eles podemos destacar: a ampla rede de distribuição da editora José Olympio; a efervescência literária que representou o ano de 1956 no Brasil, com lançamento de inúmeras outras obras com autores de renome, como Guimarães Rosa; a temática abordada pelo livro, que trabalhava as situações de fraude eleitoral vivenciadas em muitos rincões do Brasil; mas o principal, foi a construção feita por Palmério, a partir da distribuição de livros a políticos, escritores, jornalistas e críticos literários, que inundaram os jornais com comentários positivos sobre Vila dos Confins.

O que nos interessa aqui é, justamente, a repercussão de "Vila dos Confins" nos meios literário, político e intelectual, gerada conscientemente por seu autor, a fim de se projetar e consolidar seu capital político. É nesse sentido que Palmério publica as centenas de recortes de material escrito sobre "Vila dos Confins" no jornal Lavoura e Comércio. É fato que não conseguiríamos para os objetivos do nosso trabalho, analisar todos esses recortes, mas selecionamos aqueles que consideramos principais na construção e consolidação do capital político do deputado escritor, pelo sucesso literário.

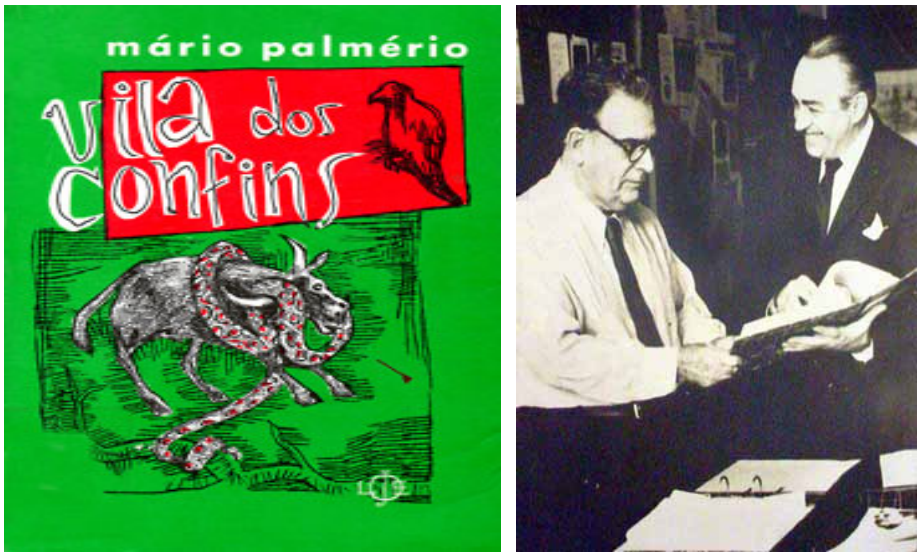
Jorge Amado, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, Euclides da Cunha, Manuel Bandeira, Ligia Fagundes Telles, Fernando Sabino, entre tantos outros. Em 2001, a editora deixou de existir, sendo incorporada ao grupo editorial Record.

[127] Nascido em Curitiba, Napoleon Potyguara Lazzarotto, conhecido artisticamente como Poty, foi um desenhista, gravurista, ilustrador, capista e muralista brasileiro.

[128] Ilustrador e desenhista peruano que se radicou no Brasil e ajudou a fundar, no início da década de 1930, o Movimento de Arte Moderna, em Recife. Com os seus traços únicos e marcantes, auxiliou a representar importantes ambientes do Brasil, especialmente os do interior do país.

[129] A 25ª edição foi publicada já pela editora Record, em 2004, que havia comprado a editora José Olympio. "Vila dos Confins" também terá edições em outras editoras como: Ediouro, em 1990; Abril, em 1980, e mais recentemente, a Autêntica, no ano de 2021.

Figura 56: À esquerda, capa da primeira edição de Vila dos Confins, desenhada pelo artista Poty; à direita, Palmério mostra os originais da obra para o editor José Olympio, que seria o responsável pela publicação do livro por décadas



Fonte: Memorial Mário Palmério (1956)

O primeiro desses recortes foi escrito pelo uberabense Campos de Carvalho, em 12 de dezembro de 1956. Exaltando a obra, Carvalho afirma "Vila dos Confins representa, em nossa ficção, acontecimento tão importante quanto o do Os Sertões, no campo da reportagem histórica e sociológica – isto é um puro fenômeno" (Carvalho, 1956 *apud* Lavoura e Comércio, 1956, p. 2). Tratando sobre o caráter excêntrico do seu autor, talvez Campos de Carvalho seja o que melhor defina o que significou "Vila dos Confins" na trajetória de Palmério, assim afirmando:

> Falei dos incrédulos de Uberaba e adjacências, ou seja, naqueles que só conhecem e reconhecem em Mário Palmério o deputado e o educador, nunca tendo antes ouvido falar nas veleidades literárias do homem, sobretudo num terreno tão difícil e ingrato quanto o do romance. Compreendo perfeitamente essa incredulidade, e acho-a até louvável sintoma de que o público ainda pode distinguir um hábil artista de um hábil político, um grande educador de um grande romancista, reconhecendo que a inteligência de um nada tem a ver com o outro, e pondo mesmo de molho toda a tentativa que um especialista queira empreender fora de sua especialidade (Carvalho, 1956 *apud* Lavoura, Comércio, 1956, p. 2).

Os recortes publicados no Lavoura e Comércio tratam de "Vila dos Confins" em diferentes perspectivas, desde a crítica literária, com a discussão se o livro é ou não um romance, se seria uma obra regionalista, passando por comparações de Palmério com Guimarães Rosa

ou, ainda, do estilo autêntico do escritor, da expressividade do sertanejo trazida por ele, até discussões sobre o lugar do autor no cenário literário nacional, a partir da publicação do seu livro. Essas discussões são manejadas por Palmério como forma de acumular capital político e ficar em evidência, principalmente visando as eleições de 1958, que, efetivamente, iniciaram-se já em 1957, no período dessas publicações.

Em uma publicação de 07 de fevereiro de 1957, o Lavoura reproduziu uma crônica de José Lins do Rego, sobre Vila dos Confins, no qual o escritor iguala Palmério ao nível de Guimaraes Rosa, Ciro dos Anjos e Fernando Sabino, sendo que todos também haviam lançado obras em 1956[130]. Nesse momento, "Vila dos Confins" já despontava como o livro mais lido em São Paulo e no Rio de Janeiro, desbancando "Grande Sertão Veredas", de Guimaraes Rosa, e "Encontro Marcado", de Fernando Sabino.

A posição de Palmério como membro do PTB o colocava, para alguns, como parte de um ambiente anti-intelectual. O deputado udenista Aliomar Baleeiro[131] afirmou, em um artigo de 23 de fevereiro de 1957[132], que "Palmério seria um raro intelectual no PTB", figurando ao lado de figuras como Alberto Pasqualini e Lúcio Bitencourt. Ademais, há a colocação do colunista Vinicius Carvalho do jornal "Alterosa", quando este aponta "O que deixa a gente boquiaberto é existir um deputado do PTB capaz de escrever um livro como este. Não sei se Mário Palmério é capaz de reabilitar um partido político. Mas basta para reabilitar uma literatura" (Carvalho, 1956 *apud* Lavoura e Comércio, 1957, p. 2)[133].

Essas falas nos mostram, que mesmo diante de oposicionistas, Palmério passou a ser reconhecido e respeitado com o advento de Vila dos Confins, o que reforça a tese de que ele se utiliza do sucesso literário para construir o seu capital político, visto que o novo romancista era um deputado petebista que "[...] até pouco tempo, era parlamentar de pouca evidência, cauteloso e comedido como são quase todos os mineiros"[134].

---

[130] Guimarães Rosa lançou "Grande Sertão Veredas" e "Corpo de Baile"; Fernando Sabino lançou "O Encontro Marcado"; já Campos de Carvalho lançou "A Lua Vem da Ásia" e Ciro dos Anjos ficou por conta de "Montanha".
[131] Aliomar Baleeiro era Baiano é formado em Direito, pela Universidade Federal da Bahia. Foi deputado estadual, sendo cassado após o golpe do Estado Novo, em 1937. Em 1945, com a redemocratização, filiou-se a UDN, foi deputado constituinte e depois federal em 1950 e 1954. Em 1960, transferiu o seu domicílio eleitoral para a Guanabara, onde se elegeu deputado estadual e federal, em 1962. Foi um grande crítico do governo João Goulart e apoiador do golpe de 1964. Com a dissolução do Supremo Tribunal Federal, em 1965, foi nomeado pelo presidente Castelo Branco para uma vaga na Suprema Corte.
[132] Artigo intitulado "Mário Palmério se revelou escritor numa estreia espetacular", publicado em 23 de fevereiro no Jornal Lavoura e Comércio.
[133] Artigo veiculado no jornal "Alterosa" em 15 de março de 1957 e reproduzido no Lavoura e Comércio, em 08 de agosto daquele mesmo ano.
[134] Artigo "Surge um romancista" publicado na revista "O Cruzeiro" e reproduzido no Lavoura e Comércio na edição de 25 de março de 1957.

Com todo o êxito literário, em março de 1957 se anunciava que a segunda edição de "Vila dos Confins" estava encomendada, já tendo se esgotado a primeira edição, com uma tiragem de 8 mil exemplares, apenas dois meses após o seu lançamento. Já no dia 16 daquele mês, em uma crítica literária de Eneida, escrita originalmente no dia 06 de janeiro no jornal Diário de Notícias, a escritora apontou "Vila dos Confins" como um dos maiores sucessos literários de 1956 e como "[...] um romance regionalista e de costumes é um dos melhores que possuímos em nossa literatura" (Lavoura e Comércio, 1956, p. 2).

Uma das bases desse sucesso foi apontada pelo cronista Felix Fernandes Filho, ao afirmar que Palmério era "[...] um escritor que nasceu feito, à espera de uma ocasião"[135] (Lavoura e Comércio, 1957, p. 2)[136]. Apesar disso, Palmério precisou construir sua imagem no campo literário e, para tanto, fez amizades no setor das letras, tendo se tornado amigo, além de Raquel de Queiroz, de figuras como Paulo Ronai[137] e Aurélio Buarque de Holanda[138].

O próprio Aurélio Buarque, que na época construía o que hoje é o "Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa", possuía cerca de 700 verbetes presentes em "Vila dos Confins" e até então desconhecidos no léxico da Língua Portuguesa[139]. Ainda sobre "Vila dos Confins" e o seu autor, Aurélio Buarque comentaria que "É um Mário Palmério, iniciando-se na literatura aos quarenta anos, com um livro do valor e da seriedade de Vila dos Confins, autêntico êxito na livraria e de crítica"[140].

Além da formação dessa rede de amigos e comentários, outra forma de acumulação do capital político pela literatura, são as constantes comparações entre Mário Palmério e outros escritores, em especial, Guimarães Rosa, que já tinha o seu nome consolidado nas letras nacionais. O estilo era muito próximo e ambos escreviam sobre a realidade interiorana do sertão brasileiro, utilizando-se de uma rica descrição sobre os aspectos geográficos e com grande

---

[135] Nesse mesmo sentido, apontou Raquel de Queiroz no prefácio da primeira edição da obra de Palmério, ao afirmar sobre Palmério que "Este nasceu para a pena. Custou um pouco a descobrir o seu dom de nascença ou tinha medo dele [...]" (QUEIROZ *apud* PALMÉRIO, p. 9, 1956). Temos ainda, a fala do deputado Castilho Cabral em carta escrita para Palmério e publicada no Lavoura e Comércio na edição de 05 de abril de 1957, afirmando "Porque "Vila dos Confins" não é livro de calouro, é livro de quem sabe escrever e como descrever".

[136] Crônica intitulada "O Píndaro do Populismo" publicada originalmente no jornal Folha de Minas, e reproduzida no Lavoura e Comércio, na edição de 08 de março de 1957.

[137] Era um importante crítico literário, tradutor e professor húngaro e naturalizado brasileiro.

[138] Artigo "O Brasil tem um novo romancista" publicado originalmente no jornal "Tribuna da Impresa" e reproduzido na edição de 28 de março de 1957 do Lavoura e Comércio.

[139] Comentário de J. Salgado Neto publicado no periódico "O Dente", do Centro Acadêmico Mário Palmério, na edição de março e abril de 1957.

[140] Comentário presente no suplemento dominical da edição de 20 de janeiro de 1957 do "Jornal do Brasil", escrito por Ruth Silver e reproduzido na edição de 05 de junho de 1957, do Lavoura e Comércio.

variedade do léxico regional a qual os seus personagens eram construídos. Ambos eram mineiros e escritores regionalistas.

Alguns recortes publicados no Lavoura nos trazem luz sobre o paralelo entre os dois escritores e observamos que os textos sempre buscavam favorecer a obra de Palmério, em comparação com a grandiosidade dos escritos de Rosa. O jornalista Renato Jobim, em um artigo publicado na edição de 27 de janeiro de 1957, no "Diário Carioca" e reproduzido em 02 de abril daquele mesmo ano no Lavoura e Comércio aponta que "o romancista deputado possui, até, sobre Guimarães Rosa essa qualidade - apesar da realidade do estilo, não é prolixo nem extravagante. Mário Palmério segue a mesma linha de ficção "expressionista" do monumental Guimarães Rosa" (Lavoura e Comércio, 1957, p. 2).

Em um artigo reproduzido na edição de 08 de junho de 1957, o crítico literário riograndense, Paulino Groia, comparando Palmério a Rosa, afirma "Mas Minas e o Brasil não conheceram apenas a revelação desta surpresa que foi Guimarães Rosa. Outro autor deu ainda sua contribuição tão poderosa e tão definitiva como a de G. Rosa. Este outro autor é Mário Palmério" (Lavoura e Comércio, 1957, p. 2).

Nesse mesmo sentido, a crítica literária Maria de Lourdes Teixeira aponta, na sua coluna "Movimento Literário", publicada no jornal "Folha da Manhã" e reproduzido na edição de 04 de maio de 1957 no Lavoura, que "Após o êxito espetacular de Guimarães Rosa, Mário Palmério contribui com este romance – "Vila dos Confins" – para uma hegemonia do romance mineiro após a fase longa dos ciclos nordestinos" (Lavoura e Comércio, 1957, p. 2).

Conforme podemos notar, há, por parte de Palmério, ao publicar os artigos e comentários que o comparam a Rosa e igualam "Vila dos Confins" a obras como "Grande Sertão Veredas", uma tentativa de se colocar como a maior revelação da literatura nacional, desde o surgimento do seu conterrâneo João Guimarães Rosa, o que o eleva a uma categoria muito superior no movimento literário nacional.

A estratégia de Palmério é, em certa medida, exitosa. Ao passo que em menos de um ano do lançamento de Vila dos Confins, o autor já aparece como possível candidato a Academia Brasileira de Letras (ABL), figurando ao lado do próprio Guimarães Rosa, como um dos possíveis nomes a ocupar uma cadeira deixada pelo falecimento do imortal, José Lins do Rego. Em extensa reportagem sobre o assunto, o jornal "Última Hora"[141] afirma que Palmério

[141] Reportagem intitulada "Possível o lançamento da candidatura Mário Palmério a sucessão de Lins do Rego, na ABL", publicada na edição de 18 de setembro do jornal carioca e reproduzida pelo Lavoura e Comércio na edição de 23 do mesmo mês.

estaria no auge da sua carreira literária: “Moço cheio de energia e de capacidade de trabalho, traçou um programa de ação nas letras que vem executando com a mesma segurança que marca os seus passos no terreno da política” (Lavoura e Comércio, 1957, p. 2).

A simples possibilidade aventada pela reportagem nos mostra como o plano de acumular capital político pelo campo literário é o caminho escolhido por Palmério após a publicação de Vila dos Confins. É certo que a sua candidatura à ABL não ocorreria naquele momento, mas que voltaria a surgir em 1968, obtendo, dessa vez, êxito, para substituir justamente aquele a quem Palmério era tão comparado, Guimarães Rosa, falecido pouco tempo depois de assumir a cadeira de número três da instituição.

Se naquele momento a candidatura à ABL não se tornou realidade, a repercussão positiva de “Vila dos Confins” gerou intensos comentários nas rodas políticas, fortalecendo, assim, o nome de Palmério no campo político. O Lavoura e Comércio do dia 17 de maio de 1957 aponta “Vila dos Confins” como o principal assunto nas rodas políticas. E de fato, Palmério recebera telegramas de inúmeras lideranças políticas.

Ildo Meneghetti, governador do Rio Grande do Sul, afirmou que “Vila dos Confins é uma bela e expressiva contribuição para o enriquecimento da literatura brasileira”. O deputado federal Alencastro Guimaraes apontou, em uma mensagem, que “Vila dos Confins enriquece a cultura brasileira”, já o udenista e ex-candidato à presidência da República, Brigadeiro Eduardo Gomes, disse que é um “Magnifico trabalho Vila dos Confins”.[142]

Nesse contexto, teremos, ainda, mensagens recebidas do deputado estadual Abilio Barreto; do Senador Luiz Galloti; do líder trabalhista e deputado federal, Fernando Ferrari; do ex-ministro das relações exteriores Macedo Soares; do vice-presidente da Câmara, deputado Godoy Ilha; uma carta do ex-ministro da fazenda e ex-embaixador do Brasil nos EUA, Oswaldo Aranha, entre tantos outros líderes políticos de diversos espectros ideológicos.

A afirmação literária de Palmério, como escritor político é de fundamental importância para a sua projeção, que ocorre, inicialmente, nos meios políticos institucionais e, como consequência, alcança o eleitorado. O deputado petebista até então desconhecido para muitos, torna-se a sensação do momento, conforme muito bem nos coloca o colunista de “Mural Literário” do jornal “Diário de Minas”[143], Ivan Vasconcelos, ao afirmar:

---

[142] Todas essas mensagens foram veiculadas na edição de 09 de maio de 1957, do Lavoura e Comércio.
[143] Publicado na edição de 10 de fevereiro de 1957 do Diário de Minas e reproduzido na edição de 06 de junho do Lavoura e Comércio.

> Vamos dizer inicialmente que o sr. Mário Palmério nos surpreendeu. Francamente, sequer poderíamos pensar – por que não confessar? – que o deputado do PTB nos pudesse apresentar um livro. E ainda Vila dos Confins, obra acabada e autêntica. [...] Mesmo em política, Mário Palmério não era notícia nem para subtítulo. E isso precisamente devido ao seu natural mutismo [...]. Mas Vila dos Confins transformou esse juízo [...]". (Vasconcelos, 1957, *apud* Lavoura e Comércio, 1957, p. 2).

Podemos observar que o sucesso literário de "Vila dos Confins" se afirmou também como um trunfo político, primeiro institucional e depois eleitoral do escritor deputado. Isso fica claro, quando o jornalista da Revista Manchete, Daniel Linguanotto, em um reportagem-entrevista com Palmério, afirma "Mário Palmério escritor, superou a Mário Palmério deputado e líder político. Apaixonou a opinião pública brasileira, conquistando para admiração do vigoroso romancista patrício leitores de todas as agremiações partidárias" (Linguanotto, 1956 *apud* Lavoura e Comércio, 1956, p. 2).

A partir disso, "Vila dos Confins" se torna não apenas um *best-seller* literário, mas também político, tendo a sua terceira edição lançada já no início de junho de 1957 com uma tiragem de 16 mil cópias, já tendo vendido outras 12 mil cópias nas duas primeiras edições e lido em vários cantos do país. Inclusive consta, que teria sido o primeiro livro a ser lido em Brasília pelo presidente JK[144].

Outro fator que deixa claro que o sucesso literário de Palmério influenciou o deputado-escritor no campo político, é o incomodo dos seus adversários políticos, que após observarem o êxito de Vila dos Confins, espalharam o boato de que não teria sido ele o autor do livro, mas o seu irmão, sobre o que André Azevedo aponta que "[...] essa difamação é fruto de ardileza política, pois era muito difícil para os feudos partidários locais engolirem o sucesso literário nacional de um triangulino imbatível nas urnas"(Fonseca, 2004, *apud* Aidar, 2008, p. 140).

[144] Informação veiculada na edição de 14 de fevereiro do jornal "A Hora", de Porto Alegre.

Figura 57: Nota do jornal “A Hora” de 14 de fevereiro de 1957



DOIS PONTOS

Botocudo

O PRIMEIRO LIVRO LIDO EM BRASÍLIA

O deputado Mário Palmério deu ao sr. Juscelino Kubitschek um exemplar do seu romance de estréia: "Vila dos Confins". O presidente pôs o livro na maleta, quando foi a Maceió. Começou a ler no avião. Só acabou a leitura, em Brasília.

— Foi o primeiro livro lido na nova Capital da República — disseram ao autor.

Há uma personagem, em "Vila dos Confins", por nome o "Governador", em que se encontram alguns traços do sr. Juscelino Kubitschek, segundo os que leram o romance.

Fonte: Memorial Mário Palmério (1957)

Fica claro, portanto, como Mário Palmério utilizou do sucesso literário de Vila dos Confins, vendido e comentado em todo o país, para acumular capital político e se projetar nacionalmente, aproveitando-se, ainda, desse capital, para se promover eleitoralmente, construindo a imagem de um político experiente e preparado, o que, como veremos adiante, terá impactos eleitorais significativos em 1958.

No entanto, antes, falaremos mais sobre o surgimento de Vila dos Confins, bem como a sua relação com uma das principais bandeiras de Palmério como deputado: o combate às fraudes eleitorais e o aperfeiçoamento da legislação eleitoral.

3.2.1 “Vila dos Confins”: do relatório nasceu o romance

É difícil precisar o momento certo em que “Vila dos Confins” teria saído do papel, mas podemos dizer com certeza, que a obra não nasceu um romance. Conforme o próprio autor afirma em carta para a coluna de João Condé na revista “O Cruzeiro”, “Vila dos Confins” nasceu relatório, cresceu crônica e acabou romance” (Palmério, 1957 *apud* Lavoura e Comércio, 1957, p. 2), o que também seria repetido anos depois para uma entrevista para a edição 712 da revista “Manchete”.

A ideia inicial de Palmério não era escrever uma obra literária, tampouco um romance, mas produzir um relatório político para subsidiar a Câmara dos Deputados, na discussão sobre a reforma da Lei Eleitoral, que vinha propiciando muitos desmandos por parte das elites políticas, ocasionando, assim, as famosas fraudes eleitorais, que discutiremos no tópico a seguir.

Em uma entrevista a Alduízio Moreira de Souza, em 1995, pouco tempo antes de falecer, Palmério deixa clara as suas intenções, apontando que:

> Vila dos Confins, foi um livro escrito, aliás, começou um relatório... em 1954, foi a minha segunda eleição. Quando eu voltei a Câmara em 1954 no fim do ano, encontrei a câmara muito preocupada com o resultado das eleições, porque a nova lei eleitoral votada para esta eleição propiciava muita fraude, e o pessoal tinha descoberto e a lei não funcionou bem. Então a Câmara estava pretendendo fazer uma reforma dessa nova lei eleitoral. Então foi com a minha experiência eleitoral nessas cidades aqui do Triângulo [...] eu então resolvi fazer uma espécie de história de campanha política, uma crônica de uma eleição, e tive que fazer ficção (Palmério, 1995, *apud* SOUZA, 1995).

Essa fala foi muito repetida pelo deputado escritor em várias outras entrevistas concedidas antes de 1995. O autor sempre procurava deixar claro que "Vila dos Confins" foi uma "obra do acaso". Quando afirma que nasceu como um relatório, evidencia que o então deputado resolveu partilhar as suas experiências eleitorais, especialmente as de 1952 e 1954, em que vivenciou inúmeras ocorrências fraudulentas nessas eleições.

Ao afirmar então que o texto cresceu como uma crônica, fica evidente que se trata realmente daquilo que o escritor experenciou como deputado Em uma entrevista concedida em 1992 para o programa "Retratos" do apresentador Clodovil Hernandes, exibido na rede CNT, Palmério deixa claro que "Vila dos Confins" se constituiu em uma série de crônicas, visto que o enredo cotidiano das fraudes eleitorais era algo que se repetia "Eu comecei a notar que os fatos se repetiam. Aquilo que acontecia em Uberaba, acontecia em Centralina, acontecia em Araguari, acontecia em Canapólis, acontecia em Santa Vitória etc. Então universalizava o fato [...]" (Palmério, 1992, *apud* Retratos, 1992).

Sobre a origem "despreocupada" e "inesperada" do romance, o escritor e crítico literário, Paulino Groia, afirma que, certa vez, Palmério se irritou com quem duvidava da gênese eventual de Vila dos Confins, dizendo "Fui redigir, declarou ele, um relatório sobre as fraudes eleitorais. Enquanto escrevia, vinha a minha memória aquelas figuras de políticos do interior. Não resisti a tentação de descrevê-los. Do relatório nasceu o romance. Eis tudo!" (Palmério, 1957, *apud* Groia, 1957)[145]. É isso que o próprio autor corrobora na entrevista para Clodovil "Escrevi Vila dos Confins sem a menor pretensão literária" (Palmério, 1992, *apud* Retratos, 1992).

[145] Trecho retirado do artigo de Paulino Groia, reproduzido em 10 de junho de 1957, no jornal Lavoura e Comércio.

É no contexto da sua origem, que Vila dos Confins, apesar de bem recebido pela crítica literária, foi muito contestada em relação à categorização do seu gênero. Seria a obra realmente um romance? Em uma nota do jornal "Última Hora", o periódico define bem a questão "Brigam os Críticos", trazendo divergências de interpretações de críticos literários do Rio de Janeiro e do Recife acerca de Vila dos Confins, em que alguns apontam o livro como um romance e outros apenas como uma denúncia sobre as fraudes eleitorais[146].

O periódico "O Jornal", de 02 de março de 1957, aponta que o livro não seria um romance, mas um livro de crônicas[147] Já o jornalista Eduardo Portela escreveu, no "Jornal do Comércio", que "Vila dos Confins" era "Um livro que é romance, mas é também uma série de crônicas ou uma descrição minuciosa de uma eleição no interior de Minas Gerais, onde os problemas eleitorais se misturam com os dramas da região" (Portela, 1957, *apud* Lavoura e Comércio, 1957, p. 2)[148].

Outras definições tiveram espaço, como: romance político; romance de costumes; romance regionalista; romance moderno; livro que é romance no nome e realidade no conteúdo[149] ou, ainda, na definição do crítico literário Heréclio Salles, o livro não se constituiria tecnicamente como um romance, por lhe faltarem atributos para tal classificação[150].

Para Mário Palmério, não importava muito àquela altura se "Vila dos Confins" era um romance, uma crônica ou algum outro tipo de gênero ficcional, mas a exposição do seu nome gerado por esse debate, projetando-o e colocando-o em evidência não só no campo literário, mas também político. Todas aquelas páginas gastas nos jornais Brasil afora tinham uma grande utilidade para o deputado escritor: construir o seu capital simbólico, legitimando-o não só como político, mas também como intelectual.

---

[146] Nota reproduzida na edição de 06 de abril de 1957, no Lavoura e Comércio.
[147] Matéria reproduzida na edição de 09 de julho de 1957, no jornal Lavoura e Comércio.
[148] Artigo reproduzido em 22 de julho de 1957, no Lavoura e Comércio.
[149] "Um livro destinado a consagrar o romance político em nosso meio", reportagem e entrevista de Silveira Brasil do jornal "O Dia", reproduzida em 19 de fevereiro de 1957, no Lavoura e Comércio.
[150] Artigo reproduzido no Lavoura e Comércio, em 26 de fevereiro.

Figura 58: Artigo de Roberto Simões, reproduzido no Lavoura e Comércio em 25 de maio de 1957[151]



Repercussão Nacional de "Vila dos Confins"

Roberto Simões: — «Vila dos Confins» consegue ser mais do que um romance regional

Roberto Simões, crítico literário do "Correio da Manhã", publicou naquele diário do Rio de Janeiro um comentário localizando "Vila dos Confins" por vários ângulos e mostrando o significado do livro de Mário Palmério no panorama cultural e político do país.

Uma apreciação que eleva ainda mais, sem dúvida, o trabalho do escritor mineiro.

A propósito de VILA DOS CONFINS, de Mário Palmério, nos chegou, mentalmente, uma recapitulação da revalorização do romance mineiro que, durante algum tempo, andou relegado a um estado de insuficência. Não nos vamos preocupar aqui com um histórico, pois remontaria Bernardo Guimarães, o que seria por demais longo e enfadonho, mas a alguns dos últimos lançamentos que nos trouxeram a problemática das

taforma de uma geração inautêntica, com uma luta incessante contra o soçobramento, frontalmente oposta aos valores reconhecidos, em que se demonstra toda a fragilidade que caracterizou o chamado "período 1954".

Já o "romance" de Guimarães Rosa é diferente. Trata-se do aproveitamento do sertão, de suas vissicitudes, penetrando naquilo que aparentemente é tranquilo, bucólico, mas que, em verdade, é um drama patético repleto de nuances até então desconhecidas, com paixões apocalíticas e um desmazêlo de côres fortes, que impressiona muito mais por seu estado contundente de penúria que, propriamente, pela paisagem que o cerca.

VILA DOS CONFINS não se enquadra em nenhuma de ambas as tendências. E' um

lutas aguerridas do período eleitoral, a corrida desenfreada para a consolidação dos votos dos mateiros", são experiências narradas num clima de diário, de anotação particular, onde, não raro, encontramos a sequência interrompida, outras vêzes monótona, cansativa. Aliás, aí residem as grandes falhas deste débutante: a falta de certo domínio técnico e uma preocupação enorme de realismo absoluto, o que, indiscutivelmente, poderá ser sanado em obras posteriores.

O que êste autor nos trás é aquela preocupação de demonstrar o lamento de um país — o "país das gerais" —

imerso numa posição idêntica à de Dantas Mota ao descrever o seu "homem-rio", na "Epístola do São Francisco". E', como bem o salientou Raquel de Queiroz, a percepção da "integridade primitiva" desta "poesia de flores e rio", florescendo numa linguagem dialetal, rude, como se gravada, sem retoques, da conversação costumeira, do quotidiano do "homem tabocado", sem cultura, guiado mais pelo instinto que pela inteligência.

VILA DOS CONFINS abre horizontes inexplorados e seu autor se apresenta como um valor positivo entre os mais novos ficcionistas brasileiros.

CONSULTORIO NO CENTRO — Vende-se um consultorio dentario, completo, no melhor ponto da cidade, em pleno funcionamento, com grande clientela, muito serviço iniciado e iniciando, otima renda mensal, aluguel baratissimo. Preço baratissimo. Facilita-se a metade do valor. Negocio

Fonte: APU (1957)

Se para Palmério como escritor não importou o debate da crítica sobre o gênero de Vila dos Confins, foram muito relevantes as impressões sobre a história narrada por ele na sua obra, visto que se tratava de um tema caro a Palmério, político, e que também estava em alta no debate público e parlamentar daqueles anos, qual seja: as fraudes eleitorais propiciadas pela legislação eleitoral e a necessidade constante de reformá-la.

Vila dos Confins, certamente, foi um importante instrumento de denúncia das práticas fraudulentas ocorridas nas eleições daquele período e perpetradas Brasil afora. Foi nesse sentido, que a obra auxiliou no debate da reforma da lei eleitoral em 1955. Se por um lado Palmério ficaria conhecido como "o romancista da fraude eleitoral"[152], por outro, seria o deputado que defenderia o debate político sobre a revisão constante da lei eleitoral e a defenderia como a mais importante reforma de base que o país necessitava. Isso é o que veremos a seguir.

[151] Nota: Esse foi um dentre vários outros artigos que realizavam o debate acerca do tipo de gênero ficcional a qual pertencia "Vila dos Confins".
[152] Nota do "Diário da Noite", de Recife, que fez essa afirmação e foi reproduzida na edição de 24 de maio de 1957 do Lavoura e Comércio.

3.2.2 *Mário Palmério*: “o romancista da fraude eleitoral”

O tema central de “Vila dos Confins” são os mecanismos de fraude eleitoral e como estes tinham capacidade de interferir nas eleições, especialmente nos municípios do interior do Brasil. É por isso que o periódico “O Semanário” chama Mário Palmério de “romancista da fraude eleitoral”[153].

Ambientado em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, denominada de Vila dos Confins, o livro descreve as engrenagens do poder local e os mecanismos de manipulação eleitoral que sustentam o domínio das elites rurais e políticas. Conforme muito bem pontuado por Paulino Groia, quando nos aponta, “Em Minas o drama é a política. Ela é que dá enredo, ela é que caracteriza o ambiente, ao redor dela é que se desenvolveu a “jagunçada”, as lutas de ódio as paixões que fizeram história” (Groia, 1957, *apud* Lavoura e Comércio, 1957, p. 2).

O enredo gira em torno da disputa eleitoral entre o Coronel Justino Caldeira Brant, líder político tradicional e autoritário, e Paulo Santos, candidato de oposição que tenta romper com as estruturas de dominação. A eleição, porém, é manipulada desde o início: há compra de votos, intimidação de eleitores, uso da máquina pública e falsificação das atas eleitorais.

Essas práticas revelam o quanto o processo democrático era apenas uma aparência, controlado por quem detinha o capital político, econômico e simbólico na região. Conforme nos aponta o brasilianista Thomas Skidmore “[...] uma das melhores maneiras de compreender a atmosfera do coronelismo é através de novelas de escritores oriundos dessas áreas da interlândia. Um dos conhecidos relatos ficcionais de um coronel é a novela de Mário Palmério, *Vila dos Confins* (Rio de Janeiro, 1956)” (Skidmore, 2002, *apud* Aidar, 2008, p. 109).

Em uma crônica escrita pelo advogado Jerônimo Geraldo no jornal goiano “Oió” e reproduzida no Lavoura e Comércio, em 11 de fevereiro de 1957, ele descreve bem o foco literário de “Vila dos Confins”, ao afirmar que este se concentrava na “[...] primeira eleição num município, assistida até financeiramente por deputados eleitos e potenciais; interferências inéditas de auxiliares do governo estadual miserável pressão de delegado militar; falta de politização de eleitores e candidatos municipais” e completa, afirmando que havia ainda a “[...] predominância do fator dinheiro na política: prestígio inquisitorial de certo coronelismo

[153] Referência apontada no Lavoura e Comércio de 24 de maio de 1957, na coluna “Repercussão Nacional de Vila dos Confins”.

em superação; relatividade do voto secreto; justificada importância de força federal para as eleições; atividade abjeta do jaguncismo [...]" (Geraldo, 1957 *apud* Lavoura e Comércio, 1957, p. 2)[154].

A narrativa apresenta personagens que encarnam diferentes facetas da política coronelista - líderes locais, candidatos, cabos eleitorais, eleitores manipulados e autoridades coniventes. A obra denuncia parte estruturante do sistema político da época: compra de votos, coerção de eleitores, falsificação de atas e uso indevido da máquina pública, que aparecem como estratégias naturalizadas no cotidiano político.

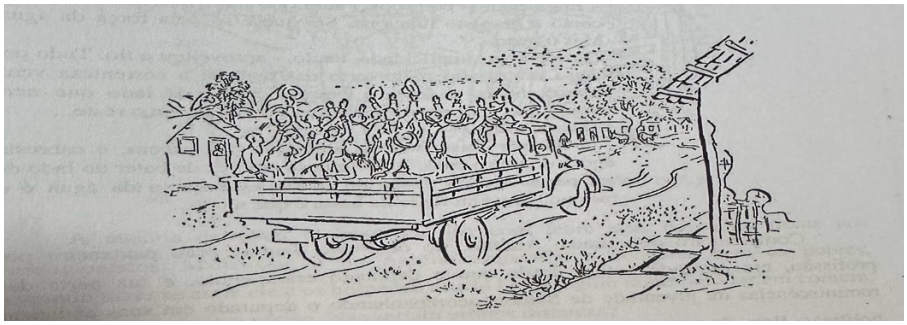
O crítico literário, Oscar Mendes, na sua coluna "Alma dos Livros", do jornal "O Diário", sintetiza muito bem as situações retratadas na obra de Palmério e a sua relação com a fraude eleitoral, apontando que:

> E em deliciosos flagrantes iguais a este que nos descreve todos os episódios de uma eleição no interior: o preparo dos eleitores, das marmitas, o transporte dos eleitores, os currais ou quarteis, a compra de votos, as ameaças, as artimanhas dos adversários, a ingerência de membros do governo, interessados por sua vez em criar medidas amedrontadoras do povo: delegado militar, aumento do destacamento local, as nomeações de elementos manejáveis para as falcatruas e golpes baixos: o escrivão manhoso, o coletor perseguidor, o cabo eleitoral que se vende, o boato, a mentira todos os meios capazes de ganhar um ou mais eleitores. Quadro vivo, animado, autêntico da vida política brasileira, com todos os seus erros os seus vícios, as suas deslealdades, as suas rasteiras, a sua pouca vergonha, a sua corrupção, triste quadro, que enche de nojo, mas verdadeiro, que o autor, político militante, conhece profundamente, conhece de bem dentro dos bastidores [...] (Mendes, 1957, *apud* Lavoura e Comércio, 1957, p. 2).

É nesse sentido, que Palmério ao escrever um relatório político, conseguiu transformar as realidades eleitorais já vivenciadas por ele, no universo ficcional de Vila dos Confins, trazendo essa realidade cotidiana das eleições para o romance e denunciando os desmandos no processo eleitoral. Em outras palavras, Vila dos confins, tinha um teor de "denúncia política", tornando-se uma espécie de "libelo contra a fraude eleitoral".

[154] Precisamos destacar aqui o "fator dinheiro" apontado pelo cronista e muito denunciado por Palmério, não só na narrativa de Vila dos Confins, mas em seu constante combate contra as fraudes eleitorais. O deputado petebista afirmava ser o "abuso do dinheiro" (Palmério, 1957 *apud* Lavoura e Comércio, 1957, p. 2) a principal causa para a fraude e a corrupção no processo eleitoral.

Figura 59: Ilustração de Percy Lau mostrando um dos mecanismos de fraude eleitoral retratado em Vila dos confins



Fonte: 1ª edição de "Vila dos Confins" (1956)

Ao analisar o processo eleitoral daquele período, percebemos que muitas eram as formas de se realizar a fraude eleitoral, e que partidos e candidatos, mesmo com as mudanças na legislação para evitar as fraudes, iam se adequando para continuar a praticá-las. As fraudes denunciadas por Palmério em "Vila dos Confins" eram era de diversos tipos, entre elas temos: a compra de votos, que se dava de diferentes maneiras; o uso do denominado "eleitor fósforo"; o uso da violência política; a intervenção das forças estaduais, entre outros.

Em um diálogo criado por Palmério em Vila dos Confins, entre os personagens Pereirinha[155] e o deputado Paulo Santos[156], fica claro como as fraudes eram mais comuns do que se imagina naqueles rincões interioranos

> — E os títulos de gente que já morreu?
> — Mesma coisa. Por via das dúvidas, tirei certidão dos óbitos registrados no município. O juiz mandou me dar. Impugnam-se na hora.
> Paulo insistia: — Quer dizer que eles não podem cometer nenhuma fraude?
> Pereirinha sabia onde tinha o nariz, e respondeu de pronto: — Dessas comuns, não senhor. Meu medo é o dinheiro. Soube que o Chico Belo pôs gente acorrer o município, comprando títulos. E a ordem é pagar até quinhentos por cabeça …
> — Ah! Então o senhor já soube? No Brejal, o Venâncio me disse que fizeram estrago…
> — Soube, sim, doutor. E disso não há quem escape. Nada segura. Esta lei eleitoral é uma beleza: quem pode comprar títulos inutiliza os que não podem. O sigilo também não existe. Aposto como o Osmírio mandou distribuir marmitas preparadas para o pessoal dele. Fui eu que descobri esse golpe, na última eleição.
> Paulo mostrou-se curioso: — Preparadas, como? Qualquer sinal, qualquer marca inutiliza as cédulas… (Palmério, 2019, p. 225).

[155] Era um velho cabo eleitoral, experiente no cometimento de fraudes eleitorais. Foi trazido da capital pelo partido União Cívica, para garantir a vitória da agremiação nas eleições.
[156] Protagonista da história, era um deputado que buscava ampliar o seu poder e influência no recém-emancipado município de Vila dos Confins.

Nesse contexto, temos o eleitor fósforo, que era aquele que se colocava para votar no lugar de uma outra pessoa, as vezes até no lugar de mais de uma pessoa. A pessoa no lugar de quem o fósforo se punha a votar, ou seja, que se fazia passar por ela, era quase sempre um eleitor já falecido, mas também podia se dar no lugar de uma pessoa que já havia mudado de cidade.

Segundo José Murilo de Carvalho "Se o alistado não podia comparecer por qualquer razão, inclusive por ter morrido, comparecia o fósforo, isto é, uma pessoa que se fazia passar pelo verdadeiro votante. Bem-falante, tendo ensaiado seu papel, o fósforo tentava convencer a mesa eleitoral de que era o votante legítimo" (Carvalho, 2006, p. 39). Tem-se aqui o ponto central de Vila dos Confins, que é retratar a "psicologia do político do interior". Uma espécie de maquiavelismo sem limites, onde para se chegar a um fim, todos os meios são justos.

Em relação a compra de votos, esta era materializada pela inexistência de uma cédula oficial para que o eleitor votasse, o que permitia com que os cabos eleitorais, especializados e contratados para "fraudar votos", entregassem cédulas confeccionadas pelos partidos e candidatos, e que já estavam marcadas, para que os eleitores de determinada localidade depositassem na urna, seguindo as vontades do chefe político daquela localidade, o "Coronel".

Sobre a falta de uma cédula oficial para votação e como isso facilitava as fraudes, bem como o papel exercido pelo Coronel, o historiador José Murilo de Carvalho nos aponta que

> A fraude era facilitada por não haver cédula oficial para votar. Os próprios candidatos distribuíam suas cédulas. Isso permitia muita irregularidade. O eleitor com menos preparo podia ser facilmente enganado com a troca ou acumulação de cédulas por cabos eleitorais. Coronéis mantinham várias práticas antigas de compra de voto e coerção dos eleitores. A seu mando, cabos eleitorais ainda levavam os eleitores em bandos para a sede do munícipio e os mantinham em "currais", sob vigilância constante, até o momento do voto. Os cabos eleitorais entregavam aos eleitores envelopes fechados com as cédulas de seus candidatos, para evitar trocas. O pagamento podia ser em dinheiro, bens ou favores. Por via das dúvidas o pagamento em dinheiro era muitas vezes feito da seguinte maneira: metade da cédula era entregue antes da votação e a outra metade depois (Carvalho, 2015, p. 150-151).

Podemos observar que a figura do Coronel era muito importante para viabilizar as fraudes. A princípio pode soar estranho ou anacrônico falarmos em Coronel no período analisado. Trata-se aqui do que denominamos de "coronelismo", mas adaptado socialmente ao

tempo histórico em análise[157]. Por isso não estamos a falar dos coronéis da Primeira República, mas sim de grandes proprietários rurais que herdaram a referência, por possuírem o mando político de determinada localidade e que se utilizavam de práticas eleitorais semelhantes ao dos antigos coronéis, para imporem a sua vontade política.

O Coronel era uma peça fundamental na materialização das fraudes eleitorais, sendo essa a sua condição de existência. Isso se estabelece sobre o sistema que Victor Nunes Leal denominou de "coronelismo" e definiu como sendo "[...] sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influencia social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra" (Leal, 2012, p. 44). Com isso, podemos afirmar, que é a partir do Coronel e toda a relação clientelística estabelecida a partir de seu poder de mando político que se torna possível materializar a fraude, pois esta, é uma característica necessária a sobrevivência do sistema.

A figura do Coronel foi muito marcante na trajetória política de Palmério, visto que ainda estaria muito presente em munícipios recém-criados, por se tratar de uma figura ainda em evidência naquelas localidades. Dessa forma, o Coronel será muito contestado por Mário Palmério, não apenas em Vila dos Confins, mas na sua prática política, conforme podemos observar na sua entrevista para Alduízio de Souza, quando ele afirma:

> Toda pessoa que se metia a desafiar o poderio dos coronéis sofria na ocasião. Eu fui um desses idiotas que começou a querer desafiar os coronéis. Levei muita vantagem, ganhei as eleições, consegui ser vitorioso em muitos municípios contra os coronéis, mas ficou esse ressentimento, que perdura até hoje. [...] mas eu era um desafiador dessas situações, e foi a maneira de eu me eleger, eu não tinha nenhuma proteção deles. Eles tinham seus candidatos (Palmério, 1995, *apud* Souza, 1995).

Conforme visto, o tema central em torno de "Vila dos Confins" era a denúncia dos mecanismos de fraude eleitoral existentes à época e, para tanto, Palmério se utilizou de sua experiência para dissecar esse *modus operandi* e utilizou dos personagens de seu romance para representar como essas fraudes ocorriam e prejudicavam o processo eleitoral.

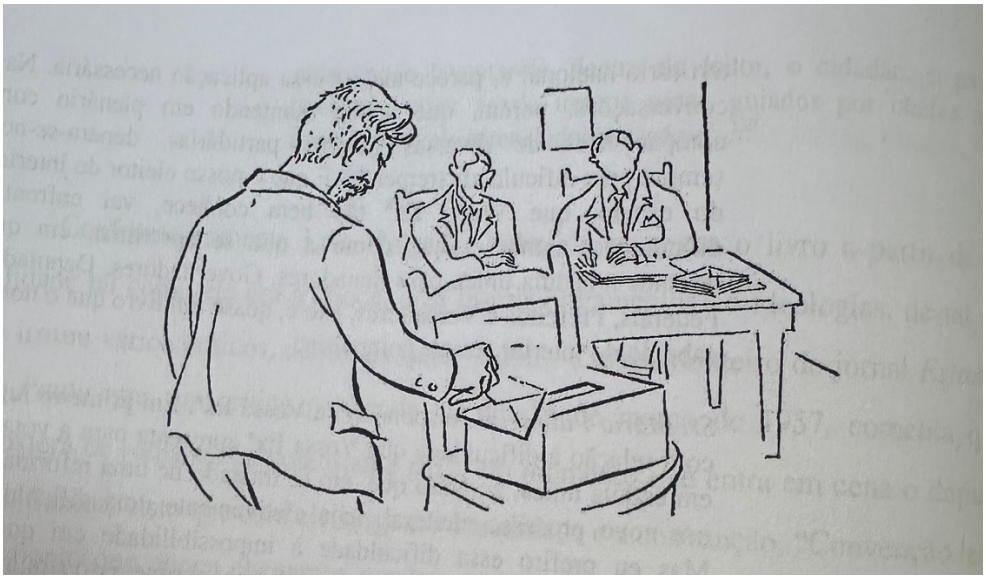
Nesse contexto, Vila dos Confins, foi não apenas um "libelo" contra as fraudes, mas um instrumento de defesa em favor da Reforma Eleitoral. Em certo momento da obra, o narrado

---

[157] Sobre as mudanças que envolvem o fenômeno do coronelismo ao longo do tempo, temos uma excelente explanação de Barbosa Lima Sobrinho, no prefácio da segunda edição de "Coronelismo, enxada e voto" de Victor Nunes Leal, quando ele nos pontua que "O "coronelismo", em 1975, não será a mesma cousa que o de 1949. Dia a dia o fenômeno social se transforma, numa evolução natural, em que há que considerar a expansão do urbanismo, que liberta massas rurais vindas do campo [...]. A faixa de influência e prestígio do 'coronel' vai minguando [...]. O que não quer dizer que tenha acabado o coronelismo" (Sobrinho, 1975 *apud* Leal, 2012, p. 41).

onisciente afirma “Pereirinha tinha razão. Sem radical reforma da lei eleitoral, as eleições continuariam sendo uma farsa” (Palmério, 2019, p. 226).

Figura 60: Ilustração de Percy Lau mostrando como era realizada a votação



Fonte: 1ª edição de “Vila dos Confins” (1956)

A defesa da Reforma Eleitoral seria, nesse sentido, a principal finalidade de Palmério com a escrita de “Vila dos Confins” e não é à toa que os periódicos assim definiam, como em uma nota do jornal “Última Hora” reproduzida no Lavoura, o periódico afirma “O romance seria, portanto, uma tese em favor da reforma eleitoral” (Lavoura e Comércio, 1957, p. 2), assim também concordando o jornalista, Raul Pila, ao afirmar que “Se elevado é o valor literário do romance, creio eu que ele poderá, por isto mesmo vir a exercer uma acentuada influência política [...]. É possível que concorra para sensibilizar a consciência cívica em favor da indispensável e urgente reforma eleitoral” (Pila, 1957 *apud* Lavoura e Comércio, 1957, p. 2).

Veremos a seguir, como de fato, a obra contribuiu, para em diferentes momentos, auxiliar em debates e projetos que visavam a reforma da lei eleitoral. Em 1955 ainda como relatório político, influenciou na adoção da cédula oficial para os cargos em eleições do executivo e depois, já como obra ficcional, ajudou na ampliação do uso da cédula oficial para eleições proporcionais, bem como outras medidas que buscariam evitar as fraudes que maculavam o processo eleitoral. É o que passaremos a ver, a seguir.

3.2.3 “Vila dos Confins” e a defesa da reforma eleitoral

Conforme visto anteriormente, a ideia de escrita de “Vila dos Confins” se originou da necessidade de reforma da lei eleitoral que vigorava no país à época e que, segundo o próprio deputado-escritor, era a grande responsável por ocasionar as fraudes eleitorais existentes, conforme ele mesmo relatou em entrevista para Clodovil Hernandes:

> Em 1954, na minha segunda eleição para deputado federal eu encontrei a Câmara muito revoltada com a lei eleitoral. Aquela lei de 45, quando houve aquela redemocratização, quando elegeu aquela primeira assembleia. Uma lei eleitoral que propiciava muita fraude e nessa segunda eleição em 1954, talvez 50 ou 60% dos deputados foram derrotados. E acusavam a lei eleitoral (Palmério, 1992, *apud* Retratos, 1992).

A Lei Eleitoral a que se refere Palmério é o Decreto-lei n. 7.586, de 28 de maio de 1945, conhecida como Lei Agamenon[158]. A “nova” lei eleitoral invocava princípios democráticos do antigo código de 1932, restabelecendo o voto direto, secreto e obrigatório. Além disso, estabelecia duas formas de alistamento, por iniciativa do eleitor ou *ex-officio*; determinava as formas de organização dos partidos políticos; reorganizava a justiça eleitoral e instituía o sistema proporcional para eleição no poder legislativo, com exceção do Senado.

No entanto, apesar de se referir à lei eleitoral de 1945 como a legislação reformada, a lei que realmente foi alterada entre o final de 1954 e início de 1955, foi o Código Eleitoral de 1950, que mantinha as bases da lei de 1945, mas excluía o alistamento *ex-officio*, devendo isso ser feito, obrigatoriamente, por todo cidadão alfabetizado e maior de 18 anos, conforme já determinava a constituição de 1946.

Mas o que realmente importava na reforma da lei eleitoral era modificar o momento em que o eleitor depositava seu voto na urna, que no modelo que estava vigente, propiciava a fraude. Duas situações contribuíam para isso: a cédula de votação que podia ser fornecida por partidos e candidatos e ficavam dentro da cabine de votação ou eram entregues já marcadas pelos cabos eleitorais, bem como a possibilidade de o eleitor votar em mais de uma seção do munícipio. O cientista político Jairo Nicolau, ao analisar essa situação, nos aponta que:

> Até 1955, cada mesa eleitoral recebia uma listagem dos eleitores aptos a votarem, mas havia a possibilidade de se votar em outra seção do município. [...]. Desde 1932 os eleitores, na hora de votar, recebiam os envelopes oficiais nos quais deveriam inserir as cédulas. A legislação permitia que as cédulas confeccionadas pelos partidos e

[158] Uma referência ao então Ministro da Justiça, responsável pela redação do decreto-lei.

> candidatos ficassem na cabine de votação. Esse sistema favorecia os partidos mais estruturados, capazes de distribuir cédulas por todos os munícipios, e facilitava a coação dos eleitores pelos cabos eleitorais (Nicolau, 2002, p. 52-53).

Conforme nos aponta Jairo Nicolau, os partidos mais estruturados, que possuíam maior capacidade financeira para financiar vultuosas campanhas e tinham uma base de relação clientelística consolidade em determinadas localidades, eram os mais beneficiados. Um desses partidos era o PSD. Em diferentes momentos, Palmério denuncia, o que denominou de "macetes pessedistas", que definiu como "[...] aquelas malandragens que se faziam" (Palmério, 1992, *apud* Retratos, 1992).

O jornalista Neiva Moreira, em um artigo publicado na "Tribuna da Imprensa"[159], pontuou bem a irritação de Palmério contra as fraudes perpetradas pelo PSD, que tinha uma grande rede eleitoral em Minas Gerais, em que segundo ele "Explica-se, assim, a irritação com que Mário Palmério referiu-se aos manejos do PSD para desmoralizar a Lei Eleitoral em vigor e reabrir as portas das seções eleitorais aos fantasmas. Deputado do PTB, foi franco em dizer que 'só ao PSD interessa, fundamentalmente a fraude eleitoral'" (Moreira, 1957, *apud* Lavoura e Comércio, 1957, p. 2).

Discursando em uma das sessões de discussão do projeto que instituía a cédula única de votação, Palmério aponta suas expectativas em relação a adoção desse instrumento para evitar as fraudes existente quando o eleitor depositava o seu voto na urna, assim afirmando o deputado:

> Estou inteiramente de acordo com o projeto referente à cédula oficial, por entender que esta impede, exatamente, que o cabo eleitoral transforme o seu eleitor num elemento que vai votar sabendo, a priori, em quem. Precisamos dar ao eleitor que quer votar em determinada pessoa a oportunidade de fazê-lo. Se ele receber uma cédula oficial, vai a cabina indevassável e vota em quem muito bem entende... A cédula comum não chega às mãos do eleitor, quando chega, é o eleitor revistado, como estou cansado de testemunhar, e não consegue levar a cédula à urna, a fim de votar no candidato que lhe interessa (Palmério, 1955, *apud* Nicolau, 2002, p. 53).

Pelo discurso de Palmério, fica evidente como a distribuição antecipada da cédula já preenchida pelos partidos ou candidatos propiciavam o cometimento da fraude eleitoral, seja pela compra do voto ou ainda pela pressão feita pelo cabo eleitoral ao eleitor, para votar em um candidato já direcionado pelo chefe político local. A proposta da cédula única oficial, discutida na reforma, buscava alterar essa realidade, uma vez que a cédula seria preenchida na cabine de

[159] Artigo publicado na edição de 14 de agosto de 1957 do jornal "Tribuna da Imprensa" e reproduzido na edição de 20 de agosto do mesmo ano do "Lavoura e Comércio".

votação e conferida pela mesa eleitoral e só após isso, poderia ser depositada, evitando a possibilidade de fraude.

Após os longos debates sobre a reforma da lei eleitoral, foi finalmente sancionada em 30 de agosto de 1955 a Lei n. 2.582, que instituía a "cédula única oficial", a qual deveria ser "preferencialmente" confeccionada e distribuída pela justiça eleitoral e valeria apenas para as eleições de presidente e vice-presidente da República, já a partir daquele ano.

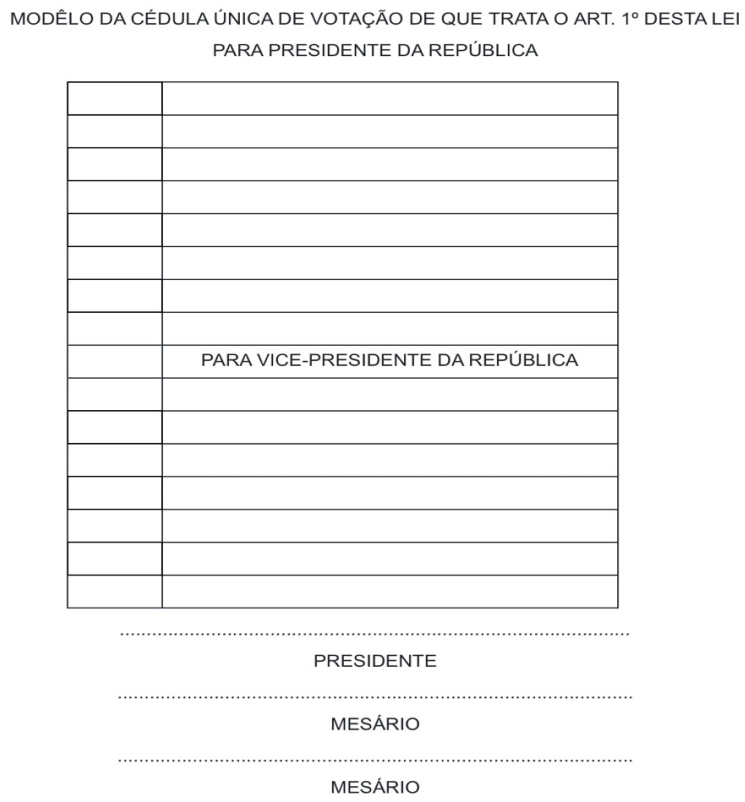
Há aqui duas situações a se destacar: os partidos podiam continuar a confeccionar e fornecer ao eleitor a cédula, desde que essa seguisse o modelo determinado pela lei (Figura 61) e quando houvesse votação para além dos cargos de presidente e vice, como para deputado, prefeito, dentre outros cargos, o eleitor precisaria ir à urna duas vezes - uma para depositar o voto pela cédula oficial (presidente e vice) e outro para votar para os outros cargos nas antigas cédulas que eram feitas por partidos e candidatos.

Mesmo diante da reforma eleitoral empreendida em 1955, ainda persistiu o cometimento dos mesmos desvios eleitorais, visto que, na prática, isso pouco foi alterado. Isso faria com que Palmério continuasse as suas denúncias contra o sistema eleitoral vigente, as mesmas que já havia sido realizada em "Vila dos Confins" e, por consequência, intensificou sua luta em defesa do aprofundamento da reforma da lei eleitoral.

Em agosto de 1957, o jornal Tribuna de São Paulo afirma que após Palmério percorrer 52 munícipios de Minas Gerais, preparando-se para as eleições do ano seguinte, ficou apavorado com a fraude generalizada que o PSD mineiro estava preparando e afirmou "Pensei que tivesse dito de tudo no meu romance sobre fraudes e golpes eleitoreiros. Mas vejo que falta dizer muita coisa" (Palmério, 1957, *apud* Tribuna de São Paulo, 1957)[160].

[160] Sobre o fato de não ter relatado tudo sobre as fraudes em seu livro, em maio de 1957, o próprio Palmério afirmou ao jornal recifense "Diário da Noite" que "Vila dos Confins" continha "apenas 30 por cento do que se faz em eleições" (Palmério, 1957, *apud* Lavoura e Comércio, 1957, p. 2).

Figura 61: Modelo da cédula única de votação conforme estabelecido pela Lei n. 2.582/55 para os cargos de presidente e vice-presidente da República


MODÊLO DA CÉDULA ÚNICA DE VOTAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 1º DESTA LEI

PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

PARA VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

.....

PRESIDENTE

.....

MESÁRIO

.....

MESÁRIO

Fonte: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2582-30-agosto-1955-361123-publicacaooriginal-1-pl.html (1955)

O próprio Palmério, como deputado, proporia, em setembro de 1957, para o líder da oposição, Afonso Arinos, um projeto que buscava evitar que o eleitor votasse mais de uma vez. A ideia era que a vacinação obrigatória fosse realizada no mesmo dia da eleição, de forma que o eleitor quando fosse votar, fosse vacinado, ficando, portanto, marcado e não podendo votar em outra sessão[161].

Ao longo dos anos, outras questões em relação a reforma da lei eleitoral foram levantadas, e Palmério apoiou propostas que buscavam tornar o processo eleitoral mais seguro e menos fraudulento, como o projeto que previa sujar o dedo do eleitor com tinta para que ele não votasse em outra sessão eleitoral e outro que inseria uma foto do eleitor em seu título eleitoral.

[161] Nota da coluna "Acontecimentos políticos" da edição de 05 de setembro de 1957, do jornal "A Tribuna de São Paulo".

Conforme veremos mais adiante, Palmério voltaria a pressionar por uma nova revisão da lei eleitoral em 1962, último ano do seu terceiro mandato, tendo levantado ele a reforma eleitoral, como o pilar das "reformas de base" defendidas pelo então presidente João Goulart.

No entanto, antes de adentrarmos na análise desse contexto, falaremos sobre as eleições de 1958 e como a construção que Palmério arquitetou em torno da repercussão de Vila dos Confins, que foi fundamental para o deputado escritor alcançar mais um êxito e se reeleger para um terceiro mandato. Isso é o que veremos a seguir.

3.3 "VOCÊ QUE É LEITOR DE "VILA DOS CONFINS", SEJA ELEITOR DE MÁRIO PALMÉRIO": A REELEIÇÃO EM 1958

Tradicionalmente, as tratativas eleitorais se iniciavam no segundo semestre do ano que antecediam o pleito eleitoral e as campanhas começavam no início do ano das eleições. No entanto, conforme vimos até aqui, Mário Palmério se utilizou dos seus estabelecimentos educacionais e do sucesso literário de "Vila dos Confins" para se projetar e antecipar sua candidatura à reeleição e, consequentemente, à campanha eleitoral.

Em 1958, Mário Palmério, diferentemente das outras eleições que havia disputado (1950 e 1954), chegava com um trabalho para mostrar e já muito conhecido, o que facilitaria, em certa medida, a sua candidatura, ainda mais levando-se em conta que "Vila dos Confins" havia espalhado o seu nome por onde ele era desconhecido e fortalecido onde já o conheciam.

Duas questões marcaram as eleições de 1958 para o deputado-escritor: a primeira, foi o efeito gerado por "Vila dos Confins" na sua candidatura, ao projetá-lo rincões a fora, o que fica bem delineado nas propagandas que diziam "Você que é leitor de Vila dos Confins, seja eleitor de Mário Palmério"[162] e a segunda foi o êxito eleitoral alcançado pelo PTB de Uberaba, que irá consolidar, definitivamente, Mário Palmério, como uma das grandes lideranças do partido em Minas Gerais, alçando-o a um patamar de prestígio no PTB nacional[163].

Diante do cenário favorável a Palmério, o deputado petebista arquitetará uma chapa pura do PTB em Uberaba, lançando candidatos a prefeito, vice, deputado estadual e federal, o

[162] Edição de 07 de janeiro de 1959 do Lavoura e Comércio faz referência a essas propagandas a partir da reprodução de uma nota do jornal "O Globo".
[163] Um mostra disso é que Palmério seria convidado para compor a Comissão Nacional de Reestruturação do PTB naquele ano.

que possibilitará o maior êxito da história do partido na cidade e talvez em Minas Gerais. Por outro lado, as costuras eleitorais para 1958 contribuirá para o surgimento de um novo adversário político do deputado na cidade, José Humberto Rodrigues da Cunha da UDN, que se aproximará de antigos aliados de Palmério, para tentar derrotar o PTB local. Isso é o que veremos a seguir.

3.3.1 Negociações e acordos: a formação do tabuleiro eleitoral de 1958

As tratativas e acordos para a disputa eleitoral de 1958 se iniciaram no segundo semestre de 1957, quando circulava rumores em Uberaba de uma possível reaproximação de Antônio Prospero e Mário Palmério, em que o primeiro migraria para o PTN e receberia o apoio do PTB para ser candidato a prefeito, formando, assim, uma Frente Trabalhista[164].

No entanto, no decorrer do processo de construção das candidaturas, foi se desenhando um outro cenário, que colocavam os antigos aliados trabalhistas em lados totalmente opostos, já tendo o destino traçado, preparado outros planos para os dois. Antônio Prospero, naquele momento, ainda figurava nos quadros petebistas como deputado estadual, no entanto, não disputaria a prefeitura pelo partido.

Por outro lado, a UDN buscava se fortalecer na cidade e havia rumores de que o então presidente da Câmara Municipal de Uberaba, José Humberto Rodrigues da Cunha, seria o candidato udenista a deputado federal. Com o objetivo de viabilizar esse projeto, a UDN passou a costurar um acordo com o PSP e se aproximar de Antônio Prospero, para este ser o candidato a prefeito da aliança UDN-PSP[165].

Em paralelo às negociações udenistas, o PTB de Mário Palmério se movimentava para formatar as suas alianças e formar a sua chapa. Além do próprio Palmério, que seria candidato a reeleição para deputado federal e de Hélio Angotti, que já era vice-prefeito pelo PTB, o partido tentava atrair o médico Jorge Furtado[166], que já havia sido candidato a prefeito em 1954 pelo PTN e ficou muito próximo da vitória.

No contexto das negociações, surgia a possibilidade de um acordo entre o PTB e o PSD, para lançar Jorge Furtado prefeito e José Soares Bilharinho a vice, o que, no entanto, não se concretizou. Com o passar das negociações, ia ficando claro o desejo de Palmério em lançar chapa pura do PTB para todos os cargos.

---

[164] Coluna “Política”, na edição de 30 de setembro de 1957, do Jornal Lavoura e Comércio.
[165] Coluna “Política”, na edição de 16 de novembro de 1957, do Jornal Lavoura e Comércio.
[166] Coluna “Política”, na edição de 08 de novembro de 1957, do Jornal Lavoura e Comércio.

Foi nesse sentido, que começou então a tentar atrair o deputado estadual Godofredo Prata do PSP, que havia deixado a liderança do partido na ALMG[167] e tinha a intenção de disputar a reeleição em outra agremiação. A ida de Godofredo Prata para o PTB[168] seria sacramentada no final de dezembro de 1957 e, juntamente com Palmério, ele organizaria ou reorganizaria diversos diretórios do partido na região do Triângulo[169], no que se constituiria a principal fonte de campanha de Palmério, nas cidades da região.

No decorrer do processo de negociações, o presidente do PSD, Coronel Ranulfo Borges, descartou qualquer possibilidade de aliança entre o seu partido e outras agremiações, afirmando que o candidato a prefeito pessedista seria o dr. José Soares Bilharinho[170]. Estava descartada, portanto, uma possível aliança entre as hostes trabalhistas e pessedistas.

Em 22 de novembro de 1957, o presidente da Câmara Municipal de Uberaba, José Humberto Rodrigues da Cunha, anuncia oficialmente sua candidatura a deputado federal, surgindo, então, o grande adversário político de Mário Palmério até o fim da sua carreira parlamentar em 1962. A repercussão em torno do nome de José Humberto foi grande e havia uma percepção muito positiva em torno do candidato udenista, especialmente entre aqueles que não se contentavam com o avanço do PTB de Palmério.

Ao anunciar o lançamento da candidatura de José Humberto, o Lavoura e Comércio aponta a manchete "José Humberto – autêntico candidato do povo" e noticia "Não há dúvida a respeito, José Humberto não é apenas o candidato de determinados grupos [...]. Lançado, entretanto, o seu nome, ele deixa de pertencer a um partido ou a um grupo de partidos. Uberaba e o Triângulo reivindicam-no para si" (Lavoura e Comércio, 1957, p. 1).

Formou-se, então, no final de 1957, as alianças partidárias para as eleições do ano seguinte. O Partido Trabalhista Brasileiro não faria nenhum acordo e lançaria chapa completa para todos os cargos, ficando assim constituída: Jorge Furtado, candidato a prefeito; Hélio Angotti, para vice; Godofredo Prata, candidato a deputado estadual e Mário Palmério, federal, além de uma chapa completa de vereadores[171]. O PTB, assim, testaria a sua força nas urnas.

---

[167] Coluna "Política", na edição de 26 de novembro de 1957, do Jornal Lavoura e Comércio.

[168] Em matéria de 23 de janeiro de 1958, Godofredo Prata aponta alguns motivos que o levaram a cerrar fileiras no PTB. Segundo o parlamentar, o partido é o que mais coaduna com a sua visão ideológica e suas aspirações políticas em busca da justiça social e defesa dos trabalhadores e daqueles que mais necessitam. Além disso, se identifica com a figura de Joao Goulart, que considera o líder que está mais ligado à defesa das causas populares no Brasil.

[169] Coluna "Política", na edição de 24 de dezembro de 1957, do Jornal Lavoura e Comércio.

[170] Coluna "Política", na edição de 02 de dezembro de 1957, do Jornal Lavoura e Comércio.

[171] Em relação à chapa de vereadores do PTB, podemos perceber pelas fontes, que o partido buscou alinhar uma representação regional dos diferentes bairros da cidade, com lideranças de diferentes profissões liberais, como foi

É preciso destacar aqui, que Mário Palmério se utilizava dos seus estabelecimentos educacionais não apenas para se projetar social e politicamente, além de obter ganhos financeiros, mas também para a partir deles, mais especificamente do seu quadro de funcionários, para formar o seu grupo de correligionários e novas lideranças petebistas, como foi nos casos de Ivo Monti (vereador e diretor da faculdade de odontologia), Hélio Angotti (vice-prefeito e professor da faculdade de odontologia) e Jorge Furtado (futuro prefeito e professor da faculdade de odontologia).

Por outro lado, o propalado acordo entre União Democrática Nacional e o Partido Social Progressista se uniria para formar a "Frente Popular Democrática" e lançar: Antônio Prospero (PSP), para prefeito; Amilcar Decina (UDN), vice; Euripedes Garcis (PSP), deputado estadual e José Humberto Rodrigues da Cunha (UDN), para federal. Essa seria a chapa que tentaria desbancar a aposta petebista da chapa única.

Por fim, temos a aliança entre o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Nacional, que acordaram em torno dos nomes de José Soares Bilharinho (PSD), prefeito; Roberval Alcebíades (PTN), para vice e dois candidatos a deputado estadual, o então prefeito de Uberaba, Arthur de Melo Teixeira (PSD) e Marcus Cherem (PTN). As lideranças pessedistas de Uberaba decidiram não lançar candidato a deputado federal e apoiar o udenista José Humberto Rodrigues, que tinha uma boa relação com um dos chefes do PSD local, Lauro Fontoura[172].

É nesse contexto que se desenrola as eleições de 1958 em Uberaba. O PTB aposta todas as fichas na sua chapa única, enquanto a UDN marcha em uma corajosa tentativa de impedir o sucesso trabalhista. O PSD, por sua vez, busca sobreviver em meio ao conflito entre udenistas e petebistas. O que de fato uniu a oposição ao PTB na cidade, foi a candidatura de José Humberto Rodrigues, com o objetivo de enfraquecer e tentar derrotar Mário Palmério.

No entanto, conforme veremos, apesar de desafiadora para Palmério e o PTB, as eleições de 1958 mostrarão como o capital político de Palmério havia se consolidado, especialmente após os seus dois exitosos mandatos e o lançamento de Vila dos Confins, o que dará a ele e seu grupo, uma grande vitória naquelas eleições, evidenciando a força do trabalhismo local e alçando deputado-escritor a outro patamar político. Antes de analisar os

o caso do médico, Silvério Cartafina, e do engenheiro, Francisco Lopes Veludo, importantes profissionais das suas áreas.

[172] Coluna "Política", na edição de 05 de dezembro de 1957, do Jornal Lavoura e Comércio.

impactos da vitória petebista de 1958, veremos, no próximo tópico, o desenrolar daquela campanha.

3.3.2 A campanha do político escritor

Passado o momento das costuras partidárias, as eleições começariam efetivamente a partir de janeiro de 1958, com intensa movimentação dos partidos e candidatos locais em busca de votos. No entanto, é possível perceber que já no final de novembro do ano anterior, algumas propagandas já eram veiculadas nos jornais, conforme anuncia a coluna política do dia 28, “Propaganda eleitoral tem início”.

Em 27 de novembro de 1957, José Humberto Rodrigues da Cunha dá o tom de como seria sua disputa com Mário Palmério. Ao anunciar a sua candidatura, o candidato defende a federalização das instituições de ensino superior, o que ia frontalmente contra os interesses de Palmério. Em entrevista ao Lavoura e Comércio, o candidato udenista reconhece a importância dos estabelecimentos de ensino, mas afirma que:

> Duas razoes ponderáveis nos levará a uma luta incessante pela federalização das escolas superiores: - a primeira delas constitui uma exigência de ordem democrática e visa propiciar as camadas da população a igualdade de oportunidades no sentido do seu aprimoramento cultural. [...] A segunda razão é inspirada pelo verdadeiro imperativo econômico de conceder melhor remuneração ao magistério [...]. Acreditamos que só assim teremos o verdadeiro RUMO A UNIVERSIDADE. (Lavoura e Comércio, 1957, p. 1).

Como podemos perceber, o líder udenista se tornou nas eleições de 1958, o principal adversário de Palmério, rivalizando no campo político-partidário, bem como contrapondo-se no campo das ideias. Junto a isso, soma-se o fato, de Antônio Prospero, ex-aliado e então principal adversário de Palmério, se aliar José Humberto para tentar retornar ao cargo de prefeito. Estavam postos, assim, os ingredientes para uma inflamada disputa eleitoral.

No início de janeiro de 1958, o PTB de Uberaba se movimentava fortemente em torno dos seus candidatos e Palmério, como bom criador de imagens que era, vai ao Rio de Janeiro, juntamente com Jorge Furtado e Godofredo Prata, em uma espécie de “peregrinação”, assim como fez em 1950 na Estância Santos Reis, mas agora, para pedir a benção de João Goulart, herdeiro político de Vargas e grande liderança do partido.

Nessa ocasião, Jango hipoteca apoio as candidaturas petebistas em Uberaba e envia uma carta à Palmério, justificando a sua ausência no lançamento das candidaturas do partido na

cidade e exaltando o trabalho local da agremiação, ao afirmar “Enquanto espero a primeira e próxima oportunidade para ir dizer, de viva voz, aos trabalhadores e ao povo de Uberaba, do meu entusiasmo pela marcha sempre vitoriosa do nosso glorioso Partido Trabalhista Brasileiro em Uberaba [...]” (Goulart, 1958, p. 1).

Figura 62: Reportagem sobre a visita da cúpula petebista de Uberaba ao vice-presidente da República, João Goulart no Rio de Janeiro, veiculada na edição de 17 de janeiro de 1958 do Lavoura e Comércio



JANGO RECOMENDA JORGE FURTADO
e os demais candidatos do PTB de Uberaba

Importante e decisiva mensagem aos trabalhistas uberabenses — O chefe nacional do PTB virá a Uberaba prestigiar os candidatos petebistas

Vice-presidente João Goulart, deputado Federal Mario Palmerio, vice-prefeito Helio Angotti e deputado estadual Godofredo Prata Rodrigues da Cunha

Dr. Jorge Furtado, recomendado por João Goulart

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1958

Prezado amigo e companheiro Deputado Mario Palmério

Não me sendo possível, como era do meu desejo, atender pessoalmente ao seu convite para ir a Uberaba participar das solenidades de lançamento dos candidatos petebistas que irão concorrer ao próximo pleito de 1958, venho solicitar ao prezado companheiro que transmita aos nossos correligionários dessa grande cidade o meu afetuoso abraço de solidariedade e os meus votos de pleno êxito nessa campanha que há de ser, como as anteriores, uma vigorosa afirmação de fé nos ideais trabalhistas.

A você, meu caro Palmério, ao Dr. Godofredo Prata — cujo ingresso no PTB foi recebido por todos nós com tanta alegria, e cuja atuação parlamentar na Assembléia de Minas Gerais colocou-o, em favor, entre os mais brilhantes deputados mineiros — aos nossos velhos companheiros Dr. Jorge Furtado e Dr. Hélio Angotti, bem como a todos os demais candidatos do partido, envio um caloroso abraço.

Aproveito sinceramente que a vez[illegible] feture o Prefeito Municipal do Dr. Jorge Furtado, lançado pelo Diretório Municipal do PTB de Uberaba, vem confirmar as gloriosas tradições do trabalhismo brasileiro que você tem defendido com tanta autenticidade e idealismo.

Enquanto espero a primeira e próxima oportunidade para ir dizer, de viva voz, aos trabalhadores e ao povo de Uberaba, do meu entusiasmo pela marcha sempre vitoriosa do nosso glorioso Partido Trabalhista Brasileiro, peço-lhe assegurar-lhes a certeza da minha confiança e da minha constante preocupação na defesa dos seus justos anseios.

Do amigo certo e companheiro dedicado,

João Goulart

‘Minha intenção era furtar um jipe em Uberaba’

Fonte: APU (1958)

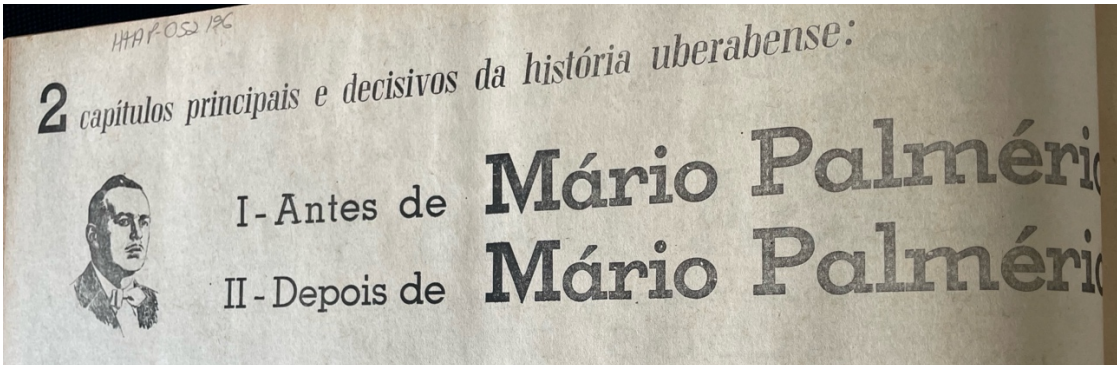
Conforme dito anteriormente, Palmério realizou grande parte de sua campanha, em 1957, a partir da repercussão extraordinária de Vila dos Confins, especialmente em cidades do interior de Minas onde ainda não era conhecido. No entanto, a visita à João Goulart mostra um pouco do tom de resgate histórico que Palmério dará nas suas propagandas, buscando mostrar o seu prestígio dentro do campo trabalhista e suas grandes realizações para Uberaba. Duas peças veiculadas no Lavoura e Comércio demonstram isso.

A primeira, data de 28 de março de 1958 e anuncia “A história do progresso e da grandeza de Uberaba, será, principalmente, a história das realizações de Mário Palmério. Hoje [...] Amanhã: a Universidade. Mais escolas! Mais hospitais” (Lavoura e Comércio, 1958, p. 6),

exaltando os feitos do deputado petebista na educação e saúde e projetando mais realizações, caso fosse reeleito.

Já a segunda foi veiculada no dia 01 de abril de 1958, em que Palmério busca fazer uma analogia aos capítulos construídos na história de Uberaba, afirmando que dois capítulos seriam decisivos na história da cidade: "um antes de Palmério e um depois dele" (Lavoura e Comércio, 1958, p. 3), fazendo, portanto, alusão às "grandes conquistas e realizações" dos seus mandatos até então.

Figura 63: Propaganda eleitoral de Mário Palmério, veiculada na edição de 01 de abril de 1958 do Lavoura e Comércio



Fonte: APU (1958)

Percebemos que nas duas peças de propaganda, o deputado busca vincular sua atuação como algo sem precedentes para a cidade, resgatando o mote de "homem realizador", não muito diferente do que fez na sua primeira campanha em 1950, com a diferença de que tinha algo para mostrar como deputado.

Outro mote resgatado por Palmério na campanha de 1958 foi trazer à tona a figura de Vargas e reafirmar o discurso trabalhista aos eleitores. Em um comício realizado em abril daquele ano, a coluna política do Lavoura e Comércio nos afirma que havia uma gigantesca fotografia de Vargas no ato e que Mário Palmério, no seu discurso "[...] discorreu sobre os objetivos da política trabalhista, animada do ideal de assegurar ao operário urbano e rural melhores condições de vida [...]" (Lavoura e Comércio, 1958, p. 1).

O resgate da figura de Vargas pode ser visto também, quando em 23 de setembro, Palmério seria citado em uma nota da "Frente Nacionalista de Uberaba", como um candidato que merecia o voto dos eleitores, pois era grande "Defensor dos legítimos interesses do Brasil,

contra a espoliação de nossas riquezas. Pela extensão das leis sociais aos trabalhadores rurais. Defensor da Carta de Vargas e seguidor de seus princípios" (Frente Nacionalista de Uberaba *apud* Lavoura e Comércio, 1958, p. 6).

Em 1950 e 1954, as estratégias de campanha utilizadas por Palmério foram majoritariamente as propagandas em jornais e as visitas individualizadas. Já em 1958, percebemos que isso se alterou e a campanha se manifestou, principalmente, por reuniões e grandes comícios realizados pelo PTB[173]. Eleger toda a chapa do partido na cidade era um compromisso inegociável para ele, e, portanto, sairia as ruas para buscar o apoio popular.

Figura 64: Mário Palmério realiza reunião de campanha em 1958



Fonte: Memorial Mário Palmério (1958)

É importante lembrar que se por um lado Palmério tinha a grande repercussão de "Vila dos Confins" e as realizações de seus dois mandatos, por outro tinha o desgaste natural desses mandatos e, nessas eleições, tinha fortes candidatos concorrendo contra o seu grupo, tornando a disputa muito acirrada.

É nesse contexto de acirramento da disputa eleitoral, que se desenrola a questão que tomaria grande parte do debate eleitoral de 1958 e que foi levantada pelo deputado petebista e afetava frontalmente os seus adversários: "a venda de terrenos públicos para loteadores privados", que segundo acusações teriam sido realizadas de forma ilegal.

A primeira manifestação sobre a chamada "questão dos terrenos" foi justamente no comício de 18 de abril. Na sua fala, Mário Palmério denunciou que terrenos de propriedade do

[173] É possível encontrar em sucessivas edições do Lavoura e Comércio, entre abril e setembro de 1958, dezenas de referências aos comícios realizados pela legenda petebista.

município haviam sido alienados pelo governo municipal, na época comandado por Antônio Prospero (do PTB) e que essa alienação teria sido feita de forma irregular e abaixo do preço de mercado, a ponto de ter sido gerado um inquérito administrativo[174], que sugeriu a retomada dos terrenos pelo erário municipal, o que não teria sido feito pelo atual prefeito, Arthur de Melo Teixeira (PSD).

O assunto dos terrenos repercutiu meses adentro e foi uma das principais pautas do processo eleitoral daquele ano, ao ponto do "Jornal do Brasil"[175], na sua edição de 18 de maio, afirmar "Os comícios políticos em estão constituindo verdadeiro debate público. Começou o PTB, sob a chefia do Deputado Mário Palmério, por acusar os seus adversários de terem vendido terras do Município por baixo preço a seus apaniguados. Ao passo que, a Frente Popular Democrática repeliu as acusações [...]" (Jornal do Brasil, 1958, p. 6).

A primeira nota de contestação em relação as acusações de Palmério veio quatro dias após o comício. Em uma nota, publicada na edição de 22 de abril, Antônio Prospero rebatia veementemente as acusações e afirmava:

> Desesperado com o substancial apoio que fortes correntes de opinião de minha terra vêm emprestando a minha humilde candidatura, adversário político meu, que outrora subiu no PTB e na Câmara Federal, pelas minhas mãos, pretendeu, em atitudes teatrais representadas em praça pública, imputar a mim, responsabilidade por atos que não pratiquei, com o exclusivo objetivo eleitoral de enfraquecer minha posição (Prospero *apud* Lavoura e Comércio, 1958, p. 1).

A fala de Prospero nos aponta bem o tom que as eleições de 1958 vão tomar. Houve um acirramento e troca de acusações constante entre os dois principais grupos políticos daquele pleito, que também resgatou velhas rusgas entre dois aliados de outrora e, no fim, representou a ruptura definitiva entre os dois (Palmério e Prospero). A questão dos terrenos continuaria sendo objeto de abordagem de Palmério nos comícios do PTB, mas ganharia um forte componente político, quando aliados do deputado na Câmara Municipal levariam a questão para ser analisada e reacenderiam o debate político em torno do assunto.

[174] Edição do Lavoura e Comércio de 18 de abril de 1958.
[175] Jornal carioca, que na época era um dos maiores do Brasil.

Figura 65: Comício dos candidatos do PTB nas eleições de 1958, realizado na Praça Jorge Frange em Uberaba



Fonte: Memorial Mário Palmério (1958)

Nas vésperas das eleições, a questão dos terrenos ainda dava o tom das eleições e mostrava que o assunto e havia se tornado político e até mesmo pessoal. Em 27 de setembro, o sobrinho de José Humberto, Carlos Alberto Rodrigues da Cunha, sócio-gerente da CIUL (empresa urbanizadora de Uberaba), veio a público se defender das acusações de Palmério, de que sua empresa teria se beneficiado da aprovação de loteamentos sem seguir os padrões legais estabelecidos.

A resposta de José Humberto veio em uma propaganda, que trazia a imagem de três homens vestidos com a ‘indumentária do grupo norte-americano Ku Klux Klan e escrito nas roupas “Intriga, Ódio e Mentira”. Junto à imagem, vinha uma frase afirmando “a ordem é intriga, ‘êles’ querem impedir José Humberto” (Lavoura e Comércio, 1958, p. 1). O assunto realmente se tornara político e pessoal.

Já em 02 de outubro, véspera das eleições, o sócio-gerente da CIUL e sobrinho do candidato a deputado udenista vem novamente a público com uma nota intitulada “Repto ao Deputado Mário Palmério”, afirmando que o deputado acusava injustamente a empresa e o desafiava “Venha de público pela imprensa e documente as suas afirmações contra a CIUL, aceitando assim o nosso repto. Até aí o consideraremos forjador de mentiras com intuito exclusivamente eleitoral. O povo que o julgue” (Lavoura e Comércio, 1958, p. 1). No mesmo dia 02, uma nota saía em defesa de Antônio Prospero e afirmava “A resposta aos caluniadores será dada nas urnas”.

Percebemos, portanto, que as eleições de 1958 se resumiram na constituição de dois grupos políticos bem definidos em Uberaba. De um lado, o PTB, que buscava se estabelecer como grupo político hegemônico do município, sob a liderança de Palmério, e do outro, a UDN de José Humberto, que pretendia se colocar como polo oposicionista ao grupo de Palmério na cidade.

Figura 66: Fotografia do médico José Humberto Rodrigues da Cunha, que se tornou o principal adversário de Mário Palmério, a partir de 1958



Fonte: Arquivo da Câmara dos Deputados (Brasil, s/d)

Essa configuração fica muito clara no percurso do processo eleitoral visto até aqui. No entanto, isso se estabelece de fato com o resultado das eleições, tendo o PTB e pessoalmente Palmério, como os grandes vencedores do pleito eleitoral, elegendo prefeito, vice, deputados estadual e federal e cinco vereadores na cidade. Isso é o que veremos a seguir.

3.3.3 A "era de ouro" do petebismo em Uberaba e a consolidação político-partidária de Palmério: "o PTB faz barba, cabelo e bigode"

No início de janeiro de 1958, Mário Palmério já demonstrava confiança no projeto eleitoral do PTB e acreditava que o partido ganharia a sucessão municipal com ampla margem de votos[176]. De fato, o partido venceria a disputa municipal e elegeria os seus candidatos a deputado, mas a disputa foi acirrada. As eleições ocorreram em 03 de outubro, e logo no dia seguinte o Lavoura e Comércio já anunciava os primeiros resultados.

[176] Coluna Política, na edição de 16 de janeiro de 1958.

Figura 67: Imagem publicada na edição de 04 de outubro d 1958, que mostra o momento em que o deputado e candidato a reeleição pelo PTB, Mário Palmério, vota em Uberaba



Fonte: APU (1958)

Os resultados oficiais e finais sairiam apenas no dia 10 de outubro, mas dois dias antes o Lavoura anunciava em uma manchete de capa a primeira vitória petebista “Jorge Furtado e Hélio Angotti são prefeito e o vice-prefeito, eleitos, de Uberaba”. Quando foi divulgado o resultado oficial no dia 10 (vide Tabela 3), ficou claro o acirramento da disputa eleitoral para prefeito. Jorge Furtado havia vencido o ex-petebista, Antônio Prospero, por apenas 356 votos de diferença. Na disputa para vice-prefeito, Hélio Angotti que buscava a eleição, venceu o udenista, Amilcar Decina, com uma margem ligeiramente maior, totalizando 597 votos de frente.

Tabela 03: Votação dos candidatos por partido em Uberaba em 1958

CARGO	PTB	PSP	PSD	UDN	PTN
Prefeito	Jorge Furtado 7.963	Antônio Prospero 7.607	José Soares Bilharinho 6.196	Coligado com o PSP	Coligado com PSD
Vice-Prefeito	Hélio Angotti 7.361	Coligado com UDN	Coligado com o PTN	Amilcar Decina 6.764	Roberval Alcebiades 4.756
Dep. Estadual	Godofredo Prata 4.722	Euripedes Garcia 4.039	Arthur de Melo Teixeira	Coligado com o PSP	Marcus Cherem 2.718
Dep. Federal	Mário Palmério 8.553	Coligado com UDN	---------	José Humberto Rodrigues da Cunha 9.491	---------

Fonte: Adaptado de Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (2024)

Na disputa para a Assembleia de Minas, os votos foram bem distribuídos entre os quatro candidatos de Uberaba, mas quem saiu vitorioso na cidade, foi o então prefeito, Arthur de Melo Teixeira (PSD), seguido do petebista e candidato a reeleição, Godofredo Prrata e logo atrás Euripedes Garcia (PSP) e Marcus Cherem (PTN).

Por outro lado, a corrida por uma cadeira na Câmara Federal será muito acirrada entre Palmério e José Humberto. O candidato da UDN sai com a vitória de Uberaba, com uma margem de 938 votos de diferença para Mário Palmério, mostrando que, apesar da grande vitória do PTB de Palmério, uma nova força política se estabelecia na cidade. Tanto Palmério, como José Humberto, apesar de bem votados em Uberaba, precisavam contar com os votos que buscaram nos municípios da região em que fizeram campanha para serem eleitos.

Figura 68: Trecho de publicação da edição de 09 de outubro de 1958 do Lavoura e Comércio, que traz o resultado das eleições para vereador em Uberaba



Resultado oficial para vereadores de Uberaba

Segundo dados fornecidos por esta folha pelo sr. dr. Juiz Eleitoral de Uberaba, o quociente eleitoral para os candidatos a vereadores é de 1.524 votos.

Assim de acordo com o total de votos obtidos na leição foram os seguintes os partidos que elegeram vereadores:

PTB—5.948 votos — 5 vereadores.
PSD—4.432 votos — 3 vereadores.
PSP—2.279 votos — 2 vereadores.
PSB—3.035 votos — 2 vereadores.
PTN—2.573 votos — 2 vereadores.
PR —2.103 votos — 1 vereador.
UDN—1.181 votos — Não conseguiu quociente.

De acordo com este resultado, foram eleitos os seguintes candidatos a vereador:

PTB
Francisco Lopes Veludo, Ivo Cesar Monti, Satiro Benedito de Oliveira, Fausto Salomão e Silverio Cartafina.
PSD
Rogerio Terra, Wilson de Paiva e José Jorge.
PSB
Euripedes Craide e Homero Vieira de Freitas.
PTN
Alexandre Saad e Francisco Decina.
PSP
João Naves e Pedro Santana.
PR
Irilandes Garces de Morais.

Foram anulados 324 votos para vereador, constatando-se ainda que foram dados 1.323 votos em branco. O total de votos validos para vereador foi de 22.873, excluidos os votos em branco, tendo sido anulados 323 votos. O total de sufragios para vereador atingiu a 23.197.

VOTAÇAO OBTIDA PELOS ELEITOS

Foi a seguinte a votação concedida aos vereadores eleitos no pleito de 3 de outubro em Uberaba:

Francisco Lopes Veludo	836
Euripedes Craide	714
Wilson de Paiva	689
Rogerio Terra	674
Ivo Monti	608
Homero Vieira de Freitas	582
Silverio Cartafina	558
Satiro Benedito de Oliveira	558
Fausto Salomão	544
João Naves	529
José Jorge	522
Irilandes Garcez Morais	434
Pedro Santana	377
Alexandre Saad	355
Francisco Decina	285

CASAL — Precisa-se de um, sem filhos, para trabalhar em chacara proximo ao Frigorifico, que saiba lidar com porcos, plantas e etc. Vir com a charrete. A chacara tem casa, luz, agua encanada, chuveiro eletrico, W. C. etc. Exigem-se referencias. Tratar no Reginal Hotel.
5—3

POSTO AVENIDA
AV. LEOPOLDINO DE OLIVEIRA, 450
Precisa de um empregado que saiba escrever bem e que seja motorista.
E' inutil apresentar-se sem os requisitos acima citados.

Fonte: APU (1958)

Conforme a apuração ia se desenrolando nas cidades da região, ficava mais claro que a acirrada disputa entre os dois candidatos ampliava a rivalidade entre eles, inaugurando uma nova fase na história política de Uberaba. Os votos que chegavam das cidades vizinha mostravam a estreita margem de votos entre Palmério e José Humberto; em Nova Ponte, por exemplo, foi de um voto para o udenista. Por outro lado, em algumas cidades, um ou outro candidato se destacaria na frente; foi o caso de Ituiutaba para Palmério, onde ele obteve 4.451 votos e Patrocínio para José Humberto, tendo 3.834 votos. Em outros, como Pium-í, Palmério teria 1.049 votos e o seu adversário nenhum.

Os votos iam se somando e em 05 de novembro, 32 dias após as eleições, mesmo sem a apuração estar completa[177], Mário Palmério já estava reeleito e José Humberto estava eleito deputado federal, já tendo votado em cerca de 83 municípios de Minas (vide Tabela 4).

[177] Na época, o resultado para cargos que eram votados em todos os municípios do estado demorava demasiadamente, em virtude das dificuldades logísticas e de estrutura para a própria apuração.

Tabela 04: Votação final oficial em 83 cidades de Minas (05/11/1958)

CIDADE	JOSÉ HUMBERTO	MÁRIO PALMÉRIO
59 cidades (Uberaba, Uberlândia, Araguari, Ituiutaba, entre outras)[178]	23.948	22.252
Araxá (Santa Juliana e Perdizes)	1.525	2.290
Bambuí	197	327
Caratinga	1	0
Campo Belo	10	1
Canápolis	283	447
Carmo do Paranaíba	252	72
Divinópolis	9	68
Estrela do Sul	16	522
Esmeraldas	3	383
Frutal	2.242	383
Iturama	298	533
Itapecerica	4	1
Itanhandú	0	68
João Pinheiro	140	0
Novo Cruzeiro	4	0
Passos	18	345
Paracatu	438	459
Patos de Minas	663	78
Pium-í	0	1.049
Rio Pomba	12	0
São Romão	0	102
Unaí	7	630
Viçosa	0	57
Betim	10	1
TOTAL GERAL	30.110	29.685

Fonte: Adaptado de Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e Lavoura e Comércio (2024)

[178] As 59 cidades que estão agregadas fazem parte da região do Triângulo Mineiro, majoritária dos dois candidatos.

A proclamação final do resultado pelo Tribunal Regional Eleitoral só ocorreu em 27 de novembro. O candidato udenista ficou ligeiramente à frente, com um total de 30.429 votos, enquanto o petebista totalizou 30.115, uma diferença de apenas 314 votos, o que representa apenas 1,04%[179].

A parca diferença acirrava ainda mais os ânimos entre os dois adversários e seus campos políticos, especialmente em Uberaba, base política e eleitoral dos deputados eleitos. No entanto, o resultado eleitoral era muito favorável para Mário Palmério e o PTB, que fez, como dito na época, "barba, cabelo e bigode", elegendo os seus candidatos para todos os cargos.

Naquelas eleições, Palmério foi o terceiro candidato petebista mais votado em Minas, ficando atrás de Santiago Dantas e José Raimundo, desbancando nomes importantes da política mineira, como: Ilacir Pereira de Lima (PTB), Gustavo Capanema (PSD), Walter Ataíde (PTB), Gabriel Passos (UDN), Camilo Nogueira da Gama (PTB) e o seu vizinho de Uberlândia, Rondon Pacheco (UDN).

A análise do resultado eleitoral de 1958 nos permite inferir alguns pontos importantes para a trajetória política de Palmério e para o contexto político em Uberaba. O primeiro ponto importante é, justamente, o reconhecimento pelo trabalho de Mário Palmério, frente ao PTB de Uberaba, que virá logo após as eleições com menções ao nome do deputado reeleito para ser o possível candidato ao governo mineiro pelo partido[180] e o secretário de agricultura do então governados de Minas, Bias Fortes[181].

O reconhecimento do resultado, também virá pelas mãos de uma das principais lideranças do partido em Minas. Em uma demonstração pública de aprovação pelo trabalho de Palmério, Santiago Dantas, aponta em entrevista ao Lavoura e Comércio em janeiro de 1959:

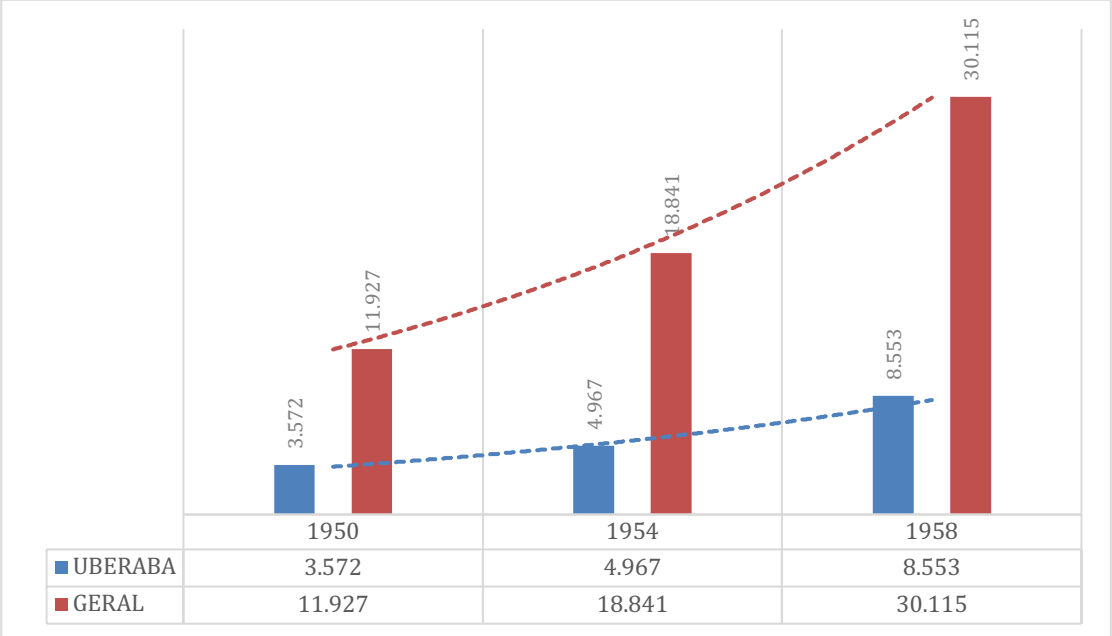
> A chapa vitoriosa pode ser considerada uma média muito satisfatória das atuais aspirações do partido. Constitui uma excelente inovação a introdução, na Executiva, de um dirigente municipal, do interior, na pessoa do dr. Jorge Furtado, prefeito de Uberaba, cidade líder de uma região – o Triângulo Mineiro – e onde graças a incansável atividade do deputado Mário Palmério o trabalhismo se tornou uma força política da mais alta expressão (Lavoura e Comércio, 1959, p. 1).

Aliado a essa aclamação pelo trabalho desenvolvido por Palmério no PTB local e regional, o crescimento dos votos de Palmério ao longo das três eleições em que disputou, nos

[179] Mário Palmério será o 3° candidato mais votado do PTB em Minas, ficando atrás de nomes como Clementino Santiago Dantas, enquanto José Humberto será o 4° Parlamentar mais votado da UDN, ficando atrás de figuras como Olavo Bilac e o poderoso Magalhães Pinto.
[180] Coluna política, na edição de 15 de outubro de 1958.
[181] Coluna política, na edição de 30 de outubro de 1958.

aponta para o momento de sua consolidação eleitoral, demonstrando, por outro lado, a consolidação do seu capital político, construído ao longo dos dois primeiros mandatos.

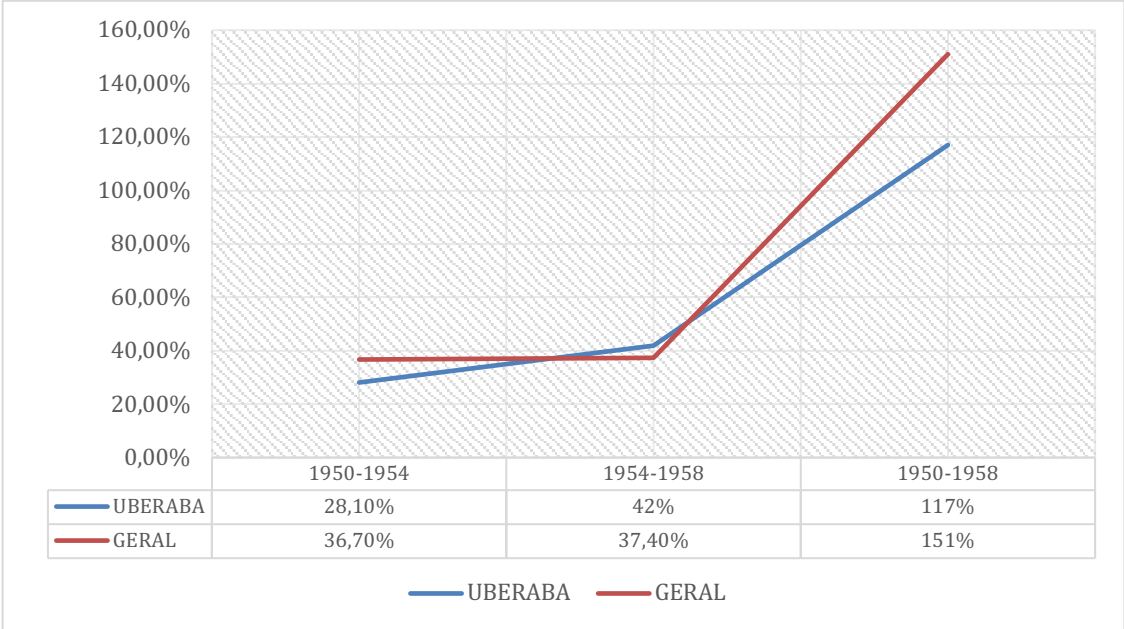
Gráfico 01: Votação de Palmério nas Eleições de 1950/1954/1958



	1950	1954	1958
UBERABA	3.572	4.967	8.553
GERAL	11.927	18.841	30.115

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados eleitorais do TER/MG (2025)

Gráfico 02: Aumento Percentual da votação de Palmério entre eleições



	1950-1954	1954-1958	1950-1958
UBERABA	28,10%	42%	117%
GERAL	36,70%	37,40%	151%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados eleitorais do TRE/MG (2025)

Conforme podemos observar nos Gráficos 1, o aumento da votação de Palmério entre as eleições que disputou é exponencial. Já no Gráfico 2, não obstante o aumento do número de eleitores, podemos perceber o aumento substancial do percentual de votos que Palmério teve entre uma eleição e outra, o que confirma a evidência de consolidação do seu capital político, especialmente a partir dos votos obtidos em 1958.

Outro ponto importante extraído do resultado eleitoral de 1958 é, justamente, o surgimento a partir daquela eleição, de um rival político a altura para disputar espaço com Mário Palmério e tentar desbancá-lo no seu terceiro mandato: José Humberto Rodrigues da Cunha.

Conforme podemos observar, as eleições de 1958 consolidam o capital político de Palmério, muito projetado pela publicação de Vila dos Confins, dando a ele a oportunidade de exercer um terceiro mandato, o que aprofundará essa consolidação, especialmente dentro do partido e do parlamento.

A seguir, analisaremos como transcorreu o último mandato do deputado Mário Palmério, que se caracterizou por um relativo afastamento das atividades parlamentares, levando a uma certa exaustão do trabalho como parlamentar, bem como ele irá se retirar da vida parlamentar para se dedicar à diplomacia.

Chega para Palmério o "Tempo da Consagração", que conforme podemos observar, está ligado a quatro fatores importantes, que são construídos ao longo da sua trajetória política e, sobretudo, a partir da acumulação de seu capital simbólico, são eles: o próprio desejo de se afastar da vida parlamentar ao final do terceiro mandato; o perfil político-intelectual construído ao longo da sua carreira, principalmente a partir de Vila dos Confins; a posição de liderança assumida dentro do PTB após sucessivas vitórias eleitorais e o contexto de mudança nas relações entre o Brasil e o Paraguai, que gerará uma necessidade de mudança na Embaixada brasileira no país vizinho.

Isso é o que veremos nas próximas linhas.

3.4 O TERCEIRO MANDATO: CONSOLIDAÇÃO, AFASTAMENTO E CONSAGRAÇÃO

Conforme observamos até aqui, Palmério buscou construir seu capital simbólico, ou seja, seu prestígio no campo político e social, pela sua atuação político parlamentar e partidária, bem como pelo acúmulo de capital cultural com a construção das suas escolas superiores, instituto de pesquisa, na defesa incondicional da educação e depois com o lançamento de Vila dos Confins, construindo um perfil de político-intelectual.

O terceiro mandato de Mário Palmério é caracterizado por três ações: consolidação plena do seu capital simbólico; relativo ao afastamento da vida parlamentar e à consagração da sua carreira política pela indicação ao cargo de Embaixador do Brasil no Paraguai. Apesar da sua atuação no terceiro mandato se caracterizar publicamente como tímida em termos parlamentares, nos bastidores político e partidário, Palmério continuou articulando com vistas a fortalecer o seu papel político.

No período do terceiro mandato (1959-1962), não propôs nenhum projeto de lei e a sua presença na Câmara já não foi a mesma em relação aos mandatos anteriores. Já com capital político acumulado, o seu nome começou a ser cogitado para ser candidato do PTB a vice-governador de Minas[182], o que, entretanto, não se concretizou. Apesar de um dos grandes nomes do partido em Minas, a sua maior liderança era o deputado federal Santiago Dantas, que viria a ser o candidato a vice.

Apesar de não ter sido o candidato, Palmério exercera um papel importante nas eleições de 1960. O deputado petebista chegou a se afastar do cargo de deputado para "auxiliar na campanha de João Goulart a vice-presidente da República em Minas"[183]. Naquele ano, o PTB mineiro se aliou ao PSD para lançar o pessedista Tancredo Neves à sucessão em Minas. Do outro lado, tínhamos, Magalhães Pinto, como candidato da UDN.

A sucessão mineira, em 1960, nos revela algo importante. Apesar de ter se licenciado da Câmara, para eventualmente coordenar as campanhas do PTB na região, as fontes nos mostram que Palmério também atuou em favor do candidato udenista ao governo de Minas. O jornal "Diário de Minas", em meio à eleição, afirma "Dizem em BH, que o deputado petebista Mário Palmério [...] tem realizado um trabalho discreto, mas eficiente, em favor do sr. Magalhães Pinto, candidato ao governo do Estado de Minas" (Diário de Minas, 1958, p. 5).

Apesar de ser um homem de partido, aparentemente Palmério não concordava com o apoio petebista a candidatura de Tancredo ou ficara ressentindo de ter sido preterido na disputa a vice-governador. O fato é que, em abril de 1960, Palmério não participou de uma reunião em Uberaba, que reuniu Santiago Dantas, Camilo Nogueira, Godofredo Prata e Tancredo, para discutir a candidatura de Dantas a vice-governador, tendo em vista que o PSD nacional havia fechado acordo com o PR, que também tinha um candidato a vice em Minas.

---

[182] Matéria do jornal Última Hora na edição de 08 de setembro de 1959.

[183] Reportagem "Deputados do PTB deixam a Câmara" em edição de fevereiro de 1960 do "Jorna do Brasil", que aponta também para a licença de Camilo Nogueira da Gama, José Raimundo e Santiago Dantas, todos do PTB mineiro.

Possivelmente, Palmério defendia uma candidatura própria do PTB, situação que já havia sido defendida por ele antes, no entanto, as fontes não nos confirmam essa hipótese. No entanto, fica claro o desagrado dele com a situação, levando ao ponto de não participar de um comício em Uberaba, realizado em junho de 1960, em que compareceram os grandes comandantes do PTB nacional e mineiro: Jango, Brizola, Camilo Nogueira e Santiago Dantas, tendo recebido o prefeito petebista, Jorge Furtado.

Tancredo e Dantas perderiam a disputa e a UDN elegeria o seu candidato e Jango ganharia novamente. Conforme veremos mais a frente, Palmério estabeleceu uma relação próxima com o governador eleito de Minas Gerais, Magalhães Pinto, sendo, inclusive, membro da "bancada do governador na Câmara Federal". Entretanto, o deputado, tinha raízes no PTB, e apesar de ter seus desentendimentos no partido, era fiel a Jango, herdeiro do legado getulista, afinal, Palmério, foi forjado pelo getulismo.

No entanto, um ponto importante a se discutir e para compreender melhor o momento da "consagração política" de Mário Palmério é porque, após dois mandatos de atuação presente e efetiva, tendo saído vitorioso em três eleições, com um crescimento de votos substancial, ou seja, com grande capital político acumulado, "de repente", resolve se afastar gradualmente da vida parlamentar? É o que discutiremos a seguir.

3.4.1 O "deputado bissexto"

O terceiro mandato de Palmério foi caracterizado, como dito anteriormente, pelo seu relativo afastamento da vida parlamentar. Isso inclui a sua presença nas sessões da Câmara dos deputados. Em maio de 1962, uma nota do jornal carioca "Diário de Notícias", discorrendo sobre a falta de quórum para votação de projetos em uma sessão da Câmara, afirma que Mário Palmério estava presente naquela sessão "[...] por mais incrível que pareça, o chamado 'deputado bissexto', o romancista Mário Palmério (PTB-MG), que rarissimamente aparece na Câmara" (Diário de Notícias, 1962, p. 8).

O afastamento de Palmério da rotina parlamentar já vinha ocorrendo desde o início do segundo mandato e estava ligado a diversos fatores. Entre eles, destacamos: o próprio esgotamento da vida parlamentar, aliado à mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília; o desgaste político natural de Palmério frente ao eleitorado; a necessidade de se afastar para cuidar dos seus interesses particulares e, ao final, a vontade em atender ao chamado de João Goulart para assumir a embaixada brasileira no Paraguai.

Antes da sua licença da Câmara para liderar as eleições de João Goulart em Minas para vice-presidente em 1960, Palmério já quase não comparecia às sessões no Palácio Tiradentes. Quando retornou da licença e a Câmara dos Deputados havia se transferido para Brasília, o deputado comparecia muito menos. O interesse pela vida parlamentar já não era o mesmo e questões de ordem pessoal tomavam o seu tempo.

Palmério havia adquirido uma fazenda em Mato Grosso, onde começou a se dedicar à criação de Zebu. O periódico "O Jornal" aponta que "O deputado Mário Palmério (PTB de Minas) que praticamente se afastou da política, está cuidando apenas de sua enorme fazenda no Sul de Mato Grosso. Diz que agora só se interessa por bois e literatura" (O Jornal, 1962, p. 7).

Se por um lado a política havia facilitado o caminho para ele expandir as suas escolas superiores, por outro, havia tirado tempo para cuidar dos seus negócios. O próprio Palmério em entrevista a Clodovil Hernandes admite isso, ao ser perguntado sobre o tempo que passou na política "Atrapalhou as escolas. Tanto que eu fiquei doze anos na Câmara. Depois senti que eu tinha que optar ou fazer carreira política ou continuar com as escolas" (Palmério, 1992). Percebemos, portanto, que houve uma vontade pessoal nesse afastamento, tendo em vista sua necessidade em atender a demanda dos seus negócios particulares.

Apesar de ter comparecido pouco à Câmara dos deputados e atuado menos ainda, alguns fatos marcaram o terceiro mandato do "deputado bissexto". Os dois finais do último mandato de Palmério foram marcados por uma crise institucional desencadeada pela renúncia do então presidente, Jânio Quadros, em agosto de 1961. A partir daí, duas questões influenciaram em seu mandato: a adoção do regime parlamentarista e a discussão das reformas de base.

Em outubro de 1961, a Câmara dos Deputados votara uma emenda que adotava o regime parlamentarista no Brasil, condição imposta pelos militares para que o vice-presidente, João Goulart, pudesse tomar posse como presidente. Mário Palmério, como visto anteriormente, havia se tornado aliado do governador de Minas, o udenista Magalhães Pinto. No entanto, na votação da emenda, o parlamentar, que era fiel ao PTB de Jango, votou contra a emenda parlamentarista, que foi aprovada mesmo assim.

O Parlamentarismo instituiria sucessivas crises parlamentares, especialmente pela dificuldade na formação dos gabinetes ministeriais, tendo sido Palmério, personagem de uma dessas crises. Em junho de 1962, a partir da formação de um novo governo, tendo Brochardo da Rocha, como indicado ao cargo de Primeiro-Ministro, instaurou-se uma crise com a escolha dos nomes para o novo gabinete.

Segundo o “Jornal do Brasil” está entre os motivos da nova crise do parlamentarismo “[...] de um lado na rejeição, por parte do PSD da escolha feita do sr. Silvio Braga para a pasta do Trabalho, e de outro lado, o fato do PSD não ter aceitado a escolha do sr. Chagas Rodrigues para o ministério das Minas e Energia, cuja pasta os membros do partido pleitearam para o sr. Mário Palmério, ligado ao sr. Magalhães Pinto” (Jornal do Brasil, 1962, p. 8).

No fim, Palmério não foi nomeado para compor o gabinete ministerial no Ministério de Minas e Energia, mas pouco tempo depois seria recompensado com a indicação ao cargo de Embaixador, ainda no governo do primeiro-ministro Brochardo da Rocha.

Figura 69: Mário Palmério participa da recepção do cosmonauta russo Iuri Gagarim em julho de 1961 em Brasília, um dos poucos eventos oficiais que participou no seu terceiro mandato



Fonte: Memorial Mário Palmério (1961)

Conforme vimos anteriormente, Palmério não apresentou nenhum projeto no seu terceiro mandato e quase não discursou, com exceção das discussões sobre uma das reformas de base propostas pelo governo, a reforma eleitoral, tema que voltaria como sua pauta de defesa. Às vésperas das eleições de 1962, a Câmara dos Deputados discutiria um projeto de reforma da lei eleitoral que ampliava o uso da cédula oficial para todos os cargos em disputa.

Nesse momento, Palmério retorna à cena parlamentar e em uma espécie de ato final da sua atuação nos palcos do congresso nacional, o deputado do PTB mineiro surge para defender um projeto amplo de reforma eleitoral, que contemplasse todos os cargos e municípios do país, buscando, então, reduzir as fraudes eleitorais, tão denunciadas e combatidas por ele política e literariamente.

O terceiro mandato de Palmério foi caracterizado pela imagem do “deputado bissexto”, não apenas por sua ausência, mas também pelo fato, de assim como a cada quatro anos temos a ocorrência do ‘ano bissexto’, no quarto ano de seu mandato, Palmério ressurge com toda a força na defesa de uma reforma eleitoral, para finalizar seu mandato e depois ser indicado ao cargo de Embaixador.

3.4.2 A reforma eleitoral: o ato final

A Reforma Eleitoral de 1962 se desenvolveu no contexto das discussões das reformas de base do governo João Goulart, constituindo-se como um dos eixos centrais de transformação institucional pretendidos naquele período. Esse conjunto articulado de mudanças estruturais visava implantar reformas amplas nos campos: agrário, urbano, bancário, tributário, universitário e eleitoral, buscando modernizar o Estado e ampliar direitos.

Nesse sentido, a reforma eleitoral procurava democratizar o acesso ao poder político, alterando a correlação de forças no sistema político, ampliando a participação popular e reduzindo mecanismos considerados excludentes ou elitizantes. Para tanto, estava entre as propostas, a expansão do eleitorado, dando o direito ao voto para os analfabetos e praças militares.

Segundo o brasilianista Thomas Skidmore, “As reformas poderiam ter como intenção básica alterar o equilíbrio político [...] O voto dos analfabetos (ou programas de alfabetização em massa) ou a concessão de direitos políticos a soldados poderiam alterar radicalmente o equilíbrio eleitoral [...]” (Skidmore, 2010, p. 280).

Na busca por esse objetivo, outra proposta era reduzir o poder oligárquico dentro da política e sua influência nas eleições, especialmente nas cidades do interior do país. Para isso foram propostos projetos que procuravam aumentar a fiscalização sobre as eleições, de forma a reduzir as práticas clientelistas e fraudulentas, especialmente no que se refere à compra de votos e o abuso do poder econômico.

Mário Palmério como bom petebista que era, foi um árduo defensor das reformas de base, especialmente da reforma eleitoral, a qual considerava a mais essencial. Conforme sustenta em discurso na sessão na Câmara dos Deputados em 02 de julho de 1962, em que debatia uma reforma na lei eleitoral:

> Sr. Presidente e Srs. Deputados, tem sido quase uma constante nas discussões desta Casa a necessidade de se procederem, no País, às chamadas “reformas de base”. Sou

> dos que entendem que só podemos enfrentar, com possibilidades reais, essas reformas de base se realizarmos, preferencialmente, a mais importante delas: a reforma eleitoral (Palmério, 2005, p.154).

Diante do histórico público em defesa da reforma da lei eleitoral, feita durante a trajetória política de Mário Palmério, era esperado que o deputado mineiro saísse, mais uma vez, em defesa dessa questão. Foi justamente entre 15 de junho e 10 de julho, nas últimas três sessões em que o "romancista da fraude eleitoral" discursou no Plenário da Câmara, é que ele utilizou para fazer a defesa da ampliação da cédula oficial para todos os cargos em disputa e o seu uso em todo o território nacional.

Em meados de 1962, já as vésperas das eleições que ocorreriam em todo o país para no mês de outubro para eleger prefeitos, vices, vereadores, deputados estaduais e federais e senadores, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei[184] que expandia o uso da "cédula única oficial", criada em 1955 e até então utilizada apenas nas eleições majoritárias (presidente, vice, senadores e os seus suplentes) de 1955, 1958 e 1960, para que fosse utilizada a partir de 1962 no processo eleitoral de escolha para todos os cargos em disputa (sistema majoritário e proporcional) e com validade em todo o território nacional.

No entanto, após aprovado, o projeto de lei foi enviado para apreciação do Senado, que por diversas emendas, alterou o texto. Uma das mudanças restringiu o uso da cédula única oficial à apenas: as capitais dos estados, a todo o Estado da Guanabara e de São Paulo e, a partir de 1965, as cidades com mais de cem mil habitantes, conforme ficou determinado no artigo 10, da Lei n. 4.109, de 27 de julho de 1962, pela Câmara dos Deputados:

> Art. 10. O disposto nesta lei, relativamente à utilização da cédula oficial, nas eleições para Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores, quando fôr o caso, aplicar-se-á, desde logo, nas capitais dos Estados.
> § 1º Estender-se-á a aplicação, a partir de 31 de dezembro de 1965, às cidades de população igual ou superior a cem mil habitantes.
> § 2º Aplicar-se-á, também, imediatamente, o disposto neste artigo, ao Estado da Guanabara (sem municípios), e a todo o Estado de São Paulo (Brasil, 1962).

As mudanças perpetradas a partir das emendas votadas no Senado Federal, foram o principal objeto de crítica nos discursos de Palmério, que embalaram as sessões da sua despedida da Câmara. A questão suscitada pelo deputado mineiro girava em torno da escolha arbitrária feita pelo Senado, que na votação do projeto na casa, escolheu qual cidade teria ou não a capacidade de adotar a cédula única oficial nas eleições, adotando um critério que visava

[184] Projeto de Lei n. 202-A-59.

o "pretenso preparo intelectual do eleitor" em conseguir aprender a votar no novo sistema, ainda nas eleições de 1962.

Para Palmério, ao realizar a alteração, os senadores criaram uma hipotética "qualificação cognitiva de capacidade" em relação aos eleitores", determinando uma 'hierarquia cultural' dos que seriam capazes ou não de votar, utilizando-se do novo mecanismo. Nesse sentido, em uma sessão de 16 de junho, em um longo pronunciamento, cercado de apartes por outro deputados, Palmério aponta que

> Venho a esta tribuna para, na qualidade de mineiro representante há três legislaturas do Estado de Minas Gerais, protestar contra a atitude dos Senadores de meu Estado, que, aprovando ou permitindo fôssem essas emendas aprovadas, qualificaram a população de Minas Gerais de imatura, através de discriminação inteiramente, injusta entre as populações do Estado de São Paulo e da Guanabara e a de outros Estados. Acredito que êste protesto será levantado aqui também pelos representantes das cidades do interior de Estados como Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e tantos outros que não podem admitir, não podem compreender como essas cidades, muitas delas muito mais populosas, muito mais bem servidas de órgãos educacionais de que várias capitais do Nordeste brasileiro possam ser tidas de incapazes do mapêio da cédula única, aceitando êste contra-senso: as favelas do Rio de Janeiro, os mocambos de Recife vão votar pela cédula única e cidades como a minha, Uberaba, com oito escolas superiores, Uberlândia, Juiz de Fora e tantas outras do interior do Brasil não poderão fazê-lo porque o Senado Federal – e o que é mais grave e mais me revolta – com a anuência dos Senadores de meu Estado – qualifiquem tais cidades, como inferiores politicamente menores, incapazes de votar pela cédula única (Palmério, 1962, p. 148).

Percebemos na fala de Palmério a indignação em retirar "grandes" cidades mineiras como Uberaba, Uberlândia e Juiz de Fora do escopo do referido projeto. O parlamentar acreditava que essas cidades não poderiam ser preteridas, tendo em vista o tamanho da sua população[185], a sua importância política e econômica, bem como o nível cultural que sua população possuía, exemplificando o caso de Uberaba, que tinha, na época, oito escolas de nível superior. Segundo o deputado, não era justo que cidades paulistas, como Guarapuava ou Miguelópolis, que tinham menos de 12 mil habitantes, pudessem eleger seus candidatos pela cédula única, e outras muito maiores, não tivessem essa possibilidade.

O parlamentar do PTB mineiro resgatou no seu discurso, as denúncias que já fizera em 1955, durante a votação da criação da cédula única oficial para a disputa dos cargos majoritários, apontando que era necessária a sua ampliação, com o objetivo de evitar a coerção sofrida pelo eleitor na votação, especialmente no momento do transporte, que não é feito para

[185] Conforme dados do censo feito pelo IBGE, em 1960, Uberaba possuía 87.833 habitantes, já Uberlândia tinha 88.282 habitantes e, por sua vez, Juiz de Fora já havia ultrapassado os 180 mil habitantes.

conforto do eleitor, mas para, durante o trajeto, ter a sua cédula trocada pelo partido ou candidato que fornece a locomoção.

Em 02 de julho, as mudanças ocorridas no Senado voltariam a ser discutidas na Câmara e Palmério, novamente, ocupou a Tribuna para defender a derrubada da emenda n° 9 aprovada no Senado, a qual considerava discriminatória, por excluir várias unidades da federação do uso da cédula única. Nesse discurso, Palmério ressalta a necessidade de dar "escolha de liberdade ao eleitor" votar no candidato que deseja. Dessa forma, ele rebate aqueles que entendiam ser difícil ao eleitor aprender a votar em cédula única, o que atrapalharia as eleições, e afirma:

> Em primeiro lugar, com relação à dificuldade que V. Exa. apresenta para a votação em cédula única, acredito que, em se tratando de uma reforma, de um novo processo eleitoral, haja efetivamente alguma dificuldade. Mas eu prefiro êssa dificuldade à impossibilidade em que se encontra o eleitor do interior de votar em quem deseja (*muito bem*), porque, isto sim, não é apenas uma dificuldade, mas absoluta impossibilidade, porque o cabo eleitoral, o presidente do diretório, o proprietário da fazenda, o chefe político, tiram do eleitor tôda e qualquer possibilidade de votar em quem deseja. Êle sai da fazenda, dos currais eleitorais com os envelopes, com as cédulas que lhe deu o chefe político, viaja em transporte que lhe deu o chefe político, chega à seção e, na fila, é fiscalizado, policiado, não pode receber de ninguém outra cédula, porque a aproximação da fila é proibido por lei. Êle vai à cabine, e aí não encontra a cédula, apesar de a lei permitir que se coloquem nas cabines pois sabemos que todo eleitor que entra na cabine eleitoral inutiliza, sem possibilidade de sanção, as cédulas daqueles candidatos que não são os da sua preferência. Resultado: o eleitor está impossibilitado de votar em quem quer (Palmério, 1962, p. 156).

Um dos argumentos utilizados por Palmério na defesa do uso da cédula única em todo o território nacional, era em relação ao risco que os parlamentares que se encontravam em exercício na Câmara, pudessem sucumbir a candidatos "paraquedistas", que com o uso do poder econômico, continuariam, pelo uso das cédulas individuais, a burlar as eleições, pela compra de votos e outras práticas eleitorais fraudulentas.

A emenda combatida por Palmério seria votada no fim da sessão do dia 02 de julho e Palmério voltaria a fazer uso da Tribuna para ir contra o texto, realizando um apelo, inclusive aos deputados oposicionistas da UDN "Vamos defender, sobretudo, o eleitor esclarecido; vamos contrapor a tese de defender o eleitor que não é esclarecido [...] apelo à União Democrática Nacional com quem aprendi a defender a cédula única" (Palmério, 1961, p. 156). Habilmente, Palmério tenta persuadir os deputados udenistas, tendo em vista que o partido vinha se colocando a favor da emenda, visto que essa incluía o Estado da Guanabara, onde a agremiação tinha as suas principais lideranças.

Conforme visto até aqui, o petebista Mário Palmério foi, ao longo da sua trajetória política, um árduo defensor de reformas da lei eleitoral, que visassem reduzir os mecanismos de fraude eleitoral, que foram objeto de denúncia do deputado-escritor, na sua obra, Vila dos Confins. A defesa em favor da reforma de 1962 foi o ato final de Palmério no espetáculo da política parlamentar. Por outro lado, seria o prelúdio para a sua estreia nos palcos da diplomacia.

Mário Palmério se fez na política como um getulista, soube se colocar no interior do PTB e manejar os seus interesses com os do partido, buscando sempre aumentar o seu capital político para se tornar uma liderança de prestígio e valor dentro da agremiação. A construção desse capital simbólico no PTB foi fundamental para sua consagração política no final de agosto de 1962, quando o seu nome foi indicado pelo presidente petebista, João Goulart, ao cargo de Embaixador do Brasil no Paraguai.

O acúmulo desse capital simbólico só foi possível, porque Mário Palmério, habilmente, soube conduzir a sua imagem dentro das diferentes correntes do PTB, portando-se fielmente nos momentos de crise, constituindo, assim, um perfil político diferente dos que haviam sobrevivido ao caráter carismático do partido: o de um petebista fiel, moderado e intelectualmente preparado.

No entanto, antes de adentrar ao último tópico da nossa pesquisa, que buscará mostrar os momentos que antecedem a consagração política com a indicação para à Embaixada, buscaremos refletir acerca de um questionamento que nos conduziu até aqui, ao analisar a trajetória política de Palmério. Partidariamente, o líder petebista, Palmério, foi pragmático, reformista ou pragmático-reformista? Adiantamos que a questão é mais importante para entender a sua trajetória, do que a resposta em si, mas tentaremos, nas próximas linhas, delinear um resultado.

3.4.3 Palmério, o líder: pragmático, reformista ou pragmático-reformista?

Conforme visto no Capítulo 1, a compreensão das correntes internas do PTB é fundamental para analisar a formação, atuação e disputas políticas no interior do partido entre 1945 e 1964. Conforme a classificação de Lucília de Almeida Neves, o partido se estruturou, inicialmente, a partir de três tendências: os getulistas pragmáticos, os doutrinários trabalhistas e os pragmáticos reformistas. Essas correntes expressavam diferentes projetos de representação dos trabalhadores e de construção do Estado nacional. Entre elas, destacam-se os getulistas

pragmáticos e os pragmáticos reformistas, pois constituíram os eixos centrais de articulação político-partidária, nos quais orbitou a trajetória de Mário Palmério.

Os getulistas pragmáticos conferiram ao PTB, na sua fase inicial, um caráter fortemente vinculado ao projeto varguista. Nesse contexto, o trabalhismo funcionou como mecanismo de legitimação e continuidade das políticas sociais e corporativas implantadas desde a década de 1930, articulando mobilização sindical, nacionalismo desenvolvimentista e práticas paternalistas. A hegemonia dessa corrente fez com que partido e trabalhismo se confundissem, consolidando a imagem do PTB como herdeiro legítimo do legado de Vargas.

A partir da atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho, entretanto, emergiu com maior força a tendência dos pragmáticos reformistas, que combinava elementos do pragmatismo varguista com o ideário social e distributivista formulado por Alberto Pasqualini. Essa corrente incorporou ao partido um discurso reformista nacionalista, ampliando a sua agenda para questões de justiça social, autonomia dos trabalhadores e intervenção estatal orientada ao desenvolvimento. Tal orientação aproximou o PTB de um projeto político semelhante ao de uma social-democracia nacional, especialmente perceptível durante o governo Goulart (1961-1964).

A análise dessas correntes permite compreender o PTB não apenas como produto do carisma e da liderança de Vargas, mas como espaço de disputa programática, eleitoral e ideológica sobre o significado do trabalhismo no Brasil. Desse modo, trabalhismo, getulismo e PTB se entrelaçaram, constituindo um dos pilares da cultura política popular e do imaginário político nacional no período democrático de 1945 a 1964, estrutura dentro da qual se desenvolveu a atuação política de Mário Palmério.

A atuação do PTB entre 1945 e 1964 foi estruturada pela disputa e articulação entre essas duas correntes predominantes do trabalhismo (getulismo pragmático e reformismo pragmático), cuja dinâmica interna moldou não apenas o posicionamento ideológico e organizativo do partido, mas também trajetórias políticas individuais, como a de Mário Palmério. A convivência e a tensão entre a herança varguista, de caráter paternalista e desenvolvimentista, e o projeto reformista nacionalista associado a João Goulart e ao pensamento pasqualinista, produziram um modelo híbrido de trabalhismo, simultaneamente eleitoral, assistencialista e reformador.

Essa configuração teria possibilitado ao PTB construir a sua legitimidade como representante dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que favoreceu estratégias pragmáticas de inserção política em contextos locais. No caso de Mário Palmério, a sua trajetória foi

condicionada por essa estrutura dual, permitindo-lhe transitar entre práticas clientelistas tradicionais e um discurso reformista nacionalista, articulando capital político em diferentes escalas.

Conforme vimos, ao longo da sua trajetória política, Palmério transitou bem entre as correntes petebistas e se utilizou do seu prestígio e do trabalho dentro do partido, para se projetar como liderança local, regional e depois nacional do PTB, articulando posições de mando, que possibilitaram a ele, ser indicado, em 1962, ao cargo de Embaixador.

Como deputado, Mário Palmério sempre sustentou posições que iam de encontro ao projeto nacionalista do PTB, primeiro com Getúlio e depois com João Goulart. No entanto, apesar de ser "homem de partido", Palmério oscilou, na sua trajetória, entre posições pessoais e partidárias. Aliou-se com o governador udenista, Magalhães Pinto, mas votou contra ele e a favor de João Goulart, na votação sobre a emenda parlamentarista.

Na discussão das reformas de base, conforme visto, Palmério adotou um tom favorável as propostas, que considerava necessárias ao país, mas defendeu de frente, apenas a reforma eleitoral. Quando em abril de 1964 sobreveio o golpe civil-militar, Palmério voltou ao Brasil e entregou o seu cargo em uma espécie de "solidariedade" ao presidente deposto, João Goulart, que o havia colocado no posto diplomático.

Mais tarde, entretanto, Palmério teria uma visão dual sobre os acontecimentos daquele período. Em entrevista para Clodovil Hernandes em 1992, o ex-deputado petebista denominou abril de 1962 como uma "Revolução", conforme afirma "[...] quando veio a Revolução, eu deixei é claro (a embaixada). O Jango caiu, eu tinha que cair com ele [...]" (Palmério, 1992). Já em 1993, em uma entrevista no Programa Jô Soares, Palmério afirmou "[...] veio o golpe, eu perdi a embaixada [...] 1962/1964 foi no golpe [...]" (Palmério, 1993).

A princípio, isso pode parecer um lapso cognitivo, mas nos revela em certa medida, quando analisamos a sua trajetória política como um todo, o seu caráter pragmático. Palmério era o petebista que transitava entre diferentes espectros, tinha um perfil ao mesmo tempo de fidelidade ao partido e de conciliação e equilíbrio com outras correntes políticas, que não as trabalhistas. Ele sabia conversar e conviver com figuras como Fernando Ferrari e Leonel Brizola e agradava a Jango de um lado e Magalhães Pinto e Carlos Lacerda de outro.

Outro ponto relevante que é preciso destacar dentro do posicionamento político-ideológico de Palmério, dentro do PTB, é sua relação com a Frente Parlamentar Nacionalista. A Frente Parlamentar Nacionalista surgiu no final da década de 1950 como uma articulação

suprapartidária no Congresso Nacional, reunindo parlamentares do PTB, PSD e setores independentes comprometidos com um programa de desenvolvimento nacional independente.

O seu objetivo central era promover uma agenda nacionalista, que defendesse o controle estatal ou nacional sobre setores estratégicos da economia, especialmente energia, mineração e petróleo, articulando-se com movimentos sociais, sindicatos e entidades intelectuais. A Frente se tornou um espaço privilegiado de atuação da ala reformista pragmática do PTB, especialmente após a ascensão de João Goulart.

Assim, ele representou institucionalmente, no Legislativo, a vertente do trabalhismo que buscava ampliar direitos sociais e fortalecer o nacional-desenvolvimentismo com participação estatal e mobilização popular. Por outro lado, também nos ajuda a compreender um pouco da dinâmica interna do PTB, tendo como seus membros o deputado do PTB do Rio Grande do Sul, Fernando Ferrari, e o deputado petebista do Amazonas, Almino Afonso, opositores internos de Leonel Brizola e João Goulart.

Não é possível identificar nas fontes, tanto no manifesto fundador do grupo, nem em notícias de seu jornal oficial "O Semanário", que Mário Palmério tenha sido membro oficial da FPN[186]. No entanto, o deputado mineiro foi próximo dos integrantes do grupo e em diversos momentos defendeu as propostas nacionalistas dispostas no programa da Frente. Isso fica claro quando em 11 e 18 de setembro de 1958, o periódico (O Semanário) da FPN recomenda o voto em Mário Palmério para deputado federal por Minas Gerais, afirmando que ele era nacionalista e defendia as propostas nacionalistas.

O fato em si de Palmério não compor oficialmente a Frente, mas ser próximo das propostas do grupo, nos aponta para o perfil pragmático do deputado petebista e como ele buscava um ponto de equilíbrio dentro dos conflitos internos do partido, transitando entre os diversos grupos e correntes partidárias, para, ao mesmo tempo, defender os seus interesses políticos e se postar como liderança partidária.

Conforme podemos observar, Mário Palmério buscou a todo momento se projetar como liderança partidária e, para isso, foi um pragmático e foi um reformista, conforme a necessidade se apresentava. Isso não significa um simples oportunismo, mas mostra a habilidade política da busca do equilíbrio em meio as disputas e conflitos, no interior de um partido de caráter carismático.

---

[186] A inexistência do nome de Palmério no manifesto fundador fica evidenciada quando analisamos o verbete sobre a Frente Parlamentar Nacionalista do CPDOC-FGV, que pode ser consultado em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-parlamentar-nacionalista-fpn. Acesso em: 11 set. 2025.

Essa postura foi fundamental para que ele construísse o lastro que possibilitou sua indicação ao cargo de Embaixador do Brasil no Paraguai em 1962, consagrando a sua carreira política. A acumulação do capital simbólico de Palmério ao longo de sua trajetória não explica, por si só, a sua ascensão a carreira diplomática, devendo ser considerado também os fatores contextuais das relações entre o Brasil e o Paraguai no início da década de 1960, especialmente o interesse do governo João Goulart em sanar o déficit energético do Brasil, pela construção de uma grande usina hidrelétrica, que envolvia negociações com o país vizinho.

É nesse momento que Mário Palmério é chamado a se consagrar, efetivando a potência de seu capital simbólico com a oportunidade do contexto. Isso é o que veremos no último tópico deste capítulo.

3.5 A CONSAGRAÇÃO: O POLÍTICO-ESCRITOR, TORNOU-SE EMBAIXADOR

Conforme visto até aqui, Mário Palmério procurou construir um capital simbólico, político e cultural sólido, que fizesse com que ele se projetasse como liderança política nacional, tanto no parlamento, mas também no interior do PTB. Por diversos momentos, esse capital fez com que o seu nome fosse lembrado para alcançar cargos de maior importância, como de secretário de Estado, vice-governador e Ministro de Estado. Entretanto, essas menções nunca se concretizaram.

Em meados de julho de 1962, enfim chegou o momento de Palmério alçar voos políticos mais altos e se consagrar politicamente. Com o declínio de seu nome para ocupar o cargo de Ministro de Minas e Energia, no gabinete do Primeiro-Ministro Brochado da Rocha, Mário Palmério teria duas alternativas: se retirar da política, com uma expressiva carreira, ou se candidatar a um quatro mandato de deputado federal.

Nesse contexto, e aliado à necessidade de realizar a troca do Embaixador do Brasil no Paraguai para executar os planos brasileiros na região, eis que surge o convite para que Palmério assumisse o posto diplomático. Em uma notícia veiculada no “Jornal do Brasil” no final de julho de 1962, o periódico aponta

> O deputado e escritor Mário Palmério vai exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Paraguai. A decisão foi tomada no curso da semana pelo Primeiro-Ministro Brochado da Rocha. O Sr. Mário Palmério, que anteriormente havia sido convidado para integrar o Gabinete, abandona a carreira política para ingressar na diplomacia. (Jornal do Brasil, 1962).

A escolha ao cargo de Embaixador para representar o Brasil nos seus postos diplomáticos, era de prerrogativa do Presidente da República, mesmo dentro do contexto parlamentarista, visto que ele ainda era o chefe de Estado. Nesse sentido, apesar da indicação formal ser feita pelo gabinete do Primeiro-Ministro, foi particularmente o presidente João Goulart, que escolheu e referendou o nome de Palmério para o cargo.

Na época, o escolhido poderia ser de dentro da carreira diplomática formal, ou seja, já estar dentro do serviço diplomático do Itamaraty ou, ainda, ser oriundo de outro quadro governamental e político, como foi o caso de Palmério. Conforme veremos no tópico seguinte, o Brasil, desde o fim da Guerra do Paraguai, teve relações tensas com o Paraguai e no início da década de 1960, precisando distender essas relações para negociar a construção da Usina Binacional de Itaipú. Era necessário um político equilibrado e hábil em negociações, que pudesse se integrar ao país, convencendo seu governo a negociar um acordo.

Por mais que a indicação fosse um ato político, e muitas vezes os nomes escolhidos fossem próximos do governo vigente, recebendo, assim, um agraciamento nas suas carreiras, o indicado precisava atender a critérios que possibilitassem a ele, atender ao perfil e necessidade do Brasil naquele país, afinal os indicados eram sabatinados pelo Senado Federal, que depois referendava ou não seus nomes. Portanto, o mínimo de preparo intelectual e de experiencia política era esperado dos políticos indicados as embaixadas do Brasil no exterior.

Figura 70: O deputado Mário Palmério conversa com o então presidente da República João Goulart, que o indicou para ser Embaixador do Brasil no Paraguai



Fonte: Memorial Mário Palmério (1961)

Palmério, então, atendia a essas expectativas: era próximo de João Goulart e seu nome gozava de grande prestígio, seja pela sua carreira política ou literária, sendo, assim, indicado ao cargo. Outro ponto importante a se destacar é que, no momento da sua indicação, o seu companheiro de partido, o deputado federal pelo PTB mineiro, San Tiago Dantas, ocupava o cargo de Ministro das Relações Exteriores, tendo participação direta na escolha do seu nome.

Nesse mesmo período, outras Embaixadas receberam políticos de carreira como Embaixadores, o que foi objeto de crítica por parte da Imprensa, entendendo que os nomes escolhidos não possuíam capacidade técnica e experiencia suficientes para assumir os postos. A crítica ao nome de Palmério veio em matéria do início de agosto de 1962 intitulada, "Diplomacia Improvisada", publicada pelo "Diário de Notícias", que aponta, em tom crítico:

> O Governo acaba de recrutar mais um político para preencher outra Embaixada do Brasil, desta vez no Paraguai. Parece-nos que se torna difícil explicar à opinião pública esse constante aliciamento de neófitos em assuntos internacionais para confiar-lhes no exterior missões de importância para a diplomacia brasileira. O Paraguai, ultimamente um feudo da área militar, vai passar agora para o campo do Partido Trabalhista Brasileiro, na pessoa do Deputado Mário Palmério, de méritos literários reconhecidos, mas de qualidades diplomáticas ainda ignoradas [...]. Com esses critérios, ou com a falta deles, não se constrói uma diplomacia eficiente (Diário de Notícias, 1962).

Apesar das críticas recebidas, no geral, a indicação de Mário Palmério seria muito bem recebida nos círculos político e diplomáticos e o seu nome seria aprovado pelo Senado Federal em setembro de 1962. Já em outubro daquele ano, o deputado do PTB de Minas se licenciaria das suas atividades na Câmara Federal para assumir o posto diplomático.

Ao analisar as fontes, observamos que não há um fator isolado que explique a ascensão de Palmério ao cargo de Embaixador, mas um conjunto de fatores ligados à sua trajetória política e ao contexto da época, que nos ajudam a entender esse contexto, quais sejam:

a) O afastamento da política parlamentar;
b) A mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília[187];
c) O desinteresse pelas costuras político-partidárias locais;
d) O desgaste político-eleitoral natural após três mandatos consecutivos;
e) A conjuntura nacional marcada por crises e instabilidades;

[187] Acerca desse ponto, a filha de Mário Palmério, Marília Palmério nos afirma em entrevista "Era o presidente Jango, na época. E nessa época, a capital já tinha ido para Brasília, né? E o papai não estava se sentindo muito bem lá. O ambiente era diferente, não era aquele ambiente lá do Rio. [...]. E ele sentiu bastante a diferença." (Palmério, 2023).

f) O reconhecimento dentro do PTB, que há tempos vinha sendo especulado;
g) O contexto das relações brasilo-paraguaias e a necessidade de troca do chefe da diplomacia no país vizinho, por um político hábil e experiente, que pudesse atender aos objetivos do Brasil naquele momento.

Além de sua trajetória política, analisada exaustivamente até aqui, outro fator preponderante para que Palmério fosse indicado, foi a necessidade de distensão das relações entre Brasil e Paraguai, que há muito era marcada por uma relação de tensão e desconfiança. A partir dos novos interesses do governo brasileiro na região, era necessário que houvesse uma aproximação entre os dois países, sendo aí que surge a necessidade da troca de Embaixador e, consequentemente dentro do perfil que se buscava, Palmério foi o nome ideal para atuar no posto.

A seguir, analisaremos o contexto geral das relações entre Brasil e Paraguai, bem como falaremos sobre a necessidade de se encontrar um novo embaixador, com perfil político de equilíbrio e que tivesse capacidade para iniciar as negociações da Usina Hidrelétrica de Itaiupu.

3.5.1 As relações Brasil-Paraguai: é necessário um novo embaixador

As relações entre Brasil e Paraguai constituem um campo de estudo fundamental para a compreensão da dinâmica política, econômica e geopolítica da região do Prata. Ao longo dos séculos, essa relação oscilou entre momentos de conflito aberto, disputas territoriais e períodos de profunda cooperação estratégica, marcada, sobretudo, pela interdependência energética e pela integração econômica.

Antes mesmo da conformação dos Estados nacionais, os territórios que constituiriam Brasil e Paraguai estavam inseridos em sistemas coloniais distintos, divididos entre o Império português e espanhol, sendo separados pelas fronteiras imprecisas do Tratado de Tordesilhas. A presença de bandeirantes paulistas avançando em direção ao oeste, em busca de mão de obra indígena e riquezas, gerou tensões com as missões jesuíticas espanholas instaladas na região do Guairá. Assim, as primeiras interações luso-hispânicas na região foram marcadas mais por conflitos e disputas territoriais do que por cooperação.

Com a independência do Paraguai em 1811, inicia-se formalmente o processo de definição das relações diplomáticas entre os dois países. O Brasil, ainda Império, reconheceu

tardiamente a autonomia paraguaia, refletindo interesses estratégicos na Bacia do Prata. Durante grande parte do século XIX, as tensões giraram em torno de rotas fluviais, comércio e delimitação de fronteiras.

O episódio mais significativo deste período foi a Guerra da Tríplice Aliança (1864–1870), envolvendo Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. O conflito, motivado por disputas de influência regional e conflitos internos no Uruguai, resultou na devastação econômica e demográfica paraguaia e consolidou o Brasil como potência militar na região. A guerra redefiniu não apenas as fronteiras, mas também a percepção mútua entre os países, inaugurando um longo período de assimetria e desconfiança.

No pós-guerra, o Brasil exerceu forte influência na reorganização do Estado paraguaio. Os tratados firmados em 1872 definiram as fronteiras contemporâneas, inaugurando uma fase de aproximação gradual. Ao longo do início do século XX, diversos acordos bilaterais foram celebrados, especialmente relativos ao comércio e à navegação hídrica. A presença crescente de brasileiros no leste do Paraguai, ainda que incipiente, começava a delinear fluxos migratórios que se intensificariam nas décadas seguintes.

A partir dos anos 1960, o Brasil passou a ter como principal foco de interesse no seu projeto de desenvolvimento nacional, a superação do seu déficit enérgico e a sua principal estratégia para que isso pudesse ocorrer era o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que resolveria o problema energético brasileiro naquele momento.

Mapa 02: Mapa que mostra o local do Rio Paraná onde está construída a Usina Binacional de Itaipú, administrada por um consórcio entre Brasil e Paraguai



Fonte: Google Maps (2025)

No entanto, para construir o empreendimento era necessário o aval do governo paraguaio, visto que o Rio Paraná, onde a Usina seria construída, era uma região de fronteira entre os dois países (mapa 2). O Brasil, então, precisava celebrar um acordo com os paraguaios, que naquele momento estavam sob o regime do general Alfredo Stroessner, que governava o país de forma autoritária desde 1954 e ali ficaria até 1989.

Em uma entrevista realizada por nós, com o filho de Palmério, o atual reitor da Universidade de Uberaba, Marcelo Palmério, ele nos confirma a ideia de que seu pai é enviado para o Paraguai, justamente para realizar as negociações, com a finalidade de construir a Usina de Itaipu, conforme aponta:

> O PTB era o partido do Presidente da República, na época que era o Jango. Eles eram muito amigos desse companheiro desde 1950. João queria construir a Itaipu, a barragem Itaipu. E ele precisava de alguém da confiança dele, que negociasse com o presidente Stroessner essa questão. Alguém que conduzisse as conversas, preparando o terreno para os técnicos depois irem discutir. Itaipu tinha duas alternativas. Onde está feita hoje, que não dava uma parte do Paraguai e, mais pra cima, que não inundava a terra do Paraguai, mas a potência seria menor. Então, o interesse era fazer embaixo. Então foi por isso que ele foi parar lá na Embaixada e fez essas negociações lá. (Palmério, 2023).

Como visto, as relações entre Brasil e Paraguai são historicamente complexas e multifacetadas, oscilando entre conflito, assimetria e cooperação profunda. Do cenário colonial ao contexto contemporâneo, observa-se um movimento gradual ora de aproximação ora de afastamento, sendo esse pêndulo influenciado por fatores geopolíticos e econômicos.

A partir do governo do presidente João Goulart, o fator energético começaria a influenciar a tentativa de uma maior aproximação entre os dois países. No entanto, ao longo da história, houve uma grande concentração de militares, especialmente generais, chefiando a Embaixada brasileira no país vizinho, criando uma blindagem para discussão sobre determinados assuntos, tendo em vista o histórico geopolítico entre os dois países. Naquele momento, quem ocupava o posto na Embaixada, era o general Justino Alves de Bastos, o que inviabilizava qualquer aproximação e frustrava qualquer movimento de negociação e expectativa de acordo.

Em entrevista concedida a Clodovil Hernandes em 1992, Palmério nos aponta para essa tradição do governo brasileiro em indicar militares para a Embaixada, ao afirmar que “Havia uma tradição nas embaixadas do Paraguai, elas eram geralmente entregues a militares, a generais, etc. O governo paraguaio era um governo militarista, então por uma questão de

política de boa vizinhança o governo brasileiro sempre nomeava oficiais militares generais" (Palmério, 1992).

A indicação de Palmério para chefiar a Embaixada quebraria essa tradição. A sua indicação representaria não apenas uma virada nas relações entre Brasil e Paraguai, mas também, o reconhecimento de toda uma trajetória política dedicada ao Partido Trabalhista Brasileiro e a construção de um capital simbólico, que o credenciava a assumir o posto.

O Tratado entre Brasil e Paraguai para a construção da Usina de Itaipú só seria assinado oficialmente em 1973, durante a vigência do regime militar que destituiu Jango da presidência e Palmério da Embaixada. No entanto, conforme veremos a seguir, o Embaixador Mário Palmério soube se integrar a vida política e cultural do Paraguai, tornou-se amigo do Presidente Stroessner, aproximou os dois países, abrindo caminho para o início das negociações que tornariam o sonho energético do Brasil uma realidade anos mais tarde.

Mário Palmério, portanto, foi o homem certo no lugar certo. Isso é o que veremos a seguir, no último suspiro deste trabalho.

3.5.2 O reconhecimento: o homem certo, no lugar certo

A indicação oficial de Mário Palmério para ocupar o cargo de Embaixador do Brasil no Paraguai veio em 29 de agosto de 1962. Após a indicação, Palmério, como sempre, buscou fazer tudo o que se propunha, passando a estudar tudo aquilo que se referia ao Paraguai, conforme nos aponta a coluna "Picadinho" na edição de 06 de setembro do jornal Última Hora: "O deputado Mário Palmério vem passando noites em claro estudando tudo que se refere ao Paraguai, onde deverá servir como Embaixador. A notícia de sua indicação ao Senado vem causando a melhor repercussão, sobretudo nos círculos diplomáticos e militares" (Última Hora, 1962).

O nome de Palmério seria aprovado por unanimidade na Comissão do Senado em Sessão Secreta[188] e o então deputado se licenciaria do pouco tempo de mandato que lhe restara, para assumir a Embaixada em outubro de 1962. O novo Embaixador atenderia as expectativas

[188] A informação de que a aprovação foi unânime foi retirada de uma nota da edição de 18 de setembro de 1962 do periódico "Última Hora". Buscamos ter acesso aos anais da sessão secreta que aprovou o deputado. No entanto, mesmo passado 63 anos da sua realização e sob a égide da Lei de Acesso à Informação, que coloca como limite máximo de sigilo o período de 50 anos, o Arquivo do Senado Federal negou o nosso acesso ao documento, alegando que a questão envolve tema de Segurança Nacional e a LAI não era vigente à época. Após a negativa, realizamos recurso para a presidência do Senado e a resposta foi de que a Procuradoria Jurídica da casa estava analisando o nosso pedido e outro similares a ele, no entanto, até o presente momento não obtivemos nenhuma resposta.

incumbidas a ele, especialmente no que concerne à aproximação e melhoria nas relações entre o Brasil e o Paraguai.

Figura 71: O presidente do Paraguai Alfredo Stroessner, recebe Mário Palmério já como Embaixador do Brasil naquele país



Fonte: Memorial Mário Palmério (1962)

Um dos grandes méritos de Palmério foi o estreitamento dos laços de amizade entre os dois países, por uma espécie de "diplomacia cultural". O novo Embaixador se inseriu na vida cultural paraguaia e conseguiu estabelecer uma relação muito próxima com o presidente Alfredo Strossner. O perfil Boêmio de Palmério e a sua predileção para artes possibilitou com que ele se integrasse as noites de Assunção e compusesse *polcas e guarânias*, gêneros musicais típicos do Paraguai. Isso fica claro no seguinte trecho da contracapa do seu LP "Noche de Asunción", "Las melodías de Mário Palmério se identifican realmente con el escenario paradisiaco de la noche paraguaya, inmensa y inmaculada, noche llena de encantamiento" (La Magia del Paraguay, 1963).

Na sua estada no Paraguai como Embaixador, Palmério, que era pianista de ouvido, lançaria um *long-play* com inúmeras músicas em espanhol no estilo tradicional paraguaio, sendo a mais famosa delas, *Saudade*:

Si insistes en saber lo que es saudade,
Tendrás que antes de todo conocer,
Sentir lo que es querer, lo que es ternura,
Tener por bien un puro amor, vivir!
Después comprenderás lo que es saudade
Después que hayas perdido aquel amor

> Saudade es soledad, melancolia,
> Es lejanía, es recordar, sufrir! (Palmério, 1963).

Essas e outras canções são fruto da integração de Palmério na vida cultural do país vizinho, o que possibilitou a ele, construir seu capital simbólico como Embaixador, não por meio das credenciais diplomáticas, mas pelo seu capital cultural, ganhando prestígio e respeito junto à população paraguaia e o seu caudilho.

A integração a vida cultural do Paraguai, bem como a amizade construída com Strossner, foram estratégias políticas utilizadas por Palmério, para se aproximar do país vizinho e negociar os interesses brasileiros. Ao ser perguntado por Jô Soares em entrevista "como você do PTB, conseguia fazer parceria com o Strossner?", Palmério responde com habilidade política nata "Porque o Strossner sempre é um grande praça, um pescador, é um grande praça, era aquele ditador bondoso [...]" (Palmério, 1993), arrancando, então, risos de Jô e da plateia.

Figura 72: Capa do *long-play* "Noche de Asunción", lançado por Mário Palmério, que trazia *polcas e guarânias*, compostas por ele e interpretadas por artistas paraguaios



Fonte: Memorial Mário Palmério (1963)

O secretário particular de Mário Palmério no Paraguai, o jornalista Mauro Santayanna[189], nos revela bem essa estratégia, ao afirmar em um texto escrito no encarte do LP *Noche em Asunción*, que

[189] O jornalista Mauro Santayanna é uma das únicas pessoas vivas que estiveram ao lado de Palmério no período em que ele foi Embaixador no Paraguai. Sabendo da sua importância para compreensão desse período, o procuramos para entrevistá-lo, no entanto, tendo em vista o seu debilitado estado de saúde, ele não pôde nos receber.

> Mário compreendeu que não se entende um povo sem entender sua alma. O bom diplomata é aquele que fala bem a língua do país em que trabalha. Se os paraguaios usam o espanhol para a razão, usam o guarani e, por extensão, a guarânia, para o afeto. Mário tratou logo de conhecer os sintagmas da guarânia e, com eles, falar aos vizinhos. [...]. Tive o privilégio de acompanhar de perto os passos de Mário Palmério em Assunção. Percorremos, algumas vezes na doce companhia de Lívio Abramo, as noites quentes da cidade ribeirinha. De tal maneira ela o aceitou que nenhum outro diplomata estrangeiro naquele tempo foi tão conhecido quanto Mário. Não porque fosse o embaixador do Paraguai, mas por ser *Don Mário*, com seus ternos brancos de linho, sua gravata borboleta, sua permanente disponibilidade para ouvir as pessoas simples do povo e as transformar, imediatamente, em amigos (Santayanna, 1963).

Figura 73: Na imagem da esquerda, Mário Palmério e o presidente do Paraguai Alfredo Stroessner em umas das várias festas em que o Embaixador brasileiro participava, integrando-se a vida cultural paraguaia. Já na foto da direita, o Embaixador também participa de uma recepção ao som de guarânias



Fonte: Memorial Mário Palmério (1963)

A estratégia utilizada por Palmério para aproximar os dois países foi, em certa medida, eficaz e muito elogiada pela impressa do país vizinho. Em visita ao Rio de Janeiro em abril de 1963, o jornalista paraguaio e diretor da Revista "Estrellas", Palacios, afirmou à redação do "Última Hora", que Palmério, como Embaixador "[...] tem contribuído muito para fortalecer os laços de amizade entre o Brasil e o Paraguai" (Palacios, 1963 *apud* Última Hora, 1963).

Isso ficará evidente na gestão de Palmério frente à Embaixada, especialmente com a doação de um Colégio Experimental feita pelo governo brasileiro ao Paraguai e a intensificação da construção da denominada "Ponte da Amizade", que teve no período em que Palmério foi Embaixador, um avanço considerável na execução da obra.

Em relação à principal missão de Palmério no Paraguai, a de negociar a aceitação paraguaia para construir a Usina de Hidrelétrica de Itaipu, pouco conseguimos extrair de nossas fontes. O que fica evidente, é que houve uma grande aproximação entre os dois países no

período em que o político esteve à frente da Embaixada brasileira no país vizinho. Essa aproximação foi viabilizada, especialmente, pela atuação direta de Mário Palmério como Embaixador, propiciada pela sua grande habilidade política de negociar e fazer amizades.

Figura 74: Ponte Internacional da Amizade, ligando o Brasil e o Paraguai pelo Rio Paraná, teve grande parte de sua construção realizada na gestão de Mário Palmério como Embaixador brasileiro no Paraguai



Fonte: Memorial Mário Palmério (1964)

Conforme vimos ao longo deste trabalho, Mário Palmério construiu a sua carreira política orientando-se pela busca do equilíbrio no campo político, sem, no entanto, abandonar os interesses do seu grupo político, o PTB, fato demonstrado quando sobrevêm o golpe sob Joao Goulart, fazendo com que ele fosse retirado do cargo de Embaixador pelo novo regime.

A construção da sua trajetória política, portanto, não foi direcionada conscientemente a busca do cargo de Embaixador. Entretanto, o alcance de sua legitimidade política e social, pelo prestígio acumulado dentro e fora do PTB (capital simbólico), aliado a oportunidade do contexto das relações entre Brasil e Paraguai, deram a ele o reconhecimento de anos de fidelidade prestadas ao partido e de construção do seu capital político e cultural, seja nos mandatos, seja na literatura ou na criação da sua obra educacional. Palmério foi então, o homem certo, no lugar e no momento certo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nossa pesquisa, tomamos a trajetória de Mário Palmério como objeto privilegiado para a compreensão das dinâmicas políticas do período democrático posterior a 1945, especialmente no que se refere a tentativa de explicitar a dinâmica de formação de lideranças regionais e às formas de mediação entre o poder local e o plano nacional. Nesse sentido, o estudo buscou dialogar com a historiografia que tem enfatizado o papel dos atores políticos intermediários e das elites regionais na estruturação do sistema político brasileiro.

Nosso estudo, foi orientado a partir de uma abordagem centrada na teoria dos campos e dos capitais de Pierre Bourdieu, compreendendo o percurso do agente político como produto da interação entre disposições incorporadas, posições objetivas e lógicas específicas do campo político brasileiro no período democrático pós-1945.

A pesquisa demonstrou que a ascensão política de Palmério esteve diretamente vinculada à mobilização de recursos simbólicos e culturais acumulados fora do campo estritamente político. Sua atuação como escritor, intelectual e educador conferiu-lhe prestígio público e reconhecimento social, elementos que se converteram em autoridade política.

Sua entrada e permanência no campo político, portanto, estiveram fortemente vinculadas a capacidade de conversão de diferentes espécies de capital. O capital cultural, legitimado tanto pela formação intelectual quanto pelo reconhecimento literário, operou como fundamento de distinção em um espaço político marcado pela valorização simbólica da figura do intelectual e do educador como portadores de autoridade moral.

Esse capital, ao ser reconhecido pelos demais agentes do campo, converteu-se em capital simbólico, possibilitando a Palmério impor uma visão legítima de si mesmo como representante do progresso, da educação e da modernização regional. Ao mesmo tempo, a fundação e a consolidação de instituições educacionais no Triângulo Mineiro funcionaram como dispositivos estruturantes de capital social, ao viabilizar a construção de redes duráveis de relações, baseadas em obrigações, lealdades e reconhecimentos recíprocos.

Essas redes, longe de constituírem meros instrumentos externos à política, integraram-se organicamente ao funcionamento do campo político, oferecendo a Palmério condições objetivas para a acumulação de capital político institucionalizado, expresso em mandatos eletivos e em posições de visibilidade no parlamento. Tal processo evidencia a lógica de conversão dos capitais, central para a compreensão das trajetórias políticas em contextos nos quais o campo político mantém fronteiras porosas com outros campos sociais.

A análise do *habitus* político de Mário Palmério revelou disposições voltadas à mediação, à conciliação e à construção de consensos, características que se mostraram ajustadas às exigências do campo político brasileiro do período analisado. Essas disposições, longe de serem naturais ou inatas, foram historicamente produzidas a partir de sua trajetória social, de sua inserção no campo educacional e de sua atuação no campo intelectual, seja por meio de sua origem como educador ou no curso de sua trajetória política como escritor de grande projeção.

O *habitus*, nesse sentido, funcionou como princípio gerador de práticas e representações, orientando escolhas partidárias, alianças políticas e estratégias discursivas, sem que isso implicasse plena consciência ou cálculo racional explícito com um objetivo definido a ser alcançado, como no caso de Palmério, o de Embaixador. Seus discursos parlamentares, intervenções públicas e representações midiáticas evidenciam a adesão às regras do jogo, e ao mesmo tempo em que buscam redefinir lutas internas do campo político por meio da valorização da educação, do desenvolvimento regional, da integração do interior do Brasil Central, da defesa de pautas nacionalistas, entre outras.

Nesse sentido, conseguimos perceber que a trajetória política de Mário Palmério foi marcada por constantes ajustamentos estratégicos às transformações do campo político, especialmente diante das mudanças nas correlações de forças entre os projetos trabalhistas, desenvolvimentistas e conservadores.

Sua atuação inicial como pioneiro da instrução não constituiu apenas um antecedente biográfico, mas um elemento estruturante da trajetória política posterior. O investimento no campo educacional possibilitou a acumulação de capital cultural e simbólico socialmente reconhecido, associado a valores como modernização, progresso e autoridade intelectual.

Esses atributos adquiriram particular relevância em um contexto histórico no qual a instrução se afirmava como critério de distinção e legitimação, permitindo ao agente construir uma imagem pública capaz de transitar entre diferentes espaços sociais e políticos. Assim, o ingresso no campo político não se deu como ruptura, mas como continuidade estratégica de uma trajetória já dotada de reconhecimento social.

O período de ascensão política analisado na tese revelou-se marcado pela convergência entre trajetória individual e transformações mais amplas do campo político. Pudemos demonstrar que a consolidação de posições institucionais ocorreu quando os capitais previamente acumulados puderam ser ativados de forma eficaz diante das disputas partidárias, das recomposições institucionais e das oportunidades abertas pelo contexto histórico.

Nesse processo, o capital simbólico construído no campo educacional foi progressivamente convertido em capital político, ao mesmo tempo em que a ampliação do capital social, por meio de alianças, redes de sociabilidade e articulações partidárias, fortaleceu a capacidade de permanência e ascensão no campo.

É necessário destacar como demonstrado ao longo de todo o trabalho, o papel central dos discursos públicos e da imprensa como instrumentos de legitimação política. A utilização desses espaços não apenas ampliou a visibilidade do agente, mas contribuiu para a construção de uma narrativa de autoridade e competência, fundamental para sustentar suas posições de poder ao longo de sua trajetória.

Dessa forma, a atuação parlamentar aparece como resultado de uma combinação entre recursos acumulados, estratégias discursivas e reconhecimento social, reforçando a ideia de que o campo político opera segundo lógicas próprias, nas quais a legitimidade é permanentemente disputada pelos sujeitos que a ocupam, e no caso de Palmério foi muito bem disputado.

Por outro lado, a fase de consolidação de sua trajetória, nos evidencia um deslocamento estratégico para além dos limites estritos da política partidária. A atuação como escritor não representou um afastamento da política, mas uma reconfiguração das formas de intervenção e de legitimação.

A produção intelectual funcionou como espaço de consagração simbólica, no qual a experiência política foi reelaborada e apresentada como expressão de autoridade cultural e interpretação legítima da realidade nacional. Esse movimento permitiu a Palmério ampliar o alcance de sua influência, convertendo reconhecimento cultural em capital simbólico durável.

Nessa medida, a ascensão ao cargo de embaixador configurou-se como o ponto culminante desse processo de circulação e reconversão de capitais. A diplomacia constitui-se como um espaço privilegiado de reconhecimento estatal, no qual o capital político acumulado ao longo da trajetória, de Palmério, encontrou novas formas de legitimação.

Sua nomeação ao cargo de Embaixador do Brasil no Paraguai explica-se, portanto, como resultado de uma trajetória marcada pela capacidade de articular diferentes espécies de capital e de ocupar posições estratégicas em múltiplos campos. Trata-se menos de um desfecho individual e mais da expressão de uma lógica de consagração pública, típica do ambiente estatal, que reconhece e legitima agentes dotados de capital simbólico acumulado, como no caso de Mário Palmério.

Por outro lado, ao analisar a trajetória política de Mário Palmério de uma perspectiva histórica que privilegia a articulação entre indivíduo, práticas políticas e estruturas sociais, inserindo sua atuação no contexto mais amplo do trabalhismo e do legado getulista no período democrático pós 1945, conseguimos compreender o trabalhismo não como um bloco homogêneo ou mero instrumento de manipulação política, mas como um fenômeno plural, atravessado por disputas internas, projetos concorrentes e diferentes formas de apropriação do legado de Getúlio Vargas.

A atuação de Mário Palmério no Partido Trabalhista Brasileiro foi analisada à luz desse debate, permitindo compreender sua inserção partidária como resultado de uma convergência entre disposições individuais, recursos simbólicos acumulados e as oportunidades abertas pela reorganização do sistema político no período posterior ao Estado Novo, onde imperou um sistema pluripartidário influenciado pela figura de Vargas.

Conforme apontado em estudos historiográficos mais recentes[190], o PTB constituiu-se como espaço privilegiado de articulação entre Estado, trabalhadores e intelectuais, sendo também um partido marcado por tensões entre correntes reformistas, nacionalistas e pragmáticas. A trajetória de Palmério inscreve-se nesse quadro, revelando uma forma específica de adesão ao trabalhismo, fortemente ancorada no discurso do desenvolvimento, da educação e da modernização regional.

Ao longo do trabalho pudemos verificar que a vinculação de Palmério ao PTB não se deu apenas por afinidade ideológica orgânica, mas principalmente, por meio de práticas políticas concretas que articulavam o legado getulista às demandas locais do Triângulo Mineiro. Sua atuação parlamentar e seus discursos públicos mobilizaram referências ao trabalhismo e ao projeto nacional-desenvolvimentista como instrumentos de legitimação política, ao mesmo tempo em que buscavam adaptar esses referenciais às realidades regionais.

Tal dinâmica evidencia o caráter flexível e negociado do getulismo no período democrático, conforme destacado por Lucília de Almeida Neves Delgado (2011)[191], no qual diferentes agentes reinterpretaram o legado varguista de acordo com suas posições e interesses no campo político. A análise dos discursos e das práticas de Mário Palmério no interior do PTB permitiu identificar uma concepção de política marcada pela valorização da mediação e da conciliação, características frequentemente associadas à uma cultura política trabalhista ligada principalmente a concepção varguista do trabalhismo.

---

[190] Como por exemplo nos de Angela de Castro Gomes (2013) e Jorge Ferreira (2005).
[191] Questão longamente debatida ao longo do trabalho.

Ao defender a educação como vetor de desenvolvimento e de integração social, Palmério contribuiu para a ampliação do repertório discursivo do trabalhismo, aproximando-o de pautas culturais e regionais. Essa atuação reforça a interpretação historiográfica segundo a qual o trabalhismo extrapolou a agenda estritamente sindical e trabalhista, incorporando temas ligados à cidadania, à cultura e ao desenvolvimento nacional.

A trajetória política de Palmério também nos ajudou a evidenciar as tensões internas do PTB e os limites do projeto trabalhista no contexto das disputas políticas do período. Sua atuação parlamentar revela os esforços de adaptação do partido às mudanças nas correlações de forças, bem como os desafios de manter a coesão interna diante da pluralidade de interesses e projetos.

Nesse ponto, a análise da atuação partidária de Mário Palmério no PTB contribui para o aprofundamento do debate sobre o getulismo enquanto tradição política duradoura, cujos sentidos foram constantemente reelaborados no período democrático. Ao evidenciar a apropriação regional desse legado, sugere-se que o getulismo não se esgotou com o fim do Estado Novo, mas permaneceu como referência simbólica e prática para diferentes agentes políticos, moldando discursos, estratégias e formas de atuação.

Ao articular educação, cultura e desenvolvimento regional ao repertório trabalhista, Palmério contribuiu para a reconfiguração desse projeto político, evidenciando tanto seu potencial mobilizador quanto seus limites. Dessa forma, buscamos contribuir para a historiografia sobre o trabalhismo e getulismo ao evidenciar a atuação de um agente que, longe de ocupar posição central na liderança nacional do partido, desempenhou papel relevante na mediação entre o projeto trabalhista e as realidades regionais, reafirmando a importância das escalas locais e regionais para a compreensão da política brasileira do século XX.

É importante ressaltar também, que do ponto de vista metodológico, a utilização de múltiplas fontes — como imprensa, documentos institucionais, correspondências, discursos e produções intelectuais — permitiu uma análise multifacetada da trajetória política de nosso personagem, evitando leituras unilaterais e contribuindo para uma interpretação mais densa das práticas políticas. O cruzamento dessas fontes mostrou-se fundamental para apreender tanto as estratégias explícitas quanto os mecanismos simbólicos de legitimação.

A trajetória de Mário Palmério, tal como reconstruída ao longo do nosso trabalho, contribui para a compreensão de aspectos centrais da política brasileira do século XX, como a importância das lideranças regionais, a permeabilidade entre política, cultura e educação, e o papel das estratégias simbólicas na produção da autoridade política.

Por fim, embora esta pesquisa tenha buscado oferecer uma interpretação abrangente da trajetória estudada, reconhece-se que outras dimensões ainda podem ser exploradas, como análises comparativas com trajetórias similares ou investigações mais aprofundadas sobre os impactos de sua atuação em diferentes campos.

Buscamos contribuir a para o debate historiográfico sobre História Política, ao demonstrar que a compreensão das trajetórias individuais exige a análise articulada entre estruturas, agentes e capitais, bem como para o entendimento mais amplo dos processos de produção e reprodução do poder em contextos históricos específicos.

Dessa forma, esperamos assim, que este estudo estimule novas pesquisas comparativas e aprofundamentos analíticos sobre as relações entre política, cultura e sociedade, reafirmando a centralidade dessas dimensões para a compreensão da história política brasileira.

REFERÊNCIAS

Referências bibliográficas

AIDAR, Maria Aura Marques. **Os Confins de Mário Palmério**: História e Literatura Regional. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Revista Dimensões**. Vistória, n. 24, p. 157-172, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2528. Acesso em: 14 jun. 2023.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte Histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O PTB e o Trabalhismo** – partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo: Brasiliense, 1989.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. V. 1. 13ª ed. Brasília: UNB, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Microcosmos**: teoria dos campos. São Paulo: EDUSP, 2025.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA DE, Marieta Morais (org.). **Usos e abusos da história oral**. 7° ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 183-191.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 203-233.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil** – o longo caminho. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, Orlando M. A formação dos partidos políticos em Minas Gerais. In: FLEISCHER, Davis Verge. (Org.). **Os partidos políticos no Brasil**. V.2. Brasília: UNB, 1981. p. 67-96.

CASTRO, Ruy. **A vida por escrito** – ciência e arte da biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder** – o PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954)**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB**: do Getulismo ao Reformismo – (1945-1964). 2ª ed. São Paulo: LTr, 2011.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história** – debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 167-203.

DOSSE, François. **O desafio biográfico** – escrever uma vida. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2015.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart** – uma biografia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista** – getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história** – debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 61-124.

FLEISCHER, Davis Verge. As origens socioeconômicas e regionais das lideranças partidárias em Minas. In: FLEISCHER, Davis Verge. (Org.). **Os partidos políticos no Brasil**. V.2. Brasília: UNB, 1981. p. 96-115.

FONSECA DA, André Azevedo. **A construção do mito Mário Palmério** – um estudo sobre a ascensão social e política do autor de Vila dos Confins. São Paulo: UNESP, 2012.

FONSECA DA, André Azevedo. A formação escolar do escritor Mário Palmério. **Diálogos – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**. Maringá, v. 18, n. 1, p. 493-516, 2014. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/35962/0. Acesso em: 14 jun. 2023.

GOMES, Ângela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. O Populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história** – debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 17-57.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – o munícipio e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas – da biografia. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 141-184.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA DE, Marieta Morais (org.). **Usos e abusos da história oral**. 7° ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 167-182.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de escala** – a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 77-102.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 207-222.

LOPES, Sonia Maria Gomes. **A criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro**: primeiros anos (1953-1960). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2016.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X** – da biografia a História. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escala** – a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 223-249.

LOYOLA, Maria Andréa. **Os sindicatos e o PTB**: estudo de um caso em Minas Gerais. Petrópolis: Vozes, 1980.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** (in): PINSKY, Carla Basssanezi. (org). **Fontes Históricas.** 2ª ed.- São Paulo.Editora Contexto, 2008, p. 111-153.

MALATIAN, Teresa Maria. A Biografia e a História, **Cadernos CEDEM**. Marília, v. 1, n. 1, p. 16-31, 2008. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/cedem/article/view/518 Acesso em: 08 mai. 2023.

MARTINS, Estevão de Rezende. História das relações internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 73-93.

MILZA, Pierre. **Política interna e política externa.** In: REMOND, René. (Org.). Por uma história política. 2ª ed- Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 2010. p. 365-399.

MONTEIRO, José Marciano. **10 lições sobre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2018.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo - um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história** – debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 169-203.

NETO, Lira. **A arte da biografia** – como escrever histórias de vida. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

NETO EPÓSITO, Tomaz. **Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962-1979** – fronteira, energia e poder. 2012. 321 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PALMÉRIO, Mário. Vila dos Confins. 11ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

PALMÉRIO, Mário. **Seleta de Mario Palmério**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

PAULA, Eustaquio Donizeti de. **O regime militar na perspectiva do jornal Lavoura e Comércio de Uberaba (1964-1968)**. 2018. 212 f. Tesse (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à História das relações internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escala** – a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 15-37.

ROSENTAL, Paul André. Construir o "macro" pelo "micro" – Fredrik Barth e a "microstoria". In: REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de escala** – a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 151-172.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 187-205.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias – Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Revista estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 3-21, 1997. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040. Acesso em: 09 mai. 2023.

SKDMORE, Thomas. **De Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STEFFENS, D. M. H. A Biografia na Pesquisa Histórica: Uma Análise do Trabalhismo no Brasil. **Revista Teoria da História**, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 3–17, 2014. Disponível em: https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28935. Acesso em: 10 mar. 2023.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964).** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano V. 3 – O tempo da experiência democrática. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 197-216.

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. **História das relações internacionais do Paraguai.** Brasília: FUNAG, 2013.

WOOLF, Virginia. A arte da biografia. **Revista Dispositiva**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 200-207, 2012. Disponível em:

http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/4302. Acesso em 15 mai. 2023.

Fontes

Discursos Parlamentares

NACIONAL, Diário do Congresso. **Discursos do deputado Mário Palmério (PTB) na Câmara Federal (1951-1962)**. In: Memorial Mário Palmério. Discursos do deputado Mário Palmério (PTB) na Câmara Federal (1951-1962). Uberaba, 2005.

Entrevistas Orais

BILHARINHO, Guido. *Entrevista concedida a Guilherme Gonzaga Bento*. Uberaba, 15 jun. 2023.
PALMÉRIO, Marcelo. *Entrevista concedida a Guilherme Gonzaga Bento*. Uberaba, 12 jun. 2023.
PALMÉRIO, Marilia. *Entrevista concedida a Guilherme Gonzaga Bento*. Uberaba, 12 jun. 2023.
PALMÉRIO, Eduardo. *Entrevista concedida a Guilherme Gonzaga Bento*. Uberaba, 12 jun. 2023.

Entrevistas Mário Palmério

JÔ SOARES ONZE E MEIA. Entrevista de Mário Palmério concedida a Jô Soares. São Paulo: SBT, 1990.
RETRATOS. Entrevista de Mário Palmério concedida a Clodovil Hernandes. São Paulo: Rede Manchete, 1992.
SOUZA, ALDUÍZIO MOREIRA DE. Entrevista de Mário Palmério concedida a Alduízio Moreira de Souza. Rede Universitária: Uberaba, 1995.

Jornais e Revistas

A TRIBUNA DE SÃO PAULO. São Paulo. 1951-1964
CORREIO CATÓLICO. Uberaba. 1951.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro. 1951-1964.
CORREIO DE UBERLÂNDIA. 1951-1958.
FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba. 1951-1960.
JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 1951-1964.
MANCHETE. Rio de Janeiro. 1951-1964.
LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba. 1945-1964.
O CRUZEIRO. Rio de Janeiro. 1951-1964.
O TRIÂNGULO. Uberaba. 1950-1951.
TRIBUNA DA IMPRENSA. Rio de Janeiro. 1951-1964.
ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro. 1951-1964.

Memorial Mário Palmério

Acervo fotográfico.
Documentos pessoais.
Recortes de jornal.